

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

MANON GARCIA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
QUALIDADE DE VIDA E BEM VIVER DA MULHER EM CURITIBA**

CURITIBA

2019

MANON GARCIA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
QUALIDADE DE VIDA E BEM VIVER DA MULHER EM CURITIBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU da Escola de Arquitetura e Design da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Gestão Urbana.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Mario Procopiuck

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

CURITIBA

2019

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

Garcia, Manon
G216e 2019 Análise das políticas públicas para a qualidade de vida e bem viver da
mulher em Curitiba / Manon Garcia ; orientador: Mario Procopiuck ;
co-orientador: Carlos Alberto Cioce Sampaio. – 2019.
215 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2019
Bibliografia: f. 186-210

1. Planejamento urbano – Aspectos sociais. 2. Qualidade de vida.
3. Política pública. 4. Mulheres – Condições sociais. I. Procopiuck, Mario.
II. Sampaio, Carlos Alberto Cioce. III. Pontifícia Universidade Católica do
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. IV. Título.

CDD 22. ed. – 711.4

TERMO DE APROVAÇÃO

“ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA E BEM VIVER DA MULHER EM CURITIBA”

Por

MANON GARCIA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo José Firmino
Coordenador do PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Mario Procopiuck
Membro Interno – Orientador – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Harry Alberto Bollmann
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Membro Externo – Coorientador – FURB



Profª. Dra. Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Membro Externo – UFMT



Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Júnior
Membro Externo – FURB

Curitiba, 27 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é uma forma de reconhecimento, é também um momento que se faz necessário relembrar toda a trajetória e agradecer as contribuições e aos que têm muito significado, mesmo que não saibam disso.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) pelo acolhimento e aprendizado proposto, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e PUCPR pela oportunidade da bolsa, a coordenadores do PPGTU, Professores Carlos Hardt e Rodrigo Firmino pela gestão, aos professores que compuseram o corpo docente durante todo este período por compartilhar e promover o conhecimento acadêmico, especialmente a Secretária Pollyana Schlenker por seu profissionalismo, comprometimento, dedicação e parceria e aos colegas pela companhia e trocas de experiências.

Agradeço ao universo que não mediu esforços em me propor desafios que foram superados, na sua maioria acredito eu, com muita fé, foco, força e determinação.

Agradeço a irmã de alma e coração que o mestrado me presentou e que no doutorado se consolidou ainda mais, diante de tantas histórias de parceria e cumplicidade, à Dyala Assef Sehli o meu respeito, e seguimos sempre juntas nas próximas fases etapas da vida.

Agradeço àqueles que são tão especiais, aos Brasiguayos Cristiano Ribeiro, Rafaela Almeida, Marta Vencato, Vítório Kurpel, Analu Ianik e Marina Vencato que souberam me cuidar e disciplinar, motivar e alegrar sempre.

Agradeço especialmente a quem nunca desistiu de me fazer ver o lado bom de tudo, que com seu equilíbrio, carinho, amizade e companheirismo de todas as horas se revelou mais que uma amiga, Tatiana Muller a minha irmã loira.

Agradeço a quem me ensinou a transformar pensamentos e ideias em texto, com quem aprendi da Filosofia ao Direito, Rafael Pereira Menezes 'só um' obrigado.

Agradeço aos amigos que já são mais que seres humanos, para mim estão no nível de mentores e protetores, João, Gargalhada, Abuchara, José, Carmelita, Jorge e Severino.

Agradeço a pessoa que me fez acreditar em mim nos momentos que mais precisei, que estendeu a mão e me ajudou a entender os complexos mistérios de viver a vida, à Senhora Lucila Frutos sou grata.

Agradeço por todo incentivo, apoio e a amizade que veio em dobro à Marcela Moraes e Fernanda Moraes, com quem desejo ainda partilhar muitos momentos com a chegada do Antônio.

Agradeço a Luciane, Emerson, Tamires Melo e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Ecosocioeconomia (NEcos), pelo apoio nos momentos mais difíceis, pela empatia e colaboração.

Agradeço filhotes que a vida me agregou de presente e parece que estiveram aqui desde pequeninos, tamanha é a união, a sincronicidade e o sentimento que há entre nós, a vocês Flavio Freitas, Rodrigo Garcia, Tatiana Taques, Henrique Beltrão e Andressa Ferreira, sou grata.

A minha família sou grata por tudo, pela vida, pelo lar, pelo amor, pelos aprendizados e por tudo que já passamos juntos, em especial ao meu irmão Jobes Rodrigo Garcia que me surpreende a cada dia por seu caráter, ética, carinho, sensibilidade, garra e determinação em superar os obstáculos da vida e juntamente com minha cunhada Kelly M. Goulart Garcia, a quem também agradeço pela mãe e esposa que é, me deram os melhores presentes de vida, as minhas sobrinhas Rayssa e Rafaela que me dão forças para continuar a caminhada sem nem mesmo saberem a grandeza do significado que eles têm para mim.

E, por fim, as duas pessoas que têm muito significado nesta trajetória:

Ao meu orientador Professor Mario Procopiuck por aceitar o desafio de me orientar, por me conduzir com sabedoria, empatia e respeito pelo caminho do conhecimento acadêmico.

E, Carlos Alberto Cioce Sampaio, pela dificuldade de encontrar palavras que possam traduzir o todo que está intrínseco na palavra 'obrigado' em agradecimento pela orientação, atividades e convivência nestes seis anos entre mestrado e doutorado, levarei para sempre o aprendizado dos princípios do Bem Viver como prática de vida cotidiana nas minhas relações com o outro e com a natureza.

*Todas as coisas me são lícitas,
mas nem todas as coisas convêm.*

*Todas as coisas me são lícitas,
mas eu não me deixarei
dominar por nenhuma.*

1 Coríntios 6:12

RESUMO

A Qualidade de Vida (QV), como fenômeno coletivo internalizado em contextos urbanos, tem relevante significado e influência na formulação de políticas públicas para pautar ações do Estado para proporcionar e assegurar condições mínimas para uma vida digna. Algumas cidades se destacam nesse sentido, dentre elas Curitiba. Mesmo sendo um fenômeno coletivo, a qualidade de vida pode ser vivida e sentida com conotações diferenciadas por diferentes grupos sociais. Nas últimas décadas as mulheres tiveram progressos nas esferas social, econômica e política, conquistando espaços e direitos que eram exclusivos do sexo masculino, o que não implica afirmar que qualidade de vida das mulheres melhorou na mesma proporção. Do papel de sujeição no espaço privado ao de sujeito(a) sociopolítico(a) no espaço público, revela-se a necessidade de trazer para o debate na gestão urbana a temática da mulher, que, além de ser a maioria populacional crescente e relevante, enfrenta complexidades e contradições vividas cotidianamente no espaço urbano e na agenda política, por questões simbólicas e culturais determinantes que ainda se figuram com traços da sociedade patriarcal e capitalista. O campo das políticas públicas para a QV no espaço urbano demanda, portanto, estudos teórico-empíricos, que ainda são incipientes no município de Curitiba e demais cidades de diferentes contextos nacionais e internacionais, principalmente os que incorporem a temática da QV e do Bem Viver (BV) como bases para o processo de tomada de decisão e implementação de políticas públicas, que visem reduzir as desigualdades sociopolíticas e econômicas ainda fortemente presentes em diferentes espaços de vivência da mulher. Nessa linha, o objetivo do presente estudo é analisar o histórico das políticas públicas para a mulher, com foco na promoção da qualidade de vida urbana e do bem viver em Curitiba entre 1988-2018. No campo da prática, a investigação se revela inovadora para a QV por tratar da questão da mulher e sua construção como sujeito no espaço urbano (público). No campo teórico, a investigação contribui por trazer avanços na compreensão articulada entre QV e o BV, que ainda se encontra em estágio embrionário em termos de pesquisas aplicadas. Metodologicamente, trata-se de narrativa histórica e sociológica pautadas em fontes documentais e entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostram que há tentativa de reversão da sujeição da mulher nas relações de poder em Curitiba, principalmente no espaço do micropoder e da dominação da sociedade patriarcal, por meio de vinculação de iniciativas locais a políticas públicas nacionais (“*top-down*”) para a QV; e que tais políticas incidem predominantemente no atendimento das necessidades básicas nas áreas da saúde e da segurança. A conclusão é que, na perspectiva prática, ainda que incipiente, muito se avançou na promoção da equidade, igualdade, justiça e liberdade, principalmente em termos de passagem da QV para o BV, mas ainda é preciso sociedades mais democráticas, com políticas elaboradas coletivamente, de forma participativa, e que proponham soluções para os problemas sociais principalmente em perspectiva “*botton-up*”, dada a necessidade de construção de espaços para que se manifestem demandas condicionadas por realidades locais.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Mulher. Políticas públicas. Bem viver. Gestão urbana.

ABSTRACT

Quality of Life (QL), as a collective phenomenon internalized in urban contexts, has relevant meaning and influence in the formulation of public policies to guide state actions, in order to provide and ensure minimum conditions for a dignified life. In this sense, some cities stand out, among them Curitiba. Even though it is a collective phenomenon, the quality of life can be lived and felt with different connotations by different social groups. In recent decades, women have made progress in the social, economic and political spheres, gaining spaces and rights that were once male-only, which does not imply that women's quality of life has improved at the same rate. From subjection in the private area to the role of sociopolitical subject in the public space, it is revealed the need to bring the female subject matter to the debate in urban management. Women not only represent the growing and relevant population majority, but also, in a daily basis, face complexities and contradictions experienced in the urban space and in the political agenda, for determinant symbolic and cultural issues that still personify traces of patriarchal and capitalist society. Therefore, the field of public policies for QL in the urban space demands theoretical and empirical studies, which are still incipient in the city of Curitiba and other cities of different national and international contexts, especially those that incorporate the theme of QL and Good Living (GL) as basis for the decision making process and implementation of public policies, which aim at reducing the sociopolitical and economic inequalities still strongly present in different women's living spaces. Accordingly, the aim of this study is to analyze the history of public policies for women, focusing on the promotion of urban quality of life and good living in Curitiba between 1988 and 2018. In the field of practice, this research proves to be innovative for QL because it approaches the issue of women and their construction as subjects in the urban public space. Considering theoretical matters, the contribution of the study is to bring advances in the articulated understanding between QL and GL, which is still in the embryonic stage in terms of applied research. Methodologically, it is a historical and sociological narrative based on documentary sources and semi-structured interviews. The results show that there is an attempt to reverse the subjection of women in power relations in Curitiba, especially in the micro power and domination of patriarchal society spaces, through linking local initiatives to national top-down policies related to QL. Such policies focus predominantly on meeting basic health and safety needs. The conclusion is that, from a practical perspective, although incipient, much progress has been made in promoting equity, equality, justice and freedom, especially in terms of moving from QL to GL. However, more democratic societies and collectively elaborated policies are still needed, in a participatory manner, as well as the proposition of solutions to social problems, mainly in a "bottom-up" perspective, considering the necessity to construct spaces to manifest demands conditioned by local realities.

Keywords: Quality of life. Women. Public policies. Good living. Urban management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nota à imprensa sobre o Manual de direitos da mulher	89
Figura 2 – Gazeta do Povo: constituição faz aumentar a violência contra mulheres, 1993	91
Figura 3 – Homicídios de mulheres por violência no Brasil entre os anos de 1989 a 2017	93
Figura 4 – Homicídios de mulheres por violência no Paraná entre os anos de 1989 a 2017	94
Figura 5 – Gestão orçamentária do 'Programa Mulher, Viver sem violência' – 2015.....	122
Figura 6 – Linha do tempo das políticas públicas para mulheres de QV 1988-2018.....	132
Figura 7 – Relações de poder	137
Figura 8 – Análise do âmbito das políticas.....	138
Figura 9 – Aspectos da QV nas políticas públicas para mulher em Curitiba	139
Figura 10 – Relações de poder nas políticas públicas para a QV da mulher em Curitiba	141
Figura 11 – Linha tempo da Legislação de Curitiba, 1988-2018	150

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 – Aspectos da qualidade de vida.....	51
Quadro 2 – Matriz analítica da pesquisa	63
Quadro 3 – Projetos de iniciação científica	65
Quadro 4 – Entrevistados: apresentação e perfil	67
Quadro 5 – Tipos de violência contra mulher	96
Quadro 6 – Linha tempo Programa Mãe Curitibana	105
Quadro 7 – Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência – Mulher de Verdade	108
Quadro 8 – Prêmios do Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência – Mulher de Verdade	109
Quadro 9 – Eixos Programa Pró-equidade de Gênero e Raça	115
Quadro 10 – Relações de poder: conceitos e definições	134
Quadro 11 – Políticas de âmbito internacional	134
Quadro 12 – Políticas de âmbito nacional	136
Quadro 13 – Políticas de âmbito municipal	138
Quadro 14 – CMC: Ações do Poder Legislativo Municipal	149
Quadro 15 – Dimensão habitação	161
Quadro 16 – Dimensão trabalho	161
Quadro 17 – Dimensão tomada de decisão	162
Quadro 18 – Dimensão religião e crenças	162
Quadro 19 – Dimensão tempo livre e cultura	163
Quadro 20 – Dimensão recursos materiais	163
Quadro 21 – Dimensão emoções	165
Quadro 22 – Dimensão educação	166
Quadro 23 – Dimensão tecnologia de informação e comunicação	168
Quadro 24 – Dimensão de fatores produtivos	168
Quadro 25 – Dimensão participação	169
Quadro 26 – Dimensão família, satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens	169
Quadro 27 – Dimensão segurança	171
Quadro 28 – Dimensão relações de gênero e jovens	172

Quadro 29 – Dimensão saúde.....	174
Quadro 30 – Dimensão meio ambiente.....	175
Quadro 31 – Dimensão pertencimento.....	176
Quadro 32 – Indicadores de passagem ao BV e as políticas públicas.....	177
Quadro 33 – <i>Ranking</i> de políticas para o BV	178
Tabela 1 – Registro campanha “Busão Sem Abuso” 2013-2017.	124

LISTA DE SIGLAS

ABMCJ	– Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica
ACNUDH	– Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos
ADHIR	– Assessoria de Direitos Humanos e da Igualdade Racial
ADHPM	– Assessoria de Direitos Humanos e Política para Mulheres
AIDS	– Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APLs	– Arranjos Produtivos Locais
BA	– Bahia
BV	– Bem Viver
Capes	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	– Classificação Brasileira de Ocupações
CEAM	– Centro Especializado de Atendimento à Mulher
CEE	– Comunidade Econômica Europeia
CELEPAR	– Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CEPAC	– Centro Paranaense de Cidadania
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEVID	– Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
CF/88	– Constituição Federal de 1988
CIFAL	– Centro Internacional de Formação de Atores Locais para América Latina
CMB	– Casa da Mulher Brasileira
CMC	– Câmara Municipal de Curitiba
CMCF	– Conselho Municipal da Condição Feminina
CMDM	– Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	– Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	– Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CRMulher	– Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência

DEAM	– Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DeH	– Desenvolvimento à Escala Humana
DEPEN-PR	– Departamento Penitenciário do Estado do Paraná
DF	– Distrito Federal
DPE-PR	– Defensoria Pública do Estado do Paraná
DST	– Doença Sexualmente Transmitida
EPIC	– Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Positivo
EUA	– Estados Unidos da América
FAS	– Fundação de Ação Social
FCC	– Fundação Cultural de Curitiba
FIEP	– Federação das Indústrias do Paraná
FIFCJ	– <i>Fédération Internationale des Femmes des Carrières Juridiques</i> [Federação Internacional de Mulheres em Carreiras Jurídicas]
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humanos
IML	– Instituto Médico Legal
INCA	– Instituto Nacional Câncer
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	– Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LBE	– Lar Batista Esperança
LBT	– Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBT	– Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MA	– Maranhão
MEC	– Ministério da Educação
MMFDH	– Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MMM	– Marcha Mundial das Mulheres
MS	– Mato Grosso do Sul
MT	– Ministério do Trabalho
NESP	– Núcleo de Estudos em Saúde Pública
NEcos	– Núcleo de Estudos em Ecosocioeconomia
OAB/PR	– Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	– Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

OIT	– Organização Internacional do Trabalho
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONG	– Organização não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPM	– Organismo de Políticas para Mulheres
PGPSE	– Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil
PIB	– Produto Interno Bruto
PIC	– Programa de Iniciação Científica
PNAISP	– Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
PNAMPE	– Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
PNCC	– Programa Nacional de Controle ao Câncer
PNCCCU	– Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo Uterino
PNDH-3	– Plano Nacional de Direitos Humanos 3
PNSSP	– Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGTU	– Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PR	– Paraná
PRONASCI	– Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRONATEC	– Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSE	– Programa Saúde na Escola
PUCPR	– Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PVHA	– Pessoa Vivendo com HIV/Aids
QV	– Qualidade de Vida
QVU	– Qualidade de Vida Urbana
RO	– Rondônia
SDH	– Secretaria de Direitos Humanos
SDS	– Secretaria do Desenvolvimento Social
SEDH/PR	– Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Senasp	– Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEPAVI	– Setor Psicossocial de Atenção a Violência Doméstica e Familiar
SEPPIR	– Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESI	– Serviço Social da Indústria (Paraná)
SINASE	– Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIS	– Síntese dos Indicadores Sociais
SISCAN	– Sistema de Informação do Câncer
SME	– Secretaria Municipal da Educação
SMEM	– Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher
SMM	– Secretaria Municipal do Menor
SMS	– Secretaria Municipal de Saúde
SNBP	– Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNJ	– Secretaria Nacional da Juventude
SNPM	– Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SP	– São Paulo
SPM	– Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	– Sistema Único de Saúde
TJPR	– Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TPM	– Tensão Pré-Menstrual
UAM	– Unidades de Atendimento à Mulher
UBS	– Unidade Básica de Saúde
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UNESCO	– <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural</i> [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]
UNICEF	– <i>United Nations Children's Fund</i> [Fundo das Nações Unidas para a Infância]
UNITAR	– <i>United Nations Institute for Training and Research</i> [Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa]
URBS	– Urbanização de Curitiba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCENTUAIS	27
2.1 PODER.....	29
2.1.1 Definições clássicas do poder	30
2.1.2 O Poder Político: Estado e Constituição.....	34
2.1.3 O poder da autoridade e da hegemonia	36
2.1.4 Das macroestruturas para os micropoderes	39
2.1.5 Políticas Públicas	44
2.2 QUALIDADE DE VIDA URBANA	48
2.2.1 O conceito de qualidade de vida definido por seus aspectos	48
2.2.2 A construção histórica da qualidade de vida: da medicina social aos bens e serviços públicos	51
2.2.3 Qualidade de vida e suas abordagens	55
2.2.4 A estatística da qualidade de vida	58
3 CAPÍTULO II – DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	62
3.1 MATRIZ ANALÍTICA	62
3.2 FASES DA PESQUISA	64
3.2.1 Primeira fase.....	64
3.2.2 Segunda fase	66
3.2.3 Terceira fase	67
4 CAPÍTULO III – RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	69
4.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUALIDADE VIDA	69
4.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MULHER EM CURITIBA	72
4.2.1 O movimento feminista.....	82

4.3 DISCURSO DO PODER PÚBLICO EM INICIATIVAS PARA MULHERES	87
4.3.1 Narrativa e discurso sobre políticas e ações voltadas para a mulher.....	88
4.3.2 Atuação da Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM).....	142
4.3.3 Atuação do Poder Legislativo em políticas públicas para mulheres	146
4.3.4 Da qualidade de vida da mulher ao bem viver das mulheres	151
4.3.4.1 Matriz indicadores de BV.....	158
CONCLUSÃO	180
REFERÊNCIAS	186
ANEXO A – MAPA CONCEITUAL DO BEM VIVER.....	211
ANEXO B – MAPA CONCEITUAL BEM VIVER II	212
ANEXO C – MATRIZ DE INDICADORES DE BEM VIVER.....	213

1 INTRODUÇÃO

As raízes conceituais sobre o tema da qualidade de vida (QV), bem como a sua associação com a política pública e gênero remetem à filosofia histórica, com especial destaque para Aristóteles e Platão. Estes filósofos produziram contemplações, análises e considerações que suscitaram reflexões sobre esses temas, mas, por se apresentarem com alto nível de subjetividade e se revestirem de idealismo, não chegaram a se configurar, de fato, com um corpo-teórico sobre o assunto. Não obstante, essas reflexões são fundamentais para contextualizar a compreensão do posicionamento histórico dessas temáticas.

Na Grécia antiga, a vida humana era concebida como um “conjunto de atividades” e de “modo de ser”, que encontram na felicidade o seu fim último, o bem maior procurado pelo homem em sua existência – condição nomeada por Aristóteles como *Eudaimonia*¹ (ARISTÓTELES, 2015). Na visão platônica, o ideal de uma vida eudaimonica (feliz) encontra-se na racionalidade, no mundo inteligível (mundo material), no qual há o abandono das ilusões do mundo sensível. Quanto mais o homem dá valor ao conhecimento e à razão mais se aproxima da felicidade. Assim, o mundo sensível, habitado por paixões, pulsões, vontades e prazeres, é o mundo dos sentidos e, por esse motivo, não pode trazer a felicidade (PAIXÃO, 2002).

A filosofia grega aborda não só a felicidade do homem e o sentido da existência humana, como também o sentido do governo da *polis*. Para Aristóteles, a felicidade estava associada à atividade do homem, às realizações, ao êxito, e à prosperidade vinculada a questões coletivas (família e grupo) e públicas (*polis*). O ser humano é um cidadão, um “animal político”, que, em virtude disso, vive em comunidade e age orientado para a satisfação do bem comum, tecendo relações diplomáticas e políticas com os demais seres humanos, ou seja, a atividade política da ‘cidade’ deve assegurar aos seus governados (cidadãos) a vida boa e a felicidade (ARISTÓTELES, 2015).

Desde então, a argumentação sobre QV teve inúmeras abordagens e aplicações e estabeleceu-se como campo de pesquisas e estudos científicos da

1 *Eudaimonia*: apesar de traduzido como “felicidade” ou “bem-estar”, o termo grego significa “bem divino”, “vida boa”, “bem-estar”, pois traz a junção de duas palavras: “*eu*”, que significa “bem”, “bem disposto” ou “disposição”, e “*daimon*”, que significa “poder divino” (PAIXÃO, 2002).

relação entre o homem e o ambiente a partir das políticas de saúde e de planejamento do espaço urbano. No final do século XVIII, por exemplo, a QV passou a ser associada com as práticas da medicina social ocidental na Alemanha, França e Inglaterra, tendo ascensão na década de 1960 e 1970 nos Estados Unidos da América e Escandinávia. Apesar desses avanços, ainda há lacunas sobre o tema QV nas ciências sociais, humanas e da saúde. Essas lacunas se mostram principalmente em pressupostos de que o conceito se configura como um arcabouço de coisas diferentes para pessoas diferentes, que vivem em contextos diferentes. Nessa linha, os estudos dos conceitos relacionados à felicidade, bem-estar, satisfação com a vida, *bem viver* (BV) e QV têm atraído a atenção de teóricos, com destaque para o campo das ciências sociais.

No cenário brasileiro, no decorrer da história sociopolítica do país, as políticas de saúde representaram a base para a QV, na medida em que incorporavam também a oferta de bens e serviços públicos de necessidade básica, até se converter em direito consolidado a partir da Constituição da República de 1988. A construção histórica das políticas de saúde, desde o séc. XVII até a Constituição Federal de 1988, demonstra que a saúde por si só não é mais a condição central para a QV. Ela se integra, pois, às demais dimensões objetivas (materiais) (e.g. educação, habitação, saneamento, infraestrutura, segurança) (LUZ, 1991) e, concomitantemente, a aspectos subjetivos (e.g. concepção de “amor, liberdade, solidariedade, realização pessoal, felicidade” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 4).

Na atualidade, as noções de QV e bem-estar apresentam relevante significado e influência na formulação de políticas públicas, em especial, como resultado desejado da prestação de serviços públicos que proporcionem e assegurem condições mínimas para uma vida ‘digna’ (CF/88). Por esse motivo, a presente pesquisa intenta conhecer as nuances das políticas públicas em torno da qualidade de vida urbana para a mulher, com foco em uma cidade brasileira, o que é feito por meio do estudo sobre as políticas públicas para a QV no meio urbano, com foco na mulher, que é uma maioria populacional crescente e relevante, mas ainda com atenção incipiente quanto às suas necessidades específicas para o alcance da QV.

No contexto nacional, algumas cidades se destacam pelo enfoque de suas políticas públicas para as questões relacionadas à QV, dentre elas Curitiba. A Capital do Estado do Paraná/Brasil vem se destacando ao longo do tempo por seus feitos urbanísticos, tornando-se exemplo de cidade moderna (1970), com soluções urbanas criativas e inovadoras. A mídia a tem retratado como capital ecológica e como cidade-

modelo e com alta qualidade de vida, o que seria consequência de um planejamento urbano bem-sucedido. Para o município de Curitiba, a qualidade de vida se define como o “conjunto de elementos sociais, econômicos, físicos, políticos e culturais, com validade universal, que contribuem para o bem-estar da população” (MINAYO, 2000). A concretização desse conceito tem sido buscada por meio da associação da qualidade de vida às questões de habitação, saneamento, saúde, segurança, transporte público e educação fundamental (SLIWANY, 2008, p. 2).

A investigação se justifica na cidade de Curitiba, por exemplo, para compreender porque o município vem se posicionando como referência no tema qualidade de vida, o que pode ser verificado pelo acúmulo de prêmios de destaque nacional e internacional em diversos segmentos, dentre eles estão:

[...] o prêmio de melhor cidade do Brasil (2015), que engloba indicadores de educação, habitação, saúde e qualidade de vida; o de melhor cidade de grande porte; cidade mais desenvolvida do país (2012 e 2014); uma das dez cidades com melhor qualidade de vida do mundo (2014); duas vezes o prêmio ‘Curitiba, a 3ª metrópole em bem-estar’ (2013 e 2016) e a de melhor qualidade de vida do Brasil (2007) (IPPUC, 2017 apud WIPPEL et al., 2018).

Além de contribuir para compreender a política pública relacionada à qualidade de vida da cidade, a presente pesquisa delimita a qualidade de vida da mulher. Para isso, é importante retomar um aspecto central relacionado à cidade, que diz respeito à divisão política-espacial de gênero. Aristóteles, por exemplo, considerava a *polis* (cidade ou cidade-estado) passível de ser dividida em duas esferas: pública e privada. A esfera pública era destinada ao uso político e conseqüentemente aos cidadãos, que eram homens; e a esfera privada, que estava destinada aos não cidadãos, que eram os trabalhadores, estrangeiros, escravos e especialmente às mulheres. Naquele contexto, as mulheres tinham os únicos compromissos de reprodução da espécie e os cuidados domésticos (ARISTÓTELES, 2015). Em momento histórico mais próximo, a história da mulher no espaço público tem início a partir da Revolução Industrial, o aumento no contingente de produção decorrente das mudanças no processo produtivo na sua participação como força de trabalho (GARCIA, 2015), o que não significou uma condição emancipatória ainda, afinal, segundo Arendt (2007), a liberdade não se adquire pelo trabalho.

Nessa linha, até meados do sec. XVIII, a mulher ainda era vista como um ser político e socialmente inferior, cuja função social ainda permanecia a mesma. A sua

condição sociopolítica, sem direito à cidade, à cidadania e, conseqüentemente, à vida boa e à felicidade reafirmava a dicotomia histórica dos espaços da cidade público/privado e de domínio homem/mulher, que até o presente são fundamentais para se entender o discurso social e cultural da diferença 'natural' entre os sexos, que atribui 'papéis sociais' diferentes para os homens e mulheres nas relações com a cidade (BONDI, 1998; HIRATA et al., 2009).

No caso brasileiro, a condição da mulher como um gênero político social se construiu pelo Direito Civil e Constitucional a partir do Código Eleitoral de 1932; da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 5.452/1943); do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962); da Lei do Divórcio nº 6.515/1977, da Constituição da República do Brasil de 1988, que reconhece definitivamente a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, garantindo à mulher seu espaço na sociedade; da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha; e a da Lei nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio. Esses são os marcos legais fundamentais para a inclusão da mulher enquanto sujeito sociopolítico, mas ainda não suficientes para assegurar práticas que garantam qualidade de vida de forma ampla à mulheres.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como **problema de pesquisa** a compreensão de como as políticas públicas para a qualidade de vida e bem viver se desenvolveram ao longo do tempo em um panorama histórico, sociopolítico e de poder manifesto em discursos de diferentes atores sociopolíticos. A partir desse problema, a **pergunta de pesquisa** que serviu de norte para a investigação é como as políticas públicas para a qualidade de vida e bem viver têm se desenvolvido ao longo do tempo no panorama histórico da gestão urbana de Curitiba, considerando relações sociopolíticas e de poder manifestos em discursos de diferentes atores sociopolíticos que procuram viabilizar a qualidade de vida da mulher desde a Constituição de 1988? Trata-se de pesquisa exploratória em que não se pretendeu esgotar a discussão da temática da QV, nem tampouco sobre políticas públicas para a mulher, mas contribuir com a construção do panorama da construção histórica da QV para a mulher. A pesquisa se desenvolveu em um contexto em que a mulher representa 52,33% da população municipal (NESP, 2016, p. 5) e em que há desafios para compreender como as políticas públicas têm sido concebidas, configuradas e executadas para que se obtenham avanços para a qualidade de vida da mulher, bem como a correlação desta temática com o Bem Viver (*buen vivir*), oferecendo, com isso, subsídios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e emancipatórias.

Configurado a partir do problema de pesquisa e utilizado como meio para buscar respostas à pergunta de pesquisa, o **objetivo geral** da presente investigação foi *analisar o histórico das políticas públicas para a mulher de promoção à qualidade de vida urbana e ao bem viver em Curitiba entre 1988-2018*.

O alcance deste objetivo teve como partes intermediárias, os seguintes **objetivos específicos**:

- (I) Identificar na literatura a construção teórica de políticas públicas, qualidade de vida urbana, bem viver e mulher (gênero);
- (II) Levantar o histórico sociopolítico da mulher em Curitiba;
- (III) Delinear um panorama histórico, sociopolítico e legislativo das políticas públicas para a mulher de QV, no período entre 1988 e 2018 em Curitiba;
- (IV) Analisar a correlação entre qualidade de vida urbana (QV) e bem viver (BV) da mulher em Curitiba.

A presente investigação justificou-se por a cidade ser uma realização humana sob a forma urbana de aglomeração e lugar do capital e suas contradições, um campo de lutas, um lugar onde se constrói a cidadania, o espaço de produção e reprodução da vida (CARLOS, 1992); e, desde a filosofia grega, o lugar onde se busca a felicidade em meio à política e relações de convivencialidade. Neste contexto, a noção de QV e BV têm tido relevante significado e influência na formulação de políticas públicas. Essas políticas têm sido concebidas e desenvolvidas com objetivo de resultar na prestação de serviços públicos² pelo Estado, que proporcionem e assegurem condições mínimas para uma vida 'digna' à população (MASSAM, 2002). Assim, o campo das políticas públicas para a QV no espaço urbano demanda estudos teórico-empíricos que incorporem a temática da QV como subsídio para o processo de tomada de decisão e implementação, que venham reduzir as desigualdades sociopolíticas e econômicas existentes (GALLOWAY, 2006; KEITH, 2001; MASSAM, 2002; MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000).

Nessa linha, a proposta de avaliar a promoção da qualidade de vida sob a ótica da atividade do município de Curitiba se estabelece nonexo teórico entre a definição de QV, proposta por Amartya Sen (1993) de capacidades e funcionalidades, e a

² Cabe aqui destacar que pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988):
Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

definição de políticas públicas de Dye (1984), que entende por capacidade o que se está apto a fazer e por funcionalidade o que de fato se faz (implementa), ou seja, a política pública é o que o Estado faz ou deixa de fazer. Neste sentido, a análise das políticas públicas de promoção da QV e BV no município de Curitiba centrada a partir da sua capacidade, enquanto Estado, de delinear um panorama histórico, sociopolítico da QV e, em especial, de suas funcionalidades para a mulher de promoção da QV e BV.

Na perspectiva da prática, embora ainda de modo insuficiente, muito se tem avançado no sentido de reduzir esta lacuna entre homens e mulheres no espaço urbano. A instituição de Ministérios, Secretarias, Conselhos e cotas de representatividade trazem para o debate a temática da mulher nas agendas políticas e evidenciam a “complexidade e as contradições vivenciadas pelas mulheres cotidianamente no espaço urbano” (TAVARES, 2015, p. 16) por questões simbólicas e culturais determinantes, mas, na universalidade de suas práticas e relações de poder, ainda é possível encontrar demonstrações de dominação e autoridade, que são traços da sociedade patriarcal e capitalista (GARCIA, 2015).

É preciso, portanto, considerar as relações de poder para compreender os papéis, direitos e capacidades de ação nos diferentes contextos de ação da mulher, principalmente no contexto brasileiro. Neste cenário, emergem duas concepções de poder. A primeira é representada pelas teorias clássicas de poder e dominação de Weber, que considera o poder do Estado (superestrutura) e hierarquizado, de forma que o ente estatal (dominante) detém o monopólio do poder legítimo (WEBER, 2004; 2011). Na concepção de Marx, o poder está nas estruturas sociais e é concebido a partir da divisão de classes sociais (sociedade capitalista). Nessa construção, a superestrutura onde está o Estado (sistema político-jurídico), que é composta pela sociedade política e civil com a função de garantir as relações de dominação que ocorrem na infraestrutura, onde há uma relação de submissão e autoridade mantida pelo capital (MARX, 2015).

Na segunda concepção, encontram-se as relações de poder e autoridade que surgem nas estruturas das relações sociais cotidianas, tendo em Giddens (2001) as relações de poder e obediência por aceitação nas sociedades capitalista e patriarcal; em Gramsci (2010; 2011), a obediência ao poder se produz e reproduz por meio de um sistema de crenças e simbologia hegemônico; em Foucault (2017), o poder como uma relação de força, uma prática social constituída historicamente por micropoderes

e dispositivos de poder que circulam nas microrrelações entre pessoas e instituições; e, em Bourdieu (1989; 2007) a compreensão de que a dominação advém de sistemas simbólicos (poder simbólico) legitimados pela subjetividade socializada (*habitus*).

O trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro consiste em uma base teórico-conceitual construída para dar subsídio a etapa empírica e análise dos resultados, e está dividido nos temas basilares: política pública, qualidade de vida e mulher, usando técnicas da pesquisa bibliográfica. O segundo apresenta a metodologia adotada e a explicação dos procedimentos escolhidos para obter dados e informações, processá-los e analisá-los para extração de evidências que deem sustentação ao alcance dos objetivos. No terceiro, encontra-se a apresentação e análise dos dados coletados. No último capítulo, a partir da sistematização dos principais achados, apresenta-se a construção da definição pelo município de QV para a mulher e conseqüentemente o entendimento do papel sociopolítico da mulher enquanto sujeito em Curitiba, as reflexões pertinentes à pesquisa e às sugestões como contribuição para estudos futuros.

Em termos de inserção no contexto formado por outros empreendimentos de pesquisa, a presente se integra a seis projetos financiados por agências externas, nacionais e internacional: Edital PGPSE/Capes³ nº 42/2014; Edital Programa de Pesquisa Básica e Aplicada, da Fundação Araucária; Edital Universal/CNPq⁴; Bolsa Produtividade & Pesquisa, do CNPq; Edital Capes-Fulbright; e Edital CP 15/2017, da Fundação Araucária. O presente estudo também abrange e integra o escopo de quatro projetos de pesquisa aprovados pelo Programa Iniciação Científica (PIC) da Universidade Positivo (Curitiba/PR), apresentados no Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Positivo (EPIC) e publicados nos anais do evento (UP, [201-]), que serviram como importantes subsídios. Os resultados das pesquisas de iniciação científica encontram-se disponíveis nos anais do EPIC de cada ano de publicação, segundo ciclo do programa, dentre os quais se destacam relevantes para apresentar neste estudo como justificativa da realização desta pesquisa, tem-se a construção de um mapa conceitual (ANEXOS A e B) a partir das interpretações dos dados bibliométricos e estudo dos documentos/artigos (2016/2017). Essa base

³ PGPSE/Capes = Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴ CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

informativa demonstrou que, em muitos aspectos, o tema de saúde foi verificado quando relacionados ao BV e QV e que a QV e o BV estão vinculados no que diz respeito à “percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e autorrealização” (SENTONE; SAMPAIO; GARCIA, 2017). Deste modo, verificou-se neste estudo o BV está associado a QV por meio de aspectos subjetivos (percepção) da qualidade da prestação de serviços.

Verificou-se, também, a partir da teoria que a QV e o BV estão relacionados ao desenvolvimento sustentável, que por sua vez, relaciona-se a tríade do social, ambiental e econômico, porém o estudo dos indicadores de QV do município de Curitiba identificou a ausência da categoria meio ambiente na avaliação, demonstrando que para o município a QV está dissociada da temática do desenvolvimento sustentável (LEAL; SAMPAIO; GARCIA, 2018). Com relação aos prêmios que a ‘cidade’ de Curitiba recebeu em razão de QV, foi constatado no estudo de cada um dos prêmios que:

Dentre os prêmios levantados, com destaque para o prêmio de melhor cidade do Brasil (2015), que engloba indicadores de educação, habitação, saúde e qualidade de vida; o de melhor cidade de grande porte (2015); cidade mais desenvolvida do país (2012 e 2014); uma das dez cidades com melhor qualidade de vida do mundo (2014); o prêmio “Curitiba, a 3ª metrópole em bem-estar” (2013, 2016) e a de melhor qualidade de vida do Brasil (2007) (IPPUC, 2017), todos não encontram diretamente justificativa ou embasamento do poder público em detrimento da qualidade de vida do município de forma integrada (WIPPEL et al., 2018).

Estas pesquisas de PIC puderam evidenciar resultados que apontam a necessidade de aprofundamento da temática da QV e do BV, em especial, em Curitiba, que, apesar de possuir prêmios e ser referência na temática nacional e internacionalmente, carece de avaliação e mensuração de QV e BV que ofereçam subsídios para o processo de tomada de decisão de políticas públicas.

A relevância desta pesquisa se fundamenta na necessidade de avaliação da QV e neste estudo se propôs fazê-lo a partir das políticas públicas (programas, planos e ações) para mulher no município entre os anos de 1988 – em que se estabelece a Constituição da República de 1988 – até 2018.

A originalidade da tese se estabelece pela inovação que representa no município uma pesquisa de políticas públicas para a QV, que trata da questão da

mulher e sua construção como sujeito neste sentido; e, no campo teórico, pela proposta de avançar na compreensão articulada entre QV e o BV, ainda em estágio embrionário em termos de pesquisas aplicadas.

Com isso, este estudo tem por proposta oferecer subsídios para a tomada de decisão e implementação de políticas públicas para mulher que promovam a sua QV e contribuam para a redução das desigualdades de gênero no município.

2 CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCENTUAIS

Este capítulo se desenvolve a partir da apresentação de dois eixos temáticos que embasam esta pesquisa, o poder e a qualidade de vida urbana, os quais se constituem como tal, dada a inter-relação da temática políticas públicas, qualidade de vida e mulher.

As políticas públicas de QV tem sua origem em dois eixos principais, a saúde e a violência. Na saúde, tem início no final do século XVIII e início do século XIX, com as práticas higienistas adotadas no Brasil, a partir da Primeira República, mas é na década de 30 do século XX que a disciplina QV é constituída no campo de estudo dos resultados de políticas sociais e, sua relação com o ambiente. Já a violência contra mulheres, tema que integra as lutas dos movimentos feministas, passa a ser pauta de agenda efetivamente a partir dos indicadores de violência que se apresentam e da Constituição da República de 1988.

Estes dois temas (saúde pública e violência) se integram diante do crescimento dos homicídios de mulheres e dos impactos que as violências – em todas as suas formas – causam na vida, e conseqüentemente na qualidade de vida das mulheres, crianças, adolescentes e das famílias em diversos aspectos, dentre eles o que diz respeito aos direitos humanos, questões psicológicas e socioeconômicas, o campo da saúde pública incorporou o tema em sua agenda de atuação (LABRONICI et al., 2010).

Os temas das relações de poder assumem, então, a parte central deste trabalho dada à sua relevância sob os seguintes aspectos: o primeiro de que políticas públicas são a ação, ou a inação do Estado enquanto “centro do poder político e de autoridade” (SOUZA, 2003, p. 9) para manter a ordem; o segundo de que toda violência e abuso, que causa dano e impactos à QV da mulher, é uma relação de poder para manter o controle, segundo a *Child Care Aware*[®] (EUA):

O abuso é uma questão de manutenção do poder, do controle e manipulação do maior contra o menor, do mais forte sobre o mais fraco. Nunca é uma questão de amor, respeito ou proteção. A violência doméstica não depende de estado socioeconômico, raça, etnia, idade, educação, emprego, características físicas ou estado civil (AWARE, USA apud RIBEIRO et al., 2002, p. 13).

Isto posto, no primeiro capítulo será abordado a importância das relações de poder, considerando as suas definições clássicas; as formas como as relações de poder operam para obter a obediência; os tipos predominantes de relações de poder que podem ser empregadas como meios para condicionar e influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos; o poder político, que é uma das relações de poder de exclusividade do Estado e que não se inter-relaciona com nenhum outro tipo de poder; o Estado enquanto instituição soberana de poder político que obedece a Constituição, a ordem jurídica que regula o exercício do poder e a abrangência da dominação estatal; o poder da autoridade e sua legitimidade em exercer o poder; a hegemonia enquanto estratégia técnica de exercício de um poder persuasivo e manipulador; das macroestruturas para os micropoderes, que apresenta as formas difusas de poder que se utiliza do saber – e não do aparato burocrático e legal – para incitar e induzir comportamentos desejáveis; e por fim, o tópico das políticas públicas, como sendo o poder de ação – ou não ação – do Estado sob a população para a manutenção da ordem, como elemento de estabilidade que permite sua própria preservação enquanto “centro do poder político e de autoridade”.

Esta base possibilita compreender como se constituem e operam as relações de poder exercidas, seja pelo Estado ou micropoderes, de controle e administração do corpo e da vida, em exercício na sociedade e na família.

O segundo capítulo aborda o tema de Qualidade de Vida Urbana (QVU), que por ainda ser uma temática sem um conceito universal, tem na subdivisão em aspectos – apresentados no segundo subcapítulo – as suas respectivas definições.

A seguir, o subcapítulo “A construção histórica da QV: da medicina social aos bens e serviços públicos” resgata a trajetória da QVU nacional e internacionalmente, desde o século XVIII até os tempos atuais, demonstrando como as relações de poder se construíram e operam neste campo. O subcapítulo a “QV e suas abordagens” trouxe para este estudo o entendimento das metodologias aplicadas na gestão das políticas públicas para a promoção da QV, a partir de cada corrente filosófica.

Por fim, o subcapítulo “A estatística da QV” contribui com o entendimento do papel dos indicadores como subsídios para as políticas públicas de QV. Este capítulo demonstra que apesar da complexidade do tema, os aspectos e as dimensões da QV são uma alternativa para a compreensão da definição do conceito que, por sua vez pode ser tratado em cada governo segundo a corrente filosófica adotada pelos gestores, fazendo uso dos indicadores.

2.1 PODER

A cidade é um espaço do convívio, uma construção histórica, cultural, política e social que integra simultaneamente e de forma abstrata, temporal e espacial as relações entre o individual e o coletivo. É no território onde se materializam as relações entre subjetividade e poder, a partir da interação entre os homens livres. O poder é “a origem da cidade” (LEBRUN, 1981, p. 53), já que esta é constituída como um espaço político no qual o poder se estabelece a todo o momento, em qualquer lugar, explicita ou implicitamente, através de ordens, normas, regras e leis que determinam, regulam, disciplinam e administram a vida dos indivíduos e grupos, e suas relações sociais (ROLNIK, 1995). Portanto, o fim mínimo da política é a manutenção da ordem, dado que a

[...] rejeição do critério teleológico não impede, contudo, que se possa falar corretamente, quando menos, de um fim mínimo na Política: a ordem pública nas relações internas e a defesa da integridade nacional nas relações de um Estado com os outros Estados. Este fim é o mínimo, porque é a *conditio sine qua non* para a consecução de todos os demais fins, conciliável, portanto, com eles (BOBBIO et al., 1998, p. 968).

Como substrato de todas as teorias sobre a natureza da política e do exercício do poder, Bobbio et al. (1998) chegam a afirmar que este último é exercido como finalidade última da política, “que não tem outro fim em si mesmo que não o próprio poder”. A manutenção da ordem implica no manejo das formas de poder legítimo, descritas por Weber (2004, 2011), bem como no manejo da infraestrutura econômica e das superestruturas ideológicas, ao abordarmos uma perspectiva marxista, visando a manutenção de um estado de coisas que preserve o equilíbrio das relações sociais que permitiram aos detentores de poder alcançar tal posição, de modo a permitir que eles nela se mantenham.

2.1.1 Definições clássicas do poder

Existe uma pluralidade de definições e interpretações de poder que ultrapassam o tema “público”, englobando questões que se manifestam nas relações sociais e nos aspectos da esfera da vida privada (e.g. culturais, econômicos, psicológicos, biológicos) (BOBBIO, 2000). Diversos autores trabalham com a noção do poder, dentre eles serão destacados: Max Weber (1864-1920); Norberto Bobbio (1909-2004); e, Karl Marx (1818-1883), no intuito de estabelecer as bases fundamentais acerca do conceito de poder.

Um dos teóricos mais relevantes a conceituar o poder foi Max Weber⁵, definindo-o como “a probabilidade de uma pessoa ou várias de impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta” (WEBER, 2004). O poder constitui-se, portanto, como um exercício, uma ação de um indivíduo ou grupo sobre outro indivíduo ou grupo, como uma relação de mando e obediência entre duas partes. Desta forma, o poder então se constitui de duas partes que se relacionam simultaneamente: (i) quem exerce o poder, a parte dominante; e, (ii) sobre quem o poder é exercido, a parte dominada. O fato de existir essa relação de dominação não implica que, obrigatoriamente, a parte dominada irá acatar ou obedecer à vontade da parte dominante (WEBER, 2004). Neste caso, as resistências ao poder são manifestadas nas ações contrárias às ordens estabelecidas, como em movimentos sociais e de lutas de classe.

Existem, ainda, outras interpretações do conceito. Bobbio, por exemplo, define poder como “a influência voluntária de um grupo ou indivíduo sobre o comportamento de outro grupo ou indivíduo” (BOBBIO et al., 1998, p. 940). Para tanto, complementa que o poder não é um fim em si mesmo, não se restringe somente ao seu exercício e a sua obediência, mas age como um instrumento que tem por finalidade obter efeitos desejados (BOBBIO, 2000). Assim, o poder é um recurso, uma ação para obtenção de um objetivo, efeito ou resultado vantajoso onde sempre haverá duas posições: a capacidade de agir e de produzir efeitos; a parte dominante e a dominada; e a obediência e a objeção.

⁵ Max Weber economista e sociólogo, nasceu em 1864 na cidade de Erfurt, na Turíngia (Alemanha).

Estudar o poder é, portanto, estudar os meios de interação entre os indivíduos não somente no espaço público, mas também na esfera privada, já que as relações de obediência e dominação perpassam a esfera pública e produzem seus resultados nas relações privadas. Os meios de interação e operação do poder podem, portanto, ser separados de forma corretiva e a persuasiva. A forma corretiva trata das relações de poder nas quais estão presentes o uso de sanções negativas e da manipulação para o cumprimento do poder. O uso das sanções negativas implica em utilizar-se de ameaças por meio de diversos fatores, entre eles a força física, obrigando o dominado a obedecer ao dominante. Na forma persuasiva, os meios estão relacionados com a significação e a legitimação, ou seja, com a influência das vantagens e ganhos oferecidos em troca da relação de obediência. Isso está relacionado com a cultura, hábitos, tradição, significados e costumes, institucionalizados ou não, da parte dominada, pois esta tem que atribuir valor ou sentido ao que está sendo ofertado como troca. O poder econômico, dentre outros, é o que se evidencia de forma intensa o uso da persuasão como meio para a dominação (WEBER, 2011).

Dentro desta perspectiva, os meios de poder, quando o Estado se insere nesta relação, trazem à tona uma relação de superioridade do 'homem' sobre o 'homem', baseada no instrumento da violência legítima. O Estado ao utilizar o poder como capacidade de correção faz uso da coerção, da violência e da força física como ameaças para que o dominado obedeça ao dominante. No entanto, o Estado pode fazer uso da manipulação, onde o convencimento ocorre por meio do uso de estímulos que serão concedidos pelo dominante e que beneficiará, de alguma forma, a parte que deve obedecer (WEBER, 2011).

A relação entre poder (autoridade) e dominação (obediência) é a base de toda organização político-administrativa, em que o poder possibilita a imposição de uma vontade a ser obedecida. Para Weber (2004) existem três tipos de: dominação tradicional, carismática e racional-legal.

A *dominação tradicional* está atribuída aos costumes, atos e ações que são seguidos culturalmente e, por isso, são vistos como aceitáveis e corretos, já que a obediência a elas está arraigada na tradição e é vivenciada através da imposição de regras, preceitos e hábitos.

A *dominação carismática* se relaciona com a capacidade pessoal do líder de converter o público à suas vontades e desejos. É o tipo de dominação fundamentada nas crenças que os dominados têm nas capacidades excepcionais do dominante, cuja

singularidade faz dele alguém a ser seguido. Neste caso, a personalidade e carisma do líder é fundamental, uma vez que um líder carismático é alguém capaz de realizar grandes feitos e realizações e, por este motivo, é obedecido e reverenciado.

Por fim, a *dominação racional-legal*, também conhecida por burocrática, é aquela baseada em uma organização social e política que combina aspectos técnicos e hierárquicos na constituição de um estamento legal que rege, de forma impessoal, as relações entre o Estado e os indivíduos, dando origem à burocracia como fonte de poder e autoridade. É a dominação fundamentada nas leis, procedimentos, condutas e normas instituídas, que são obedecidas à medida que os dominados (população) acreditam que as leis são legítimas e que devem ser respeitadas (e.g. obediência à Constituição) (WEBER, 2004).

Assim como Weber, Bobbio et al. (1998) elencaram os três tipos predominantes (clássicos) de relações de poder, que são utilizados como meios para condicionar e influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos. Dentre eles, o poder econômico que é aquele baseado na posse de recursos materiais e bens e se vale da detenção desses bens – considerados necessários para induzir aqueles que não os possuem a manter certo comportamento (e.g. trabalho) (BOBBIO et al., 1998). Esta definição está claramente ligada à concepção marxista de uma sociedade capitalista dividida em classes, que é estruturada através de relações produtivas fundamentadas na troca entre capital e força de trabalho.

No mesmo contexto, Parsons (1982) acrescenta a esta definição subdivisões de ‘bens’ como sendo também a posse de riqueza, renda e poder de compra. Este fato se justifica a partir da visão do dinheiro como uma fonte de poder, pois quanto mais dinheiro, mais poder, o que chama de “institucionalização da cultura do dinheiro na sociedade” e apresenta seu conceito de poder econômico:

O tipo econômico consiste na extensão da ordem dos termos de troca efetivos ou potencialmente disponíveis e, portanto, da ordem de qualquer escolha de qualquer ator em relação à aquisição e disposição dos direitos de posse dos bens – e, é claro, para as recompensas na medida em que são ‘negociáveis’ (PARSONS, 1982, p. 82).

O exercício do poder econômico no Estado e nas instituições sociais está pautado na distribuição e organização dos bens e recompensas na sociedade (PARSONS, 1982). Na sociedade, na visão de Karl Marx⁶, as relações de poder

⁶ Karl Marx: economista, filósofo e sociólogo alemão (1818-1883).

econômico estão fundadas nas remunerações e benefícios financeiros que a classe de trabalhadores (proletariado) recebe como recompensa, pela venda de seu trabalho e, conseqüentemente, de sua submissão, através de um determinado recorte ideológico (BOBBIO et al., 1998).

A ideologia é trabalhada na tese como o conjunto de ideias ou crenças partilhadas por um grupo em uma organização social. Desta forma, poder ideológico é “a influência das ideias nas crenças e nos comportamentos das pessoas” que serve “para justificar as ações dos que detêm o poder” (GIDDENS, 2001, p. 468, 424). O poder ideológico é uma forma de domínio persuasivo, que tem como intuito obter a obediência através da utilização de ideias, crenças, símbolos e significados destinados a induzir a aceitação do poder sem contestação, através da utilização dos meios de comunicação como mecanismo expressão e disseminação ideológica. Marx e Engels (1989, p. 22) definiram por ideologia a “consciência falsa, equivocada da realidade, porém consciência necessária aos homens em sua convivência e em sua atividade social”, um conjunto de ideias e opiniões, determinadas e disseminadas pela classe dominante, que influenciam o funcionamento e comportamento do indivíduo, grupos e sociedade com objetivo de exercer a dominação.

Esta visão crítica demonstra que o poder ideológico, enquanto forma de enfrentamento de injunções imediatistas, pode ser empregado para transformar realidades, reduzir ou minimizar os conflitos entre dominantes e dominados nas relações de poder, utilizando-se, neste caso, de técnicas de persuasão. A ideologia é uma consciência invertida, uma realidade construída e instituída que ocultam as relações de poder e dominação, produzindo indivíduos que a aceitam e legitimam como verdadeira (MARX; ENGELS, 1989, p. 22).

A partir dessa perspectiva marxista, as questões culturais na sua definição de ideologia como sendo uma concepção em que o poder ideológico consiste na transformação das ideias dominantes em ideias comuns, convertidas em uma realidade naturalizada, corriqueira a todas as demais classes com o propósito de que a classe que detém o domínio econômico (plano material), também, estenda seu domínio à esfera política, social e das ideias (GRAMSCI, 2011, p. 16).

A visão de Marx e Engels é reformulada por Althusser (1985), que define ideologia como uma expressão imaginária do campo das ideias, um processo de tomada de consciência que é o conjunto de pensamentos inconscientes, irrefletidos, que liga o indivíduo e grupos a estrutura dominante de poder. Sob sua visão os

pensamentos inconscientes são valores predeterminados que são estabelecidos pela classe dominante para obter a dominação.

Todavia, nem toda ideologia pertence a um grupo dominante. Existem movimentos sociais, lutas de classe, revoluções que se desenvolvem na sociedade para contestar as estruturas de poder existentes, têm embasamento ideológico próprio que não é partidário das ideias dominantes, ao contrário se fortalecem por possuir um conjunto de crenças e ideias específicas de cada grupo (GRAMSCI, 2011).

Assim, cabe afirmar que o poder ideológico está presente em todas as relações de poder, seja do Estado ou da sociedade, como instrumento para justificar ou racionalizar suas ações. A propagação do poder ideológico no Estado e nas instituições soberanas (Escola, Estado, Igreja), ocorre, principalmente, por meio do discurso dos governantes (WEBER, 2011).

2.1.2 O Poder Político: Estado e Constituição

O poder político é de exclusividade do Estado, que é o executor do domínio sobre indivíduos, grupos, instituições à submissão e obediência das leis, normas e regras instituídas, sob pena do uso de formas coercitivas de repressão, força física e violência. Para o Estado, é “uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima” (WEBER, 2011, p. 67). Apesar de esse poder ser constituído a partir do conceito weberiano de Estado, ele possui variantes e não deve ser compreendido de forma simplória ou unilateral. Assim, a descrição weberiana pode ser ampliada de acordo com o regime político adotado pelo Estado. Desta forma, regimes democráticos são exemplos que o poder político do Estado pode ser mandante, ou influenciado pela ação da sociedade. Da mesma forma que esta última pode estar na condição de governada ou como agente influenciador nas ações do Estado (BOBBIO et al., 1998).

O poder político do Estado, por sua exclusividade, inclusividade e universalidade, é o único poder que, obrigatoriamente, não se inter-relaciona com nenhum outro poder simultaneamente (WEBER, 2011). A exclusividade é uma característica explícita em seu conceito, ou seja, o Estado – e somente o Estado –

detém, de maneira legal e legítima, a legitimidade para exercer o poder coercitivo com uso de violência e força física dentro do estamento social. A inclusividade existe porque o Estado detém

[...] a possibilidade de intervir, de modo imperativo, em todas as esferas possíveis da atividade dos membros do grupo e de encaminhar tal atividade ao fim desejado ou a desviar de um fim não desejado, por meio de instrumentos de ordenamento jurídico (BOBBIO et al., 1998, p. 957).

Por universalidade, entende-se a condição de que todas as ações políticas do Estado se aplicam a todos os indivíduos que são cidadãos, inclusive esta característica do Estado está prevista e amparada no artigo 5º da constituição brasileira que determina que todos são iguais perante a lei (CF/88).

O Estado enquanto instituição soberana de poder político submete-se à obediência da Constituição, que é a ordem jurídica fundamental e suprema que determina as regras relativas à organização estrutural do Estado e o exercício do poder político no que concerne aos direitos e à liberdade dos cidadãos e ao acatamento das normas constitucionais, ou seja, a Constituição conduz a organização político-jurídica do Estado, em outras palavras, é a lei que regula o exercício do poder e a abrangência da dominação estatal (PAULO; ALEXANDRINO, 2015).

A Constituição é quem determina o sistema de governo, a separação das funções estatais e o exercício do poder do Estado, a amplitude das liberdades e deveres individuais. A Carta Magna brasileira, em seu artigo 2º, consagra a divisão tripartite do poder estabelecendo como fontes para seu exercício o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, independentes e harmônicos entre si e a república presidencialista como o sistema de governo (CF/88).

Para os marxistas, o Estado, de forma metafórica, é dividido em duas estruturas: a infraestrutura e a superestrutura. Na infraestrutura estão as relações de produção entre as duas classes, a burguesia e o proletariado. No âmbito da economia, através do exercício de dominação da classe burguesa sobre o proletariado, que é a classe dominada pela detenção dos meios de produção (MARX, 2015). A infraestrutura dá origem à superestrutura na qual se insere o Estado, o sistema político-jurídico, a ideologia, religião, ciência, artes, filosofia, meios de comunicação. Neste sentido, cabe a definição marxista de Estado em Althusser (1985):

O Estado é, antes de tudo, o que os clássicos do marxismo chamaram de o aparelho de Estado. Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a polícia e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados” pelos acontecimentos (ALTHUSSER, 1985, p. 31).

Desta forma, a superestrutura tem a função de assegurar as relações de dominação que ocorrem na infraestrutura, garantir a reprodução da sociedade em duas classes antagônicas, ora reforçando ora sustentando as relações de dominação da burguesia sobre o proletariado. Para isso, utiliza-se de duas formas: a forma política, que são as leis, normas, regulamentos, coerção, sanções e repressão; e a forma persuasiva no uso poder ideológico (ideologias) (MARX; ENGELS, 1989).

O Estado como um ente superestrutural é constituído pela junção de duas instâncias: (i) a sociedade política, que é o governo enquanto aparelho repressivo do Estado; e, (ii) a sociedade civil, composta também de organizações privadas e instituições sociais tais como as igrejas, os sindicatos, partidos políticos e as famílias. Desta forma, a superestrutura no bloco histórico é a soma da sociedade política (o Estado) e seu conjunto de mecanismos coercitivos e repressivos através dos quais a classe dominante detém o monopólio do poder; com a sociedade civil, esfera na qual acontece a disseminação de ideias, a difusão de ideologias, a propagação dos valores e interesses das classes dominantes sobre o proletariado através do direcionamento moral, intelectual e cultural de todo o conjunto social (GRAMSCI, 2011).

A divisão clássica de poder em político, econômico e ideológico servem para Weber, porém, como suficientes para correlacionar, de forma generalista, as diversas configurações necessárias ao exercício do poder em sociedades diversas.

2.1.3 O poder da autoridade e da hegemonia

A partir da perspectiva clássica de poder weberiana, outros autores oferecem novas abordagens para o tema. Giddens (2001), por exemplo, conceitua que a autoridade é um poder legítimo e isto significa que ter legitimidade é ter a aceitação,

o consenso ou simplesmente a compreensão pela parte subordinada do direito que a autoridade legitimada tem de exercer o poder.

São destacados dois tipos de autoridade: (i) autoridade por direito formal; e, (ii) por aceitação. A autoridade por direito formal é aquela legitimada, nomeada para exercer o poder de forma jurídica ou institucionalizada tal como ocorre, por exemplo, no exercício do poder público. A autoridade por aceitação, que advém do convencimento ou entendimento do dever de obediência (WEBER, 2011), ou em “respeito pela competência ou capacidade torna-se um valor institucionalizado comum da comunidade à qual ambos pertencem” (PARSONS, 1982, p. 253).

A autoridade por aceitação pode ser entendida em dois modelos de sociedade, a capitalista e a patriarcal. Na *sociedade capitalista*, marcada pela prevalência do capital na constituição das relações produtivas a teoria marxista ocorre com a submissão do proletariado aos burgueses pelo convencimento social de que quem detém o poder econômico detém a autoridade. A *sociedade patriarcal*, mais antiga que a sociedade capitalista, é um modelo de organização de poder político, econômico-religioso e social que tem, como sua base, a autoridade do homem sobre os demais componentes da organização social (mulheres e crianças), sem adentrar aqui as questões feministas que permeiam os debates acerca deste tipo de sociedade atualmente (GIDDENS, 2001).

Este tipo de poder se apresenta no campo das relações sociais num determinado processo histórico, na produção e reprodução dialética do cotidiano. Está localizado entre as estruturas marxistas e construído de forma impessoal: são as estruturas, os micropoderes, que se encontram em forma de leis, normas, regras de conduta, mecanismos de regulação. Nesse conjunto de mecanismos se constituem a sociedade e englobam desde a tomada de decisão até a aplicação desta decisão, sob forma de um bloco histórico, definido como:

[...] é entendido habitualmente como sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa laico e é um instrumento mui eficaz de hegemonia, mesmo se de quando em vez pode não concordar com este ou aquele governo etc.) (GRAMSCI, 2011, p. 264).

Estas são outras formas de poder, profundas e difusas, que podem surgir da parte mais baixa da pirâmide e permear as ações e relações sociais cotidianas dos indivíduos, e também podem alcançar as instituições sem terem como fonte o poder estatal. É um tipo de poder que se produz e se reproduz por meio da hegemonia, um sistema de crenças e simbologias – efetivas e discursivas – que, quando difundidas, têm por objetivo convencer que a ideologia dominante, que é a única possível e deve ser entendida como soberana e obedecida pelos dominados. Hegemonia é uma força particular de dominação, onde o Estado, tal qual uma superestrutura, composto pela união da sociedade civil com a sociedade política, não é o único e puro instrumento de poder e força a serviço da classe dominante (GRAMSCI, 2011).

A hegemonia é um tipo de poder cultural e dominação ideológica da classe dominante sobre a classe dominada e se dissemina por meio da educação, religião e dos instrumentos e conteúdos utilizados para a comunicação social (GRAMSCI, 2010). Todavia, em todo exercício de poder, como contraponto à obediência encontra-se o conflito e a resistência às imposições da vontade dominante (WEBER, 2011). Neste sentido, na perspectiva gramsciana não se mostra muito diversa: de um lado encontra-se o discurso hegemônico dominante; e, do outro, o contra-hegemônico, dos indivíduos e atores sociais que reconhecem problemas sociais comuns conflitantes ao discurso hegemônico dominante.

A hegemonia, enquanto dominação ideológica de uma classe sobre a outra, é uma estratégia técnica de exercício de um poder persuasivo e manipulador. A dominação, em sua dimensão política, econômica, social e cultural, se manifesta dentro de uma estrutura capitalista delineada pelo marxismo onde, por sua vez, a ação hegemônica dos dominantes sobre os dominados. A dominação hegemônica se efetiva sob forma de domínio e controle da sociedade civil e faz uso da mídia e das demais formas de expressão cultural, artística e comunicativa para disseminar ideias, valores e interesses e, desta forma, perpetuar a obediência dos dominados à hegemonia por uma adesão orgânica, sem questionamentos, dada a condição de passividade que caracteriza a massa dominada (GRAMSCI, 2010).

Neste contexto, o Estado não é mais visto como ente puro e fundamental utilizado como instrumento de poder e força a serviço da classe dominante, mas como uma força revestida do consenso, com capacidade de coerção e de controle de determinadas instituições sociais (e.g. meios de comunicação, empresas, escolas, família, igreja), ou seja, todas as organizações supra estatais que contribuem de forma

comunicativa para a disseminação e obediência ao pensamento hegemônico (GRAMSCI, 2010; 2011).

2.1.4 Das macroestruturas para os micropoderes

Além da teoria clássica, outros autores, como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, discutem o poder sob a perspectiva de ‘tipos difusos de poder’, os quais são vivenciados de forma vital, não somente através de um aparato burocrático e legal. As teorias de ambos acrescentam à pesquisa outras formas de reflexão acerca do tema da dominação em uma sociedade.

O poder é o tema central da obra de Michel Foucault no século XX e, por sua vez, não deve ser percebido como algo que um grupo detém e outro grupo não detém, nem tampouco algo fixo e inalterável, e sim como uma prática social constituída historicamente, não centralizado ou totalitário. É um poder transversal constituído de micropoderes que circulam nas microrrelações, nas relações entre as pessoas, e entre as instituições. Portanto, onde há relações pessoais haverá relações de poder. Nas relações de poder quem dispõe dos meios capazes de justificar e viabilizar práticas autoritárias, que existem com o intuito de conformar a vontade daqueles que não são detentores do poder. Assim se define que o poder é, acima de tudo, uma relação de força (FOUCAULT, 2017, p. 175).

Não se trata aqui de uma relação expressa de dominação, mas de uma estrutura de poder que se constrói com base nas relações denominadas como micropoderes – aqueles que são oriundos das famílias, das instituições de crença, das relações sociais cotidianas pensadas em sua forma multilateral e multifacetada. O poder consiste basicamente em deter saber para incitar e induzir comportamentos desejáveis (FOUCAULT, 2017).

Para Foucault (2008a), no exercício do poder é importante se evitar o processo em que o Estado detém o poder, uma classe domina a outra e existe apenas hegemonia e contra-hegemonia. “De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de

nós é, no fundo, titular de certo poder e, por isso, veicula o poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 91).

O Estado, enquanto aparato de poder, insere-se, de maneira profunda e difusa, na vida dos indivíduos – e o faz através da criação de mecanismos jurídicos e legislativos fortes e que se apresentam de maneira legítima que se dissemina por toda estrutura social – não é um poder que advém de um governo, mas sim de um aparato legal capaz de fazer dos comportamentos desejados um *habitus* de Pierre Bourdieu (2007), que abordaremos adiante.

Neste sentido, Foucault (2008a) afasta-se dos conceitos tradicionais de poder que apresentamos anteriormente ao pensar o poder não como a detenção do monopólio da força ou do exercício de um governo por um líder carismático. Ele deixa de ser o exercício de dominação de um aparato simplesmente repressivo, tal como nos explica o autor:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2008a, p. 45).

Trata-se aqui do biopoder (ou biopolítica) para a obtenção de comportamentos desejáveis resultantes de uma observação e da atuação do poder sobre os processos vitais humanos. Atua-se sobre a biologia, sobre o sexo, sobre o discurso – sobre dizer e não dizer, sobre o silêncio – de modo a gerir a população, tendo por objetivo o controle de fenômenos como epidemias e taxas de natalidade e fecundidade (FOUCAULT, 2008a).

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. E preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. E isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2008a, p. 43).

O biopoder é mais que a normalização das condutas particulares, de normalização de comportamentos, é a automatização de comportamentos de modo a gerar estatísticas para a burocracia estatal capaz de permitir a implementação de políticas públicas eficazes (FOUCAULT, 2008a) e neste sentido compreende o biopoder como uma prática política que controla, exclui ou reprime:

[...] não, é claro, que a prática política, desde o século XIX, tenha imposto à medicina novos objetos como as lesões dos tecidos orgânicos ou as correlações anatomofisiológicas; mas ela abriu novos campos de demarcação dos objetos médicos (tais como são constituídos pela massa da população administrativamente enquadrada e fiscalizada, avaliada segundo certas normas de vida e saúde, analisada segundo formas de registro documental e estatístico; são constituídos, também, pelos grandes exércitos populares da época revolucionária e napoleônica, com sua forma específica de controle médico; são constituídos, ainda, pelas instituições de assistência hospitalar que foram definidas, no final do século XVIII e no início do século XIX, em função das necessidades econômicas da época e da posição recíproca das classes sociais) (FOUCAULT, 2008a, p. 184-185).

Ainda sobre as suas reflexões acerca do biopoder, destaca-se:

Não acho que fui o primeiro a colocar esta questão. Pelo contrário, me espanta a dificuldade que tive para formulá-la. Quando agora penso nisto, pergunto-me de que podia ter falado, na *História da Loucura* ou no *Nascimento da Clínica*, senão do poder. Ora, tenho perfeita consciência de não ter praticamente usado a palavra e de não ter tido este campo de análise à minha disposição. Posso dizer que certamente houve uma incapacidade que estava sem dúvida ligada à situação política em que nós achávamos. Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e, ao mesmo tempo, a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política (FOUCAULT, 2008a, p. 41-42).

Dessa maneira, o poder organiza-se em rede e é exercido não apenas de maneira vertical desde o Estado em direção aos cidadãos, mas reconhecendo e dirigindo as pequenas relações de dominação no nível do lar e das relações da sociedade civil. E o faz de maneira dúplice, apresentando, ao mesmo tempo, como

elemento de dominação e como benefício e vantagem aos dominados. Foucault (2017) fala da formação de corpos dóceis, que passam a aceitar sobre si o exercício do poder nos campos do direito, mas também da medicina, da clínica e do sexo. O poder que empresas exercem sobre seus empregados é da mesma natureza da que pais exercem sobre seus filhos, maridos sobre suas esposas, maiorias sobre minorias. Todas essas relações de dominação encontram-se abrangidas e legitimadas em um discurso, este sim vertical, onde o poder exercido pelo Estado e pelo capital, encontra legitimidade enquanto meta-aparelho que legitima e garante o exercício do poder nas instâncias inferiores da sociedade e beneficia-se do resultado de seu exercício.

Esta prática do poder, para Foucault (2008a), terá seu reflexo mais perverso quando de seu exercício sobre aqueles indivíduos que, por ocuparem uma posição subalterna na ordem de sua distribuição, não têm sobre quem exerce poder, tornando-se espécies de depositários do autoritarismo não apenas do Estado, mas de todos aqueles que, legitimados pela ordem social por este garantida, têm seu comportamento e papel social dirigidos e tolhidos sem poderem, por sua vez, conformarem o exercício do papel social de outros indivíduos.

Fugindo da concepção tradicional de poder, Bourdieu (1992 apud SETTON, 2002) apresenta o poder simbólico, fundado na existência do *habitus*, que se constitui, para o autor, como uma forma de equacionar a relação entre indivíduo e sociedade, tal como nos explica Setton, a seguir:

Habitus surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada (Bourdieu, 1992, p. 101). Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (SETTON, 2002, p. 63).

O *habitus*, tal como uma “subjetividade socializada” é, portanto, uma conformação social do comportamento individual, experimentado nas condições do agir cotidiano. O poder exercido através do *habitus* manifesta-se, portanto, no fato

que, ao atingir a cultura, ele alcança as formas de pensar do indivíduo e determina o curso das suas ações. Podemos afirmar que, no cenário ideal proposto por Bourdieu, a própria liberdade é engolida pelo poder, tendo em vista que as condições de atuação não são livres e sim adequadas à vontade do *habitus* expressa através de um sistema simbólico de poder (BOURDIEU, 1989; 2007).

Agamben, filósofo italiano, também trata do conceito de biopoder na política, fazendo uma aproximação com Michel Foucault, mas propondo uma abordagem diversa da questão do poder dentro desse conceito. Para ele, os indivíduos são seres singulares, sujeitos à dominação do soberano que, basicamente, tem o poder de decidir quem vive e quem morre em um conflito permanente entre o espaço público e o privado “o conflito político decisivo que governa todo outro conflito é, em nossa cultura, o conflito entre animalidade e a humanidade do homem. A política ocidental é, pois, co-originariamente biopolítica” (AGAMBEN, 2002, p. 81-82).

A vida biológica é o motor que orienta a vida política e assim afirma:

A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos *arcana imperii* (AGAMBEN, 2014, p. 14, grifo no original).

A soberania não está no Poder Executivo ou no simples exercício do poder formalmente estabelecido, conforme afirma Agamben (2011):

O equívoco que consiste em conceber o governo como poder executivo é um dos erros mais carregados de consequências na história do pensamento político ocidental. Isso fez com que a reflexão política moderna se extraviasse por detrás de abstrações e mitologemas vazios como a Lei, a vontade geral e a soberania popular, deixando sem resposta precisamente o problema político decisivo. O que nossa investigação mostrou é que o verdadeiro problema, o arcano central da política, não é a soberania, mas o governo, não é Deus, mas o anjo, não é o rei, mas o ministro, não é a lei, mas a polícia – ou seja, a máquina governamental que eles formam e mantêm em movimento. As duas soberanias, a dinástica e a democrático popular, remetem a duas genealogias realmente distintas. A soberania dinástica de direito divino deriva do paradigma teológico-político; a soberania popular-democrática, por sua vez, deriva do paradigma teológico-econômico-providencial (AGAMBEN, 2011, p. 299).

O poder e seu exercício inserem-se numa perspectiva litúrgica. Assim, ele necessita da glória e da aclamação para ser legítimo e, quem faz isso, dentro da teoria

de Agamben, é a mídia. A opinião pública é a fonte do poder contemporâneo, à medida que celebra os dispositivos aclamatórios necessários ao cumprimento da liturgia dentro da democracia de massas. Assim, a formação da opinião pública pela mídia é o processo que Agamben classifica como uma nova potência política, capaz de promover uma aclamação coletiva (AGAMBEN, 2011).

O poder em nossa atual configuração política faz com que os âmbitos público e privado, centrais nas análises políticas tradicionais, sejam diluídos pela interpolação da mídia que formata o modo como as pessoas opinam e pensam, segundo uma hegemonia pré-definida pelo poder dominante. Ou seja, não há liberdade (em sua definição política clássica), mas a consagração da aclamação e do 'discurso hegemônico' como verdade, através de ritos cerimoniais e litúrgicos que esvaziam o conceito de poder, bem como o conceito de soberania.

2.1.5 Políticas Públicas

A noção de poder como atividade que visa a si mesma e que, exercida na política, busca a manutenção da ordem, como elemento de estabilidade que permite sua própria preservação (BOBBIO et al., 1998), abre para a possibilidade de compreensão do Estado como "centro do poder político e de autoridade", definido como "o conjunto de instituições criadas, recriadas e moldadas para administrar conflitos e tensões dentro de um determinado território e sobre um determinado conjunto demográfico" que compõem o processo decisório e "representam os principais *loci* onde negociações e barganhas em torno das políticas públicas são realizadas" (SOUZA, 2013, p. 9-10).

Dada esta compreensão, as políticas públicas representam o "Estado em ação" (GOBERT; MULLER, 1987 apud HÖFLING, 2001), não no sentido de reduzi-las a somente políticas estatais, mas como de responsabilidade do Estado "quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada" (HÖFLING, 2001, p. 31).

A relação entre a sociedade e o Estado sugere “nas práticas sociais as formas de construção das políticas públicas em cada contexto” (BAPTISTA; MATTOS, 2011, p. 286). Como é o caso das políticas (públicas) sociais, que se originam como resposta aos conflitos entre o capital e as relações de produção na sociedade capitalista, e servem como “processo de mediação – como estratégia estatal – entre interesses conflitivos” (HÖFLING, 2001, p. 34) representam e se definem em

[...] ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípios, para a distribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p. 31).

O processo de mudança das políticas sociais intervencionistas para políticas de direitos sociais ocorre a partir da teoria do Estado liberal, em que se institui a primeira dimensão dos direitos fundamentais (SARLET, 2012). Isso ocorre por meio de ações “essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 36). Os direitos individuais, ou direitos fundamentais, asseguram ao cidadão o direito à propriedade privada, o direito de liberdade civil e política (SARLET, 2012). No Brasil, cabe destacar, a instituição dos direitos individuais, de liberdade, marca a trajetória de construção do sujeito e da cidadania, do indivíduo “entendido não mais como o escravo ou o servo, mas o trabalhador, a força do Estado, a identidade de uma nação” (BAPTISTA; MATTOS, 2011, p. 90).

A ampliação dos direitos fundamentais ocorre com a ruptura do absentéismo do Estado liberal e a ampliação dos direitos fundamentais, incorporando aspectos sociais, econômicos e ambientais. As políticas públicas retomam a responsabilidade estatal, e devem garantir os direitos sociais (saúde, educação, habitação, alimentação e assistência social), coletivos e econômicos, estimulados e amparados pelos princípios de universalidade, igualdade e justiça social. Devem também assegurar os aspectos coletivos da sociedade, evidenciando com programas relacionados ao “direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e qualidade de vida, bem como ao direito à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e o direito de comunicação” (SARLET, 2012, p. 34).

Neste sentido, Charles Lindblom afirma que “todo governo e política podem ser percebidos como um processo de elaboração de políticas públicas” definidas como a

ação e a razão da atividade política e administrativa em um cenário de relações conflituosas de poder, autoridade, dominação e controle, resumindo-a como “efeito de uma rede complexa de forças” (LINDBLOM, 1991, p. 13).

A partir desta definição, o processo de estudo e análise de políticas públicas deve ultrapassar a linearidade e racionalidade clássicas, de forma crítica e não normativa, e compreender que a implementação de uma política pública “é resultado de uma luta política” de saber o poder que percorre cada uma das etapas do processo político (BAPTISTA; MATTOS, 2011, p. 90), assim:

Assumir este ponto de partida para os estudos de política não significa, contudo, fugir do cenário do que é visível e palpável nos aparatos estatais, mas sim reconhecer a que eles se conectam, pois de outro modo ‘seremos governados por aqueles que se interessam’ pela política e que atuarão para mantê-la invisível (BAPTISTA; MATTOS, 2011, p. 95-96).

Estes pressupostos remetem à abordagem das ‘duas faces do poder’, de Bachrach e Baratz (1962), em que relações de poder, autoridade e dominação, no espaço político, entre dominantes e dominados, grupos de interesse, atores sociais, instituições e o Estado envolvem conflitos, declarados ou ocultos, com o propósito de “participar do poder ou a influenciar a divisão do poder” (BACHRACH; BARATZ, 2011; WEBER, 2011, p. 67), a saber:

[...] anteriormente à face visível do poder, manifestada pelos indivíduos e grupos que tomam efetivamente as decisões (ou que impõem os vetos), os pesquisadores devem prestar atenção à face invisível do poder. Essa outra face consiste na capacidade que indivíduos ou grupos têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos (isto é, de “mobilizar vieses”), impedindo que temas potencialmente perigosos para seus interesses e perspectivas sejam objeto de discussão e deliberação pública (BACHRACH; BARATZ, 2011, p. 149).

Esta teoria da década de 60, do século XX, contribuiu para compreender que o posicionamento de determinadas demandas em posição ativa dentro da agenda política do governo está sujeito aos discursos hegemônicos de poder dos grupos que disputam o controle e a influência sobre a posse do aparato de Estado. De um lado está uma face do poder de disputa pela hegemonia e de outro a aplicação direta desta hegemonia sobre forças latentes que poderiam vir a romper o equilíbrio da estrutura, para mantê-las latentes ou mesmo para eliminá-las enquanto possibilidade de expressão política (BACHRACH; BARATZ, 2011).

Deste modo, pode-se afirmar que a formulação de uma política pública depende, primeiramente, da capacidade que os diversos grupos possuem para identificar suas próprias demandas, formulá-las em termos de projetos e exercerem pressão na arena pública, de modo a obterem sucesso em seus intentos. O ingresso de uma demanda na agenda de decisão, porém, não significa o atendimento desta. O Estado, enquanto ente que atua na política para manter a ordem e acumular poder, formulará a sua agenda e decidirá o que entra, ou não, na pauta, considerando os interesses e necessidades dos grupos que, por sua força política ou discurso hegemônico, têm a potencialidade de perturbarem a manutenção da ordem (e a normalidade do exercício do poder) quando não atendidos em suas demandas (BACHRACH; BARATZ, 2011).

Esta abordagem foi a base para a definição de política pública instituída por Thomas Dye (1984) ação ou a inação, o que o Estado decide fazer ou não fazer para a solução de problemas (DYE, 1984) se dá a partir de seu planejamento, da formação da agenda e do processo de tomada de decisão em fazer, ou não fazer, política:

Política pública é o que quer que os governos escolhem fazer ou não fazer. Governos fazem muitas coisas. Regulam conflitos com a sociedade, organizam a sociedade no tocante a conflitos com outras sociedades, distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais aos membros da sociedade e extraem dinheiro da sociedade, mais frequentemente em forma de impostos. Então, políticas públicas devem regular o comportamento, organizar burocracias, distribuir benefícios ou cobrar impostos – ou todas essas coisas de uma só vez⁷ (DYE, 1984, p. 1).

Desta forma, o ingresso de uma demanda na agenda de decisão de formulação de políticas públicas, porém, não significa o atendimento desta. Também não implica, automaticamente, no fato de que a solução ao problema apresentado na arena política, e seu resultado, será aquela desejada por seus formuladores (HÖFLING, 2001, p. 35). Com isso, analisar políticas trata de compreender como e porque se define enquanto ação do Estado, como se consolida, quais seus resultados e que como se sustentam na prática.

⁷ Tradução de: *Public policy is whatever governments chose to do or not to do. Governments do many things. They regulate conflict-hitching society; they organize society to carry on conflict with other societies; they distribute a great variety of symbolic rewards and material service to members of the society; and they extract money from society; most often in the form of taxes. Thus, public policies may regulate behavior, organize bureaucracies, distribute benefits, or extract taxes-or all these things at once* (DYE, 1984, p. 1).

2.2 QUALIDADE DE VIDA URBANA

A definição e conceito de Qualidade de Vida (QV) nos campos das ciências sociais aplicadas e da saúde demonstra ser um tema complexo, multidisciplinar e dinâmico (DISSARD; DELLER, 2000). Está relacionada a todas as questões associadas à ambiente e pessoas, e a interação entre estes. Quando empregado em relação ao ambiente ou espaço urbano algumas pesquisas e estudos nomeiam como Qualidade de Vida Urbana (QVU), porém, poucos o empregam restringindo o uso a simplesmente QV (MASSAM, 2002; NAHAS, 2009).

A falta de consenso na definição do tema e os múltiplos sinônimos dados ao termo estão diretamente relacionados a dois fatores principais: (i) a percepção de senso comum sobre o que é qualidade de vida (HAAS, 1999; HERCULANO, 2000); e, (ii) o fato de cada área de estudo adotar como definição o viés da disciplina em que está inserido o campo da pesquisa, e, desta forma, a definição é apresentada com uma variedade e diversificação de conceitos, dimensões, medidas avaliativas (FARQUHAR, 1995) e o emprego de termos semânticos tais como bem-estar, estilo de vida, condições de vida, satisfação e felicidade (DISSART; DELLER, 2000).

Diante da ausência de consenso, algumas análises sobre o conceito e definição de QVU sob perspectivas históricas, teóricas, filosóficas e empíricas da QV são necessárias para esclarecer e fundamentar os aspectos socioeconômicos e políticos da QVU relacionados ao desenvolvimento do presente trabalho.

2.2.1 O conceito de qualidade de vida definido por seus aspectos

A qualidade de vida, sem grande rigor, foi definida como bem-estar e ou satisfação com a vida pessoal, com os aspectos físicos, bem-estar material e as relações com outras pessoas, atividades sociais, cívicas e o de desenvolvimento pessoal, realização e saúde (ERIKSSON; LINDSTRÖM, 2005).

A definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1998 ainda é adotada por estudos e abordagem sobre o tema QV até os dias atuais, captura os

aspectos subjacentes da saúde física e mental em termos positivos de saúde, como o enfrentamento, satisfação, autonomia e resiliência.

A qualidade de vida se define como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida dentro do contexto cultural e do sistema de valores em que vive e com respeito a suas metas, expectativas, normas e preocupações. É um conceito amplo e complexo que engloba a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais e a relação com as características marcantes do ambiente (OMS, 1998, p. 28).

Apesar deste ser um conceito amplamente adotado pelas organizações governamentais e por algumas áreas da ciência, mesmo as que abordem a QV sobre outros aspectos que não somente a saúde, revela tão somente os aspectos subjetivos e individuais, com base no que se confere de valor que é atribuído da QV, que tem sua origem no campo da psicologia, na década de 60, do século XX, nos Estados Unidos da América (EUA), a partir das pesquisas de opinião, com foco na percepção e satisfação dos indivíduos relacionadas ao bem-estar (VEENHOVEN, 2007).

Aos aspectos subjetivos estão relacionados às respostas psicológicas de indivíduos ou grupos quanto ao nível de satisfação e felicidade para com os aspectos da realidade, é “o grau de que a vida do indivíduo é percebida para corresponder a algum padrão interno implícito ou explícito ou referente” (EVANS, 1994, p. 53). Fatores sociais e de padrão de vida são relevantes neste sentido, “felicidade, bem-estar, satisfação, senso de autovalor, autoestima e identidade cívica” também são considerados para a avaliação da QV (MASSAM, 2002, p. 142). Além disto, integram o conceito questões como segurança, lazer, atividade física e cultural, convívio social e familiar, disponibilidade e uso de recursos naturais (JANUZZI, 2005). Para as mulheres, os aspectos intangíveis são sinônimo de QV (TAVARES, 2015; VEENHOVEN, 2004).

Três aspectos merecem importante destaque no que diz respeito a QV no campo da subjetividade, sendo eles: (i) o bem-estar reside dentro da experiência individual; (ii) o bem-estar não é apenas a ausência de fatores negativos; e, (iii) o bem-estar inclui certamente um componente global ao invés de somente uma medida limitada a determinado aspecto da vida (GIACOMONI, 2004).

Neste sentido, a temática da QV é frequentemente usada de forma intercambiável, entre os aspectos subjetivo e o objetivo, entre o material e imaterial, individual e coletivo que se configuram em diversas áreas e campos. Sua natureza

multidimensional revela a impossibilidade de reduzi-la a um único aspecto ou propósito, questões éticas, filosóficas, culturais, históricas, étnicas, econômicas e sociopolíticas, são fundamentais para sua compreensão, constituição, definição, avaliação e classificação (GALLOWAY, 2006; MASSAM, 2002; MINAYO et al., 2000).

Os aspectos objetivos são representados pelas dimensões sociais, políticas e econômicas, versam acerca das questões materiais da realidade social vivida no espaço urbano. São relativos aos bens e serviços públicos oferecidos à população (e.g. renda, habitação, educação, saúde, transporte) que por sua vez, são mais fáceis de identificar e dimensionar, e oferecem subsídios à gestão do espaço urbano na elaboração de políticas públicas de promoção a QV a partir das necessidades básicas do indivíduo e da população (JANUZZI, 2009; VEENHOVEN, 2007).

A Constituição da República (CF/88) também dispõe acerca da QV, segundo esta Carta soberana em seu artigo 5º todos têm direito à vida, liberdade, à igualdade, à segurança, que dada sua definição são entendidos como intangíveis (aspectos imateriais) e individuais, e também direito à propriedade, que por sua constituição é um aspecto tangível (material), individual e coletivo. Em seu artigo 6º a Carta soberana dispõe sobre os direitos sociais, e ao longo de seu texto dispõem sobre o direito à qualidade destes para todos como condição para a vida, com qualidade (GALLOWAY, 2006; MINAYO et al., 2000; SANTOS; MARTINS, 2002).

Ainda que haja um esforço científico em empregar o resultado de estudos e pesquisas, teóricos e empíricos, para a elaboração de um conceito universal que se aplique como definição de QV, o que se evidencia é que não há um consenso sobre o que de fato é e, por este motivo, se define como um resultado de qualidade 'positiva' para seus aspectos conforme se apresenta Quadro 1.

Aspecto	Definição	Natureza
Materiais	Direitos sociais: necessidades humanas básicas, questões físicas e de infraestrutura: transporte, habitação, segurança pública, sistema de saúde e abastecimento d'água são exemplos.	Qualitativa, quantitativa
Imateriais	De percepção individual da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos. Questões intangíveis como justiça, cidadania, cultura e lazer são exemplos.	Qualitativa, quantitativa
Individuais	Educação, segurança, proteção à maternidade e a infância, condição social e econômica, renda, liberdade, igualdade e cidadania são exemplos.	Qualitativa, quantitativa

Aspecto	Definição	Natureza
Coletivos	Bens e serviços públicos. Políticas públicas e planejamento urbano. Direitos sociais são exemplos.	Qualitativa, quantitativa
Objetivos	Bens e serviços públicos que servem para atender as necessidades básicas individuais e coletivas no espaço urbano, direitos sociais são exemplos.	Quantitativa
Subjetivos	Percepção e avaliação individual de satisfação com a vida.	Qualitativa

Quadro 1 – Aspectos da qualidade de vida

Fonte: Elaborado pela autora, 2019 (GALLOWAY, 2007; MINAYO et al., 2000; SANTOS; MARTINS, 2002).

O termo QV e saúde são sinônimos desde então, adotando termos como condições de vida, estilo de vida e situação de vida, e ao longo da sua história passam a incorporar, a partir do movimento dos indicadores sociais (anos 60 e 70, do século XX), outras áreas tais como os direitos sociais, individuais, bens e serviços públicos.

2.2.2 A construção histórica da qualidade de vida: da medicina social aos bens e serviços públicos

O interesse político e urbano pela temática da QV advém da área da saúde pública nos estudos da medicina social ocidental e da estatística social no final do século XVIII e início do século XIX, “quando investigações sistemáticas começaram a referendar esta tese e dar subsídios para políticas públicas e movimentos sociais” (MINAYO et al., 2000, p. 3). Os primeiros modelos da medicina social tiveram início na Alemanha, seguidos da França e da Inglaterra. O enfoque destes modelos foram: a medicina de estado, com a administração da população pela saúde; na medicina urbana de administração e controle da cidade; e a medicina inglesa e os sistemas médicos *health service* e *health officers* para o controle da saúde dos trabalhadores.

O primeiro país a estatizar a medicina, adotando práticas políticas de medicina social como um serviço do Estado para com as condições de vida da população foi a Alemanha, no final do século XVIII e início do século XIX. A medicina de estado tinha como objetivo “práticas médicas efetivamente centradas na melhoria do nível de

saúde da população” sob o domínio e controle do poder do Estado (FOUCAULT, 1984, p. 83). O modelo francês de administração da vida, ao contrário do modelo alemão que estava preocupado com a população, concentrou suas práticas de melhoria da vida da população no espaço urbano. A França estava passando pelo processo de urbanização e o objetivo era de “organização da saúde da cidade”. A medicina urbana da França, que recebeu este nome por tratar da perspectiva do espaço urbano, teve como realização a elaboração e implementação de políticas de planejamento urbano para melhoria da vida da população nas cidades do país. Por fim, a medicina inglesa, já no final do século XIX, ou a medicina dos pobres como foi chamada devido a implementação da ‘lei dos pobres’, implementou práticas de controle de administração da saúde da população carente, dos trabalhadores e operários das indústrias.

Esses modelos de políticas de cuidado e controle da saúde da população e, organização do espaço urbano, são princípios basais onde se iniciou, de fato, a intervenção e o fortalecimento do Estado como agente promotor e regulador da prestação de serviços públicos e planejamento do espaço urbano para assegurar boas condições de vida à população, dividida em duas classes sociais, os ricos e os pobres. Neste caso, o objetivo era o controle com a saúde biológica da população pobre em detrimento da classe rica (FOUCAULT, 2017). Apesar das críticas a este modelo, é fato que a saúde e a política estão imbricadas quando o assunto é QV, ao longo da história e até as práticas atuais.

No Brasil, durante a Primeira República (1889-1930), um modelo tecnocrático e repressivo de medicina pública foi estruturado em torno desse modelo, com um discurso dominante na política de saúde simultaneamente às políticas de urbanização e de habitação. A Diretoria Nacional de Saúde responsável pela saúde pública no Brasil, organizou e implementou programas e serviços de saúde pública por intermédio de instituições públicas de higiene e saúde e sistemas de decisões em políticas de saúde (LUZ, 1991). O emprego do termo QV surge no final deste período, na década de 30, do século XX, enquanto categoria de estudo (disciplina) como resultado de políticas sociais e, sua relação com o ambiente (GALLOWAY, 2007; KEITH, 2001).

No período dos anos 30 aos 50, do século XX, denominado como ‘era política populista’ houve, no Brasil, avanços no campo da saúde pública com a criação dos institutos de seguridade social (aposentadoria e pensão), sindicatos e o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. As políticas públicas de saúde apresentavam um caráter de “tecnocracia sanitária, também médica, de tendência nacionalista e

desenvolvimentista, predominante nos órgãos de saúde pública” (LUZ, 1991, p. 80), mas ainda, seguindo os modelos da medicina urbana e inglesa, classificavam a população em burgueses (elite) e trabalhadores que estavam sujeitos as “normas administrativas e políticas de pessoal adequadas a estratégias de cooptação das elites sindicais ‘simpatizantes’ e de exclusão das discordantes” (LUZ, 1991, p. 79).

Posteriormente, nos anos 60 e 70, do século XX, ocorreu a época de desenvolvimento e ascensão do movimento dos indicadores sociais, preconizado pelos Estados Unidos e Escandinávia e, adotado por demais países, inclusive no Brasil, que realizavam análises e comparações das condições de vida para a QV, a partir do eixo das desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade, em escala nacional, regionais (municípios das capitais e região metropolitana) e comunidades, no campo da saúde, educação, habitação e da oferta dos serviços públicos como condição para a QV da população (GALLOWAY, 2007; IBGE, [20--]; KEITH, 2001; MINAYO et al., 2000).

Entre 1969 e 1970, na Europa e EUA, as pesquisas e estudos no campo das ciências sociais foram ampliando para além destas organizações, diversas propostas de categorias de análise que definiriam critérios para a avaliação da qualidade de vida da população a partir de temas como a educação, habitação, saúde, bem-estar, cultura e segurança emergiram e, dentre as quais se destacam como pioneiros os indicadores que foram propostos pela *Toward a Social Report* (EUA, em 1969), do *Les Indicateurs Sociaux* (França, em 1970) e o Projeto de Pesquisa do C.E.E. (1971) (IBGE, 1979).

A partir do movimento social americano e escandinavo, organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); Comunidade Económica Europeia (CEE); Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas (ONU); e, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), iniciaram pesquisas no campo das ciências sociais para a construção de indicadores na área social. O objetivo foi de mapear estatisticamente a realidade social em diversas regiões e países como subsídio para a tomada de decisão de formulação de políticas públicas e prestação de serviços públicos de promoção à qualidade de vida (IBGE, 1979).

A crítica a esta lógica de associação de indicadores como medida de avaliação da QV está na forma de “resumir a vida para medir a qualidade”, ou seja, os indicadores de abordagem objetiva, que consideram a QV como resultado dos

serviços e recursos públicos colocados à disposição da população, fornecem dados e informações dos gastos empregados na prestação de serviços públicos *versus* os seus resultados, mas não são utilizados para calcular as necessidades e a capacidade de provisão de serviços públicos de forma a atender com eficiência a realidade das demandas sociais, nem tampouco consideram fatores sociais, culturais e aspectos subjetivos em suas análises teóricas e empíricas de QV (AGER, 2002, p. 373).

No Brasil, o período entre os anos de 64 a 84, do século XX, considerado como “Estado Militarista”, diferentemente dos modelos dos anos 1930 a 1960, foi estabelecida a centralização, concentração e autoritarismo do poder institucional, pelo qual recebeu muitas críticas.

No nível político, essa conjuntura foi de fato a mais dura vivida pela nação em tempos de República. Ela foi marcada pelos atos institucionais e por outros decretos presidenciais que modificaram a Constituição no tocante aos direitos de cidadania, informação e comunicação social, bem como ao controle do exercício dos poderes Legislativo e Judiciário. Essa conjuntura se caracterizou também por uma vontade política arbitrária, concentrada num Poder Executivo avesso a medidas ou políticas sociais que favorecessem a participação da sociedade civil (LUZ, 1991, p. 81).

Neste período, as condições de saúde da população estavam em declínio e a demanda por consultas médicas que propunham a cura individual e coletiva para a situação “caótica” de saúde da população aumentou. Os recursos, para os serviços públicos de saúde, não atendiam o contingente e a demanda populacional. O financiamento pelo Estado a instituições de saúde privadas foi a solução adotada pelo então governo da época. A saúde pública começou a ser tratada como um produto médico massificado, a ineficiência e a má qualidade dos serviços de saúde médica aliados a questões relacionadas com a educação e a habitação foram o motivo da crise do modelo de política social vigente que mais tarde, em 1983, levaram a população as ruas reivindicando a saúde “vista socialmente como direito universal e dever do Estado, isto é, como dimensão social da cidadania” (LUZ, 1991, p. 84).

No Brasil, entre os anos de 1985 e 1989, apesar de ainda haver uma situação de exclusão favorecida pelo poder da elite conservadora, o país iniciou um processo de reorganização e, as políticas públicas desempenharam um papel muito importante em direção a um Estado de direito e democrático. Neste período, destaca-se a percepção social de que a saúde é um direito civil e, portanto, um direito do cidadão e dever do Estado. A nova Constituição de 1988, fundamenta a população do papel

da saúde e das instituições médicas em todos os níveis, conscientizando sobre questões que agregaram positivamente para uma nova visão de saúde que emerge não mais como ausência de patologias (doenças) e sim como um “efeito real de um conjunto de condições coletivas de existência” (LUZ, 1991, p. 88).

Do nosso ponto de vista, e no de outros autores que realizaram estudos similares, as políticas e instituições de saúde desempenharam um papel histórico inegável para constituição e estabilização da ordem sociopolítica brasileira. Ajudaram mesmo a modelar certos traços estruturais dessa ordem, entre os quais a tendência à concentração do poder e à exclusão das classes populares dos circuitos de decisão econômica, política e cultural do país. Esse papel continuado das políticas e instituições de saúde pode ser percebido e analisado ao longo dos períodos que marcam as principais conjunturas de nossa história, desde a Proclamação da República, em novembro de 1889, até a restauração dos direitos políticos e civis cassados no pós-64, a partir de 1982, passando pela conjuntura de transição democrática da Nova República, encerrada em março de 1990, um século após a proclamação (LUZ, 1991, p. 77-78).

O compromisso com a QV perpassa e, é muito mais abrangente do que resumi-la a um único padrão biológico de vida, está relacionada com o ambiente vivido, a equidade de acesso dos bens e serviços públicos, a cidadania e a democracia e para tanto, faz-se necessário a contribuição do campo das ciências sociais para sua operacionalização.

2.2.3 Qualidade de vida e suas abordagens

Diversas disciplinas e áreas estão relacionadas com a QV e isto colabora com a diversificação do tema nas ciências sociais, que trata da interação com o meio, ambiente e sociedade. Minayo e colaboradores (2000) resumem a qualidade de vida como um campo semântico polissêmico que reflete “conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades”, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

A definição do conceito, dos critérios de avaliação e da promoção da QV variam de acordo com o enfoque filosófico de sua abordagem, do campo de estudo e do objetivo da pesquisa sobre o tema. Existem ao menos três principais correntes filosóficas que se encontram relacionadas na construção da temática da QV no campo

das ciências sociais: (i) racionalista; (ii) positivista; e, (iii) progressista (AGER, 2002; GALLOWAY, 2007; KEITH, 2001).

A corrente filosófica racionalista, a mais empregada nas sociedades capitalistas e em desenvolvimento, é pautada na visão utilitarista da relação custo-benefício dos bens e serviços disponibilizados a população pelo Estado. A QV, nesta perspectiva, é compreendida como apenas uma contribuição do resultado dos serviços públicos, definidos a partir da equação técnica de minimização de custos e maximização de benefícios e utilidade, desconsiderando a subjetividade da diversidade e pluralidade das realidades socioeconômicas, ambientais e culturais da sociedade (MASSAM, 2002). As decisões políticas, por sua vez, são técnicas e instrumentais, relacionadas aos bens e serviços de necessidade básica. Desconsidera-se nas decisões os aspectos imateriais da QV, tais como de desigualdade, segregação, exclusões socioespaciais, políticas, étnicas, culturais e filosóficas (CARVALHO, 2009). Esta abordagem é verificada na época histórica da QV e a medicina social da Inglaterra e Alemanha, nos séculos XVIII e XIX, também é percebida na 1ª República (1889 a 1930) e no Estado militarista no Brasil (1964 a 1984).

Os positivistas dão ênfase no conhecimento científico e técnico, realizam pesquisas, coletas de dados e utilizam-se de metodologias quantitativas de análise da realidade dos aspectos objetivos e materiais da QV para pautar o processo de tomada de decisão de forma neutra, ou seja, há um distanciamento entre o objeto e a causa, ente o indivíduo e a QV (CARVALHO, 2009; GALLOWAY, 2007; KEITH, 2001). Os aspectos subjetivos e imateriais, considerados experiências observáveis, não objetivistas e não científicas, não são significativos nesta abordagem (FREY; STUTZER, 2002). Nesta visão, as decisões são estruturadas a partir de pressupostos de um modelo padrão de vida que são definidos pela cientificidade da teoria, análise e resultados das pesquisas (CARVALHO, 2009). Os indicadores são exemplos de uma filosofia positivista e fornecem informações para análise e elaboração de políticas públicas e o resultado destas tentativas, considerados como uma metodologia de “engenharia social racional” (VEENHOVEN, 2007, p. 10).

A filosofia progressista, por sua vez, promove buscas para a evolução e avanços sociais e políticos incorporando avaliações da integralidade da QV sob seus diversos aspectos, incluindo o subjetivo e imaterial, luta pelos direitos humanos e sociais para a promoção e melhoria da QV.

[...] Propõe-se que a proeminência da avaliação da qualidade de vida como uma abordagem para planejamento e avaliação de serviços reflete a capacidade do conceito de QV para atender as expectativas modernistas e pós-modernistas, e servem como base para a alocação transparente de recursos entre prioridades para gastos públicos restritos (AGER, 2002, p. 369).

A temática progressista, pode ser verificada no contexto cultural atual das políticas sociais, nas parcerias público-privadas (AGER, 2002) em especial no Brasil após a Constituição da República de 1988.

No campo das ciências, a área da saúde é onde se evidenciam as maiores aplicações e avanços em pesquisa e estudos, conseqüentemente publicações e eventos sobre a temática. Na saúde pública, a QV está centrada nos padrões de normalidade, na ausência de patologia e no bem-estar da população, das comunidades e grupos, que se apresentam subdividas em categorias de análise, tais como de gênero, etnia, idade e localização geográfica. Na saúde clínica, ou especializada, a abordagem individualizada das medicinas especializadas e o olhar da QV são relativos ao aspecto individual do bem-estar. Nos estudos, destaca-se as contribuições da área da psicologia, que tem acrescentado ao tema, com suas pesquisas, importantes contribuições relacionadas ao caráter subjetivo da QV, em nível individual e coletivo (ERIKSSON; LINDSTRÖM, 2005; KEITH, 2001).

Na sociologia, o enfoque da QV está na estrutura e funcionamento dos grupos, das comunidades e sociedades para a QV, busca aferir o “bem-estar tangível” (ERIKSSON; LINDSTRÖM, 2005) o que se atribui enquanto valor positivo, significa boas condições em um bom ambiente (KEITH, 2001; VEENHOVEN, 2007).

Para a as ciências econômicas a visão da QV está associada a felicidade, bem-estar e satisfação com a vida como resultado das condições, estilos e padrões de vida (KEITH, 2001; SEN, 1993). Desta forma, seu enfoque está centrado na utilidade das ofertas de bens e serviços públicos e de lazer para a população como uma mercadoria para o bem-estar (FREY; STUTZER, 2002; KEITH, 2001) e no papel dos agentes econômicos e do padrão financeiro (ERIKSSON; LINDSTRÖM, 2005).

Na área das políticas públicas, a QV é o resultado desejado da prestação de serviços públicos, disponibilidade de bens públicos, em especial nas áreas dos direitos e políticas sociais (GALLOWAY, 2007).

Pensa-se em qualidade de vida como resultado das políticas públicas e desenvolvimento de uma sociedade, onde os determinantes socioambientais se manifestam como atributo de seus atores. Ao mesmo tempo, pode-se

entender esta ideia no outro extremo da análise, a partir da percepção de uma população protagonista de sua realidade, do que vem a ser qualidade de vida segundo ela mesma (ROCHA et al., 2000, p. 63).

Por este motivo, a definição adotada para a qualidade de vida tem muita importância, deve integrar e equilibrar as três dimensões de bem-estar (*i.e.* econômico, social e ambiental) (GALLOWAY, 2007), associar a “justiça, liberdade, eficiência e sustentabilidade” (MASSAM, 2002, p. 142) para a população, os indivíduos, grupos e comunidades, em todo processo desde a avaliação até a tomada de decisão para políticas públicas.

Nas ciências sociais, em seus diversos campos, abordagens e áreas respondem a promoção e a um resultado de QV dentro de sua abrangência, o que se mostra insuficiente porque é necessário que haja a contribuição e inter-relação entre todas para, de fato, promover resultados satisfatórios de QV.

2.2.4 A estatística da qualidade de vida

O primeiro indicador que mensurou a QV e bem-estar da população nacional foi o Produto Interno Bruto (PIB), que calcula a quantidade de riqueza gerada, ou seja, a produção de bens e serviços em um país. Nessa perspectiva, quanto maior a produção, maior será a renda da população. Assim, a população é capaz de satisfazer suas necessidades individuais e coletivas e, conseqüentemente, com maior bem-estar individual e coletivo (GIANETTI, 2002). Os países passaram a ser considerados pobres ou ricos dependendo de sua renda. Todavia, não é possível medir questões de desenvolvimento humano, como a QV de uma sociedade, por seu crescimento econômico; ou seja, “pelo equivalente monetário de um grupo restrito de atividades”. Não se pode considerar que o crescimento do PIB esteja diretamente associado a um viver melhor (DAWBOR, 2007, p. 17).

Países considerados ricos economicamente devido ao seu alto PIB possuíam realidades sociais que demonstram a baixa QV. Questões como a longevidade, condição de habitação, acesso a serviços de saúde, saneamento, educação e uma crescente desigualdade na distribuição de renda populacional evidenciavam que o crescimento econômico não estaria relacionado a promoção da QV e que ela está

relacionada a vida humana e seu conjunto de atividades, ao modo de ser. A prosperidade econômica deve ser entendida como um meio para a operacionalização da promoção à QV e bem-estar, é uma questão intermediária e não o fim em si mesma (SEN, 1993).

A dicotomia, crescimento econômico e qualidade de vida podem ser equacionadas, em que, de um lado para a implementação de soluções sociais é necessário considerar questões econômicas para viabilizar a sua execução, de outro lado sem melhores condições sociais para a população não há como obter crescimento econômico, o que se pode dizer, então, é que sem o crescimento econômico não há possibilidades de resolver problemas sociais e, que o contrário também se aplica (SEN, 1993).

Parece ter sido, pois, o reconhecimento de que o crescimento econômico não se fazia acompanhar por uma melhoria na qualidade de vida – ou, melhor dizendo, que o progresso “econômico” não engendrava por si mesmo o progresso “social” o que impulsionou, naquele momento, a produção de indicadores sociais (IBGE, 1979, p. 6).

Assim, a prosperidade econômica, o progresso da produção é uma questão intermediária, é um meio para a promoção e melhoria da qualidade de vida da população, mas nunca deve ser o objetivo final, não é a finalidade pela qual se justifica a qualidade de vida (SEN, 1993).

Na década de 1990, sob a direção de Mahbud ul Haq e nos enfoques de Amartya Sen, o PNUD publicou o relatório sobre o desenvolvimento humano reforçando a mudança de paradigma e o rompimento da hegemonia dos indicadores econômicos, como medida de avaliação da QV. Como resultado se desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH), considerado como um importante indicador social. O IDH é calculado e disponibilizado anualmente pela PNUD é parte integrante de sua agenda global de desenvolvimento, contemplando atualmente a fornecer subsídios ao direcionamento do processo de políticas públicas, com ênfase no bem-estar social (NAHAS, 2009).

O índice econômico não deixa de integrar as análises sociais, ao contrário, ainda faz parte das medidas de QV, porém não mais como uma condição, um objetivo final para o desenvolvimento da humanidade e, sim, como um meio de operacionalização (DOWBOR, 2007).

No Brasil, a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), que teve início em 1998, é uma fonte de informações e estatísticas internas e externas, da realidade social e, suas desigualdades socioespaciais, para a promoção da QV.

Analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais (IBGE, [201-]).

Anualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza a publicação do resultado de suas análises em escala nacional, regional (municípios das capitais e região metropolitana) e, até mesmo, em unidades interurbanas. Está em constante aprimoramento com pesquisas e estudos que visam contribuir incorporando não só assuntos recentes e relevantes para as políticas públicas, mas também um aprofundamento das análises a partir do eixo das desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade.

Os indicadores sociais são subsídios para a promoção da QV, oferecendo estatísticas, dados e informações do cenário social; contribuindo para o aprofundamento do tema, a elaboração de políticas públicas e o monitoramento de mudanças sociais, mas, ainda assim, não são suficientes para determinar o conceito ou definição que o termo engloba com diversos significados, abrangência, complexidade, subjetividade, cultura e realidade social e demanda a prática da democracia. No entanto, a aplicação de indicadores como medida de avaliação da QV não deve ser a única metodologia empregada para este fim, são unicamente métricas que resumem as dimensões e o conceito da QV a que estão relacionados ou embasados (KEITH, 2001).

Os conceitos dos indicadores resumem a QV em suas principais dimensões (*i.e.* objetivas e materiais) se situam em um contexto amplo de realidades socioespaciais em distintas escalas de tempo e espaço. Os indicadores, portanto, condensam informações, que são medidas projetadas de QV que proporcionam uma ampla gama de configurações em diferentes e múltiplos contextos, realidades, condições, mas que podem não ser o suficiente para capturar a totalidade objetiva e subjetiva da vida da população e para toda a população (AGER, 2002; HAGERTY et al., 2001; JANNUZZI, 2005), desta forma:

O índice deve ser fundamentado em uma teoria bem estabelecida. Por “teoria” queremos dizer a “rede nomológica” de conceitos e caminhos causais que especificam como a QV está relacionada a fatores exógenos e endógenos variáveis. Por “bem estabelecido”, queremos dizer que suas partes foram submetidas a teste empírico. Particularmente, em se tratando das aplicações de políticas públicas, os caminhos e as variáveis de medição afetarão diferentes esferas da QV que devem ser especificadas, de modo que os decisores políticos possam prever os efeitos de novos programas (HAGERTY et al., 2001, p. 6).

As experiências do uso de indicadores para a avaliação da QV no Brasil “demonstram, em geral, grande distância entre os conceitos estabelecidos e sua efetiva mensuração” e revelam a importância do processo de decisão da escolha dos temas e conceitos para os indicadores e, até mesmo dos próprios indicadores (NAHAS, 2009, p. 36).

Além disto, verifica-se que os indicadores adotam a noção de ‘bem-estar’ como somente a soma do bem-estar dos diferentes indivíduos de determinada região, em determinado momento; é necessário ampliar as unidades, os critérios e valores, as categorias de análise contemplando mais que uma única medida como realidade absoluta. A população não é uma unidade homogênea, e sim heterogênea e estratificada, em uma sociedade com diferentes “valores e interesses em conflitos”, em que, são evidenciadas inúmeras realidades sociais, culturais, econômicas, territoriais, ambientais, dentre tantos outros aspectos, que compõe a vida em uma cidade. Outros cenários e contextos precisam ser considerados para que seja possível de fato avaliar a qualidade de vida e bem-estar nacional (IBGE, 1979, p. 10).

A definição de QV é muito abrangente e, por isso, existe a necessidade de se considerar o uso de alguns indicadores como contribuição para a análise social, em escala de tempo e espaço. Medidas de avaliação são relevantes para a compreensão de realidades locais, análise de cenários, integração com outros indicadores e, servem como instrumento para o planejamento de projetos, programas, planos e de monitoramento de comunidades, grupos, regiões; são importantes no processo de tomada de decisão para políticas e planejamento públicos (MASSAM, 2002).

Os indicadores são meios de análise social, mas também, são resultado de ações tomadas a partir de sua utilização, são ‘meios e fins’ em distintas escalas de tempo e realidades socioeconômicas, ambientais e culturais, importantes e necessários para o campo de pesquisa da QV.

3 CAPÍTULO II – DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Para alcançar o objetivo geral proposto, nesta pesquisa utiliza-se da estratégia do estudo de caso, indicado para pesquisas cujo enfoque encontra-se em um fenômeno contemporâneo de uma realidade existente, delimitado em uma escala de tempo e temática definidos (CRESWELL, 2010). Para tanto, empregou-se o procedimento de métodos mistos sequenciais, adotando o uso de diferentes técnicas de pesquisas conforme a necessidade de cada etapa, combinando dados qualitativos e quantitativos, coletados de forma rigorosa e complementares (CRESWELL; PLANO CLARK, 2013).

A delimitação dos elementos centrais da investigação empírica está nas políticas públicas para a mulher e na promoção da qualidade de vida urbana no município de Curitiba entre os anos de 1988 e 2018. A escolha do ano de 1988 deve-se ao fato de que foi o ano em que foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

3.1 MATRIZ ANALÍTICA

Para a organização da pesquisa, foi adotada a elaboração de uma matriz analítica que teve por objetivo nortear toda a trajetória da pesquisa a fim de conseguir responder o problema de pesquisa proposto. Na matriz foram apresentadas as variáveis constitutivas e operativas. As constitutivas têm por finalidade definir o objeto e campo de estudo da pesquisa. As operativas são os objetos de pesquisa, os questionamentos, que permitem delimitar a pesquisa possibilitando compreender como as variáveis constitutivas serão observadas e, também, manipuladas e compreendidas, determinando a sua extensão dentro da pesquisa (Quadro 2) (GRESSLER, 2007).

Objetivo geral			Analisar as políticas públicas para a mulher de promoção à qualidade de vida urbana e ao bem viver em Curitiba entre 1988-2018		
Objetivo específico	Variável constitutiva	Variável operativa	Dados primários	Dados secundários	Metodologia
Identificar na literatura a construção teórica de políticas públicas, qualidade de vida urbana, bem viver e mulher (gênero).	Conceito, construção e definição teórica sobre os temas: Políticas públicas, qualidade de vida urbana, bem viver e mulher (gênero).	Políticas públicas, qualidade de vida urbana, bem viver e mulher (gênero).	Livros, artigos científicos, teses, dissertações, instituições e universidades.	Órgãos e instituições públicas. Agência de notícias de Curitiba. Casa da Memória.	Revisão literata, pesquisa bibliográfica e revisão integrativa.
Levantar o histórico sociopolítico da mulher em Curitiba.	Levantar a história sociopolítica da mulher em Curitiba.	Como se construiu sociopoliticamente a mulher em Curitiba? Quais os marcos históricos sociopolíticos da e para a mulher em Curitiba?	Livros, artigos científicos, teses, dissertações, instituições, universidade, atores sociopolíticos.	Órgãos e instituições públicas. Agência de Notícias de Curitiba. Casa da Memória.	Método misto sequencial: pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo, métodos estatísticos.
Delinear um panorama histórico, sociopolítico e legislativo das políticas públicas para a mulher de QV, no período entre 1988 e 2018 em Curitiba.	Levantar a narrativa sociopolítica e as políticas públicas para mulher de qualidade de vida urbana no período de 1999 a 2018.	Mulher, mãe, política pública programa, plano, ação, projeto.	Atores sociopolíticos.	Órgãos e instituições públicas. Agência de Notícias de Curitiba. Casa da Memória.	Método misto sequencial: pesquisa exploratória, entrevista, análise de conteúdo, métodos estatísticos, análise de políticas públicas.
Analisar a correlação entre qualidade de vida urbana e bem viver da mulher em Curitiba.	Levantar o conceito de qualidade de vida urbana e bem viver e analisar a correlação entre ambos na perspectiva da mulher/gênero .	Existe correlação entre QVU e BV na perspectiva da mulher/gênero? Quais a similaridades e divergências entre os conceitos de QVU e BV na perspectiva da mulher/gênero?	Livros, artigos científicos, teses, dissertações, instituições, universidades.	Resultados do objetivo específico a-b-c.	Análise de conteúdo.

Quadro 2 – Matriz analítica da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

3.2 FASES DA PESQUISA

Neste subcapítulo será apresentada a metodologia aplicada a esta pesquisa, para tanto, dividiu-se em três fases, na medida que eles foram se constituindo como tal.

Na primeira fase constam os projetos de iniciação científica que foram realizados para compor esta tese, e também, a metodologia para a construção teórica. Na segunda fase está descrita a metodologia da parte exploratória para levantamento dos dados e informações em todas suas etapas. E por fim, na terceira fase, onde está a metodologia utilizada para a etapa de análise dos resultados da pesquisa.

3.2.1 Primeira fase

Inicialmente esta pesquisa exploratória propõe uma maior aproximação com o problema por meio de levantamento de dados acerca dos temas centrais: qualidade de vida urbana, bem viver, políticas públicas, gênero. Nesta etapa exploratória é empregada a pesquisa documental e bibliográfica de natureza orientada por métodos qualitativos e quantitativos (GRESSLER, 2007). Integram esta etapa da pesquisa, os PICs (Quadro 3) realizados concomitantemente com o objetivo de oferecer subsídios a este estudo.

Ciclo	Título	Objetivo
2016/2017	Bem Viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da Ecosocioeconomia: adaptação e mitigação às Mudanças Climáticas.	Construir um constructo teórico-metodológico-empírico sobre o tema BV que releve abordagem intercultural sobre o tema BV.
2016/2017	Indicadores de “ <i>buen vivir</i> ” como alternativa de mensuração do desenvolvimento.	Levantamento e análise de indicadores sistêmicos sobre o Bem Viver nos municípios brasileiros, utilizando como recorte o município de Curitiba.
2017/2018	Indicadores de “ <i>buen vivir</i> ” como alternativa de mensuração do desenvolvimento.	Identificar e catalogar os indicadores de Bem Viver, por meio da análise das políticas públicas na cidade Curitiba.

Ciclo	Título	Objetivo
2018/2019 (em andamento)	Indicadores de bem viver e qualidade de vida como alternativa de mensuração do desenvolvimento socioambiental.	Identificar os indicadores de Bem Viver, por meio da percepção de qualidade de vida na cidade de Curitiba (PR).

Quadro 3 – Projetos de iniciação científica

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A pesquisa teve início com a realização da técnica da revisão bibliográfica sistemática integrativa (GAE, 2014). Para tanto, a primeira etapa foi a definição das palavras-chave e a elaboração do protocolo de pesquisa. Definidas as primeiras palavras-chave para a pesquisa: bem viver; qualidade de vida (urbana); políticas públicas para a qualidade de vida (urbana); e, conseqüentemente, para o protocolo da pesquisa foi realizada a etapa de levantamento de artigos nas plataformas acadêmicas virtuais: Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. A escolha de integrar nesta pesquisa o Google Acadêmico foi realizada juntamente com os demais pesquisadores participantes dos projetos de PICs visto que os critérios de exclusão, publicações que não tinham relação com os temas desta pesquisa, a saber: políticas públicas de qualidade de vida urbana para mulher; qualidade de vida urbana; a mulher no contexto da cidade; cidade e qualidade de vida; políticas públicas para mulheres; políticas públicas para qualidade de vida; dicotomia da cidade (homem/mulher); e, emancipação da mulher no período de 1988 a 2016/2017/2018, reduziram substancialmente a quantidade de material para análise. A fim de assegurar a qualidade da pesquisa nesta plataforma, foi adotado o critério de selecionar somente publicações de fontes e autores confiáveis e que tivessem no mínimo 50 citações.

Após uma primeira leitura (análise de conteúdo) do material selecionado, foi necessário incluir mais palavras-chave no protocolo de pesquisa em razão de que estes estavam associados ao tema nas publicações. Foram então definidas como palavras-chave: qualidade de vida; qualidade de vida urbana; bem viver; políticas públicas de gênero; política pública para mulher; política pública para qualidade de vida; política pública qualidade de vida urbana; poder; dominação; *buen vivir*; *quality of life*; *urban quality of life*; *good life*; *gener public policy*; *woman public policy*; e, *public policy urban quality of life*.

Esta etapa forneceu subsídios para aproximação e aprofundamento dos temas e juntamente com a pesquisa em livros, teses, dissertações e documentos oficiais proporcionou a construção das bases conceituais desta pesquisa.

3.2.2 Segunda fase

A seguir a pesquisa passou para a fase exploratória. Na primeira etapa desta fase de pesquisa foi feito levantamento documental dos registros de governo entre os anos de 1988 a 2018 – relativos políticas públicas de qualidade de vida para mulher. Visto que a condição de mãe é um dos papéis que está intrínseco à mulher e que não a desqualifica do grupo de estudo para esta pesquisa, incorporou-se o termo ‘mãe’ nas buscas para coleta de dados.

Esta pesquisa exploratória empregou técnicas de pesquisa de campo e coleta de dados na internet e foi realizada nas agências de notícias oficiais do governo de Curitiba, Casa da Memória de Curitiba, Câmara Municipal e informações sobre as políticas públicas que se encontram disponibilizadas para acesso público (GRESSLER, 2007). Também foram realizadas entrevistas com atores sociopolíticos relevantes à área de políticas públicas para mulheres no município de Curitiba, com o propósito de aprofundar informações sobre os dados e informações coletados considerando a prática do cotidiano que cada um desempenha. A escolha dos entrevistados ocorreu pelo seu envolvimento e atuação nas políticas públicas que mais se destacaram durante a coleta e análise dos dados. A identidade de cada entrevistado foi resguardada tendo em vista as relações de poder que se constituem na temática de política pública para as mulheres no contexto do campo político no município.

Entrevistado	Descrição / perfil
Entrevistado A	Profissional que atua em nível gerencial na estrutura de órgão público do Poder Executivo Municipal, atua há 20 anos no setor público, está a mais de dez anos na área de políticas públicas para mulheres, possui nível superior (especialização).
Entrevistado B	Profissional que atua em nível gerencial na estrutura de órgão público do Poder Executivo Municipal, atua há 25 anos no setor público, está há 25 anos na área de políticas públicas para mulheres, possui nível superior (mestrado).
Entrevistado C	Profissional que atua em nível gerencial na estrutura de órgão público do Poder Executivo Estadual, atua há 25 anos no setor público, está há 25 anos na área de políticas públicas para mulheres, possui nível superior (mestrado).
Entrevistado D	Profissional que atua em nível gerencial na estrutura de órgão público do Poder Executivo Estadual, atua há mais de quinze anos no setor público, está há três anos na área de políticas públicas para mulheres, possui nível superior (graduação).
Entrevistado E	Profissional que atua em nível gerencial na estrutura de órgão público do Poder Executivo Municipal, atua há 25 anos no setor público, está há sete anos da área de políticas públicas para mulheres, possui nível superior (mestrado).

Quadro 4 – Entrevistados: apresentação e perfil

Fonte: Elaborado pela autora 2019.

A seguir, na etapa de seleção de dados e informações para a pesquisa, o material coletado passou por uma análise interpretativa por meio de uma rigorosa leitura observando-se a relevância e pertinência, de forma lógica, dedutiva e indutiva, para a pesquisa (GRESSLER, 2007). Os dados e informações selecionados foram, então, ordenados em uma linha do tempo que possibilitou a compreensão histórica, a partir de 1988, das políticas públicas para a mulher de QV.

3.2.3 Terceira fase

Uma vez conhecidas as bases conceituais e selecionados os dados e informações para a pesquisa, o passo seguinte foi a fase de análise e interpretação. Para as políticas públicas pesquisadas foram consideradas todas as ações, programas e planos, ou seja, tudo que o governo e política elaboraram (LINDBLUM, 1991). A análise levantou as informações e dados referente ao “o que o governo fez,

porque fez e qual a diferença⁸ (DYE, 1984, p. 1). Para as análises foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016), programas (*softwares*) de análise qualitativa e quantitativa de dados e o programa Excel[®] para as análises estatísticas.

⁸ Tradução de: “*what governments do, why they do it, and what difference it makes*” (DYE, 1984, p. 1).

4 CAPÍTULO III – RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo tem como propósito apresentar os resultados da pesquisa, tendo no início de cada um a metodologia que foi aplicada e as fontes de pesquisa.

O primeiro subcapítulo: “A trajetória das políticas públicas para QV”, demonstra a metodologia que o município utiliza para a gestão da promoção da QV bem como a relevância da necessidade da integração entre indicadores para estudos de promoção a QV.

O segundo subcapítulo conta a trajetória histórica da vida das mulheres de Curitiba e sua sujeição às relações de poder, precisamente micropoderes, ao longo da construção enquanto sujeitos e cidadãos no município. Neste mesmo subcapítulo foi realizada uma reconstrução sucinta do movimento feminista até os dias atuais de maneira a demonstrar, por meio dos propósitos de suas reivindicações e objetivos em cada uma das ‘ondas’ do movimento, quais foram, e são, as principais necessidades das mulheres em relação a sua QV.

O terceiro subcapítulo trata do poder político, da ação, ou inação, do Estado em relação as mulheres desde a Constituição da República de 1988 até 2018. Neste subcapítulo foram levantadas as ações do Estado, as políticas públicas implementadas e a atuação do poder legislativo municipal, visto a autonomia municipal que é concedida pela Constituição Federal no artigo 18⁹.

Por fim, as análises das políticas públicas esta demonstrada em um quadro de forma esquematizada em relação aos aspectos da QV (Quadro 5), as relações de poder evidenciadas e a origem da política (nacional, municipal).

4.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUALIDADE VIDA

Nesta pesquisa, foi realizado um levantamento das informações referentes à qualidade de vida urbana em Curitiba – no que tange a metodologia que o município

⁹ “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” (CF/88, art. 18).

utiliza para realizar diagnóstico, monitoramento e controle dos dados para formação de agenda e tomada de decisão de políticas públicas de QV da população. A associação do termo qualidade de vida ao meio urbano, cunhando o termo qualidade de vida urbana, e, por consequência, à própria imagem da Curitiba, como espaço urbano particular em que se investiga a qualidade de vida. A pesquisa foi realizada junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) por ser, desde o ano de 1965, oficialmente o responsável por “monitorar o planejamento e de propor estudos, projetos e soluções para o desenvolvimento ordenado da capital paranaense” (ANIVERSÁRIO..., 2017). Também foram realizadas entrevistas com atores sociopolíticos que integram o poder público no contexto desta temática.

O IPPUC foi o primeiro órgão público no Brasil a aplicar avaliações de qualidade de vida da população da cidade, já em 1980. Visava-se com tal avaliação o monitoramento do planejamento urbano a curto, médio e longo prazo (SLIWANY, 2008). Apesar de se constituir em marco importante, de tal iniciativa não foi possível obter registros em documentos disponibilizados para a presente pesquisa.

Em 1995, o processo de avaliação sistemática de qualidade de vida foi retomado durante as discussões da inserção da cidade de Curitiba na Rede Mundial de Cidades Saudáveis, porém, o primeiro índice de monitoramento da qualidade de vida de Curitiba, realizado pelo IPPUC e amplamente divulgado até os dias atuais, foi desenvolvido em 2003, e tratava dos dados referentes ao período compreendido entre 1997 e 2002. Subsequentemente, esse índice foi atualizado e publicado no ano de 2007, referente ao período do ano de 2003 a 2006 (SLIWANY, 2008).

O indicador de qualidade de vida de Curitiba do ano de 2003, atualizado em 2007, mensurou índices de agrupamentos setoriais, compreendidos como os de maior importância no que diz respeito às características socioespaciais dos bairros da cidade. O objetivo do índice foi subsidiar a elaboração e monitoramento de planejamento e desenvolvimento urbano para, assim, mitigar os contrastes sociais existentes na cidade. Monitorar qualidade de vida era visto como traduzir a QVU da população e as vulnerabilidades intraurbanas do município e seus bairros, auxiliando no processo de tomada de decisão dos gestores públicos. O indicador traduziria a QV da população agrupada em bairros e regionais, o que possibilitaria identificar em uma escala de prioridades quais eram os setores de quais bairros com maiores necessidades de intervenções do planejamento urbano, em uma escala de prioridades (SLIWANY, 2008).

Como forma de viabilizar este processo, no Plano Diretor de Curitiba (IPPUC, 2014), foi designado que a qualidade de vida da cidade será avaliada de forma individualizada em cada um dos planos setoriais previstos: mobilidade, habitação, desenvolvimento ambiental e saneamento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, defesa social e civil. Segundo dados do IPPUC (SLIWANY, 2008), ainda não há uma metodologia – nem definição sobre o indicador sintético de qualidade de vida –, estão em fase de estudo para elaboração.

Mesmo diante desses estudos e relatos, não foi possível identificar, até o momento, nenhum indicador oficial de qualidade de vida do município, tampouco um órgão responsável pela mensuração da QVU em Curitiba. Outro fato interessante é que a partir de 2007, data da última avaliação sobre QV, o município começou a receber prêmio acerca de qualidade de vida (WIPPEL et al., 2018).

O Entrevistado B – que atua na prefeitura de Curitiba há 25 anos, participando direta e indiretamente de muitos projetos e programas que dizem respeito a QV no município para crianças, adolescentes e mulheres – informou que para a formação de agenda, tomada de decisão e monitoramento das políticas públicas são utilizados os indicadores das agências, órgãos e institutos oficiais. Segundo sua experiência com o uso de indicadores para políticas públicas de QV, cita o exemplo da rede de proteção à criança e ao adolescente, implantada no ano 2000 em Curitiba, como resultado de um estudo realizado pelo IPPUC (DIREITOS DA MULHER..., 2009a), Secretaria Municipal da Saúde e a Sociedade de Pediatria durante a implantação do Mapa da Violência pelo Instituto de Pesquisa, Estatística Aplicada (IPEA). Estes órgãos verificaram, ao reunir os indicadores disponíveis e ‘cruzar’ os dados, que não havia indicadores de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, desta forma, diante a ausência destas informações constataram a necessidade de um ‘olhar diferenciado’ para este tipo de violência (ENTREVISTADO B, 2019).

Outro caso exitoso do uso de indicadores de forma integrada é o da “Rede Mãe Curitibana Vale a Vida”. Atualmente este programa engloba outros programas, dentre eles ‘Programa Pai Presente’; ‘HIV/AIDS’; ‘Rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco’; ‘Estratificação de risco odontológico’; ‘Planejamento familiar, ‘pré-natal, parto e puerpério e atenção ao recém-nascido’; ‘CA (câncer) de colo e mama’; ‘Programa Mulher de Verdade de atenção às mulheres vítimas de violência’; ‘#TamoJunto’; ‘ELOS e Famílias Fortes (prevenção do uso de drogas, com crianças, jovens e famílias, em ambiente escolar)’; ‘Programa PSE e

Agenda Cuidar e Proteger dos Adolescentes’; ‘SINASE (projeto para atenção aos adolescentes vulneráveis)’ e ‘Agenda Cuidar e Proteger dos Adolescentes (avaliação da qualidade do atendimento do adolescente na Atenção Básica)’; cada um destes programas possui sua própria gestão e conseqüentemente seus indicadores que, por integrarem uma rede de atendimentos do programa ‘Rede Mãe Curitibana Vale a Vida’, são todos integrados. Segundo o Entrevistado A, esta integração dos indicadores é um diferencial do programa pois possibilita que o diagnóstico, o monitoramento, a avaliação, o acompanhamento e o controle sejam mais efetivos em relação ao atendimento de todos os programas que são prestados, o cruzamento das informações possibilita a visão de vários âmbitos e, conseqüentemente, impacta na qualidade de vida dos atendidos em mais aspectos que somente na gestação, parto e o recém-nascido.

A partir dos exemplos acima, é possível afirmar a importância da utilização dos indicadores de forma integrada. Estudos em relação ao uso de indicadores, demonstram que “apesar da diversidade de indicadores, a prática revela que o uso de indicadores, de forma geral, ainda é feito de modo desintegrado e nos diversos âmbitos e níveis de tomada de decisão” (MALHEIROS; COUTINHO; PHILIPPI JR., 2012, p. 2). Sendo assim, a compilação dos dados e informações dos indicadores e a integração entre os indicadores disponíveis associados é relevante para o resultado da análise e, conseqüentemente, a formação da agenda e tomada de decisão para as políticas públicas.

4.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MULHER EM CURITIBA

Para a construção deste subcapítulo, foram utilizadas publicações selecionadas a partir de uma pesquisa que, fazendo uso de livros, reportagens e artigos, levantasse narrativas históricas para reconstituir, tendo o século XIX como início desta construção, a história da mulher em Curitiba.

Segundo os relatos de Saint-Hilaire, em sua obra etnográfica e histórica sobre viagem a Curitiba em 1820 – viagem cujo relato é considerado pioneiro ao narrar a situação das mulheres do Brasil, dentre elas as do Sul e as de Curitiba, a mulher curitibana caracterizava-se por possuir “as feições mais delicadas do que as de todas

as outras regiões do país que visitei, elas são menos arredias e sua conversa é agradável” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 79).

Os curitibanos do século XVIII dedicam-se mais a agricultura que à pecuária, possivelmente pela proximidade do porto que facilitava a venda dos seus produtos. As terras mais bem cultivadas da região estavam sob o domínio e trabalho das mulheres, a quem o capitão-môr¹⁰ chamava de ‘criaturas’. Estas mulheres eram autossuficientes em relação a sobrevivência econômica familiar, uma vez que seus maridos haviam fugido da cidade (e da província), seja devido aos maus tratos do Capitão Diogo¹¹ ou porque assumiram destaque nas atividades políticas ou nas guerras – assim como na época aristotélica (384 a.C. a 322 a.C.), em que à mulher era destinado o espaço privado, em 1820 durante a visita de Saint-Hilaire à província de Curitiba as mulheres ainda se encontravam neste mesmo espaço, dedicando-se à lida das terras destinadas a agricultura e a pecuária.

O capitão-môr de Curitiba, para fins produtivos, estimulava a vaidade entre as mulheres, uma vez que acreditava que o gosto por enfeites e belos trajes as faria trabalhar mais. Segundo consta de relato de Saint-Hilaire sobre conversa que manteve com o capitão-môr a respeito das mulheres:

Cada uma destas mulheres, desejando possuir uma corrente de ouro, brincos e algumas roupas decentes, punha-se a trabalhar para conseguir isso. Quando o capitão-môr notava que uma delas estava mais mal trajada do que as outras, procurava fazer com que ela se envergonhasse disso, incentivando-a assim a trabalhar para igualar-se às suas vizinhas. (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 80).

Apesar de a história de Saint-Hilaire, em 1820, sugerir uma realidade social de predominância de mulheres trabalhadoras e autossuficientes, o discurso vigente durante o século XIX não era condizente com tal realidade, pois apresentava-as como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas. Esses modelos “já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais” mas passaram a ser enaltecidos pela mídia

¹⁰ Chefes das capitâneas que foram as primeiras divisões administrativas do Brasil, antes dos Estados e municípios (PARANÁ, [20--]).

¹¹ Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o intrépido comandante da vitoriosa ‘Real Expedição de Conquista’ e povoamento dos Campos de Guarapuava, vista como prioridade por D. João VI, logo após sua chegada ao Brasil em 1.808 (TJPR, 2017).

da época, com o intuito de “veicular um projeto civilizador” de padrão comportamental para sociedade (PEDRO, 2004, p. 234).

Os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos. É interessante acompanhar, nas diferentes épocas, as mudanças de papéis sexuais que a imprensa divulgava nas diversas cidades. Tais mudanças, obviamente, vinham acompanhadas de uma campanha com normas de conduta que, muitas vezes, refletia aquilo que a elite urbana considerava “civilizado” e que, em grande parte, era repetição daquilo que os jornais dos grandes centros divulgavam (PEDRO, 2004, p. 234).

Os principais jornais de então eram publicados e mantidos pelas elites urbanas de Curitiba (compostas por recentes imigrantes, comerciantes, pequenos industriais) e veiculavam o papel social esperado da mulher, e em especial das mães, que “seriam responsáveis pelo progresso e a civilização, pois eram consideradas criadoras e educadoras das novas gerações”. Este discurso da época, que delegava à mulher a responsabilidade de criar futuros cidadãos que promovessem o crescimento socioeconômico, não era uma “conspiração planejada e nitidamente delineada”, mas apresentava-se como busca de promoção de “novas formas de comportamento que a elite recém-formada definia para serem seguidas, acompanhando o movimento que vinha de grandes centros da Europa” (PEDRO, 2004, p. 235).

Apesar de desempenharem atividades econômicas nos espaços privados da cidade, o nascente mercado de trabalho curitibano oferecia às mulheres salários menores que aos homens em uma mesma posição. A justificativa para esta diferenciação era de que a diferença de estrutura física entre homens e mulheres resultava em menor capacidade física, o que lhes atribuiria menor produtividade. (GARCIA, 2015).

Apesar da diferença salarial e do discurso sobre o ideal feminino, as trabalhadoras das camadas populares e das mais diversas etnias passaram, impulsionadas pela necessidade de sustentar ou auxiliar no sustento de suas famílias, a circular e disputar espaços públicos, sociais e econômicos. Suas presenças, contudo, não foram bem-vindas pela elite urbana, em especial, a masculina. De um lado estavam os empresários que, sob a alegação de que “as imagens idealizadas que serviam de referência de distinção para a elite urbana” estavam ameaçadas pela presença de mulheres ‘populares’, passaram a lhes pagar salários menores com o propósito de desestimulá-las a trabalhar. De outro lado, a elite das mulheres urbanas,

constituída de mulheres brancas e imigrantes, até então de predominância portuguesa, como forma repressão às trabalhadoras populares, passou a contestar, desprezar e até mesmo a constranger estas mulheres por seu comportamento e a sua falta de prestígio econômico e social.

A altivez da elite urbana, vivenciada pelas mulheres trabalhadoras populares em Curitiba remete aos textos de Nestor Victor de 1912, transcritos no artigo de Marco Aurélio Monteiro Pereira (1996), o qual enfatiza a cidade como uma urbe burguesa, citando o discurso como um de suas características.

A população curitibana é vista, no tocante a seu caráter, como ordeira, disciplinada, empreendedora e, principalmente, civilizada. Com ênfase em aspectos diferentes deste quadro, os cronistas e historiadores constroem discursos que se consubstanciam no quadro final de uma população mitificada, portadora natural dos requisitos para habitar a *urbe mítica do discurso burguês* (PEREIRA, 1996, p. 32, grifo da autora).

Apesar dessas tentativas em retirar as mulheres ‘populares’ do espaço público, “a pluralidade étnica e a conseqüente diversidade de culturas dificultaram a homogeneização de comportamentos, que definiam para as mulheres os papéis de esposa, mãe e dona de casa”, ou seja, as muitas trabalhadoras de diferentes culturas e etnias impossibilitaram que o discurso da elite das mulheres e dos empresários fossem motivo para que deixassem seus trabalhos e a vida na cidade. Além disso, sua postura firme mesmo diante do desprezo e dos ataques da mídia, deve-se às baixas condições econômicas de suas famílias que não permitiam que estas mulheres deixassem de contribuir como fonte de renda familiar (PEDRO, 2004). Deste modo, à força, as mulheres trabalhadoras populares em Curitiba permaneceram em seus postos, partilhando da cidade e sendo agentes de mudança no curso da história.

Neste cenário a educação tem um papel importante na sociedade curitibana: “a sociedade industrializada passa a dar atenção especial à educação e ao adestramento das massas populares para os novos mercados de trabalho, preocupando-se igualmente com a inserção da mulher nos meios profissionais” (TRINDADE; SILVA, 1996, p. 74), a preocupação passa a ser educá-las para serem úteis sem que infrinjam os padrões de conduta que lhes são definidos.

O avanço do capitalismo mundial e a influência liberal do governo republicano brasileiro não estão alheios à invasão feminina dos espaços públicos. Preparar, porém, a mulher para ser “indivíduo útil” nessa sociedade, como

desejam as propostas educacionais do momento, significa torná-la participante na agitação da vida social, nas oficinas de trabalho e no reduto íntimo da Nação, sem extrapolar um limite aceitável de atuação – tarefa que certas escolas cumprem com rara felicidade (TRINDADE; SILVA, p. 63).

Em 1889, a Proclamação da República acrescentou mais mudanças sociais, políticas e econômicas para sociedade e conseqüentemente para a história das mulheres.

As cidades, em especial as capitais, passaram por reformas que significaram uma nova configuração do espaço físico, o controle e a segregação das camadas populares, com a tentativa de afastamento da pobreza dos centros urbanos. Essas políticas tiveram, em relação às mulheres, algumas particularidades (PEDRO, 2004, p. 243).

O preparo das mulheres para serem úteis e responsáveis visando o desenvolvimento econômico, o progresso nacional e a prosperidade pública são objetivos e responsabilidade da educação. Neste período, os jornais sofriam forte influência dos positivistas, maçons e católicos conservadores que enalteciam as mulheres mães e esposas, responsáveis pela educação dos filhos e pelo aprimoramento do esposo, juntamente com a religião e a escola, a fim de que assim contribuíssem para o desenvolvimento da nação:

[...] as nações serão grandes e felizes, visto como o desenvolvimento material, a expansão econômica, depende da cultura nacional, da mulher; em cujos regaços formam os bons e maus elementos, que constituem a força dos Estados (PEDRO, 2004, p. 244).

Após a Proclamação da República, início do século XIX, as escolas se multiplicam e “a elevação do nível de educação popular e a modificação dos padrões de ensino” passam a ser pauta das mudanças que implicaram em uma “reformulação dos cursos secundários e normal e a valorização das escolas profissionais” que contribuiria com a formação da população de classes “menos abastadas”. Para lograr tal objetivo, foram criadas as escolas noturnas e os cursos comerciais. Ainda que fosse necessário e urgente preparar as mulheres para o mercado de trabalho, a sociedade curitibana não tem urgência em qualificar as mulheres, determinando que a atividade profissional caberia somente a uma certa parcela de mulheres, “a capacitação para o trabalho constitui, pois, recurso para que a mulher ganhe a vida honestamente, na hipótese de lhe faltar o pai ou marido” (TRINDADE; SILVA, p. 75).

Da mesma forma, a educação das mulheres se faz segundo a posição social: às destinadas à subsistência pelo trabalho, atribui-se aprendizagem de atividades manuais, ocupação tradicionalmente reservada ao sexo feminino; para as jovens das classes mais favorecidas, acrescenta-se a esse fundo doméstico comum, uma bagagem variada de artes de salão e conhecimentos literários (TRINDADE; SILVA, p. 77).

À educação das mulheres eram acrescentadas disciplinas, pelas leis e regulamentos, como a de “prendas domésticas” onde aprendiam a costura, o bordado e corte (TRINDADE; SILVA, p. 74).

Era 1907, as mulheres representam 49,3% da população escolar de Curitiba, e o currículo escolar de educação para mulher reforçava os interesses da sociedade curitibana em prepará-las para desempenhar seu papel de mãe, esposa e filha para os homens da sociedade da cidade e para o mercado de trabalho.

As moças e meninas no início do século XIX recebiam formação para “estudar o caráter, sentimentos, aspirações, gostos etc., do homem a quem una sua sorte [...] estar cônica de seus deveres e de ter cultura, para conquistar a felicidade na gratidão e veneração do homem” (TRINDADE; SILVA, p. 30), assim eram formadas as mulheres da primeira república em Curitiba:

Na mulher republicana a escola pretende desenvolver atributos que a tornem apta a exprimir uma face interna e intimista, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública que preencha os interesses da sociedade e da Nação. A primeira compõe a “mulher interior”, contida, restrita aos espaços domésticos e ao círculo da parentela; a segunda, a “mulher manifesta”, aberta aos espaços do mundo social, do mercado de trabalho e da comunidade política (TRINDADE; SILVA, p. 31).

Nas práticas cotidianas nas escolas, frequentavam aulas extra de zoologia, anatomia e fisiologia, introduzidas pela diretora da Escola Tiradentes, para que aprendessem mais sobre o corpo humano, de modo a prepará-las para a função que lhes aguardava de reprodutora (mãe) e esposa. O cuidado para manter seu corpo saudável era ministrado nas aulas da educação física, que sucediam as aulas de educação moral, onde eram transmitidos os ensinamentos determinados pela ordem social.

O ensino religioso se inseriu gradativamente no currículo escolar das moças, sobre influência dos educadores cristãos, e tinha por objetivo, conforme a visão dominante do período, formar mães virtuosas, voltada ao bem dos demais, alheia às próprias necessidades:

Para esses educadores, a boa formação da mulher é um núcleo de irradiação da fé, da virtude e da moralidade cristãs, centrado no recinto doméstico, onde, com sacrifício, disciplina e renúncia, ela atua pela salvação dos filhos e contra a descrença do cônjuge. Nessa intenção, as educadoras religiosas induzem as alunas ao trabalho e, sobretudo, ao dever, no intuito de fazer germinar em seus corações as sementes do amor ao estudo, à ordem, à economia e às virtudes da modéstia, docilidade, doçura e bondade – qualidades indispensáveis à felicidade de um lar (TRINDADE; SILVA, p. 38).

Curitiba, durante todo o século XIX, fora colonizada por imigrantes, em especial italianos, alemães, portugueses, poloneses. Descrita pelos jornais da época como cidade “próspera e ordeira [...] a Cidade Sorriso, moderna e confortável, amparada por dezenas de colônias agrícolas que [faziam] o encanto de seus arredores¹²”, esta imagem de progresso, civilização e beleza da cidade fora construída pelos governantes na época, que tinham “um interesse – muito próximo do que ocorre hoje – da construção de um mito de cidade próspera, cuja prosperidade poderia ser repassada a qualquer habitante, bastando para isso viver aqui” (BOSCHILIA, 1996, p. 13-14).

Em 1920, Curitiba tinha 78.986 habitantes, dos quais 11.612 (14,7%) eram estrangeiros (TRINDADE; SILVA). A colonização europeia era bem-vinda pela sociedade curitibana, que enaltecia a miscigenação entre seus imigrantes para que pudesse ‘branquear’ a pele da população. No entanto, as mulheres luso-basileiras, naturais da região, que antes da chegada dos europeus fora colonizada pelos portugueses, não eram tidas como boas esposas, uma vez que sua cor e comportamento liberal não eram adequados para o casamento, além de serem consideradas mulheres que não gostavam de trabalhar (PEDRO, 2004).

Entre os anos 1900 até 1921, Curitiba se apresentava com bons índices de casamento e nascimento, “no tocante à nupcialidade, a cidade ocupa o sexto lugar no quadro nacional, com 7,14 casamentos por mil habitantes, coeficiente ao nível de Milão (7,90), Amsterdam (7,90) e Madri (7,06) (PEREIRA, 1996, p. 36). Quando aos nascimentos, “Curitiba ostenta, em 1921, o décimo lugar em coeficientes de natalidade no Brasil, com um índice de 31,55 nascimentos por mil habitantes, superior a cidades como Nova Iorque, Londres e Madri (PEREIRA, 1996, p. 35).

¹² Texto extraído do GUIA TURÍSTICO RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, (elaborado em comemoração à passagem do primeiro decênio de administração do Interventor Federal Sr. Manuel Ribas). Curitiba. Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, jan. 1942. p. 8. (BOSCHILIA, 1996, p. 13-14).

As imigrantes alemãs eram enaltecidas, tidas como sóbrias e econômicas. Segundo os jornais da época, as alemãs sabem “tirar partido de tudo; com o mínimo de recurso obtém o máximo de efeito; disfarça a penúria e sabe converter as faltas de bem-estar, sempre sorridente, sempre alegre, sempre satisfeita”. Foram as imigrantes alemãs que deram início a tradicional Feira do Largo da Ordem de Curitiba, onde aos sábados comercializavam seus alimentos, produtos agrícolas e artesanatos, na então Rua José Bonifácio: “mulheres, em geral velhas ou maduras, enchem, desde cedo, as ruas com suas carrocinhas coloniais. No inverno aparecem abarrotadas de pinhão, milho, abóbora. No verão, de frutas e hortaliças” (PEDRO, 2004, p. 245-246).

Já polonesas, apelidadas de ‘polaquinhas’ pelos jornais em 1913, eram mulheres de “comportamento social e sexual bastante diferentes daqueles exigidos às mulheres ‘distintas’”. Este grupo habitualmente ocupava empregos subalternos, como os de empregadas domésticas, chegando até mesmo a desempenharem atividades de prostituição na época (PEDRO, 2004, p. 246).

Personagem típico da literatura curitibana, é provável que dada a reputação das mulheres ‘polaquinhas’ tenha inspirado o escritor e contista curitibano Dalton Trevisan, que em suas obras recriava situações, costumes e incidentes do cotidiano ‘sofrido e angustiante’, para escrever *A Polaquinha*, seu único romance, publicado em 1985 e famoso na literatura regional.

O livro narra a história de uma moça pobre, de vida difícil, bonita e, por isso, muito cobiçada pelos homens. Não se trata de uma história de amor, pelo menos não de uma história romântica. [...]

As frequentes humilhações pelas quais a personagem passa nos mostram que quando a mulher atreve-se a assumir um comportamento transgressor numa sociedade extremamente machista – fugindo das convenções repressoras invariavelmente impostas – pode ser obrigada a enfrentar outro lado da violência: a verbal e física que lhe são dirigidas.

[...] a escrita de Trevisan consegue dimensionar o sofrimento – às vezes inconsciente – desta mulher que já não sabe por que, mas aceita com resignação os abusos que lhe são dirigidos (LIMA, 2013).

Apesar de Curitiba ter sido colonizada por imigrantes europeus, a Escola Americana de Curitiba (1892-1934) foi considerada como estabelecimento padrão de educação feminina, “onde são preparadas futuras esposas, recebendo uma instrução cuja meta primordial é torná-las mais adequadas aos reais interesses da sociedade” (TRINDADE; SILVA, p. 43). Além das escolas estrangeiras que povoavam a cidade, compartilhando o ensino da população curitibana da época, como o caso da escola

alemã, polonesa, ucraniana, americana que serviam como veículo de manutenção das culturas étnicas dos imigrantes, cabia a mãe imigrante salvaguardar a cultura pátria,

[...] dentre os grupos de imigrantes que não seguiam a religião católica, à mãe cabia o papel de guardiã da identidade nacional, com base na síntese dos quatro elementos de manutenção da etnicidade: escola, religião, língua e lar (BOSCHILIA, 1996, p. 28).

Em 1932, durante o Governo de Getúlio Vargas, as mulheres obtém o direito ao voto, um marco para a cidadania da mulher. No Brasil, o avanço deu abertura para trazer à pauta temas como a igualdade feminina aos direitos e a regulamentação das mulheres no mercado de trabalho.

Durante o intenso debate público que se deu naqueles anos, grupos feministas se apresentaram à cena pública para reivindicar inicialmente o direito de votar e, uma vez conquistado esse direito em 1932, pressionar os homens públicos para avançar na agenda da igualdade jurídica com os homens. Nesse esforço, reivindicaram ter voz também na regulamentação dos ofícios exercidos por mulheres (MARQUES, 2016, p. 667).

Também em 1932 foi promulgada a primeira legislação do trabalho feminino, um texto conservador onde o Estado, sob discurso de proteger as mulheres e preservar a família e o papel da mulher, ainda reservava a este grupo sua função de cuidado e zelo pelo bem-estar da família.

A partir de 1932, com o surgimento da primeira legislação protetora do trabalho feminino, que estabelecia a igualdade de salário, sem distinção de gênero, para trabalho de igual valor, a mão-de-obra feminina tornou-se menos atrativa para os industriais. Essa legislação impôs uma série de restrições que visavam proteger a mulher e seus filhos. Foram vedadas às mulheres atividades que colocavam em risco sua saúde, como tarefas que envolviam carregamento de material pesado, tintas, fogos ou temperaturas muito altas. Proibia-se, também, o trabalho noturno, embora com exceções, e o trabalho de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto (BOSCHILIA, 1996, p. 33).

Diante deste cenário, Curitiba seguia com uma postura conservadora, em 1941 o discurso era normalizador, e ainda submisso quanto ao papel de esposa, restringindo o direito da mulher de trabalhar limitado somente àquelas que necessitavam desta remuneração para assegurar o sustento familiar. Além disso se

impunha que as mulheres não poderiam disputar o espaço de trabalho que era reservado aos homens.

Uma outra matéria escrita na Gazeta do Povo, em novembro de 1941, por um articulista local, reflete melhor a postura da sociedade brasileira diante do trabalho feminino que extrapolava o espaço doméstico. O artigo procura defender o direito da mulher trabalhadora, reconhecendo que centenas de mulheres são forçadas a trabalhar em outras atividades, além daquelas que lhes são próprias, como dona de casa, professora, costureira, para sustentar os seus lares. No entanto, enfatiza que esse direito deve ser concedido apenas às mulheres realmente necessitadas, que dependem do seu próprio salário para viver, e desde, é claro, que não entrem na seara masculina (BOSCHILIA, 1996, p. 29).

Em 1943, Curitiba possuía doze mil trabalhadores nas indústrias, na sua maioria de alimentos, dos quais 11,5% eram mulheres. O setor industrial apresentava rápido crescimento. Em 1950, a cidade possuía um total 180 mil habitantes com alto índice de imigração (IBGE, [20--]). Neste momento a economia e a cidade estavam em pleno crescimento – oito casas eram construídas por dia, e a cidade já possuía quarenta prédios com dez ou mais andares, no início de sua verticalização. No início da década de 50 o setor industrial já contava com 268 indústrias, e era considerada a 6ª cidade em quantidade de indústrias no Brasil, atingindo, ao final da década, 343 indústrias dos mais diversos setores (BOSCHILIA, 1996, p. 16).

Os hábitos sociais desta época demonstravam as limitações femininas de horário e acesso a determinados espaços. Ainda era percebida na cidade a dicotomia do espaço público e privado, onde se percebia que “a livre apropriação do espaço urbano era uma prerrogativa masculina” (BOSCHILIA, 1996, p. 22). Algumas mulheres utilizavam-se das ruas para comércio, porém estas eram raras. As confeitarias¹³ eram lugares de acesso feminino durante o dia, porém as que vendiam bebidas alcoólicas não podiam ser frequentadas por mulheres que não estivessem acompanhadas por um homem. O cinema somente lhes era acessível nos domingos à tarde, nas conhecidas matinês, quando em grupo. Também aos domingos, na Rua XV, a elite da sociedade curitibana tinha o hábito de praticar o *footing*, ou a caminhada, e as

¹³ “As confeitarias, principalmente aquelas que também vendiam bebidas alcoólicas, eram um exemplo típico de espaço proibido às mulheres. Confeitarias como a Stuart, Polar, Guairacá, Esmeralda, Pérola e Cometa tinham como frequentadores, na sua grande maioria, pessoas do gênero masculino. O acesso das mulheres a estes locais só era permitido se ela estivesse acompanhada por um homem. A Shaffer, a Blumenau e, mais tarde, a Confeitaria das Famílias eram os únicos locais existentes no centro da cidade, em que uma ou mais jovens podiam entrar sozinhas, durante o dia, sem chamar a atenção” (BOSCHILIA, 1996, p. 22).

mulheres obrigatoriamente deveriam “estar trajando luvas e chapéu” (BOSCHILIA, 1996, p. 23-24).

Para as trabalhadoras, as ‘mulheres operárias’, as domingueiras na década de 1940 eram ponto forte de diversão e contato com o gênero oposto. Os saraus dançantes que aconteciam nos clubes e sociedades da cidade¹⁴ nas tardes de domingo eram frequentados pela classe jovem operária. As mulheres não podiam entrar sozinhas, então formavam grupos e eram acompanhadas por uma pessoa mais velha, em geral a mãe ou tia de uma das jovens.

4.2.1 O movimento feminista

A dicotomia do espaço da cidade, a desigualdade entre gênero e a dominação masculina do espaço público é uma realidade que foi construída em anos de história, mas que ainda é presente no cotidiano da sociedade e na gestão do espaço urbano. Áreas como a política, o planejamento urbano e divisão do trabalho demonstram em seus indicadores, a diferenciação entre homem/mulher (BONDI, 1998; HIRATA et al., 2009; GARCIA, 2015).

A questão dos problemas da desigualdade de gênero é antiga, sua origem remete aos filósofos gregos Aristóteles e Platão até ter seu marco com os movimentos feministas que se constituíram a partir dos séculos XVII ao XVIII e, desde então, lutam por equidade, em um cenário onde há relações sociais de poder e de saber, entre homens e mulheres, que se estabelecem das mais diversas formas, em especial nas esferas do trabalho, da família, da justiça e cidadania.

Os primeiros registros históricos acerca do uso da palavra gênero referem-se às feministas¹⁵ dos séculos XVII ao XVIII, suscitadas por Mary Wollstonecraft, escritora e autora, quando afirmou que a condição naturalmente inferior da mulher era fruto da repressão e decorrente de uma aprendizagem social construída para fazê-las acreditar que suas condições sociopolíticas eram naturais. Neste contexto, Mary

¹⁴ Bola de Ouro, Batel, Seminário, Água Verde, Morgenau, [...] Sociedade Beneficente Alto Cajuru (BOSCHILIA, 1996, p. 24-25).

¹⁵ O feminismo surge com a teoria feminista a partir dos movimentos sociais femininos que buscavam melhorias essenciais para as mulheres na área da educação, saúde, trabalho e segurança, foram promovidos pelos historiadores, geografias e críticas literárias.

reivindicava a igualdade entre homens e mulheres, a independência econômica, a participação política e representação parlamentar das mulheres, direitos que já eram presentes no direito natural e defendia que a educação é o caminho para a emancipação econômica, social e política das mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016).

Este primeiro movimento feminista (séculos XVII-XVIII), chamado feminismo da primeira onda, utilizava o termo para significar, no sentido literal, a organização social da relação entre sexos que, segundo Scott (1995) apesar de ser explícito o seu objetivo, deixava possibilidades não examinadas, tais como: descrição de traços inerentes a condição homem e mulher, como possíveis distinções dentro de cada um destes sexos.

A segunda onda do feminismo ocorreu no século XIX, período sob forte influência da visão positivista, da igreja e da elite burguesa, as mulheres eram conduzidas pela mídia e pela sociedade a serem esposas, mães e avós (PEDRO, 2004). Apesar disto, dada a inserção da mulher no mercado de trabalho decorrente da revolução industrial que demandava mão de obra, a taxa de natalidade dos países estava em decadência, os países industrializados, que dependiam de mão de obra para a força produtiva, viram-se ameaçados na continuidade de suas indústrias por falta de mão de obra no futuro, e, culpavam a independência das mulheres por ter destruído as famílias e o futuro da nação (HIRATA et al., 2009).

Esta etapa do movimento foi marcada pelo ingresso das mulheres no mercado de trabalho e conseqüentemente a luta por sua independência política, social e profissional. A elaboração da *Declaração dos Sentimentos* ou *Declaração de Sêneca Falls* – texto que funda o movimento sufragista norte-americano, em 1848 – foi a base para o movimento, basicamente, as sufragistas reivindicavam direitos civis e políticos das mulheres, que eram impedidas de votar ou ocupar cargos políticos, não podendo sequer, participar de reuniões políticas. Entre 1917 (Revolução Russa) e 1945 (final da Segunda Guerra Mundial), o movimento feminista é marcado por uma decadência, chegando mesmo a morrer como dizem alguns autores (GARCIA, 2015).

A terceira onda do feminismo ressurgiu a partir de Simone de Beauvoir, francesa, escritora e filósofa, publica no final dos anos 1960, o livro 'O Segundo Sexo', apresentando bases teóricas para o ressurgimento do movimento feminista. Autora da frase do feminismo moderno "não se nasce mulher, torna-se mulher", traz a afirmativa de gênero como uma organização social da diferença sexual, uma

construção social, e, uma posição social que resulta das estruturas sociais, reafirmando a ideia de Mary Wollstonecraft (1792) (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Além de trazer o conceito de gênero, a autora criticava alguns discursos de igualdade entre os gêneros, afirmando que o homem não pode ser referência para se tratar de assuntos de mulher. De outro lado, também foi criticada por algumas feministas, quando declara que as mulheres têm vivido em função das decisões masculinas de forma concedente, e que isso as tornou um segundo sexo, o outro (BEAUVOIR, 2016).

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em 2000, no Canadá foi um marco emblemático para o movimento feminista. Considerado como um momento de transição para a quarta onda do feminismo, reuniu mulheres de 159 países e territórios, com mais de 5.000 grupos mobilizados em manifestação contra a pobreza e a violência, uma crítica ao sistema capitalista em todos os seus aspectos (MMM, 2013).

Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente (MMM, 2013).

Em 2005, na sua 2ª edição, a MMM elaborou a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, o documento expressa:

[...] sua visão das alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade (MMM, 2013).

A 3ª edição aconteceu em 2010, fortalecendo os quatro eixos nos quais o movimento tem direcionado sua atuação para a transformação e construção de outra realidade para as mulheres em nível mundial: Bem comum e Serviços Públicos, Paz e desmilitarização, Autonomia econômica e Violência contra as mulheres (MMM, 2013).

No Brasil, o feminismo também se dividiu em ondas, ou momentos. A primeira onda do feminismo durou até os anos 1970, organizado pelas mulheres da classe média e alta, e suas filhas que haviam tido a oportunidade de estudar em outros

países, foi marcado pela luta da universalidade dos direitos políticos, expressados no direito ao voto. A segunda onda teve início no início dos anos 1970, durante o Regime Militar, caracterizando-se como um movimento das mulheres de resistência contra a Ditadura Militar, contra a hegemonia masculina e a violência sexual. “As mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder, deslocando a atenção da igualdade para as leis e os costumes” (MATOS, 2010, p. 68). A década de 1980 foi considerada a terceira onda do feminismo no Brasil, e se caracterizava por:

- 1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas (com a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres, por exemplo);
- 2) tentativas de reforma do Estado (com a forte participação das mulheres organizadas no processo da Assembleia Constituinte de 1988, por exemplo);
- 3) busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.);
- 4) uma posterior especialização e profissionalização do movimento. Este terceiro momento marca o início de uma aproximação cautelosamente construída junto ao Estado (MATOS, 2010, p. 68).

A quarta onda, no Brasil, vem com a 3ª ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em São Paulo, que reuniu cerca de 3 mil mulheres de todos os estados que a MMM está presente em uma

[...] grande atividade de denúncia, reivindicação e formação, dando visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional, e buscando transformações reais para a vida das mulheres brasileiras (MMM, 2013).

Ao contrário de um movimento bem organizado, no Brasil não podemos caracterizar períodos tão distintamente claros de movimentação de mulheres como sendo exclusivamente “feministas”. Porém é necessário destacar que as “vozes feministas” aqui sempre surgiram diante das muitas estruturas opressoras e conservadoras, mesmo precocemente, desde o século XVII e XVIII. Apesar da existência de forte cultura patriarcal e de uma sociedade predominantemente masculina, sobretudo em termos políticos, as vozes feministas brasileiras aparece(ra)m dos lugares menos esperados e em momentos ainda menos propícios. Essas “vozes” chamaram a atenção de outras mulheres e abriram o caminho para a entrada de algumas delas na arena pública e, portando, para as suas próprias demandas (MATOS, 2011).

No Brasil e no mundo, a 4ª onda do movimento feminista alinha-se ideologicamente ao movimento do ‘Bem Viver’ (BV) quando o movimento das mulheres, ao alinharem-se ao movimento de luta internacional contra o capitalismo,

colocam-se ao lado das lutas dos povos ancestrais e das minorias que, ao terem resistido aos séculos de exploração capitalista – embora tendo sido por tal modelo afetados –, têm para apresentar um modo de vida e um modelo de trocas econômicas e culturais que rejeita a exploração e o progresso em nome da construção de um sistema de relações sociais calcado no respeito à natureza e à alteridade, bem como em ideias como a horizontalidade das relações sociais e a sustentabilidade no emprego dos recursos da natureza e da cultura, mesmo que estes não mencionem e possivelmente se desconheçam.

O BV tem origem em uma visão que incorpora o modo de vida de sociedades tradicionais andinas como alternativa à ideia de progresso, com seus princípios associados em que inclui a perspectiva da interdependência entre a sociedade e a natureza e uma concepção do universal como uma pluralidade (VAN HULST; BELING, 2014). Seu conceito pode ser entendido como espaço para o debate político sobre as alternativas ao desenvolvimento, onde embora haja uma diversidade e superposição de diferentes posturas, de qualquer modo há elementos críticos em comum (ACOSTA, 2016). Este espaço político reflete numa disposição de encontro, diálogo e interações entre diferentes saberes e afetos e que, dessa maneira, configuram comunidades ampliadas (ALCÂNTARA; GRIMM, 2017).

O Bem Viver “nos obriga a repensar a forma atual de organização da vida, no campo e na cidade, nas unidades produtivas e nos espaços de convivência sociais, nos centros educativos e de saúde, etc.” (ACOSTA, 2016, p. 202), apresentando possibilidades de comunidades locais poderem escolher como desenvolver seus territórios. Esta visão, que chegou a ser incorporada às constituições de países como Bolívia e Equador, pioneiros no reconhecimento dos direitos da terra e na persecução do bem viver como garantia fundamental dos povos, guarda consonância com a luta das mulheres, na medida em que estas, inseridas no esquema de exploração capitalista, depois de passar pela sociedade patriarcal, buscam em sua luta romper com o modelo econômico vigente, uma vez que este se apresenta como uma superestrutura de exploração do modelo fundamental de alienação que funda o próprio sistema de produção capitalista.

4.3 DISCURSO DO PODER PÚBLICO EM INICIATIVAS PARA MULHERES

Nesta etapa da pesquisa foi realizada uma coleta de dados qualitativa em duas fontes, a primeira no portal Agência de Notícias órgão oficial de notícias do Governo, neste caso da Prefeitura de Curitiba, “no portal, estão as informações sobre ações e projetos feitos em benefício do cidadão” (CELEPAR, [20--]); a segunda foi a coleta de dados realizada por uma pesquisa de campo exploratória na Casa da Memória de Curitiba que é “um centro de Documentação e Pesquisa que tem como atribuições a pesquisa, preservação e conservação do acervo documental referente à história de Curitiba e do Paraná” (SNBP, 2017).

Na Agência de Notícias foram levantadas as informações referentes às ‘políticas públicas do governo relacionados à mulher’, durante o intervalo de tempo da pesquisa. Para tanto foram utilizadas as palavras chaves ‘mulher’ e ‘mãe’ e o recorte temporal foi do ano de 2002, quando iniciou as atividades deste portal, até o ano de 2018. Foram encontradas 3.432 notícias que foram todas analisadas, utilizando o critério interpretativo, e selecionadas somente as que continham informação sobre programas, ações, planos para mulher de promoção à qualidade de vida, as quais totalizaram 435 reportagens. Estas reportagens passaram por mais uma etapa de análise interpretativas de conteúdo (BARDIN, 2016), foram organizadas e distribuídas em uma linha do tempo crescente e agrupadas as informações por política implementada e a data de implementação. Foram descartadas as informações duplicadas ou que não continham em seu teor dados objetivos, ou claros, sobre o objeto.

Na Casa da Memória foi realizada uma pesquisa de campo exploratória nos registros e documentos históricos e oficiais das ações da prefeitura que continham informações sobre programas, ações, planos para mulher de promoção a qualidade de vida em Curitiba, entre os anos de 1988 e 2018. Foram aplicados os mesmos critérios de inclusão e exclusão adotado para a Agência de Notícias na seleção dos dados e informações.

Após o levantamento e seleção, na medida que eram descritas as ações foram inseridos as informações sobre o contexto político de cada política, justificando assim a sua implementação e também, sua trajetória e resultados. Estas informações e dados foram coletados na internet, nos sites oficiais e, quando se fez necessário, por

meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam no setor público e são relevantes ao contexto da referida política pública. As perguntas realizadas foram: (i) apresentação do entrevistado; (ii) o histórico profissional do entrevistado no contexto da política pública para mulheres de promoção da QV; (iii) como se deu a formação da agenda e a tomada de decisão desta política pública; (iv) a trajetória da política pública que está inserido; (v) os resultados da política pública; e, (vi) o que é qualidade de vida para a mulher em Curitiba.

O resultado destas pesquisas foi agrupado em um texto único, ordenado em uma linha do tempo a partir de 1988 quando promulgada a Constituição Federal que assegura a garantia de cuidado para com as mulheres por parte do Estado declarada no artigo 226, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e determina no § 8º “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (CF/88), até o ano de 2018.

4.3.1 Narrativa e discurso sobre políticas e ações voltadas para a mulher

Em 1991, ocorreu em Curitiba o 3º Congresso Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica e teve significativa contribuição da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica para a região sul (ABMCJ) para a temática da mulher em Curitiba, por contribuir com bases legais sobre os assuntos relacionados a pensão da companheira, aposentadoria de trabalhadora rural, direito reprodutivo e adoção. A ABMCJ foi fundada no Brasil, em 3 de abril de 1985, e compõe a *Fédération Internationale des Femmes des Carrières Juridiques* (FIFCJ), uma organização não governamental fundada em Paris no ano de 1928 por mulheres juristas e tem por objetivo combater todas as formas de discriminação contra mulheres e promover seus direitos humanos e desde então atua mundialmente, com sede em diversos países, estados e municípios, na erradicação das discriminações às mulheres promovendo debates, eventos, estudos, pesquisas e formulação de políticas públicas neste sentido (FIFCJ, [201-]).

Durante o evento, Zélia Sell, a assessora de Imprensa do Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF), em nota à imprensa sobre o Manual de direitos da mulher em construção (FIGURA 1), relata um pouco da contextualização da temática da mulher no município:

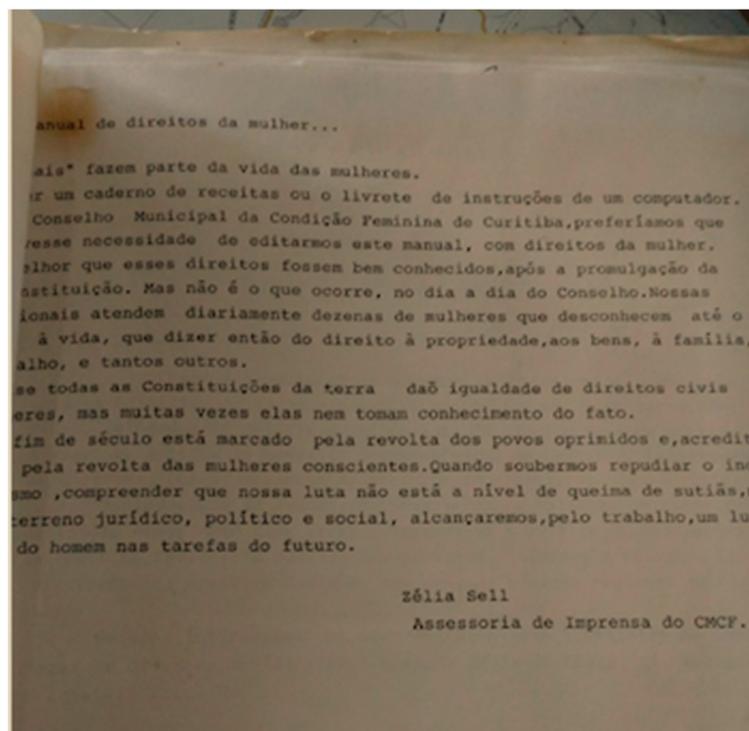


Figura 1 – Nota à imprensa sobre o Manual de direitos da mulher

Fonte: Casa da Memória, 2019.

Manual de direitos da mulher...

“Manuais” fazem parte da vida das mulheres.

Quer um caderno de receitas ou o livrete de instruções de um computador.

No Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba, preferíamos que tivesse necessidade de editarmos este manual, com direitos da mulher. Melhor que estes direitos fossem bem conhecidos, após a promulgação da constituição. Mas não é o que ocorre, no dia a dia do Conselho. Nossas regionais atendem diariamente dezenas de mulheres que desconhecem até o direito à vida, que dizer então do direito à propriedade, aos bens, à família, ao trabalho, e tantos outros.

Quase todas as Constituições da terra dão igualdade de direitos civis a mulheres, mas muitas vezes elas nem tomam conhecimento do fato.

O fim do século está marcado pela revolta dos povos oprimidos e, acredito que pela revolta das mulheres conscientes. Quando soubermos repudiar o indiferentismo, compreender que nossa luta não está a nível de queima de sutiãs, mas o terreno jurídico, político e social, alcançaremos, pelo trabalho, um lugar igual do homem nas tarefas do futuro.

Zélia Sell

Assessoria de Imprensa do CMCF (CASA DA MEMÓRIA, 2019).

Neste evento, a ABMCJ auxiliou na agilização do manual dos direitos da mulher que estava sendo então elaborado pelo já existente CMCF (CASA DA MEMÓRIA, 2019). O CMCF foi criado em 1984 (Decreto nº 393/1984) pelo prefeito Maurício Fruet composto por 26 membros designados pelo prefeito municipal, dentre eles mulheres representativas da comunidade, e os seguintes órgãos: Secretaria Municipal do Menor (SMM), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria do Desenvolvimento Social (SDS), Câmara Municipal de Curitiba (CMC) e a Fundação Cultural de Curitiba (FCC). As atribuições do conselho:

Art. 1º. É criado junto ao Gabinete do Prefeito o Conselho Municipal da Condição Feminina, com as seguintes atribuições:

I – Propor medidas e atividades que visem à defesa dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida econômica, política e cultural;

II – Colaborar com os órgãos da Administração Municipal no que se refere ao planejamento e execução de ações, referente à mulher;

III – Desenvolver estudos, debates e pesquisas relativas à condição da mulher;

IV – Desenvolver projetos que promovam a participação da mulher em todos os setores da atividade social;

V – Criar instrumentos que permitam a organização e mobilização feminina, dando total e irrestrito apoio às organizações de mulheres que já existam ou venham a existir;

VI – Incorporar preocupações e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que lhes sejam encaminhadas;

VII – Zelar pelo respeito e ampliação dos direitos da mulher, como cidadã e trabalhadora;

VIII – Firmar convênio com órgãos governamentais ou não, concernentes às mulheres, e promover entendimentos com organizações e instituições afins, obedecidas as disposições legais (Decreto nº 393/1984).

Curitiba foi um dos municípios pioneiros no Brasil a implantar um conselho para a temática feminina em 1984, CMCF agregava os segmentos da sociedade civil no combate e defesa aos direitos das mulheres, em 2006 passa por reestruturações; em 2013, o órgão passou a ser denominado Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM), criada pelo Decreto nº 127, de 31 de janeiro de 2013 (Lei nº 14.362/2013). O CMCF é um órgão criado dentro da administração pública para dar um maior espaço de representatividade e atenção as questões femininas. Durante a existência do então CMCF, houveram atualizações em suas atribuições, sendo que na última versão descrita pela Secretaria do Governo Municipal, as atribuições eram diferentes das previstas inicialmente, dava mais autonomia quanto ao poder de

representatividade e de captação de recursos junto ao Estado e demais órgãos, bem como de atuação em caso de defesa dos direitos das mulheres. O CMCF implantado em Curitiba foi um dos pioneiros do Brasil, a seguir foi implementado em diversos municípios (MULHER CURITIBANA..., 2013; PORTAL DOS CONSELHOS..., [201-]; SECRETARIA DA MULHER..., 2013d; SECRETARIA DA MULHER..., 2013e).

Em 1992, os casos de violência contra as mulheres quadruplicam no município, segundo dados da Delegacia das Mulheres do município, em reportagem ao jornal Gazeta do Povo, 23 de fevereiro de 1992 (FIGURA 2).

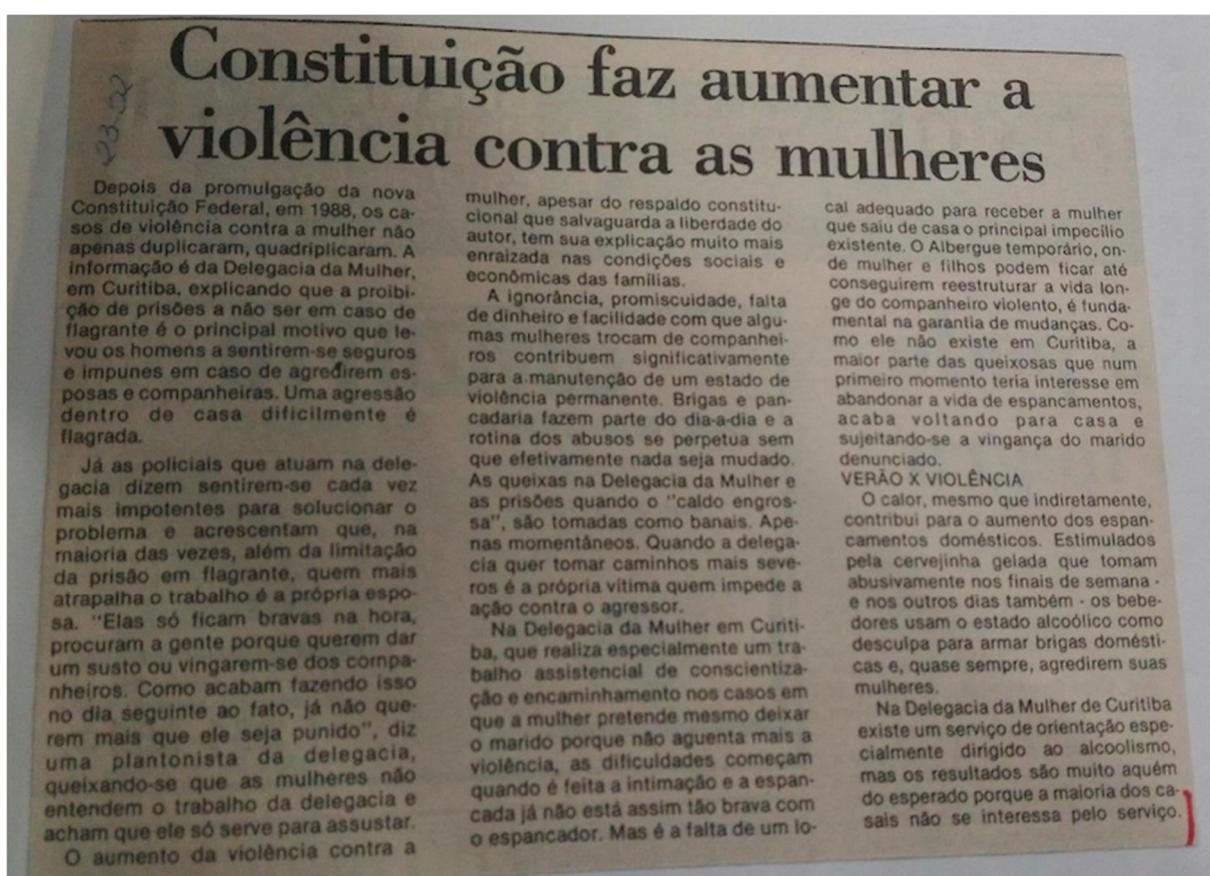


Figura 2 – Gazeta do Povo: Constituição faz aumentar a violência contra mulheres, 1993

Fonte: CONSTITUIÇÃO..., 2019.

Segundo a matéria publicada, a Constituição Federal do Brasil de 1988 contribuiu para o aumento destes casos, a salvaguarda da liberdade do agressor que somente pode ser detido em casos de flagrante deu segurança de impunidade aos agressores. Dois fatores são destaque neste cenário, de um lado estão os homens que agora se sentem mais protegidos dentro das casas, onde a maioria dos casos

acontece e dificilmente é possível acontecer o flagrante, e de outro as esposas que por sua vez, ficam bravas e revoltadas no momento da agressão e depois passam a defender ou proteger o companheiro. Este cenário é reflexo de uma cultura social e econômica das condições familiares, construída ao longo da história e também presente na realidade da sociedade, a saber:

A ignorância, promiscuidade, falta de dinheiro e facilidade com que algumas mulheres trocam de companheiros contribuem significativamente para a manutenção de um estado de violência permanente. Brigas e pancadaria fazem parte do dia-a-dia e a rotina dos abusos se perpetua sem que efetivamente nada seja mudado. As queixas na delegacia da Mulher e as prisões quando o “caldo engrossa”, são tomadas como banais. Apenas momentâneas. Quando a delegacia quer tomar caminhos mais severos é a própria vítima quem impede a ação contra o agressor (CONSTITUIÇÃO..., 1992).

Nesta época, segundo reportagem, não havia em Curitiba um albergue ou casa de acolhimento adequado e destinado a receber estas mulheres, para acompanhá-las e orientá-las até que reestruturassem suas vidas, o que acabava sendo um dos fatores que fazia com que a mulher, em razão de ter que continuar a conviver com o agressor – seja por questões econômicas ou sociais –, continuasse morando na mesma casa e conseqüentemente se sujeitando ao marido, e na maioria dos casos recebe vingança e continua a sofrer maus tratos e agressões.

Segundo a Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, configura-se violência contra as mulheres toda “violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

A violência contra as mulheres começou a ganhar espaço nos últimos anos nos debates públicos em razão do crescimento dos casos, em especial dos homicídios de mulheres por violência (femicídio¹⁶). No Brasil, entre os anos de 2011 e 2015 ocorreram 893.751 casos de violência interpessoal e autoprovocada dos quais 70% foram contra mulheres (MAFIOLETTI et al., 2018).

Segundo dados do Atlas da Violência de 2018 o óbito de mulheres por violência¹⁷ demonstra que de 2.344 casos em 1989 a cada 100 mil habitantes em

¹⁶ Femicídio é o termo empregado para se referir ao assassinato de mulheres e meninas por questões de gênero. A Lei nº 13.104/2015 do Código Penal Brasileiro tipificou o femicídio como homicídio de uma mulher em função do gênero (N.A.).

¹⁷ Considerados os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35, Y36 (intervenção legal) (CERQUEIRA et al. 2018).

1999 passou a 3.744 com uma variação crescente de 4,52%; em 2009 foram registrados 4.265 casos com uma variação de 1,97% em relação a 1999; em 2017 houve registro de 4.936 homicídios por violência com um crescimento de 1,89% em relação a 2009 e de 2,86% em relação a 1989 (FIGURA 3). A maior taxa de crescimento foi entre os anos de 1995 (2.840) e 1996 (3.326) que de apresentou 17,11% de crescimento (CERQUEIRA et al., 2018). Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas pra os Direitos Humanos (ACNUDH) e a OMS, em 2015, assim como os resultados de 2012, o Brasil ocupou o 5º lugar no *ranking* de países mais violentos, em homicídio, contra mulheres no mundo (EBC, 2018).

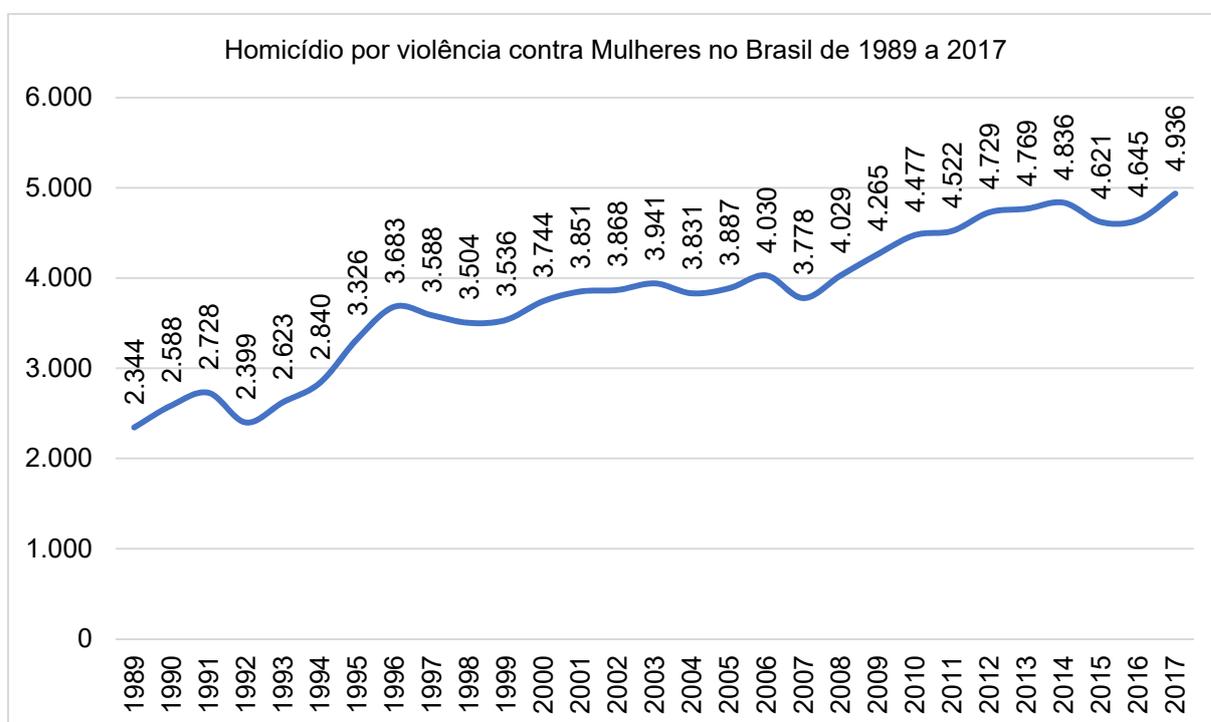


Figura 3 – Homicídios de mulheres por violência no Brasil entre os anos de 1989 a 2017

Fonte: Extraído de IPEA, 2018.

No Paraná (FIGURA 4), em 1989, foram registrados 105 homicídios por violência contra mulheres, em 1999 passou a 182 casos com uma taxa de crescimento igual a 6,67%, em 2017 os registros são de 283 casos. Se comprado com as taxas do Brasil, no Paraná o crescimento de 1989 até 2017 foi de 3,88%, maior que o indicador de crescimento do Brasil de 2,86% neste mesmo período (IPEA, 2018).

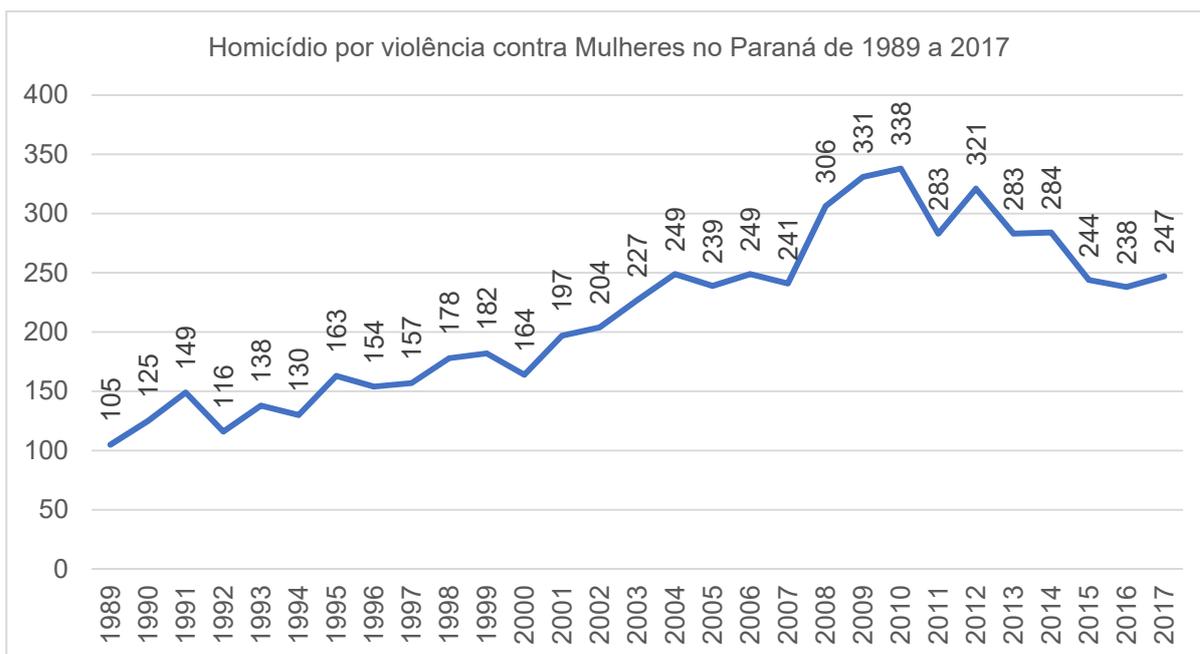


Figura 4 – Homicídios de mulheres por violência no Paraná entre os anos de 1989 a 2017

Fonte: Extraído de IPEA, 2018.

Diante do crescimento dos homicídios de mulheres e dos impactos que a violência, em todas as suas formas, causam na vida, e conseqüentemente na qualidade de vida, das mulheres, crianças, adolescentes e das famílias em diversos aspectos, dentre eles o que diz respeito aos direitos humanos, questões psicológicas e socioeconômicas, o campo da saúde pública incorporou o tema em sua agenda de atuação (LABRONICI et al., 2010). A violência contra mulheres ocorre indiferente a classe social, idade, origens, região, estado civil, escolaridade e gênero, e considera-se como “uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física” (BRASIL, 2011, p. 11).

A temática de violência contra as mulheres passou em 2003 a contar com uma Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Desde a sua criação em 2003, a SNPM vem lutando para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País (MMFDH, [20--]).

Desde o Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018 a SNPM foi incorporada a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos que em 2019 passa a compor o MMFDH, juntamente com a temática violência contra mulheres MMFDH, sob o comando da Ministra Damares Alves, responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) (MMFDH, [20--]).

Para a continuidade desta pesquisa em relação a políticas públicas para mulheres de promoção a QV, na qual incorpora o tema violência contra mulheres, é relevante esclarecer acerca da violência contra mulheres e seus conceitos, que perpassam somente a violência física, a forma mais visível de violência contra as mulheres, e por isso, podem, em tese, ser um fato que por vezes os faz invisíveis, silenciosos e até mesmo banalizados (LABRONICI et al., 2010). Desta forma, os debates sobre o assunto e o envolvimento de uma rede interdisciplinar de profissionais para tratar do assunto são relevantes de forma que, na medida que são compreendidos como formas de violência, podem ser identificados, atendidos e tratados em todas as esferas.

Tipo de violência	Definição
Estrutural	Qualquer conduta que seja resultado de distorções, doenças da sociedade, de um sistema econômico capaz de acumular riquezas, mas que não as distribui com justiça entre os cidadãos. Ela é capaz de privar grande parte da população de bens fundamentais a que tem direito para viver com dignidade, criando um estado de violência. Podem estar incluídos nesta especificidade a falta de emprego, moradia e saúde.
Doméstica	Qualquer conduta praticada por pessoas da família que mantém relação de poder para com a vítima, pode atingir mulheres, pais, mães, filhos, jovens, idosos ou portadores de deficiência. Independente da faixa etária essas pessoas podem sofrer espancamentos, humilhações, ofensas, as mulheres são o alvo principal, e os agressores aproveitam de sua vulnerabilidade para espancá-las e humilhá-las.
Física	Qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal do ser humano.
Gênero	Qualquer conduta que é perpetrada contra a mulher simplesmente pela condição de ser mulher, é praticada em condições únicas, de forma incoerente, marcada pela influência masculina em uma relação de poder, dominação do homem e submissão da mulher. Nesse sentido, a violência contra a mulher

Tipo de violência	Definição
	é aquela praticada contra a pessoa do sexo feminino com a finalidade de intimidá-la para que o agressor exerça o papel de dominador e disciplinador.
Patrimonial	Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição total ou parcial de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos.
Moral	A violência moral compreende qualquer conduta que configure calúnia, injúria ou difamação. São denominados delitos que protegem a honra, mas, cometidos em função do vínculo familiar e afetivo, caracterizam a violência moral.
Psicológica	Qualquer ato que provoque dano emocional, diminuição da autoestima, prejudique o pleno desenvolvimento ou que possa degradar ou controlar as ações e comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e impedimento do direito de ir e vir, ou outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação do ser humano.
Sexual	Qualquer conduta que constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força, que induza a comercializar ou utilizar sua sexualidade, impeça a utilização do método contraceptivo ou que force ao matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação.

Quadro 5 – Tipos de violência contra mulher

Fonte: Extraído de LABRONICI et al., 2010, p. 127-128.

No ano de 1993, no aniversário de 300 anos do município no mês de março, foi lançado o programa da Prefeitura de Curitiba chamado ‘Nascer em Curitiba Vale a Vida’, na primeira gestão do prefeito Rafael Greca (1993-1997). O programa já existia desde 1990, segundo relato da primeira-dama Margarita Sansone (2010), apesar de ter sido oficialmente implantado somente em 1993, guardou o mesmo nome até 1999, quando passou a chamar-se ‘Mãe Curitibana’ na gestão do então prefeito Cassio Taniguchi (1997-2001 e 2001-2005) e o seu Secretário de Saúde Luciano Ducci. O propósito do programa era reduzir a mortalidade materno-infantil próximo, ao menos, para o ideal das nações desenvolvidas, com destaque que 80% da mortalidade está concentrada na população de baixa-renda e em situação de risco que por condições econômicas e sociais não têm atendimento para a saúde gestante (CASA DA MEMÓRIA, 2019). Os serviços de saúde são disponibilizados para a gestante durante toda a gravidez e aos bebês até os cinco anos de idade. Os resultados do programa

entre 1990 a 1996 foram positivos, reduziu de 23,33 óbitos a cada 1000 nascidos vivos para 17 em 1996 (SESI, [2018]).

Ainda no ano de 1993, no município de Curitiba foi implantada pela primeira dama do município de Curitiba e presidente da Fundação de Ação Social (FAS) Margarita Sansone, durante a gestão do seu esposo – prefeito Rafael Greca –, a ‘Pousada de Maria’, uma casa de acolhimento para as mulheres vítimas de abuso e violência, em situação de risco social, que se encontram sem moradia ou desempregadas, e:

[...] explica que a ideia de criar a unidade surgiu a partir do trabalho de abordagem à população em situação de rua na cidade. Naquela época, as equipes perceberam que havia muitas mulheres em situação de risco social, a maioria vítima de violência, abandonadas por suas famílias, sem moradia e desempregadas. Muitas eram também usuárias de entorpecentes ou apresentavam problemas relacionados à saúde mental (CURITIBA HUMANITÁRIA..., 2018).

De sua fundação em 1993 até 2001 a casa foi gerida pelo ‘Lar Batista Esperança’¹⁸, e desde então passou para coordenação da FAS. O acesso das vítimas à casa tem por objetivo acolher, mas também aplicar mecanismos de prevenção e repressão a violência contra a mulher, conforme prevê a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). O encaminhamento acontece por meio do Poder Judiciário, Polícia, Vara da Família, Conselho Municipal da Condição Feminina, Conselhos Tutelares, Unidades e Núcleos Regionais de Saúde e pela Central de Resgate Social depois que a mulher tenha registrado uma denúncia (boletim de ocorrência) na Delegacia da Mulher. O atendimento na casa é realizado por uma equipe multidisciplinar, assistente social, terapeuta ocupacional, psicólogo, educadores sociais e quando a mulher necessita de atendimento de saúde, é encaminhada às unidades de referência pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (LABRONICI et al., 2010).

Um estudo sobre a ‘Pousada da Maria’ realizado entre os anos de 1993 até 2007 (LABRONICI et al., 2010) evidenciou alguns resultados da atividade da pousada, bem como o cenário sobre o assunto, obtidos por meio de pesquisa nos registros das vítimas atendidas.

¹⁸ Lar Batista Esperança é uma organização não governamental que atende crianças e adolescentes em situação de risco parcial e total, de um dia de vida até 25 anos, desde 25 de abril de 1988 (LBE, 1988).

Ao todo foram atendidas 882 mulheres vítimas de violência nestes 14 anos (1993-2007) que a pesquisa levantou, sendo 63 ao ano, não estão computadas nesta pesquisa as subnotificações ou reincidências, que se estima serem em número mais elevado (LABRONICI et al., 2010). Já, segundo a fundadora da pousada Margarita Sansone, de 1993 até 2018 a casa atendeu 7 mil mulheres vítimas de violência, dados que computam as subnotificações ou reincidências (CURITIBA HUMANITÁRIA..., 2018). Destaca-se que, segundo estes dados, ocorreram na casa 6.118 subnotificações ou reincidências durante este período.

Dentre os resultados da pesquisa de Labronici et al. (2010) destaca-se que, as mulheres atendidas no período da pesquisa tinham entre 18 e 88 anos, sendo que dentro desta escala etária a predominância foi de 54,75% para mulheres de 19 a 49 anos. Quanto ao nível educacional, 59,72% tinham ensino fundamental incompleto e dentro deste percentual foi identificado que 23,15% sofreram violência física, 20,10% psicológica, 2,14% sexual e 14,33% estrutural. Apenas 1,39% das mulheres atendidas possuíam ensino superior completo ou incompleto (LABRONICI et al., 2010).

Em relação ao estado civil das atendidas, ou seja, se eram casadas legalmente, 47,98% eram solteiras e, 41,63% eram casadas. As mulheres que possuem relacionamento, apesar de não serem casadas conforme estado civil, foram as que mais sofreram violência, 24,60% foram vítimas de violência física, 24,15% violência psicológica e 14,22% violência estrutural (LABRONICI et al., 2010).

Antes de chegar até a pousada, as mulheres que foram atendidas, conviveram com a violência até ocorrer o processo de decisão de procurar ajuda. Neste sentido foi identificado que 65,94% das mulheres conviveram com a violência para que pudessem permanecer com a família, em especial os filhos, 13,97% por dependência financeira, 13,74% por medo do agressor e 3,58 por falta de abrigo ou emprego. Em relação a possíveis atendimentos ou busca de apoio antes de chegar à pousada, 58,8% informaram que procuraram o serviço de saúde para serem tratadas fisicamente ou psicologicamente, 34,2% buscaram atendimento dos setores de segurança e 7% redes de apoio a casos de violência contra mulher (LABRONICI et al., 2010).

A pesquisa demonstrou que 80,25% das mulheres atendidas resolveram romper com a violência por meio de programas sociais destinados para este fim, 16,74% por poder contar com abrigo e apenas 0,12% por apoio de familiares. Os agressores identificados eram os companheiros em 71,41% dos casos. As violências

identificadas foram 57,97% sofreram violência física, 16,96% psicológica e 26,07% sofreram as demais violências. Sobre as expectativas de vida, o que pretendem a partir do momento que deixarem o abrigo, verificou-se que 55,20% desejam a inserção social por meio de emprego e moradia, 21,94% pretendem regressar ao convívio familiar, 18,71% almejavam regressar e reconstruir o convívio com o marido, as demais ou não apresentaram expectativas ou apenas informaram que seriam outras dentre as apresentadas (LABRONICI et al., 2010).

Cabe observar, dentre os resultados desta pesquisa aos atendimentos realizados na 'Pousada da Maria', a relevância de programas sociais de atendimento e enfrentamento à violência contra mulheres, ao todo 96,99% das mulheres declararam que o motivo para romper com a violência foi a existência de programas sociais e do abrigo. Em relação à educação, outro dado socialmente relevante, os percentuais de violência foram maiores quando o nível de escolaridade era menor. Todavia, não é possível afirmar se este é um fator relevante em relação a violência visto que existem outras questões que podem influenciar neste sentido tais como a posição socioeconômica, idade e estrutura familiar para apoio que interferem na decisão ou necessidade de procurar o abrigo.

Retornando às políticas públicas, em 1997, Curitiba e mais 32 municípios do Paraná assinaram a adesão à Declaração de Pequim (ONU MULHERES, 1995) que foi formulada em setembro de 1995, no 50º aniversário da fundação das Nações Unidas, durante a 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para igualdade, Desenvolvimento e Paz 1995, pelos governos participantes. A Declaração tem como determinação: assegurar às mulheres a igualdade de acesso aos recursos econômicos, incluindo a terra, o crédito, a ciência, a tecnologia, a capacitação profissional, a informação, a comunicação e os mercados, como meio de promover o avanço e o fortalecimento das mulheres e meninas, inclusive através da promoção de sua capacidade de exercer os benefícios do acesso igualitário a estes recursos, para o que se recorre, dentre outras coisas, à cooperação internacional.

No ato da assinatura, promovido pelo Conselho Estadual da Mulher, que foi reportagem do Jornal Folha de Londrina, em 17 de julho de 1997, foram apresentadas as propostas de ação dos municípios, dentre eles Curitiba, quanto ao direito da mulher, com destaque para a criação de unidades da Casa Abrigo para acolher as mulheres que sofrem abuso e violência que, em Curitiba, já existe desde 1992 com o nome de 'Casa da Maria':

Entre as ações práticas que estão propostas no documento, estão a preparação de lideranças femininas e a realização de campanhas de saúde voltadas à gravidez e a doenças que mais atingem as mulheres (como o câncer de útero e mama). Na área da educação, a proposta é o ensino não diferenciado entre meninos e meninas (CIDADES..., 1997).

A Declaração de Pequim é composta por objetivos estratégicos e respectivas ações para atingi-los, em doze áreas prioritárias de atuação:

Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (ONU MULHERES, 1995, p. 148-149).

Outro feito da Declaração de Pequim, consideradas inovações, foi a implementação dos temas: conceito de gênero, noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. Ambos são de extrema relevância até os dias atuais para as políticas públicas, sociedade e para as questões dos Direitos Humanos.

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade.

O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.

A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental (ONU MULHERES, 1995, p. 149).

Como resultado da participação brasileira nos diálogos tem-se a incorporação da perspectiva de gênero de forma transversal nas políticas públicas de forma que o tema não é mais tratado de forma pontual ou isolada e sim, juntamente com os demais temas da sociedade (ONU MULHERES, 1995).

Ainda em 1997, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Curitiba implantou o 'Programa Viva Mulher' uma ação pública de promoção à saúde para o controle do câncer de colo uterino com objetivo de reduzir as mortes por este tipo de câncer. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram responsáveis pelas ações de promoção da saúde, prevenção, captação das mulheres, coleta do exame, orientação para a realização do autoexame das mamas e a realização anual do exame clínico das mamas e outros meios diagnósticos. Os resultados demonstraram a redução em 50% dos casos de morte por câncer de colo de útero em sete anos do programa. Em 1998, foram 12,9 óbito por 100 mil mulheres; em 2005, a taxa de mortalidade reduziu para 6,9. Para a obtenção desses resultados,

[...] é importante ressaltar o envolvimento dos profissionais de saúde e a participação da comunidade que, unidos, vêm levando adiante esta bandeira em direção a um horizonte de melhor qualidade de vida para a mulher curitibana (VIVA MULHER, [201-]).

Na Declaração de Pequim em 1995, dentre os objetivos definidos, o Brasil assumiu o compromisso de implementar ações que contribuíssem para a redução da morbidade por câncer do colo e como resultado implantou em 1997 o Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo Uterino (PNCCCU) , fruto do Programa Nacional de Controle ao Câncer (PNCC) criado em 1970 coordenado pelo Instituto Nacional Câncer (INCA) que é o órgão brasileiro auxiliar do Ministério da Saúde responsável pelas ações integradas para a prevenção e controle do câncer no Brasil (INCA, 2018).

O município de Curitiba, juntamente com Recife (Pernambuco), Distrito Federal, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Belém (Pará), foi uma das cidades selecionadas para a implantação do projeto-piloto que entre 1997-1999 que foi monitorado e como consequência teve implementação de adequações dos procedimentos e incorporação de tecnologias para aprimorar a qualidade do atendimento às mulheres com câncer de colo de útero pelo programa. A primeira fase do programa, como é conhecida, ocorreu entre os anos de 1999 e 2000 quando o programa já estava consolidado e passou a implementar ações para que fosse incorporado por todo o SUS juntamente com a articulação de uma rede nacional que oferecesse o controle do câncer de colo de útero, ampliando para outros municípios. Na segunda fase do programa, entre os anos de 2001 a 2005, dentre os seus feitos

destaca-se em 2002 a incorporação da população indígena e carcerária e a inclusão em seu protocolo de exames clínicos de mamas, passando a ser denominado como 'Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero e de Mama'. A partir de 2002 o programa foi gradativamente incorporado às políticas de controle do câncer do Ministério da Saúde, caracterizando-se como ações estratégicas para o controle dos cânceres do colo do útero e de mama (INCA, 2018).

No ano de 1999, foi implantado o 'Programa Mãe Curitibana' para melhoria da qualidade do atendimento às gestantes e crianças curitibanas. O programa atende desde o pré-natal, garantindo o acesso ao parto, exame puerperal e o estímulo ao aleitamento materno. "O objetivo do Programa Mãe Curitibana é humanizar o atendimento, aumentar a segurança e melhorar a qualidade do atendimento às gestantes e crianças de Curitiba" (MÃE CURITIBANA..., [20--]).

Em 1998, quando o programa estava em fase de implantação, Curitiba apresentava um coeficiente de mortalidade infantil de 16 nascidos mortos para cada 1.000 nascidos vivos, os fluxos assistenciais eram desorganizados e por este motivo o atendimento as gestantes não era uniformizado e nem integrado em uma rede, além da ausência de atendimento especializado para as gestantes em situação de risco gestacional. Os leitos eram utilizados de forma inadequada, não havia assistência social para as famílias, ou mulheres, realizarem um planejamento reprodutivo, o pré-natal eram deficitário em quantidade e qualidade (MÃE CURITIBANA..., [20--]).

Desta forma, o 'Programa Mãe Curitibana' tinha como princípios norteadores a responsabilização da equipe da Unidade de Saúde pela saúde do binômio mãe e filho, responsabilização de um serviço hospitalar de referência pelo atendimento integral da gestante e do recém-nascido. Seus serviços incluíam capacitação e treinamento continuada das equipes de saúde, proporcionar atendimento mais humanizado e com maior qualidade às gestantes e crianças; captar, inscrever e vincular a gestante à maternidade segundo risco gestacional; realizar a estratificação do risco gestacional; organizar as referências hospitalares com vinculação da gestante à maternidade na primeira consulta; implantar protocolos para garantir qualidade e padronização de condutas; realização de oficinas para as gestantes pelas equipes de saúde. Proporcionar visita das gestantes à maternidade vinculada; monitorar as gestantes quanto a assistência prestada primando pelo início precoce do pré-natal, realização dos exames, monitoramento dos resultados alterados, frequência às consultas e busca ativa para os casos de absentéismo; e estimular a participação dos parceiros

no pré-natal. Assim, o planejamento familiar (reprodutivo), pré-natal, parto, puerpério e saúde infantil compunham as áreas de atendimento do programa (SMS, 2019).

Atualmente o programa tem o nome de 'Rede Mãe Curitibana Vale a Vida' e mantém resultados positivos e crescentes, servindo como referência para outros municípios e países. Destaca-se como um dos principais motivos que o fazem perdurar tanto tempo e perpassar mudanças de governo, sem prejuízo ao bom andamento, seus bons resultados e a repercussão nacional e internacional do programa (ENTREVISTADA A, 2019). A exemplo, destaca-se que o programa serviu como exemplo e modelo para outras capitais e até mesmo para o programa 'Rede Cegonha' do governo de Dilma Rousseff em 2011, além de ser um exemplo os políticos tendem a fazer uso deste para suas campanhas eleitorais. Em 2012, o jornal Gazeta do Povo publica uma reportagem onde denuncia que Rafael Greca e Luciano Ducci reivindicam a autoria do programa com o intuito de fortalecer a sua imagem política durante as campanhas eleitorais para prefeito municipal (GALINDO; CAMARGO, 2012).

Ao longo desta trajetória o programa evoluiu em muitos sentidos, incorporou outros programas existentes no âmbito da saúde da mulher e da mãe, ampliou e aprimorou seus protocolos e serviços e por último adotou o inglês e francês nas cartilhas para ampliar o atendimento às imigrantes, em especial as haitianas (ENTREVISTADA A, 2019). A trajetória do programa, segundo dados da SMS é verificada na linha do tempo conforme Quadro 6.

Ano	Implementação
1999	A SMS, em parceria com as Sociedades Científicas e os Hospitais Universitários, maternidades vinculadas ao SUS e comunidade curitibana, estabeleceu um novo programa de atenção à saúde materno-infantil, denominado "Mãe Curitibana".
2000	Elaborado com atualização e edição de novos protocolos: Pré-Natal, Parto e Puerpério e Atenção ao Recém-Nascido; Planejamento Familiar e Risco Reprodutivo.
2001	Implantação do sistema integrado de serviços de saúde.
2002	Editado novo protocolo: Planejamento Familiar. Implantação do Programa Mulher de Verdade de atenção às mulheres vítimas de violência. Implantação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em situação de risco.
2004	Novos protocolos são publicados: Pré-Natal, Parto, Puerpério e Atenção ao Recém-Nascido e Protocolo de Emergências e Urgências em Obstetrícia

Ano	Implementação
	das Maternidades vinculadas ao Programa Mãe Curitibana. Ocorre a implantação do contrato de gestão com os profissionais da atenção primária à saúde.
2005	Atualizado e publicado protocolo de Planejamento Familiar e Pré-Natal, Parto e Puerpério e Atenção ao Recém-Nascido.
2006	Implantação da Unidade de Saúde Mãe Curitibana.
2007	O teste rápido de HIV passa a ser ofertado em todas as maternidades SUS de Curitiba.
2009	Implantação do Programa Pai Presente visando o acompanhamento e a testagem para HIV e sífilis dos parceiros das gestantes vinculadas ao Programa gestacional. Protocolo de Urgências e Emergências em Obstetrícia das Maternidades Vinculadas ao Programa Mãe Curitibana.
2012	Editada nova atualização do Protocolo de Pré-Natal, Puerpério e Atenção ao Recém-Nascido.
2013	A Terapia Antirretroviral que até então era disponibilizado para determinados casos como Aids (CD4 <350 cels) passa a ser ofertado para todas as Pessoa Vivendo com HIV/Aids (PVHA). Objetivo a redução da transmissão vertical.
2014	Descentralizado o manejo clínico do HIV/Aids (diagnóstico e tratamento) para a Atenção Básica através de um sistema matriciado. Priorização para consultas e exames de acordo com a classificação de risco para PVHA.
2014	Participação no evento <i>Fast Track Cities: Ending the Aids Epidemic by 2030</i> , em Paris onde o município assinou o compromisso de atingir o objetivo de erradicar a epidemia de Aids nos próximos quinze anos.
2017	O 'Programa Mãe Curitibana' passa a denominar-se 'Rede Mãe Curitibana Vale a Vida'.
2017	Início da estratificação de risco odontológico para gestantes e bebês de 0 a 24 meses.
2017	Ampliação de métodos contraceptivos.
2018	Disponibilidade de Implante Contraceptivo Subdérmico de Longa Duração em parceria com a rede hospitalar para: mulheres vivendo em situação de rua; mulheres vivendo com HIV/AIDS; uso prejudicial de drogas; transtornos mentais de difícil manejo.
2018	Reestruturação do fluxo de atenção da saúde da mulher – CA de colo e mama.
2018	Utilização do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) para avaliação do resultado da citologia oncológica e mamografia, matriciamento e acompanhamento de resultados alterados. "Março Lilás" e "Outubro Rosa".
2018	Atenção à saúde sexual e reprodutiva através do Programa Saúde na Escola (PSE) e Agenda Cuidar e Proteger dos Adolescentes (avaliação da qualidade do atendimento do adolescente na Atenção Básica) elaborando a partir desses dados ações visando a saúde sexual e reprodutiva.
2018	#TamoJunto, ELOS e Famílias Fortes.
2018	Projeto de promoção e prevenção da vida sexual e reprodutiva – "Promoção em Movimento".

Ano	Implementação
2018	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – projeto para atenção aos adolescentes vulneráveis.
2018	Capacitação das equipes para ampliar a inserção do DIU. Teoria e prática na própria unidade.
2018	Agilidade no agendamento para a referência de alto risco (fila zerada).
2018	Atualização da carteira de pré-natal (gestante e família) e dos protocolos.

Quadro 6 – Linha tempo Programa Mãe Curitibana

Fonte: Extraído de SMS, 2018.

Os resultados do programa até hoje, 2019, são exitosos, seus indicadores demonstram o sucesso no que diz respeito a redução dos indicadores quando na sua implantação de promoção a QV, dentre os quais destaca-se a taxa de mortalidade infantil; em 1998 era de 6,8 para cada 100 mil nascidos vivos e em 2018 passou a 2,1, na mortalidade materna em 2000 foi de 33,7 para cada 100 mil nascidos vivos para 13,2 em 2017 (SMS, 2018a).

Ainda, em 2000, foi implantada a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em situação de risco para violência. Segundo dados da OMS em 2002 cerca de 53 mil crianças morreram em todo mundo vítimas de homicídio e que cerca de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual que envolveu contato físico, havendo reincidência na maioria dos casos e a ocorrência é habitualmente no próprio domicílio. Verificou-se também que 20% das mulheres adultas e de 5 a 10% dos homens relataram terem sido vítimas de violência sexual na infância (UNICEF, 2005). A rede está implantada nos serviços municipais de saúde, centros de educação infantil, projetos de ação social e programas de atendimento a crianças e adolescentes, com intuito de sensibilizar e capacitar os profissionais diretamente envolvidos com o público alvo para que identifiquem sinais de violência, avaliem a gravidade da situação e desenvolvam ações de proteção, incluindo ajuda à família, e executem ações preventivas. Participam também da rede os conselhos tutelares, SOS Criança, Organizações não Governamentais (ONGs) e comunidade (MURARO, 2008).

Em 2002, na segunda gestão do prefeito Cassio Taniguchi (2001 a 2004), foi implantado o 'Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência – Mulher de Verdade', que serviu de modelo para o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher lançado em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (GAZETA DO POVO, 2003). O programa é resultado, segundo a Prefeitura de Curitiba (MULHER DE VERDADE..., [201-]), de uma pesquisa realizada junto à Delegacia Especializada da Mulher de Curitiba, anos de 1999 e 2000, das principais queixas apresentadas pelas mulheres que buscaram atendimento. Destaca-se que 50% das queixas refere-se à agressão física com lesão corporal, 20,5% agressão verbal, 16% sofreram várias agressões ao mesmo tempo e 3,3%, agressão sexual. "Os agressores são pessoas que interagem com a vítima no convívio familiar cotidiano em 91,7% dos casos, mantendo com ela relação de caráter conjugal (82,4%) ou de parentesco (9,3%)", sendo que 78,6% das mulheres sofreram agressão em sua própria residência e "nos diferentes tipos de agressão, exceto em relação à violência sexual, onde as vias públicas e outros espaços públicos assumem importância" (SMS, 2008, p. 9).

Este fenômeno, que atinge mulheres de diferentes raças, etnias, religiões, escolaridade e classes sociais, possibilita a compreensão das relações entre mulheres e homens que têm sido historicamente desiguais e causam a subordinação do feminino ao poder e à força do masculino.

As políticas públicas destinadas a prevenir e erradicar a violência e a promover a igualdade quanto ao gênero requerem mudanças sociais, não apenas no modo como as mulheres trabalham e cuidam de si e de suas famílias, mas também como as instituições se envolvem nesses processos. (CFEMEA, 2002).

O programa consiste em assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais da mulher vítima de violência, e seu objetivo é de organizar os serviços e os fluxos de atenção neste sentido por meio de uma rede de parceiros para atender cada situação, todas as áreas que envolvem a violência. Os profissionais são capacitados para atuar no atendimento às mulheres vítimas de violência nas Unidades de Saúde e hospitais de referência, de forma que estejam aptos a acolher, reconhecer, atender, orientar, encaminhar mulheres vítimas de violência, garantindo atenção médica ambulatorial e hospitalar, acompanhamento dos casos de forma a minimizar a dor, evitando e intervindo sobre os agravos e consequências decorrentes da violência, como no caso de doenças sexualmente transmissíveis, as sequelas físicas

e psicológicas e a gravidez indesejada. Além disto, tem a função de detectar riscos e identificar as possíveis vítimas, pautando-se pela ética, preservando o sigilo e garantindo a segurança das informações. Integra o programa as visitas domiciliares às famílias atendidas para que possa observar e identificar *in loco*, as situações de violência com segurança e acuidade (CFEMEA, 2002; MULHER DE VERDADE, [201-]).

Este programa foi constituído com uma concepção de trabalho intersetorial, sendo assim, concomitantemente, foi criada Rede Intersetorial de Atenção as Mulheres em Situação de Violência, com a finalidade de articular os diversos órgãos, instituições e movimentos sociais que dão sustentação ao Programa, de forma a organizar os serviços e fluxos de atenção à violência contra as mulheres (MAFIOLETTI et al., 2018, p. 3084).

Fazem parte da rede de atendimento os serviços que atendam as diversas necessidades “relativas à saúde, à proteção social, segurança pública (delegacia e juizado, IML) e a justiça – medidas judiciais cíveis necessárias” também compõem o programa os conselhos estadual e municipal da mulher, sociedades científicas, universidades e organizações não governamentais (MAFIOLETTI et al., 2018, p. 3084-3085). A rede de profissionais multidisciplinar é de fundamental relevância no atendimento pois possibilita a melhoria da QV em vários aspectos da saúde “além de propiciar suporte psicológico, social e jurídico e, com a importância do atendimento multidisciplinar, resgataram a dignidade e a cidadania das mulheres que sofrem com a violência” (SMS, 2008, p. 37).

Durante a trajetória do programa ocorreram implementações, na medida em que aconteciam os atendimentos, com destaque a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que trouxe benefícios, a saber.

A conquista da Lei Maria da Penha possibilitou maior integração das ações entre os órgãos, principalmente nas áreas da saúde e da ação social, e outras instituições responsáveis pelo enfrentamento da violência contra as mulheres, como o Juizado da Violência Doméstica e Familiar recém-criado na época, a Delegacia Especializada da Mulher e as entidades da sociedade civil (MAFIOLETTI et al., 2018, p. 3086).

O programa é gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde e em sua trajetória implementou mudanças no atendimento visando a QV da mulher. A trajetória do programa é demonstrada na linha do tempo conforme Quadro 7.

Ano	Implementação
2002	Padronização dos fluxos de atendimento, encaminhamento e orientação com relação à violência contra as mulheres.
	Uma das finalidades primordiais do Programa se fundamenta no acolhimento de forma solidária das mulheres que sofrem violência, buscando minimizar a dor, evitar os agravos e reduzir danos.
	O protocolo apresenta uma organização dos serviços para a atenção à mulher em situação de violência, com foco na humanização do atendimento, compreendendo a sua desburocratização, ações integradas e simultâneas evitando a peregrinação em diversos serviços bem como a repetição do relato sobre o ocorrido e agilizando a profilaxia das DSTs, Aids e gravidez.
	São descritos igualmente nesse protocolo, os fluxos de atendimento nos casos de violência sexual e nos outros tipos de violência.
2004	Principais alterações um maior detalhamento dos fluxos de atendimento, acrescentando a organização para a atenção à violência sexual crônica, situação em que a violência acontece de forma repetitiva, e para as que chegam ao serviço após 72 horas do momento da agressão, nesses últimos casos, os atendimentos seriam feitos pelas Unidades Básicas de Saúde.
2008	Na seção sobre a Rede Intersetorial de Atenção às Mulheres em Situação de Violência estão descritas as atribuições e competências de diferentes parceiros, de distintas áreas no interior do programa.
	A ficha de notificação ou “Ficha de Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher” contém as tipificações da violência de acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Quadro 7 – Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência – Mulher de Verdade

Fonte: Extraído de Mafioletti et al., 2018, p. 3085-3086.

Dentre os resultados do programa, destacam-se os prêmios recebidos em razão de seus resultados e práticas exitosas, conforme Quadro 8.

Ano	Prêmios
2009	Premiação do Ministério da Saúde. 9ª edição da Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças, (Expoeipi) na categoria “Inovações na gestão da vigilância de agravos e doenças não transmissíveis e da promoção da saúde” com o trabalho “Humanização no atendimento às vítimas de violência sexual: o Instituto Médico Legal vai ao Hospital”.
2010	Premiação Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, categoria “Boas Práticas na Aplicação, Divulgação e Implementação da Lei Maria da Penha”.

Ano	Prêmios
2012	Prêmio das Américas. Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR). Centro Internacional de Formação de Atores Locais para América Latina (CIFAL), na categoria de redução da mortalidade infantil.
2012	Menção honrosa da 12ª Expoepi, em 2012. Pelo desenvolvimento da experiência “Atenção integral a mulher em situação de violência adaptação da Ficha Nacional de Notificação a realidade local”.

Quadro 8 – Prêmios do Programa de Atenção às Mulheres
Vítimas de Violência – Mulher de Verdade

Fonte: Extraído de MAFIOLETTI et al., 2018, p. 3085.

O Programa representou um grande avanço no atendimento às mulheres, tanto na humanização do atendimento às mulheres, quanto no reconhecimento da necessidade de existir uma rede integrada que possa atender e identificar os casos de violência, que em razão de questões sociais são omitidos, conforme verificado em entrevista realizada:

Uma grande inovação do programa é uma negociação para que as mulheres possam ser atendidas no Instituto Médico Legal (IML) por outras mulheres, ou mesmo que tivessem um atendimento mais humanizado no IML com relação a estas violências (ENTREVISTADA B, 2019).

Os dados que são gerados pelo programa são repassados para o Ministério da Saúde e divulgados anualmente por meio de Relatórios com análises epidemiológicas do Programa no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde; porém, em levantamento realizado no site do Ministério da Saúde em junho de 2019 o último relatório (SILVA JR, 2013) que foi localizado sobre a temática, especificamente, é datado de 2011, e contém dados nacionais sem distinção de região (município e estado).

Em Curitiba, foram registradas 1.537 notificações nas unidades de assistência à criança e adolescente sendo 92,6% por violência doméstica e maus-tratos, 7,4% por violência extrafamiliar, em 2003. Já em 2004, foram 1.974 notificações, com 92,9% dos casos de violência doméstica e 7,1% de extrafamiliar (PFEIFFER; ROSÁRIO; CAT, 2011). Segundo entrevista realizada, o crescimento das notificações está diretamente associada ao aumento da visibilidade do tema e o treinamento realizado com os profissionais da rede para identificar casos de abuso e violência, a saber:

Este acréscimo de notificações deve-se ao fato de que a visibilidade do tema da violência, bem como a capacitação dos profissionais da rede, possibilitou a identificação dos casos no atendimento as crianças e adolescentes e condições de que as famílias buscassem por apoio e atendimento para as situações de violência de crianças e adolescentes (ENTREVISTADA B, 2019).

Segundo dados da SMS, aproximadamente de “50 a 70% dos homens que agridem suas mulheres também cometem algum tipo de agressão às crianças”, além disto em relação aos abusos sexuais, também tem-se registros de “alta correlação entre homens que abusam de suas parceiras e aqueles que abusam sexualmente das crianças, principalmente do sexo feminino” (RIBEIRO et al., 2002, p. 13).

A Rede de Proteção de Curitiba está fundamentada em um “sistema de notificação obrigatória de toda forma de violência suspeita ou comprovada contra crianças e adolescentes até 18 anos de idade” a base legal destas notificações está disposta no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 13 e 245.

Ainda, em 2002, foi implantado o programa ‘Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar’. Coordenado pelas secretarias municipais de Recursos Humanos e da Educação, o programa visa atender as servidoras públicas, em 2002 participaram as cozinheiras, auxiliares de serviços gerais e agentes administrativos da Secretaria Municipal da Educação, em 2005 as profissionais educadoras integraram-se ao programa e no ano de 2007 as profissionais do Magistério e demais servidoras da Prefeitura de Curitiba. Em 2012, quando o programa comemorou seus dez anos de atividade, os dados mostraram que 6.036 mulheres participaram do programa.

O programa conta com uma roda de conversa, onde as profissionais abordam temas relacionados à saúde, dentre elas a importância de uma atividade sexual saudável, DST (doenças sexualmente transmissíveis) / AIDS; alterações hormonais: TPM, menopausa, reposição hormonal; prevenção ao câncer: mama e ginecológico (útero e ovário), a importância dos exames preventivos, alimentação saudável, gerenciamento do estresse, preparação para aposentadoria e violência doméstica (HOMENAGEM..., 2006).

Durante as comemorações de dez anos do programa:

“Temos muito a comemorar nos dez anos do Só Mulheres. Basta ver o impacto das ações na melhoria da qualidade de vida das servidoras”, disse a secretária Maria do Carmo. “Educadores saudáveis proporcionam um ensino de melhor qualidade”, completou Liliane Sabbag (SÓ MULHERES..., 2012).

Em 2003 e 2004 não há registros de ações na pesquisa.

No ano de 2005, Curitiba realizou um debate sobre a DST/Aids e saúde da mulher, com discussão sobre política pública e gênero, e atendimento especializado em Curitiba durante a 8ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba (DEBATES..., 2005).

Em 2006, a prefeitura promoveu em Curitiba o Seminário Nacional de Experiências na Atenção à Violência Doméstica e Sexual – Conquistas, Desafios e Proposições. Como expectativas sobre tal evento, declarava-se que “a troca de experiências fortalecerá práticas existentes, apontará os próximos passos e dará início à construção de uma rede nacional de prevenção e proteção às vítimas da violência. Destaca que o enfrentamento da violência, sobretudo a praticada dentro de casa, é um dos maiores desafios dos governantes e sociedade como um todo, por atingir especialmente mulheres, crianças e adolescentes, prejudicando seu estado físico, emocional e social. A coordenadora Vera Lúcia de Oliveira, da Secretaria Municipal da Saúde, explica que “a busca para a solução do problema envolve a construção de uma rede social de proteção, formada por diversas instituições, organizações e grupos que já realizam ou possam realizar ações voltadas ao controle da situação” (SAÚDE..., 2006).

Ainda em 2006, foi divulgada uma pesquisa sobre o perfil do idoso em Curitiba realizada pelo IPPUC onde revelou que 59% dos idosos são mulheres. O presidente do IPPUC, Luís Henrique Cavalcanti Fragomeni disse que a administração pública estava trabalhando para melhorar as condições de vida na cidade, citando como exemplo a colocação de rampas, readequação de calçadas para que os cidadãos possam caminhar com mais segurança e conforto. Citou também as atividades de assistência e lazer ofertadas pela FAS aos idosos. Apesar disto, até a presente data (2018) das proposições apresentadas não ocorreu nenhum registro de práticas para a população idosa (BEM PARANÁ, 2006).

Também em 2006, a prefeitura de Curitiba, sob a gestão do prefeito Beto Richa, reativou o Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF) que foi fundado em 1984 e agrega diversos segmentos da sociedade em defesa aos direitos da mulher.

O Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba tem por finalidade a elaboração e implementação, em todas as esferas da administração do Município, de políticas públicas sob a ótica de gênero para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos, entre homens e mulheres, de forma

a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania (CURITIBA, [201-]).

Segundo dados do Ministério Público, em 2006, 80% dos procedimentos que tramitam no Juizado Especial de Curitiba são referentes a situação da mulher, em especial por violência. No último ano, de 2005 a 2006, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRMulher) atendeu 257 mulheres vítimas de violência, das quais 32% com faixa etária entre 31 e 40 anos, sendo que 30% das mulheres atendidas possuíam ensino fundamental incompleto, enquanto 21% e 17% completaram ensino fundamental e médio respectivamente. Em 2013, a Câmara Municipal de Curitiba aprovou o projeto de lei que reestruturou o conselho e criou em seu lugar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba (CMDM) (MULHER CURITIBANA..., 2013).

Em 2007, foi realizada a 1ª Conferência Municipal da Mulher organizada pelo Conselho Municipal da Condição Feminina com o tema “Participação das Mulheres nos Espaços de Poder”, dirigido a mulheres que participam de organizações não governamentais, associações comunitárias, de assistência social e entidades de representação profissional. Segundo a coordenadora de comunicação da conferência, Rosemeri Kredens, “As mulheres precisam de incentivo. A discussão desses temas pode despertar o interesse e aumentar a união entre as mulheres para uma participação social cada vez maior”, os espaços de poder vão desde a política, passando pelo mercado de trabalho, até o ambiente familiar (AÇÃO SOCIAL..., 2006).

Em 2008, não foi encontrada nenhuma informação de implementação. Já em 2009, a Prefeitura de Curitiba, em parceria com o CMCF, sob a presidência de Beth Maia, realiza nas regionais o ‘Seminário Violência de Gênero’ com o objetivo de conscientizar as mulheres, lideranças comunitárias e órgãos de classe sobre a garantia dos direitos da mulher e a eliminação de discriminações que limitem a plena inserção da mulher na vida econômica, política, social e cultural da cidade. Durante os eventos foi realizada uma pesquisa sobre violência contra a mulher para mapear a violência contra a mulher em Curitiba, identificando o perfil socioeconômico da vítima e do agressor que tem como propósito contribuir para a definição de políticas públicas que auxiliem a mulher vítima de violência e promovam a reeducação do agressor. O questionário foi disponibilizado de duas formas para facilitar o acesso, em totens multimídia da Prefeitura de Curitiba em diversos bairros e parques da cidade e

também, pelo site da prefeitura de Curitiba no CMCF (DIREITOS DA MULHER..., 2009b).

No ano de 2010, foi implantado o 'Projeto Mulheres da Paz em Curitiba', e em demais municípios do País, que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (DEFESA SOCIAL..., 2010).

O projeto Mulheres da Paz capacita mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais. Assim, dá-se o fortalecimento das práticas políticas e socioculturais desenvolvidas por elas a partir do empoderamento feminino. Além disso, constrói-se redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres (MJ LANÇA EDITAL..., 2014).

As Mulheres da Paz de Curitiba, que foi desenvolvido em conjunto pela Secretaria Municipal da Saúde e a Defesa Social, inicialmente as participantes são todas moradoras do Sítio Cercado, bairro escolhido com base em indicadores de vulnerabilidade social¹⁹, que irão atuar na mediação de conflitos e na disseminação da cultura da paz na comunidade. As 200 participantes selecionadas dentre as 540 candidatas passarão por capacitação em temas de mediação, técnicas de abordagem, inclusão digital, cidadania, prevenção ao uso de drogas, adolescência e outros temas relacionados aos direitos humanos que são direcionados aos jovens, moças e rapazes à beira da criminalidade, presos e os que já cumpriram pena (DEFESA SOCIAL..., 2010).

Neste mesmo ano de 2010, em vigor até a realização desta pesquisa, a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) por meio do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba, inicia o serviço de orientação e sensibilização aos agressores, em atendimento a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, que determina a conscientização e responsabilização dos autores de violência contra mulheres, desta forma, em atendimento a legislação. Para ter direito a participar do atendimento, o agressor precisa uma determinação judicial (TJPR, 2018).

¹⁹ Segundo dados do IPEA, a região sul do país é onde há o maior índice de municípios de 'muito baixa' vulnerabilidade social do país, o Paraná está em 3º neste *ranking* do país, atrás de Santa Catarina (1º) e Rio Grande do Sul (2º), de 2000 a 2010 o Índice de Vulnerabilidade baixou de 0,365 para 0,252. A Região Norte apresenta a maior concentração de vulnerabilidade, seguido da região metropolitana (2º) de Curitiba com o menor índice do estado (CERQUEIRA et al., 2018).

O Grupo denominado GUIA é coordenado pelo Setor Psicossocial de Atenção a Violência Doméstica e Familiar (SEPAVI), através de uma serventária com formação em psicologia e com o auxílio de duas estagiárias de psicologia contratadas. Também o setor conta com três estagiários do último ano de psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), que contribuem ativamente com a aplicação de atividades no Grupo GUIA. O Grupo de sensibilização e orientação aos autores de violência doméstica tem por objetivo orientar e promover a reflexão sobre questões relacionadas ao delito cometido (TJPR, 2018).

Em 2011, foi realizada a Conferência da Mulher em Curitiba, promovida pelo CMCF, sob presidência de Elizabeth Maia, com a presença de Rosângela Rigo, diretora da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). O objetivo da Conferência Regional de Políticas Públicas para as Mulheres foi discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, sem distinção de raça, etnia, orientação sexual (AVISO DE PAUTA..., 2011; POLÍTICAS PÚBLICAS..., 2011). Somente dois programas nesta temática foram encontrados nesta pesquisa, o Pró-equidade de Gênero e Raça em 2011 e a 'Casa de Passagem Feminina' para as mulheres LGBT em 2015.

Também em 2011, a Prefeitura de Curitiba na gestão do prefeito Beto Richa e Luciano Ducci, aderiu, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres com cooperação técnicas entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) "Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho" criado em 2006. O programa foi coordenado pelo Comitê Gestor Municipal de Gênero e Raça e estava entre as metas do 'Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente' e da 'Agenda Curitiba de Trabalho Decente', e em conformidade com os regulamentos estabelecidos em edital, pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. "A Prefeitura de Curitiba promove o diálogo com a comunidade, a transparência das ações e garante os direitos humanos. Isso tudo é fundamental para uma sociedade igualitária", diz a presidente do CMCF, Elizabeth de Aguiar Maia (2011) (TRABALHO DECENTE..., 2011).

O programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. O objetivo é "defender os interesses de todos os trabalhadores que vivem em Curitiba, garantindo seus direitos sociais e econômicos", afirmou o secretário

municipal do Trabalho e Emprego, Paulo Bracarense. O programa está estruturado em dois eixos: gestão de pessoas e cultura organizacional, a saber:

Eixo	Campo atuação
Gestão de pessoas	Recrutamento e seleção; capacitação e treinamento; ascensão funcional e plano de cargos e carreira; e política de benefícios e programas de saúde e segurança.
Cultura organizacional	Mecanismos de combate às práticas de desigualdade e discriminações de gênero e raça e de combate à ocorrência de assédios moral e sexual; prática de capacitação na cadeia de relacionamentos da organização; e propaganda institucional interna e externa.

Quadro 9 – Eixos Programa Pró-equidade de Gênero e Raça

Fonte: Extraído de IPEA, 2011.

As empresas que fazem adesão ao programa devem adotar políticas de equidade de gênero e raça sob forma de um plano de ação, elaborado pela própria organização de acordo com as diretrizes do programa, e após um ano de atuação destas políticas os relatórios com os resultados devem ser submetidos para avaliação do MMFDH. Se os resultados forem positivos e validados a empresa recebe o prêmio ‘Selo Programa Pró-equidade de Gênero e Raça – Organização participante’, concedido pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho (OIT), que poderá ser utilizado publicamente. Cabe destacar que “os relatórios da 6ª edição do Selo, ano de 2018, já foram submetidos e estão aguardando a análise e validação do governo federal no MMFDH. O programa ainda está em vigor, iniciou suas atividades junto à Secretaria do Trabalho e Emprego e atualmente encontra-se na gestão da Secretaria de Municipal de Administração e de Gestão de Pessoal de Curitiba, segundo informação da Entrevistada E (2019).

A prefeitura de Curitiba recebeu em 2015 o prêmio da 4ª edição do programa (Selo) Pró-equidade de Gênero e Raça, anos 2013-2015. Ao todo foram 83 empresas participantes, das quais 48 instituições públicas, 21 privadas, 11 de economia mista, Itaipu Binacional (instituição de Direito Público Internacional) e a Transpetro – Sociedade Anônima, subsidiária integral da PETROBRAS (TRABALHO E EMPREGO..., 2015). Nesta edição, assim como Curitiba, receberam o prêmio as

prefeituras de Guarulhos, Jabotão dos Guararapes, Porto Alegre e Santa Rosa (TRABALHO E EMPREGO..., 2015).

“Nosso trabalho recebeu reconhecimento, mais uma vez, pelas medidas realizadas com o objetivo de conscientizar sobre temas importantes, como o assédio moral e sexual, equidade de gênero e raça na Prefeitura de Curitiba. O prêmio é fruto do esforço, empenho, conscientização do pessoal da secretaria e de todos os servidores da Prefeitura de Curitiba”, disse Mirian Gonçalves [vice-prefeita e secretária municipal do Trabalho e Emprego] (TRABALHO E EMPREGO..., 2015).

Ainda em 2011, Curitiba promoveu a Conferência Municipal Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O encontro visou propor a criação de políticas públicas para a comunidade homossexual, que atualmente representam 10% da população curitibana. A conferência se configurou como “uma oportunidade para discutir em parceria com a Prefeitura políticas que ajudem esta população que ainda precisa resgatar a sua cidadania”, disse o presidente da Associação Brasileira de LGBT, Toni Reis. Durante a conferência, foram discutidos temas relacionados à educação; ação social, emprego e trabalho; defesa social; cultura e turismo; e saúde e drogas. Participam da organização do evento o Grupo Dignidade, Dom da Terra Afro LGBT, Transgrupo Marcela Prado, Associação Paranaense de Lésbicas (Artemis), Rede Nacional de Mulheres Negras Lésbicas e Bissexuais, Centro Paranaense de Cidadania (Cepac) e Associação paranaense da Parada da Diversidade, Prefeitura de Curitiba e Câmara Municipal de Curitiba (DIVERSIDADE..., 2011).

Possivelmente, a abertura de uma casa de passagem ‘Casa de Passagem Feminina’ para as mulheres LGBT em 2015, coordenada pela Fundação de Ação Social (FAS), tenha sido resultado desta conferência, dos debates acerca de política pública e gênero, e atendimento especializado em Curitiba durante a 8ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba.

Em 2016, nos dias 27 e 28 de novembro, foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

No ano de 2012, a CMC aprovou o Projeto de Lei²⁰ que oferece atendimento multidisciplinar a autores de violência doméstica e familiar. A proposta é evitar reincidência da agressão. A autora do projeto, a vereadora Maria Goretti, diz que o

²⁰ Projeto de Lei Ordinária: 005.00096.2012 (CMC, 2012).

projeto permite que o agressor seja inserido novamente no núcleo familiar e na comunidade, preservando o direito constitucional de proteção à família, o agressor, conforme o texto, “pode procurar o atendimento por vontade própria, determinação judicial ou encaminhamento da Delegacia da Mulher”, explica a vereadora. O acompanhamento multidisciplinar do agressor prevê abordagens na área da saúde, incluindo atendimento psicológico, com profissionais capacitados. A capacitação também é de responsabilidade do Município e envolverá os seguintes temas: relações de gênero; direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; noções de terapia de família e de casal; terapias corporais; noções de psicopatologia e noções sobre a Lei Maria da Penha.

A lei da vereadora Maria Goretti foi aprovada no mesmo ano, “a 14 dias do fim do mandato do ex-prefeito Luciano Ducci (PSB)” e estabelecia que o atendimento ao agressor “será multidisciplinar e ficará vinculado à Fundação de Ação Social (FAS) e outras secretarias, e que o encaminhamento pode ser feito mediante pedido do agressor ou por meio da delegacia especializada ou determinação judicial”. Porém, em 2013, foi noticiado o veto à lei pelo então prefeito recém-empossado Gustavo Fruet, com o apoio da secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves e da SPM de Curitiba, sob a gestão de Roseli Isidoro (O VETO DE FRUET..., 2013). Em declaração sobre seu apoio ao veto, a então secretária nacional afirma:

Bom, eu acho que o agressor é um criminoso, não é um doente. Começa por aí. Por que criar um serviço psicossocial pro agressor e não criar pra mulher, que apanhou por anos, que está numa condição de submissão, que não é mais sujeito de direitos? Acho que essa é a primeira questão. Para o agressor, não é atendimento psicossocial, é um serviço de responsabilidade e reeducação, que envolve outra perspectiva, outro olhar, com outros profissionais. Se tivesse sido criado um serviço deste tipo, eu diria que o prefeito estava errado, mas neste caso ele está certo. Tem de ser um serviço de responsabilização. O agressor tem de saber da responsabilidade de seus atos. Ele não pode ser tratado como doente, pois ele não é doente, ele é um criminoso. Segundo a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher é crime (O VETO DE FRUET..., 2013).

Os motivos expostos no veto são “Desta feita, pode-se concluir que não compete ao Legislativo a iniciativa de projeto de lei que trate sobre a política pública local, nesse caso a violência doméstica, posto se tratar de competência do Executivo” e complementa “Ao lado dessas considerações, vislumbra-se que para colocar em prática os comandos da lei criar-se-ão despesas para o Município, contrariando desta

forma o disposto no artigo 54 da Lei Orgânica do Município” (CMC, 2012). Ainda que a lei tenha sido vetada, seja por motivo de orçamento ou por ser competência do executivo, o agressor não deixou de ser atendido no município pois a DPE-PR realiza o atendimento desde 2010, atualmente nas dependências da Casa da Mulher Brasileira (TJPR, 2018). A diferença entre ambos consiste no acesso, no caso do atendimento pela DPE-PR o encaminhamento deve ser por uma determinação judicial e no caso da lei vetada, o encaminhamento poderia ser por vontade própria, pela Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, além de determinação judicial.

É importante destacar que o atendimento ao agressor faz parte das políticas de enfrentamento de violência contra mulher em outros países, a exemplo da Espanha. Em entrevista realizada, foi destacado que o país é referência no atendimento da temática de violência contra mulheres e possui uma consolidada rede de atendimento às mulheres em situação de violência há vinte anos, onde além de atender a mulher, atende também o agressor, a exemplo o caso das mulheres que trabalham com prostituição²¹:

*Lá na Espanha, por exemplo, as mulheres que trabalham nesta área da venda do corpo também são assistidas tanto na área da saúde, quanto na área econômica. Elas têm um grupo de pessoas que atendem elas inclusive com economistas para saberem poupar seu dinheiro para investir na previdência para que depois não tenham outras questões na velhice, pois sabe-se que esta é uma profissão muito difícil na qual elas estão propensas inúmeras questões de violência, inclusive da própria sociedade e ainda, sofrem preconceito, inclusive pelo Estado. São mulheres que vivem numa condição diferenciada de risco e as campanhas sobre violência contra estas mulheres **têm o foco no homem** que faz uso desta situação (ENTREVISTADO B, 2019, grifo autora).*

No ano de 2013, foi criada em Curitiba a Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM), pelo Decreto nº 127, de 31 de janeiro de 2013, na gestão do prefeito Gustavo Fruet, com a função de fortalecer as políticas públicas voltadas às mulheres, principalmente na inclusão e qualificação para o empreendedorismo e também no combate à violência às mulheres em ações articuladas com as polícias e com a área social (POLÍTICAS PÚBLICAS..., 2013). Durante a implementação da SMEM, o

²¹ No Brasil a profissão de prostituta é oficializada em 2002 pelo Ministério do Trabalho. Na Classificação Brasileira de Ocupações, item 5198-05: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo. Descrição Sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão (MT, [20--]).

Prefeito Gustavo Fruet lembrou que há 27 anos o pai dele, o então prefeito Maurício Fruet (1983-1985), criou em Curitiba o primeiro Conselho da Condição Feminina do Brasil em 1984 e que atualmente passa a ser o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e afirmou:

“A secretaria vai ter um papel de liderança e de articulação para lembrar todos os dias à população que a igualdade é um bem ainda a ser alcançado no Brasil” [...] “A implantação da secretaria sinaliza que este tema é tão importante em Curitiba quanto o combate ao preconceito racial, quanto a defesa a educação pública de qualidade, a defesa do transporte público e a defesa da saúde” (POLÍTICAS PÚBLICAS..., 2013).

Cabe aqui destacar que durante a implantação da SMEM, sob a gestão da secretária Roseli Isidoro, não houve menção ao veto da lei de atendimento ao agressor realizada no início deste mandato, nem foi identificado na pesquisa a implantação de programa de atendimento ao agressor ao longo de sua gestão.

A SMEM representou um grande avanço para o tema de violência contra mulheres durante seu funcionamento (2012-2016) consolidando uma rede de atendimento para mulher em situação de violência. Em pesquisa não foi verificada a data que a secretaria foi extinta, somente uma nota na página da Assessoria de Direitos Humanos e Política para Mulheres (ADHPM) de que “a Antiga Secretaria Extraordinária da Mulher que foi absorvida como assessoria pela Secretaria do Governo Municipal” (POLÍTICAS PÚBLICAS..., 2013). A trajetória das atividades da SMEM está apresentada no subcapítulo 4.3.2 do capítulo III nesta pesquisa.

Segundo dados do IPEA, a taxa de homicídios de mulheres em residências²² no município de Curitiba apresentou crescimento em seus indicadores em relação a população de mulheres de 1,56 em 2006 para 1,73 em 2011 (IPEA, 2018).

Em 2011, Curitiba configurava em 4º lugar no *ranking* de ‘microrregiões’ que disponibilizaram os maiores números de unidades de atendimento à mulher (UAM²³), atrás do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP). Apesar dos altos

²² Valor calculado a partir do total de população feminina estimada segundo o IBGE em relação à quantidade de unidades de atendimento à mulher (UAM).

²³ Unidades de atendimento à mulher (UAM) são: Organismos de Políticas para Mulheres (OPM's), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Delegacias Comuns, Centros Especializados, Abrigos, Varas, Juizados, Promotorias, Defensoria, Casas Migrante, Centros Especializado de Atendimento à Mulher (CEAMs), Postos em Aeroportos e Polícia Federal para atendimento à mulher em condições de agressão (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015, p. 26).

e crescentes números de homicídios e violência no Brasil, ainda em 2013, nem todos os municípios apresentavam serviços de saúde especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, “somente 37 municípios (0,7% do total) possuíam serviços de saúde especializados, somando 92 centros. Recife (8), Brasília (7), Curitiba (6) e Fortaleza (5) foram os que apresentaram os maiores números de serviços de saúde especializados” (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015, p. 18).

O número de mulheres assassinadas em Curitiba caiu 15,9% em 2013, em relação ao ano anterior, de acordo com a última edição do Mapa da Violência, divulgado esta semana pela ONU Mulheres. [...] Foram 69 homicídios em 2012 e 58 em 2013. Em relação a 2010, quando 95 mulheres foram assassinadas na capital paranaense, a queda foi de 38,9%. Assim, Curitiba deixou o topo do *ranking* de capitais brasileiras com maior índice de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes: saiu do 4º lugar em 2010 para a 18ª posição em 2013 (MAPA DA VIOLÊNCIA..., 2015, grifos nossos).

Os dados do IPEA (IPEA, 2018) demonstraram que a capital tem reduzido os números de homicídios femininos, em 2013 uma média de 6,2 mulheres assassinadas por 100 mil, em 2010 este índice era de 10,4 homicídios femininos (MAPA DA VIOLÊNCIA..., 2015). Em 2013 e 2015 a capital manteve a posição de 18º lugar no *ranking*, em 2011 estava em 4º lugar e este resultado pode ser atribuído as políticas de proteção a mulheres vítimas de violência segundo entrevista da secretaria da SMEM Roseli Isidoro à agência de notícias:

“Muitas ações foram criadas. Curitiba pode contar para todo o Brasil que tem políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência; o grande desafio do prefeito Gustavo Fruet que assumimos. Este é um legado extremamente importante para a cidade de não ter apenas instituído ações temporárias, mas ações que vêm para dar continuidade, que nos comprometemos e, sobretudo, com as vítimas de violência na cidade” (MULHER: CURITIBA AVANÇA..., 2016).

Também em 2013, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), criado em 1984, após reestruturação passou a Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF) de Curitiba (Lei nº 14.362, de 26 de novembro de 2013). O conselho integra a SMEM de quem recebe apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, e também tem a responsabilidade de homologar as deliberações do CMCF (SECRETARIA DA MULHER..., 2013d). Dentre suas mudanças, esta representatividade e participação política ativa dos representantes da sociedade civil organizada, os movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos da mulher que ocuparão 60% do Conselho – com

caráter deliberativo – juntamente com o poder público indicará gestores municipais que preencherão 40% das vagas. A secretária da SMEM, Roseli Isidoro declara: “Com essa reestruturação, o conselho atual ganha caráter deliberativo na formulação de políticas públicas para as mulheres curitibanas e amplia significativamente a participação da sociedade civil” (SECRETARIA DA MULHER..., 2013d).

Em 2019, por meio da Lei Ordinária nº 15.461/2019 o conselho passa a integrar a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, sob a coordenação da FAS.

Ainda em 2013, a Prefeitura de Curitiba assinou o ‘Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher’, iniciativa do governo federal, com objetivo de prevenir e de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. O pacto tem como diretriz o desenvolvimento de um conjunto de ações, direcionadas às mulheres em situação de violência, dividido em quatro áreas de atuação: (i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; (ii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; (iii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento à feminização da Aids e outras DSTs; e, (iv) promoção dos direitos humanos das mulheres presidiárias. Para tanto, contará com a cooperação técnica do Tribunal de Justiça do Paraná para integrar a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID). A adesão insere Curitiba ao ‘Programa Nacional Mulher Viver Sem Violência’, e dentre suas ações está a construção e instalação da Casa da Mulher Brasileira em Curitiba (CMB) (SECRETARIA DA MULHER..., 2013a). A CMB foi implantada em 2016, ainda na gestão do prefeito Gustavo Fruet.

Em 2014, Curitiba implantou a unidade móvel, chamada ‘Ônibus Lilás’, desenvolvida pela Diretoria dos Direitos da Mulher da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, atualmente coordenada pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho para prestar atendimento a mulheres em situação de violência das áreas remotas e mais vulneráveis, região metropolitana e litoral, oferecendo orientação adequada e humanizada (DIA DA MULHER..., 2014). O ‘Ônibus Lilás’ é uma ação nacional integrante do ‘Programa Nacional Mulher, Viver sem Violência’, em 2014, a saber:

O governo federal aplicará R\$ 265 milhões em serviços integrados de atendimento a mulheres em situação de violência nos próximos dois anos: R\$ 137,8 milhões em 2013 e R\$ 127,2 milhões em 2014. Os recursos serão aplicados na implementação da Casa da Mulher Brasileira, onde funcionarão

serviços públicos de segurança, justiça, atendimento psicossocial e orientação para trabalho, emprego e geração de renda, em núcleos de atendimento às mulheres em regiões de fronteiras secas, na humanização do atendimento às vítimas de violência sexual por profissionais da saúde e da segurança pública, e em campanhas de conscientização e prevenção à violência de gênero (COMPROMISSO E ATITUDE, 2013).

O 'Programa Mulher, Viver sem violência' foi implantado inicialmente em sete municípios no ano de 2014, Brasília (DF), São Luís (MA), Curitiba (PR), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Boa Vista (RO). A gestão orçamentária do programa foi aplicado integralmente no ano de 2015 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, [201-]). As ações que mais tiveram recursos pagos no programa orçamentário (FIGURA 5) foram a construção da Casa da Mulher Brasileira e centros de atendimento às mulheres com 45,09% dos gastos, seguidos da Central de atendimento à mulher – 'Ligue 180' com 35,79% e o Atendimento as mulheres em situação de violência com 19,11% (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, [201-]).

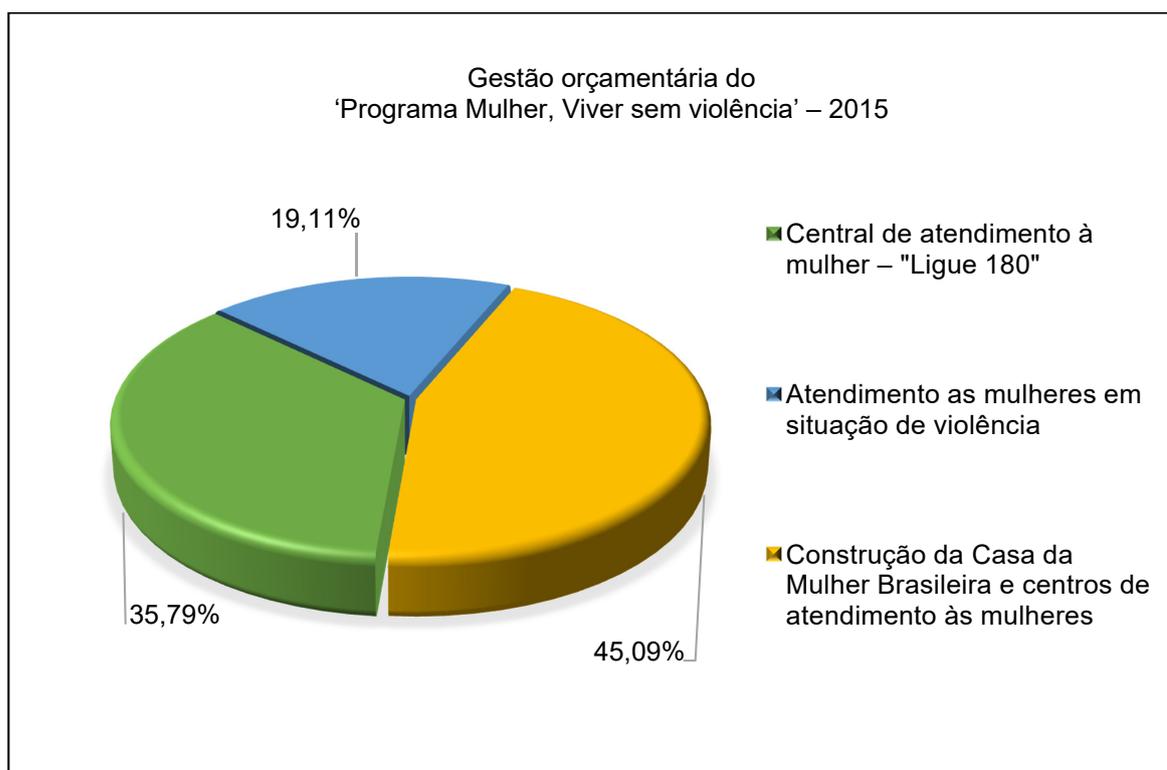


Figura 5 – Gestão orçamentária do 'Programa Mulher, Viver sem violência' – 2015

Fonte: Elaborado pela autora, 2019 (dados PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, [201-]).

O ônibus da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social levará às mulheres atendimento gratuito e orientação sobre violência doméstica e familiar e, também, sobre direitos sociais. A equipe fará o encaminhamento

de denúncias referentes às diversas situações de violência, seja física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, além de orientar sobre os direitos previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) (ÔNIBUS LILÁS..., 2018).

O 'Ônibus Lilás' está equipado para acolher e prestar orientação e atendimento em um espaço individual e sigiloso, oferecendo informações sobre os equipamentos municipais que atendam as mulheres em situação de risco, sobre seus direitos; e, também presta serviços de atendimento de saúde preventiva e questões relacionadas ao empoderamento econômico (ÔNIBUS LILÁS..., 2019). "Políticas públicas como o Ônibus Lilás são importantes para prevenção e enfrentamento da violência. Esse trabalho contínuo de levar informações às mulheres é muito importante nesse processo" afirma a diretora do Departamento dos Direitos da Mulher e também fundadora da ONG Todas as Marias. O Ônibus lilás tem percorrido os municípios do Paraná desde então, os atendimentos têm contribuído para os resultados positivos no enfrentamento da violência, contribuindo para a redução dos indicadores do Estado e seus municípios (ÔNIBUS LILÁS..., 2019).

No ano de 2018 foram registradas 211 ações do ônibus e participação em 55 eventos (2 ANOS DE TRABALHO..., 2018).

Ainda em 2014, o 'Programa Mulheres Mil', do Ministério da Educação, desenvolvido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011 do Ministério da Educação (MEC) leva cursos para moradoras da Caximba para aumento de renda ou inserção no mercado de trabalho. O programa 'Mulheres Mil' está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do governo federal, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação.

No ano de 2014, Prefeitura lança campanha contra abuso no transporte coletivo no 'Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres' – a campanha "Busão sem abuso", contra o abuso sexual no transporte coletivo. A campanha envolve a Secretaria da Mulher e a Guarda Municipal e também o apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), do Tribunal de Justiça do Paraná, da Polícia Civil e do Juizado Especial Criminal. Por meio de uma cartilha, cartazes nos terminais e dentro dos ônibus e divulgação na internet, a campanha orienta os caminhos para denunciar essas situações. Além disto

os motoristas, cobradores, fiscais e vigilantes nos terminais urbanos também recebem orientação para o atendimento.

Os resultados da campanha são positivos, segundo relata a guarda municipal, no primeiro ano da campanha foram registrados o dobro do ano anterior, no mesmo período. Os dados de antes e após a campanha, de 2013 a 2017, estão dispostos na Tabela 1.

Ocorrências e flagrantes	2013	2014	2015	2016	2017
Assédio sexual	13	14	41	48	10
Atos obscenos/libidinosos	63	23	50	24	8
Total	76	37	91	72	18

Tabela 1 – Registro campanha “Busão Sem Abuso” 2013-2017.

Fonte: Extraído de VIOLÊNCIA..., 2017.

A secretária Roseli Isidoro afirma que a sociedade está reagindo e perdendo o medo de realizar a denúncia:

“Apesar de o medo e a vergonha em denunciar ainda serem fatores de subnotificação dos casos, a campanha dá coragem às mulheres quando aponta o que é considerado abuso, o que elas podem fazer e como fazer para denunciar. A sociedade demonstra que está reagindo e que é hora de superar o medo e a vergonha” (DEFESA SOCIAL..., 2015b).

São considerados abusos em ônibus: quando um homem esfrega ou passa a mão no corpo de uma mulher, principalmente se for nas partes íntimas; comentários indecentes a ela; agarra ou tenta imobilizá-la; e, expõe seu órgão genital (VIOLÊNCIA..., 2017).

Em 2014, foi implantada em Curitiba a 1ª Patrulha Maria da Penha do estado do Paraná, uma ação integrada da Secretaria Municipal da Mulher, do Tribunal de Justiça do Paraná, através da CEVID, das Prefeituras Municipais e das Guardas Municipais. A patrulha compõe um dos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência do município com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) realizada por profissionais capacitados periodicamente para este serviço humanizado e qualificado (DIA DA MULHER..., 2014).

Em Curitiba, inspirada no modelo de sucesso da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a Patrulha Maria da Penha é formada por equipes, sob a coordenação de uma gerência central, que circulam pelos bairros da cidade em viaturas padronizadas.

Essas equipes recebem periodicamente comunicados do Juizado da Violência Doméstica e Familiar, informando a relação de medidas protetivas concedidas, juntamente com uma avaliação de risco dos casos, para que a Patrulha estabeleça uma escala de prioridade no roteiro de visitas às vítimas, conforme seu grau de vulnerabilidade (CEVID, 2018).

As visitas não são agendadas, para que haja o efeito surpresa e o serviço seja mais efetivo, ou podem ser solicitadas pela central telefônica 153. Para o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos “a violência doméstica não é uma questão particular, mas sim um problema da coletividade” (DIA DA MULHER..., 2014). Em 2016, após dois anos de atividade a patrulha vira lei (Lei nº 14.790/2016) – sancionada pelo prefeito Gustavo Fruet – e registra um total de 6.370 acompanhamentos de 3.200 mulheres e 87 autuações em flagrante. Segundo a Doutora Márcia Margarete do Rocio Borges, juíza titular da violência doméstica e familiar contra mulher: “Esse trabalho em conjunto com a Prefeitura tem dado resultado na garantia da efetividade dos direitos contidos na Lei Maria da Penha (11.340/2006)” (CURITIBA 323 ANOS..., 2016).

Para o funcionamento da patrulha, foram capacitados para o atendimento de forma humanizada e com conhecimento do funcionamento da patrulha e dos direitos contidos na Lei Maria da Penha, os agentes da Guarda Municipal, atendentes da central telefônica 153, equipe da central 190 da Polícia Militar (CEVID, 2018). O programa ‘Patrulha Maria da Penha Curitiba’, em 2015, recebeu o Prêmio Inovare – Edição XII, na categoria justiça e cidadania. A patrulha realizou 2,2 mil visitas às vítimas, em 2018 os números chegam a 3,6 mil visitas mulheres de Curitiba que têm medidas protetivas concedidas pelo Poder Judiciário (PATRULHA MARIA DA PENHA..., 2018).

Também em 2014 foi implantada em Curitiba a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) juntamente com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

No ano de 2014 os contornos da insalubridade e da violação de direitos que intensificava a “crise humanitária” dentro do sistema prisional brasileiro impulsionou o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República a publicar a ‘Política Nacional de

Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional' (PNAMPE), com vistas a reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras, previstas na Lei de Execução Penal de Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. As diretrizes da PNAMPE centram-se na prevenção dos tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade, em cumprimento aos instrumentos nacionais e internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro; fomento à participação das organizações da sociedade civil no controle social; fomento à adoção de normas e procedimentos adequados às especificidades das mulheres (idade, etnia, cor ou raça, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências física e mental); fomento à elaboração de estudos, organização e divulgação de dados, visando à consolidação de informações penitenciárias sob a perspectiva de gênero (ENTREVISTADO C, 2019).

A política é resultado da avaliação dos indicadores do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) e se insere no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento da totalidade do itinerário carcerário – delegacias e distritos policiais, cadeias públicas, colônias agrícolas ou industriais e, tampouco, penitenciárias federais. Esta política dispõe sobre procedimentos em relação à saúde da mulher e atenção à saúde materno-infantil das presidiárias no atendimento e cuidado integral pelo SUS (DEPEN, [201-]).

A implantação da política é um grande avanço para a saúde das mulheres, 7% do sistema carcerário no Brasil, que até então não recebiam tratamentos adequados às especificidades, relata a entrevistado C. Dentre os resultados da PNAMPE podem ser destacados: a implantação do escritório social em 2017; questões de saúde e higiene específicos de mulheres; atendimento interinstitucional às gestantes que antes ficavam nas delegacias sem nenhum tipo de assistência adequada; tratamento adequado dentro do regime prisional para as crianças das detentas; convênios na área da saúde para atendimento às mulheres, a visibilidade da população LGBT no sistema carcerário e inserção da pauta feminina na agenda das políticas públicas. (ENTREVISTADO C, 2019).

O grande marco para a PNAMPE foi quando, no ano de 2014, no edital de captação nacional de recursos era obrigatório ter 'comissão das mulheres' implantada e isso significou uma janela de oportunidades e contribuiu para encerrar os enfrentamentos internos que não entendiam a temática da mulher relevante. A partir de então, o tema das mulheres entrou na pauta do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN-PR), passamos a formar uma rede que contava vários serviços, dentre eles a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a rede marista, secretaria de saúde, a Ordem dos Advogados (OAB), Tribunal de Justiça e Ministério Público (ENTREVISTADA C, 2019).

Em 2015, a Urbanização de Curitiba (URBS) lançou novas medidas para aumentar segurança no transporte coletivo especificamente para mulher (DEFESA SOCIAL..., 2015a). O levantamento não localizou nenhum registro sobre esta ação divulgada no portal da Agência de Notícias de Curitiba, com destaque de que nas demais reportagens, em outros meios de comunicação, a ação é noticiada como: “A medida faz parte de um pacote lançado pela URBS, em parceria com secretarias municipais, para aumentar a segurança dos passageiros e trabalhadores do transporte coletivo”, não mencionando ser uma ação para combater a violência contra as mulheres no transporte coletivo.

Ainda em 2015, foram realizadas conferências regionais – preparatórias para a conferência municipal e precedem a conferência estadual e nacional – de política para mulheres, com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, organizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba e coordenada pela Secretaria Municipal da Mulher.

Em 2015, a Prefeitura de Curitiba instalou a primeira Comissão Municipal de Direitos Humanos, um marco para a história de Curitiba ter na administração municipal uma instância própria voltada para a promoção dos direitos humanos. A Comissão Municipal possui as mesmas competências e atribuições de um conselho e tem a finalidade de normatizar, deliberar e fiscalizar a política municipal de direitos humanos, de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) e internacionais de promoção e defesa no segmento. “Vivemos um momento de intolerância e precisamos ouvir o maior número de vozes possível. Quanto mais pessoas estiverem envolvidas com o tema, menor será o grau de erro”, afirmou Fruet (DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2015).

O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc.

O PNDH-3 concebe a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, centrada na dignidade da pessoa humana e na criação de oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. Parte, portanto, de princípios essenciais à consolidação da democracia no Brasil: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as áreas e esferas de governo;

primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza (PNDH-3, 2013).

A Comissão Municipal dos Direitos Humanos é composta por 21 representações, sendo dez da composição governamental, dez da composição não governamental, além do membro presidente, nomeado pelo prefeito. A instalação desta comissão significa um avanço para a institucionalização da política de direitos humanos no município que “Em 2016 vamos intensificar o trabalho para a criação de um fluxo de atendimento regular e com um protocolo definido” afirma Igo Martini gestor da Assessoria de Direitos Humanos e da Igualdade Racial (ADHIR) da Prefeitura (DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2015). Atualmente a ADHIR passa a Assessoria de Políticas de Igualdade Racial e tem por finalidade atender os cidadãos residentes ou de passagem em casos de violação “atos de discriminação de todos os tipos (racial, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, homofobia, xenofobia, de credo/religião e qualquer forma de violação de direitos humanos” (UNIDADE ADMINISTRATIVA..., [201-]).

Ainda em 2015, foram implantadas duas casas de passagem, uma para as mulheres ‘Casa de Passagem Feminina’ e outro espaço de acolhimento para as lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LBT). É a primeira unidade no Brasil de atendimento de pessoas em situação de rua exclusivamente destinado às mulheres e para pessoas que se identificam com o gênero feminino (LBT), serviço coordenado pela Fundação de Ação Social (FAS).

Disse o prefeito Gustavo Fruet:

Esta casa demonstra o profundo respeito da cidade e mostra para o país a importância em respeitar as diferenças e especificidades do público atendido. É uma iniciativa que torna Curitiba ainda mais humana, com o comprometimento de vários profissionais dedicados a entender as circunstâncias das pessoas acolhidas (AÇÃO SOCIAL..., 2015).

A casa é coordenada pela FAS, e tem capacidade para atender 50 pessoas. A presidente da FAS e primeira dama, Marcia Oleskovicz Fruet, diz:

Nosso objetivo maior é proporcionar uma trajetória de saída para a população que se encontra em situação de rua. Para isso, estamos humanizando os

nossos atendimentos através de um serviço personalizado, particularizado e especializado. Um espaço menor garante melhor acolhimento e respeito aos nossos usuários (AÇÃO SOCIAL..., 2015).

Possivelmente a casa de passagem tenha sido reflexo da Conferência Municipal Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em 2011.

No ano de 2016, foi implantada a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba (CMB), que integra o 'Programa Mulher, Viver sem Violência' desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, um centro de atendimento especializado no atendimento humanizado à mulher em situação de violência doméstica, que oferece os serviços necessários para que a mulher possa sair da situação de violência, sem ser revitimizada. A casa é administrada pelo município e conta com uma rede de parceiros no atendimento: Guarda Municipal; Juizado Especial; Núcleo Especializado do Ministério Público e Defensoria Pública; FAZ; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher; alojamento de passagem; apoio psicossocial e de autonomia econômica oferecido pela FAS. Curitiba é a quarta cidade a implantar a CMB, juntamente com Campo Grande (MS), Brasília (DF) e São Luís (MA) (MULHER: PREFEITURA..., 2016).

No primeiro dia de atendimento, a CMB prestou seis atendimentos a mulheres vítimas de violência, que ao final do primeiro mês consolidou um total 281 atendimentos, sendo aproximadamente 14 atendimentos por dia (MULHER: CASA..., 2016).

Em 30 dias de funcionamento, a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba atendeu 281 mulheres em situação de violência. Destas, 72 passaram pelo atendimento psicossocial, duas foram acolhidas no alojamento provisório e a brinquedoteca recebeu 13 crianças enquanto as mães eram atendidas. No Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foram entregues 167 intimações de medidas protetivas de afastamento do agressor. Na Defensoria Pública, 25 mulheres formalizaram 33 ações judiciais nas áreas de Família, Criminal e Previdenciário. No total, foram registrados 427 encaminhamentos e atendimentos (MULHER: CASA..., 2016).

A casa atende as mulheres que residem em Curitiba e registrou em dois anos de atividade um total de 26 mil atendimentos e 50 mil encaminhamentos de mulheres vítimas de violência em Curitiba (2 ANOS DE TRABALHO..., 2018). Dentre as melhorias implementadas ao longo da trajetória da CBM destaca-se em 2017 o programa para melhorar empregabilidade de vítimas de violência "O trabalho dignifica as mulheres que passam por violência; você volta a ser gente".

O projeto de empregabilidade em Curitiba está começando como um piloto, desenvolvido em parceria com o grupo Mulheres do Brasil, Universidade Positivo (UP) e a FAS/Trabalho.

Segundo Sandra [Praddo – Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira], o desafio atual é atrair um número maior de mulheres para os encontros semanais nos quais elas recebem desde apoio psicológico (necessário muitas vezes para vencer uma autoestima bastante abalada) até dicas de comportamento e apresentação pessoal numa entrevista de emprego (SUPERANÇA..., 2017).

No ano 2017, foi implantado o Escritório Social pela DEPEN-PR em Curitiba – o segundo do país – para atender homens e mulheres em monitoração eletrônica e egressas do sistema prisional do Estado, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (PARANÁ, 2017).

A proposta do Escritório Social é reunir em um mesmo local, atendimentos e serviços para dar suporte àqueles, que estão em monitoramento e aos egressos, em diversas áreas, como: saúde, qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial, assistência jurídica e regularização de documentação civil. Dessa forma, aqueles que já deixaram o sistema prisional podem resgatar sua cidadania e vencer as barreiras no retorno à sociedade (PARANÁ, 2017).

Desde sua implantação verificou-se que, apesar de atender a todos os egressos, as mulheres têm apresentado uma maior demanda ao escritório, reflexo de questões que são características do sistema prisional: diferença nas penas entre homens e mulheres pelo CNJ, alto índice de abandono familiar desde quando ingressa no sistema prisional, dificuldade de inserção socioeconômica, crescimento da população carcerária feminina em razão do narcotráfico e aumento de reincidências femininas por este mesmo motivo (ENTREVISTADO D, 2019).

As mulheres quando saem é bem diferente dos homens, normalmente os homens ficam com a tornozeleira mas ficam livres, podem andar por onde querem no horário que querem e as mulheres, estimo que mais de 50% pegam prisão domiciliar o que demonstra a diferença que há entre os homens e as mulheres, que são obrigadas a ficar em casa 24 horas, enquanto os homens não. Esta decisão é do CNJ pela Vara da Execução Penal, o juiz tem uma visão que a mulher tem que ficar em casa 24 horas (ENTREVISTADA D, 2019).

A QV da mulher no sistema prisional está diretamente associada a questões emocionais, e no caso das egressas, de inserção social. Dentro do presídio, a falta da família e a ausência de visitas, que no caso das mulheres é uma realidade em relação a população masculina, reflete na QV das detentas (ENTREVISTADO C, 2019). No

caso das egressas, a dificuldade de inserção social e familiar reflete na QV. Outra diferença: o regime monitorado e quando estas mulheres saem do regime prisional fechado e passam para regime semiaberto harmonizado, medida cautelar ou prisão domiciliar elas não têm a mesma liberdade que os homens, mais de 50% das penas impostas são para prisão domiciliar, um número muito superior as penas dos homens, e por este motivo acabam necessitando de mais apoio, para a implantação a equipe tomou por base o exemplo do escritório social no estado do Espírito Santo (ENTREVISTADO C, 2019). Para o atendimento das pessoas do regime semiaberto harmonizado, medida cautelar ou prisão domiciliar e desde seu início conta com uma rede de parceiros dos mais diversos segmentos dos setores de serviços públicos do município e suas políticas (ENTREVISTADO D, 2019).

Em 2018, é promulgada a Lei Nacional com a ampliação do rigor das punições para casos de assédio sexual, estupro coletivo e divulgação de cena de estupro pelo Código Penal (TRANSPORTE COLETIVO..., 2018). Em Curitiba, segundo dados da Secretaria Municipal de Defesa Social os casos de assédio sexual ainda são maioria no transporte coletivo, que será o maior beneficiado com esta lei.

No relatório da Secretaria Municipal de Defesa Social, além das 23 ocorrências de assédio sexual atendidas pela Guarda Municipal, foram registrados outros 16 casos de atos obscenos/libidinosos e mais quatro de importunação ofensiva ao pudor. No mesmo período de 2017, entre janeiro e setembro, foram 29 casos de assédio sexual, 23 de atos obscenos/libidinosos e dois de importunação ofensiva ao pudor (TRANSPORTE COLETIVO..., 2018).

Finalizando esta etapa, para melhor visualização, foi elaborada uma linha do tempo contendo as políticas públicas para mulher de QV implementadas durante o período de 1988 até 2018 no município de Curitiba (FIGURA 6).

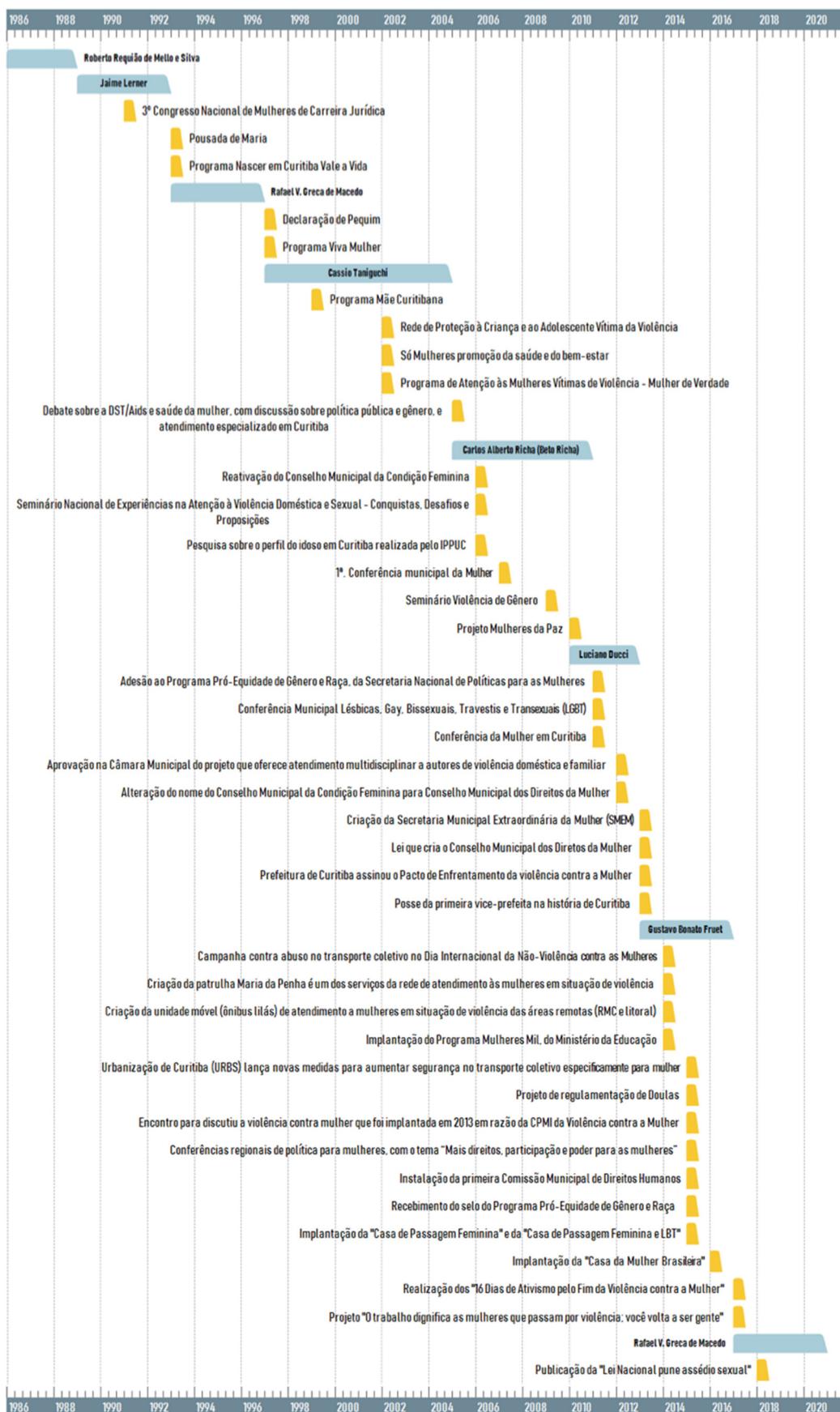


Figura 6 – Linha do tempo das políticas públicas para mulheres de QV 1988-2018

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A seguir, foram analisadas das 32 políticas públicas sob os seguintes aspectos: (i) o que foi feito, porque fez e qual o resultado (DYE, 1984), onde se definiu como ‘o porquê’ o âmbito da política, se foi uma iniciativa municipal, estadual, nacional ou internacional para que tenha entrado na agenda (Quadros 11, 12 e 13); (ii) classificação destas políticas de acordo com os aspectos da QV (Quadro 1 – Aspectos da qualidade de vida); e, (ii) identificação das relações de poder que evidenciam como resultado da política.

Para facilitar a análise do item relações de poder foi elaborado um quadro com a definição de cada um, segundo a fundamentação teórico-conceitual desta pesquisa (Quadro 10).

Poder	Conceito
Dominante	Exerce o poder
Dominado	Sobre quem é exercido poder
Objeção	Ações contrárias
Corretiva	Sanções negativas
Persuasiva	Significação e legitimação
Poder econômico	Posse de recursos materiais e bens
Dominação	Obediência
Ideologia	Conjunto de ideias ou crenças legitimadas
Coerção	Violência e força física
Autoridade por direito	Poder legitimado de forma jurídica
Autoridade por aceitação	Poder por convencimento
Dominação carismática	Obediência por reverência
Dominação tradicional	Costumes seguidos culturalmente, regras, preceitos e hábitos
Dominação racional-legal	Leis, normas (burocracia)
Poder ideológico	Realidade naturalizada
Discurso	Propagação poder pela narrativa
Hegemonia	Poder cultural e dominação ideológica
Contra-hegemonia	Ação contra a hegemonia
Micropoderes	Poder das instituições e sociedade civil
<i>Habitus</i>	Subjetividade socializada

Poder	Conceito
Biopolítica	Poder sobre os processos vitais humanos
Biopoder	Prática política de controle, exclusão e repressão
Soberania	Poder absoluto
Soberania dinástica	Poder teológico-político
Soberania popular-democrática	Poder teológico-econômico-providencial
Poder de aclamação coletiva	Poder da opinião pública
Discurso hegemônico	Poder de ritos cerimoniais e litúrgicos pela mídia

Quadro 10 – Relações de poder: conceitos e definições

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O primeiro quadro de políticas diz respeito ao âmbito internacional, são as políticas que partiram de propostas internacionais que se traduziram em quatro políticas no município de Curitiba (Quadro 10), equivalente a 12,50% do total desta pesquisa, em que há prevalectimento de políticas para a QV de aspecto material (100%) sobre as de aspecto imaterial (75%). Nas relações de poder verificou-se que não há uma predominância de uma ou mais relações de poder, apresentaram-se na mesma medida. As políticas de caráter de diálogo, como as conferências e comissão, seminário não se considerou existir relações de poder tendo em vista que seu objetivo é o diálogo sem ações concretas decorrentes destas e representaram 50% das ações.

Ano	Política	Aspecto	Relações de poder
1991	3º Congresso Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica	Material	Micropoderes
1997	Declaração de Pequim	Material e imaterial	Biopoder e biopolíticas
2007	1ª Conferência Municipal da Mulher	Material e imaterial	-
2011	Conferência da Mulher	Material e imaterial	-

Quadro 11 – Políticas de âmbito internacional

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A seguir foram levantadas as 19 políticas de âmbito nacional, que representam 59,38% do total de políticas no município de Curitiba neste período. Em relação aos

aspectos da QV destas políticas, a predominância deu-se na dimensão imaterial (89%) com pouca diferença para a dimensão material (79%), com destaque que em 68% das políticas foram contemplados os aspectos materiais e imateriais. As relações de poder identificadas são: contra-hegemonia (42%), poder ideológico (32%), biopoder (26%), biopolítica (26%), dominação racional-legal (21%), autoridade por aceitação (11%), *habitus* (11%), autoridade por direito (5%), micropoderes (5%) e poder econômico (5%). Do mesmo modo, as políticas de caráter de diálogo, como as conferências e comissão, seminário não se considerou existir relações de poder tendo em vista que seu objetivo é o diálogo sem ações concretas decorrente destas e representaram 37% das ações.

Ano	Política	Aspecto	Relações de poder
1997	Programa Viva Mulher	Material e imaterial	Biopoder e biopolíticas
2002	Mulher de Verdade	Material e imaterial	Biopoder, biopolíticas, autoridade por direito, dominação racional legal
2005	8ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba	Material	-
2006	Seminário Nacional de Experiências na Atenção à Violência Doméstica e Sexual – Conquistas, Desafios e Proposições	Imaterial	-
2006	Conselho Municipal da Condição Feminina	Material e imaterial	-
2010	Projeto Mulheres da Paz em Curitiba	Imaterial	-
2010	Atendimento agressores violência contra mulheres	Imaterial	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia
2011	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça	Material e imaterial	Micropoderes, poder persuasivo
2013	Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM)	Material e imaterial	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia
2013	Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF)	Material e imaterial	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia
2013	Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher	Material e imaterial	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia, dominação racional-legal
2014	Ônibus Lilás	Material e imaterial	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia,

Ano	Política	Aspecto	Relações de poder
			dominação racional-legal, biopoder, biopolítica
2014	Programa Mulheres Mil	Material	Poder econômico, autoridade por aceitação, <i>habitus</i> , contra-hegemonia
2014	1ª Patrulha Maria da Penha	Imaterial	Biopoder, biopolítica, autoridade por aceitação, dominação racional-legal, contra-hegemonia, <i>habitus</i>
2014	Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - Pnampe	Material e imaterial	Biopoder, biopolítica
2015	Conferências regionais de política para mulheres	Material e imaterial	-
2015	Comissão Municipal de Direitos Humanos	Material e imaterial	-
2016	Casa da Mulher Brasileira em Curitiba	Material e imaterial	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia
2017	Escritório social	Material e imaterial	-

Quadro 12 – Políticas de âmbito nacional

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Por fim, as políticas de âmbito municipal representaram 28,13% das políticas levantadas, evidenciando que menos da metade (47,36%) as ações são de iniciativa municipal. Não foi contemplado na tabela o veto ao Projeto de Lei de atendimento multidisciplinar a autores de violência doméstica e familiar que ocorreu no ano 2012 de Lei do ocorreu o veto a uma política, que se não fosse vetado representaria um peso de 10% das políticas municipais. Quanto aos aspectos da QV verificou-se a predominância de políticas de dimensão material em 89% de suas ações e sobre o aspecto imaterial com 56% de representatividade. A relações de poder que se evidenciaram foram: Biopoder (33%), biopolítica (33%), contra-hegemonia (22%), *habitus* (22%), poder persuasivo (22%), dominação racional legal (11%), micropoderes (11%), poder ideológico (11%) e autoridade por aceitação (11%), apresentados na Figura 7.

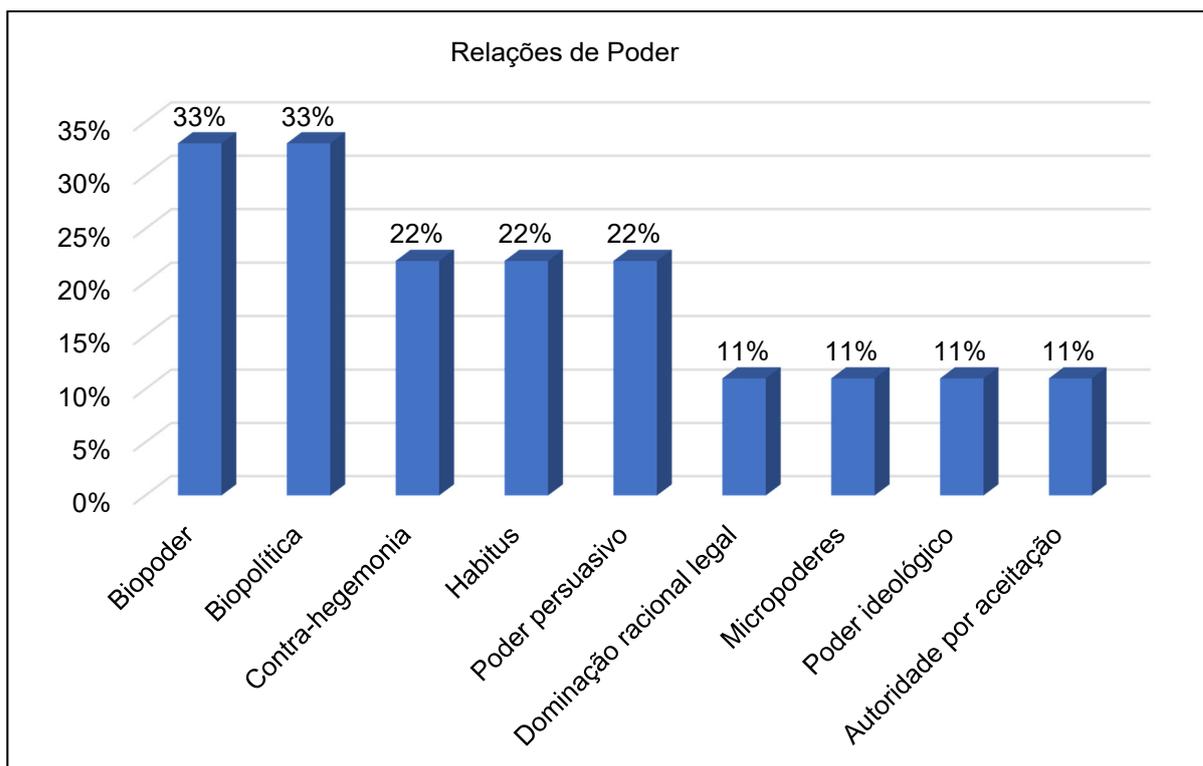


Figura 7 – Relações de poder

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Por sua vez, as políticas de caráter de diálogo, como as conferências e comissão, seminário não se considerou existir relações de poder tendo em vista que seu objetivo é o diálogo sem ações concretas decorrente destas e representaram 44% das ações.

Ano	Política	Aspecto	Relações de poder
1993	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida	Material	Micropoderes, biopolítica e biopoder
1993	Pousada de Maria	Material e imaterial	-
1999	Programa Mãe Curitibana	Material e imaterial	Biopoder e biopolíticas
2000	Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente	Material	Biopoder, biopolíticas, poder persuasivo, autoridade por aceitação, <i>habitus</i>
2002	Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar	Material	-
2009	Seminário Violência de Gênero	Material e imaterial	-

Ano	Política	Aspecto	Relações de poder
2011	Conferência Municipal Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)	Material e imaterial	-
2014	Programa – Busão sem abuso	Imaterial	Contra-hegemonia, dominação racional-legal, <i>habitus</i>
2015	Casa de Passagem Feminina	Material	Poder ideológico, discurso contra-hegemonia

Quadro 13 – Políticas de âmbito municipal

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A análise do âmbito das políticas apresentou os seguintes resultados: 59,38% são políticas de âmbito nacional, 28,13% são municipais e 12,50% são internacionais (FIGURA 8).

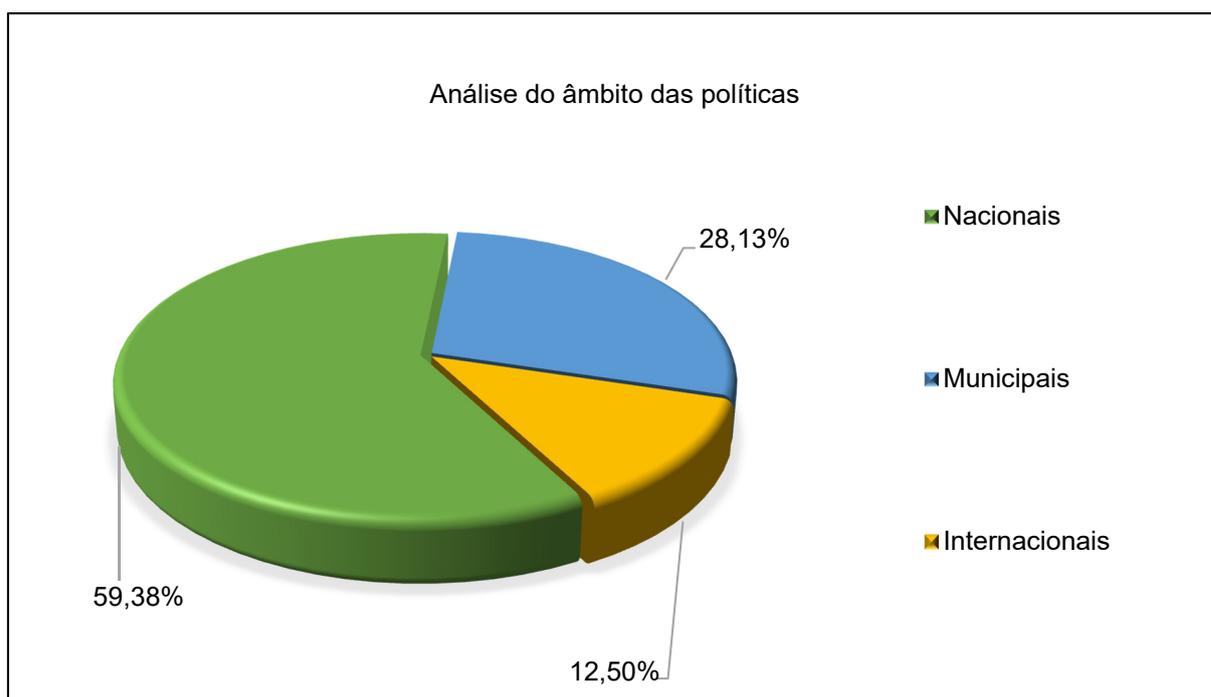


Figura 8 – Análise do âmbito das políticas

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Dos resultados obtidos, verifica-se uma predominância das políticas nacionais sobre as de âmbito estadual e municipal. A análise da iniciativa da propositura de políticas públicas para a mulher, no recorte temporal adotado nesta pesquisa

demonstra que, na medida em que os direitos individuais, coletivos e difusos previstos na Constituição Federal traduziram-se em políticas públicas, a União assumiu o protagonismo na promoção de medidas que atendem ao público feminino, eclipsando que as iniciativas locais que, até o advento da Constituição, tinham caráter esparso e não se traduziam em políticas de caráter nacional.

Em relação aos aspectos da QV, verificou-se que: 84% das políticas trataram de aspectos materiais, com predominância de ações para a saúde, e 78% de aspectos imateriais. Quando verificado de forma isolada, políticas que atenderam somente a um dos aspectos, foi observado que 22% promoveram aspectos materiais e 6% a aspectos imateriais (FIGURA 9).

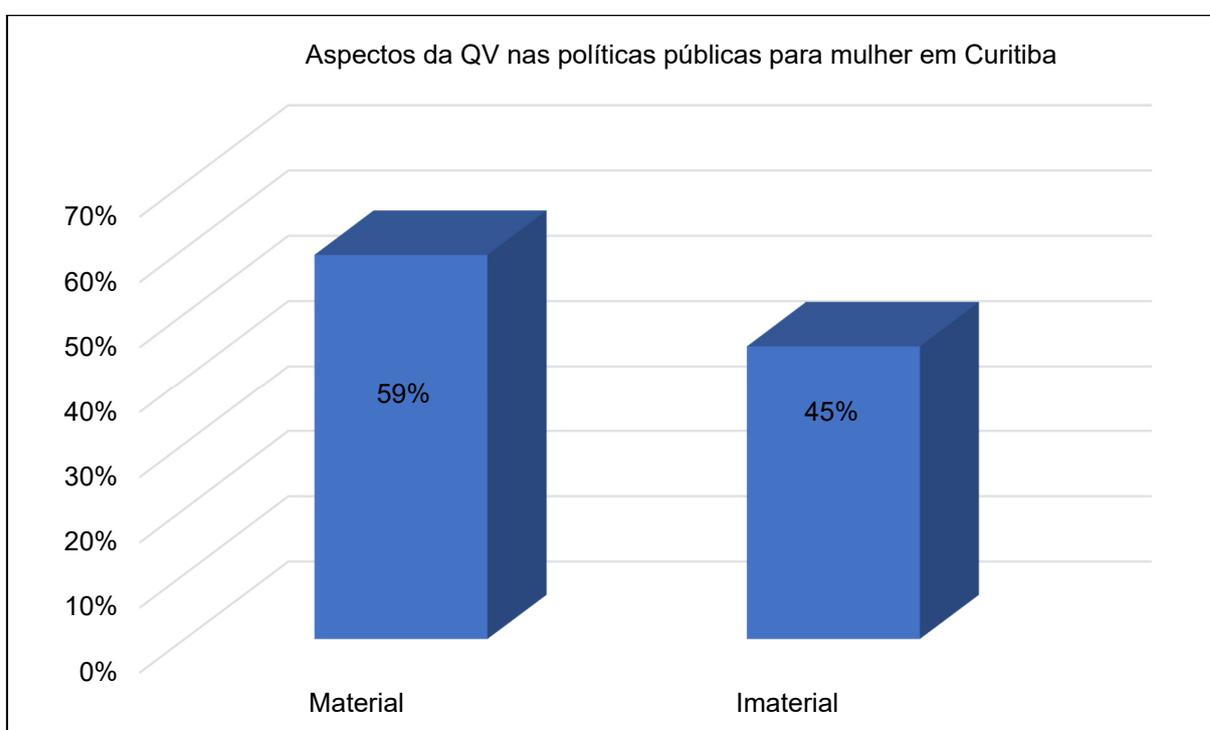


Figura 9 – Aspectos da QV nas políticas públicas para mulher em Curitiba

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

No que tange a promoção da QV da mulher, o poder público, em seus diferentes níveis, atenta-se primordialmente, aos seus aspectos materiais. Questões como equidade, liberdade e justiça, apesar de previstas na Constituição Federal, são objeto de discussão nos diversos fóruns e conferências da sociedade civil, mas encontram dificuldade em sua tradução em políticas públicas, justamente pelo fato de que em seu caráter subjetivo, são de difícil concretização material, permanecendo

como elementos ideológicos a serem perseguidos constantemente enquanto fatores contra-hegemônicos de construção política que se traduzem como elementos utópicos das lutas dos movimentos sociais. Os elementos imateriais apresentam-se então como utopias que mostram as aspirações dos dominados em suas relações e lutas políticas, sociais e institucionais face aos dominantes.

A atenção à saúde da mulher, em atendimento aos ditames das políticas sociais previstas no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, traduz-se em uma série de medidas que guardam consonância com práticas de biopoder e biopolítica, na medida em que sua promoção e proteção, sob o discurso da QV, insere-se na concepção de domínio dos corpos para sua exploração sob o sistema de produção capitalista. A saúde da mulher passa a ser objeto de atenção pública na mesma medida em que o trabalho da mulher passa a ser objeto de interesse por parte do Estado e dos agentes econômicos. Essas políticas, traduzidas em leis de alcance nacional, passam a condicionar a ação dos agentes públicos dos entes federativos menores – estados e municípios – uma vez que sua adoção é condicionante para o repasse de verbas públicas e para a execução orçamentária. Como exceção ao processo *top-down* aqui descrito, destaca-se o projeto Mãe Curitibana, que, por sua repercussão nacional e mesmo internacional, ao atender uma demanda até então reprimida, foi objeto de atenção nacional e parcialmente adotado como uma política nacional, propagando-se aos demais estados e municípios da federação.

As relações de poder que se revelaram como resultado da pesquisa evidenciaram a predominância da contra-hegemonia (31%), seguido da biopolítica (28%) e que se apresentou na mesma proporção que o biopoder (28%) e em terceiro lugar o poder ideológico (22%), apresentados na Figura 10.

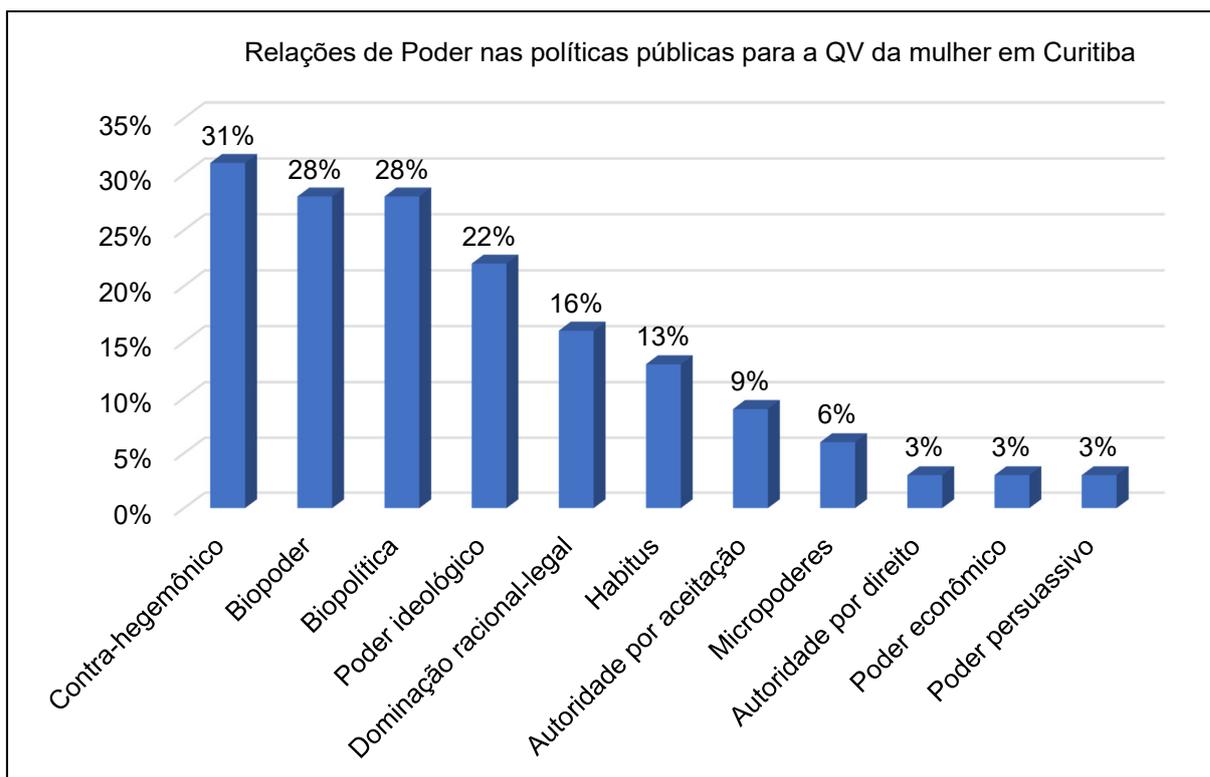


Figura 10 – Relações de poder nas políticas públicas para a QV da mulher em Curitiba

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Paralelamente ao processo de centralização, as políticas públicas e a formação da agenda e tomada de decisão, nos três níveis de poder, passa a refletir também um processo contra-hegemônico que se faz perceber nas conferências e seminários promovidos entre a sociedade civil e o poder público, onde os movimentos organizados de mulheres, fazendo uso de um espaço de fala por elas conquistado, busca reverter o processo histórico e ideológico de construção da mulher enquanto sujeito no município, até então caracterizado por discursos de sujeição e dominação, para construir uma visão que busca romper com a sociedade patriarcal e a visão da mulher enquanto meramente esposa e mãe, para buscar uma inserção equitativa e que, reconhecendo as características biológicas e subjetivas da mulher, pretende proteger e promover a presença da mulher na esfera pública.

Possivelmente, o que se pode concluir da análise destes processos, é uma reversão da sujeição da mulher, no que tange as relações de poder, do espaço do micropoder e da dominação da sociedade patriarcal sobre as mulheres, evidenciado na construção histórica da mulher enquanto sujeito no município de Curitiba, para a

sua inserção no quadro de dominação econômica capitalista tradicional. O trabalho das mulheres é apropriado pelo modelo econômico vigente, o que faz com que os elementos tradicionais e ideológicos que impediam ou obstavam sua exploração no âmbito dos micropoderes sejam enfrentados pelo Estado, não como elemento meramente emancipatório, mas enquanto políticas que facilitam o aproveitamento da mulher enquanto mão de obra. Aos papéis de mãe e esposa, que são biologicamente determinados e, por isso, promovidos pela sociedade patriarcal, acrescentam-se o de trabalhadora e agente econômica, promovidos na sociedade capitalista.

4.3.2 Atuação da Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM)

Concomitante a etapa supramencionada, foi realizada a coleta de dados e informações acerca das ações de Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher de Curitiba com o objetivo de elencar as ações realizadas para mulheres somente por intermédio deste órgão, a fim de demonstrar a trajetória das ações desta política, durante sua atividade no município entre 2013 a 2016.

No ano de 2013, a SMEM realizou as seguintes ações:

- Campanha em táxis estimula denúncia de violência contra mulheres e crianças: divulgação de informações sobre como denunciar casos de violência contra a mulher, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes pelos telefones: “156” da Prefeitura de Curitiba, “Disque 100” da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal e o serviço do “Ligue 180”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SECRETARIA DA MULHER..., 2013c)
- Rede Ecumênica de Apoio às Mulheres em Situação de Violência: atuação articulada entre poder público, instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade para desenvolver estratégias efetivas de prevenção (VIOLÊNCIA CONTRA MULHER..., 2013).

A proposta da rede é trabalhar na construção de políticas públicas para as mulheres, na promoção dos direitos humanos e, no que se refere à violência,

pela prestação de assistência qualificada às vítimas e pela responsabilização dos agressores, disse a secretária [Roseli Isidoro] (VIOLÊNCIA CONTRA MULHER..., 2013).

- Secretaria da Mulher integra Objetivos do Milênio: e passou a integrar o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade para alcance, até 2015, das metas contidas nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em evento realizado na Federação das Indústrias do Paraná (FIEP).

“Dos oito objetivos do milênio, pelo menos quatro estão diretamente ligados às políticas para as mulheres, questões de gênero ou que encontram nas mulheres os principais agentes de transformação da realidade social”, disse Roseli. “Nossa adesão ao movimento nacional, mesmo que a menos de mil dias do prazo para atendimento das metas, ou seja, o ano de 2015, não é um mero compromisso formal. Vamos nos empenhar muito para realizar trabalhos e perseguir ações que realmente se efetivem e resultem em mudança de comportamento e de atitude para a igualdade de gênero e enfrentamento das diversas formas de violência contra a mulher”, completou (SECRETARIA DA MULHER..., 2013b).

- ‘16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher’: em parceria com as demais secretarias municipais, administrações regionais, instituições de ensino, sociedade organizada, com a participação efetiva dos movimentos sociais e de mulheres.

“A mobilização serve para lembrar que sem o respeito aos direitos das mulheres, não há direitos humanos. A luta consiste na conquista de direitos e também na possibilidade de exercê-los”, afirma a secretária da Mulher, Roseli Isidoro

Criada nos Estados Unidos em 1991 por 23 feministas de diferentes países, a campanha é uma mobilização educativa e de massa pela luta contra toda forma de preconceito, opressão e discriminação sofridos pela mulher e pela garantia dos direitos humanos às mulheres.

O movimento acontece em 159 países.

No Brasil, a campanha é iniciada em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra [...]. A inclusão desta data se dá pela importância da história da cultura negra no Brasil e também pela dupla discriminação sofrida pela mulher negra, que se baseia em uma opressão de gênero e raça (MULHER: SECRETARIA..., 2014).

- Campanha para promover o respeito e combater o assédio e a violência sexual contra as mulheres trabalhadoras noturnas em bares e restaurantes. Sendo distribuídos folders para clientes desses recintos e adesivos (colados nos espelhos dos banheiros femininos) para divulgação do

telefone 180, da central de atendimento à mulher do governo federal, e conscientização de que a violência contra a mulher é crime e tem punição.

No ano de 2014, as ações da SMEM foram:

- Ciclo de palestras no mês de março, em quatro regionais da cidade, para orientar e prevenir a população a respeito do tráfico de pessoas e da violência contra a mulher. Rede: Arquidiocese de Curitiba e a Secretaria da Mulher, Superintendência da Polícia Federal no Paraná.
- Pesquisa mostra percepção da sociedade à violência contra a mulher em Curitiba: Além de mapear a preocupação da sociedade com relação à violência, a pesquisa levantou ainda a percepção sobre o que mudou com a lei de enfrentamento à violência doméstica.

“Os indicadores da pesquisa reforçam a decisão acertada do prefeito Gustavo Fruet de tratar o tema da violência contra a mulher com a devida atenção que ele merece, inclusive lançando no próximo dia 8 de março a Patrulha Maria da Penha. Também reforçam o alinhamento com as ações do governo federal, como a Casa da Mulher Brasileira”, disse Roseli Isidoro (SECRETARIA DA MULHER..., 2014a).

- Criado o Fórum metropolitano para enfrentamento da violência contra a mulher dentro do programa ‘Mulher, Viver Sem Violência’ do governo federal. A primeira reunião (maio) foi para tratar de definir o funcionamento prático do trabalho da unidade móvel em cada localidade.
- Campanha combate violência contra a mulher:

A Prefeitura de Curitiba, por meio das secretarias da Mulher e da Comunicação Social, está lançando uma campanha de conscientização sobre o respeito às mulheres, seus direitos e de enfrentamento da violência. Com o mote ‘NÃO quer dizer: NÃO’, em cinco idiomas (português, espanhol, inglês, russo e alemão), a campanha convida para refletir e dá um recado: “Não importa de onde você é, respeite nossas mulheres”.

“A intenção é mostrar que a Prefeitura tem tolerância zero para a violência contra mulheres e crianças. As nossas ações e esforços visam a tirar da invisibilidade o tema da violência contra as mulheres e rearticular a rede pública de responsabilização e de apoio às vítimas”, diz a secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro (SECRETARIA DA MULHER..., 2014b).

No ano de 2015, as ações da SMEM foram:

- Ciclo de palestras de mulheres nas regionais para discussão sobre violência, direitos e saúde.

- Secretaria lança cartilha didática sobre a Lei Maria da Penha:

Na cartilha, informações básicas sobre os direitos da mulher e orientações sobre algumas medidas possíveis para que ela interrompa o ciclo da violência. “Sabe-se que a violência contra a mulher ainda é comum em nossa sociedade, mas também se sabe que essa situação pode e deve ter um ponto final”, afirma Roseli Isidoro. “Os mecanismos estão na lei Maria da Penha”, completa (MULHER: SECRETARIA..., 2015).

- ‘Jornada Mulher sem Violência’: Prefeito reafirma compromisso de ampliar políticas de defesa dos direitos das mulheres e para que haja uma mudança cultural, é necessário o reforço constante de valores.

“Tolerância zero para a discriminação, o preconceito e à violência contra a mulher”, disse o Prefeito.

“Há medidas que já produziram resultados efetivos, como é o caso da implantação da Patrulha Maria da Penha, que prestou mais de 6 mil atendimentos em um ano e oito meses, monitorando mais de 3 mil casos e evitou, em 58 flagrantes, que esses casos resultassem em mais violência e até morte, além de conseguir garantir nesse período que não houvesse reincidência. É fundamental ter uma ação efetiva, de mudança de postura no poder público, mas em sintonia com a sociedade”, completou [o prefeito Gustavo Fruet] (JORNADA MULHER..., 2015).

No ano de 2016, as ações da SMEM foram:

- Secretaria da Mulher fará campanha contra o assédio a trabalhadoras noturnas. Estimulada por uma iniciativa espontânea do movimento “Empodere 3 mulheres”, formado por jovens e mulheres que trabalham em bares, restaurantes, nas baladas e casas noturnas de Curitiba, a Secretaria da Mulher da Prefeitura de Curitiba vai desenvolver uma campanha para promover o respeito e combater o assédio e a violência sexual contra essas trabalhadoras.
- A ação ‘As mulheres compartilháveis’, iniciativa das Secretarias Municipais da Mulher e da Comunicação Social, apostou em uma ferramenta publicitária para estimular a mudança de comportamento e barrar o avanço da chamada pornografia da vingança no compartilhamento de fotos íntimas de mulheres na internet. Com o *slogan* “Se não é pra você, é melhor nem ver”, a campanha nas mídias sociais alerta que, além do autor das imagens, pessoas que compartilham essas peças também podem ser responsabilizadas pela prática da pornografia de vingança.

Atualmente o site da secretaria encontra-se desativado, a página do Facebook® foi excluída, e os números de telefones para contato não existem mais e a então secretaria Roseli Isidoro encontra-se fora de atuação na política desde que a secretaria encerrou suas atividades no final do mandato de prefeito Gustavo Fruet.

Na análise, verificou-se que a atuação da Secretaria (2013-2016) teve seu enfoque em ações contra-hegemônicas, na promoção de uma série de ações pontuais, como a atuação contra a exposição violenta das mulheres nas redes sociais, a promoção da conscientização quanto aos direitos das mulheres face a prática da violência e na promoção de fóruns e conferências para a discussão da temática da violência contra a mulher. Todas essas ações impactaram na QV da mulher em Curitiba, uma vez que a violência contra a mulher passou a ser pauta da agenda da saúde pública, que absorveu a temática em razão das consequências da violência sobre o sistema de saúde.

Quantitativamente, no período de atuação da Secretaria, foram realizadas doze ações referentes à QV das mulheres. Neste período observou-se uma redução nos casos de homicídios de mulheres. Os resultados obtidos na pesquisa não permitem afirmar a correlação destas informações, mas apontam para a necessidade da promoção de novas ações neste sentido, tendo em vista que no período entre 1988 e 2011 foram realizadas dezenove ações sobre o tema e o indicador dos homicídios permaneceu crescente.

4.3.3 Atuação do Poder Legislativo em políticas públicas para mulheres

A seguir, foi realizada uma pesquisa na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) para levantar a legislação aprovada para mulheres de qualidade de vida entre os anos de 1988 e 2018. Os dados foram coletados pessoalmente na CMC em razão de que no site os dados disponíveis são somente após o ano de 1999, quando começou a operar esta plataforma. Foi utilizado como critério as palavras-chave 'mulher e mãe', que identificaram 1.000 proposições que analisadas e excluídas as que tratavam de temas como indicação a prêmios, nome de ruas, leis orçamentárias, emendas a

legislação de mulher pré-existent, datas comemorativas e justificativa de faltas, restaram as leis ordinárias²⁴ que estão apresentadas no Quadro 11.

Norma	Promulgação	Ementa	Proposição de origem	Iniciativa
Lei ordinária 10.574/2002	24/06/2002	Assegura à mulher curitibana o acesso gratuito ao exame preventivo de Câncer do colo de útero e dá outras providências.	Projeto de Lei ordinária 005.00040.2001	Julieta Reis
Lei ordinária 12.220/2007	17/05/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas instaladas no Município de Curitiba com pelo menos 30 funcionárias mulheres, com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, disponibilizarem instituição de ensino aos filhos das mulheres empregadas em idade pré-escolar.	Projeto de Lei ordinária 005.00244.2005	Julieta Reis
Lei ordinária 13.127/2009	02/04/2009	Altera dispositivo da Lei Ordinária nº 8.137 de 02 de abril de 1993, que dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nos estabelecimentos bancários situados no Município.	Projeto de Lei ordinária 005.00033.2006	Tito Zeglin
Lei ordinária 13.128/2009	02/04/2009	Altera dispositivo da Lei Ordinária nº 8.655 de 06 de junho de 1995, que dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nas filas de caixas dos supermercados no Município de Curitiba.	Projeto de Lei ordinária 005.00036.2006	Tito Zeglin
Lei ordinária 14.362/2013	26/11/2013	Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba – CMDM, revoga a Lei nº 7.393, de 5 de dezembro de 1989, e dá outras providências.	Projeto de Lei ordinária 005.00302.2013	Prefeito
Lei ordinária 14.777/2015	22/12/2015	Altera os arts. 3º e 4º da Lei 14.598/2015 que “Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal”, visando, principalmente, a proteção destas contra a violência obstétrica no município de Curitiba.	Projeto de Lei ordinária 005.00062.2015	Colpani

²⁴ As leis podem ser consultadas no site da Câmara Municipal de Curitiba: <<https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegislacaoForm.jsp>>.

Norma	Promulgação	Ementa	Proposição de origem	Iniciativa
Lei ordinária 14.790/2016	08/03/2016	Estabelece as diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha no Município de Curitiba e dá outras providências.	Projeto de Lei ordinária 005.00166.2015	Paulo Salamuni
Lei ordinária 14.797/2016	01/04/2016	Estabelece multa ao estabelecimento público ou privado que proibir ou constranger mulher durante o aleitamento.	Projeto de Lei ordinária 005.00066.2015	Aldemir Manfron
Lei ordinária 15.025/2017	30/05/2017	Dispõe sobre prioridade de vagas em creches e escolas municipais e conveniadas para crianças vítimas de violência e crianças filhas de vítimas de violência doméstica.	Projeto de Lei ordinária 005.00033.2017	Maria Leticia Fagundes
Lei ordinária 15.271/2018	15/08/2018	Altera dispositivos da Lei nº 7.631, de 17 de abril de 1991, que autoriza a constituição da Conferência Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.	Projeto de Lei ordinária 005.00044.2018	Prefeito
Lei ordinária 6.662/1985	11/06/1985	Dispõe sobre a utilização dos veículos do Transporte Coletivo, por parte de gestantes e de pessoas obesas.	Projeto de Lei ordinária 189/83	José Felinto
Lei ordinária 7.393/1989	05/12/1989	Dispõe sobre o Conselho Municipal da Condição Feminina e dá outras providências. [Revogada pela Lei nº 14362/2013]	Projeto de Lei ordinária 69/89	Mario Celso Cunha
Lei ordinária 7.855/1992	04/03/1992	Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher Banco da Mulher – Seção do Paraná.	Projeto de Lei ordinária 209/91	Nely Almeida
Lei ordinária 8.137/1993	02/04/1993	Dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nos estabelecimentos bancários situados no Município.	Projeto de Lei ordinária 215/90	Mario Celso Cunha
Lei ordinária 8.655/1995	06/06/1995	Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nas filas de caixas dos supermercados no Município de Curitiba.	Projeto de Lei ordinária 246/94	Nely Almeida
Lei ordinária 9.000/1996	27/12/1996	Institui o Código de Saúde de Curitiba, dispõe sobre a proteção à saúde no âmbito do Município e dá outras providências.	Projeto de Lei ordinária 08/96	Prefeito

Norma	Promulgação	Ementa	Proposição de origem	Iniciativa
Resolução 01/2002	15/05/2002	Altera a redação do inciso VI, do Artigo 47, e do inciso VI, do artigo 52, da Resolução nº 04, de 28 de junho de 1990, – Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba. [Revogada pela Resolução nº 8/2012]	Projeto de Resolução 011.00002.2002	Diversos vereadores

Quadro 14 – CMC: Ações do Poder Legislativo Municipal

Fonte: Elaborado pela autora, 2019 (CMC, 2019).

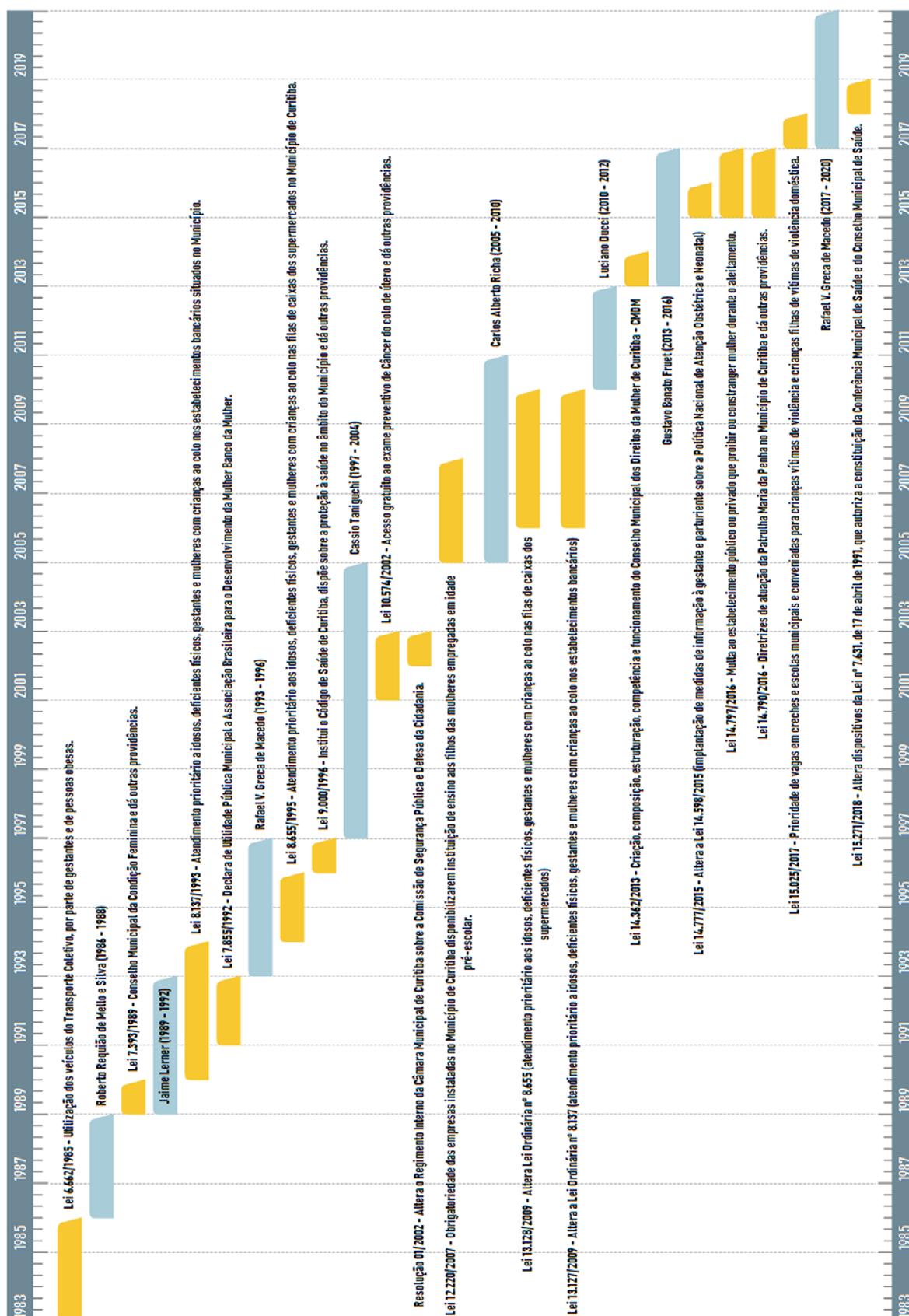


Figura 11 – Linha tempo da Legislação de Curitiba, 1988-2018

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Do período estudado, observa-se que a totalidade da legislação produzida pela Câmara Municipal reflete a regulamentação e implementação de políticas nacionais. Refletindo o mesmo processo de *top-down* descrito na análise das políticas públicas promovidas pelo executivo municipal, o papel do legislativo municipal apresentou-se reativo, na medida em que as leis aprovadas apenas tratam da adequação da legislação municipal aos ditames das políticas públicas da União. Das mais de mil proposições apresentadas pelo executivo municipal e pelos vereadores, apenas 70 diziam respeito a projetos de lei referentes à QV da mulher. Sendo que 55 destes foram arquivados ou rejeitados, enquanto os quinze projetos que resultaram em lei encontram-se relacionados no Quadro 14.

4.3.4 Da qualidade de vida da mulher ao bem viver das mulheres

Esta etapa da pesquisa tem por objetivo compreender a correlação entre a ideia de Bem Viver (BV) e as aferições da Qualidade de Vida (QV) da mulher em Curitiba. Para tanto, dada a subjetividade e complexidade dos temas que não apresentam um conceito único como sua definição, utiliza-se da metodologia adotada por Alcântara e Sampaio (2019, p. 77), que consiste no levantamento de algumas proposições de convergências e/ ou divergências entre ambos de modo a possibilitar a identificação de correlações com base nos conceitos resultantes de pesquisas bibliográfica e documental na proposta de indicadores de BV (ALCÂNTARA, Sampaio, 2019, p. 50-51) comparado ao Quadro 1 de aspectos da QV e as políticas públicas levantadas nesta pesquisa.

O Bem Viver, é uma versão contemporânea do conceito indígena Sumak Kawsay, um movimento histórico e político das resistências e mobilizações que surge contrário a expropriação de territórios ancestrais dos povos indígenas e aos “desvios predatórios e desumanos da acumulação capitalista, que, no ritmo em que avançam, convertem-se em uma ameaça à vida humana sobre o planeta” (SBARDELOTTO, 2010, p. 6).

Trata-se de um conceito em construção de tradição dos povos indígenas latinos, que busca novas alternativas de desenvolvimento contrárias à lógica de

mercado de acumulação de capital vigente, de civilização e dominação capitalista, oligárquica e neoliberal; onde as sociedades produtivistas, consumistas, colonialistas, e patriarcais – em especial dos países dominante economicamente –, mercantilizaram a natureza e dela se apropriam de forma crescente sem considerar seus limites e finitudes, onde imperam o poder econômico e político. É um movimento ecologista, mas também feminista, antirracista, anticolonialista, antiextrativista e de todas as que podem vir a ser proposições para se enfrentar eticamente as injustiças, inequidades, desigualdades e violências, para além de limites individuais, abrangendo a todos os âmbitos da vida dos seres humanos em sua coletividade e pluralidade possibilitando a todos viver com dignidade (ACOSTA, 2016).

Seus princípios se ampliam a todos os âmbitos da vida do ser humano, em coletividade e comunidade, uma concepção de universo composto de pluralidade e multiculturalismo (ACOSTA, 2016) onde “coexistem modelos culturais dominantes e dominados com ideologias e utopias específicas”, em que se faz necessário buscar alternativas de “respostas aos problemas vitais da vida coletiva”, pautados na interdependência entre sociedade e natureza (VANHULST; BELING, 2014, p. 497), de maneira coletiva, participativa e democraticamente, que nas palavras de Alberto Acosta (2016) poderia se traduzir em construir democraticamente uma sociedade democrática, pois não há caminhos autoritários para a construção de uma democracia, é preciso que as relações de poder sejam simétricas e não verticais, no sentido de cima para baixo (MAX-NEEF, 2012).

É um movimento que se coloca contrário aos interesses utilitaristas, biopolíticas e biopoderes que “fragmentam a sociedade em uma multiplicidade de particularismos que podem ser disciplinados, controlados e manipulados a partir de uma estrutura de poder que administra a vida e a morte como prerrogativa própria” e se fundamentam nas estratégias do capitalismo instalado no Estado neoliberal que se legitima no discurso ideológico de que “o crescimento econômico pode resolver a pobreza, e que o crescimento econômico somente pode ser levado adiante pelo setor privado e pelo investimento estrangeiro direto” (SBARDELOTTO, 2010, p. 8). O resultado de tal formulação político-econômica pode ser caracterizado “por meio de uma fragmentação e da violência social que se expressam em patologias graves como os assassinatos de mulheres (femicídios), [...] a securitização da vida privada etc.” (SBARDELOTTO, 2010, p. 8).

Nessa construção social e de poder, os mercados autorregulados, e o formato mercantil que as relações sociais assumem, excluem qualquer consideração ética e instauram um princípio de eficiência que, por definição, nada tem a ver com a ética, muito menos com sua própria sociedade. Os mercados são eficientes porque não são éticos. A eficiência está em função da lógica custo/benefício de recursos escassos, e nessa lógica a sociedade não tem lugar, nem considerações com relação ao humano e à natureza (SBARDELOTTO, 2010, p. 8).

Ou seja, busca desconstruir “padrões culturais coloniais-moderno” (p. 2) de “dominação política e econômica” que asseguram a “manutenção de dispositivos de poder que mantêm a subalternização de seres, saberes, lógicas e modos de vida” (p. 32) dentre eles a colonialidade do poder, que estabelece um sistema classificatório social com base na raça “como critério fundamental para a distribuição, dominação e exploração da população mundial ”incluindo as de classe de gênero, sexualidade, geração, limitações físicas e mentais” (p. 33) (FLEURI; AZIBEIRO; COPPETE, 2010).

As questões centrais do BV estão pautadas na mudança de paradigmas, ou das epistemologias do Sul, que possibilitam outras formas de pensar o desenvolvimento de maneira a assegurar a manutenção e preservação da vida, princípios e valores éticos como a equidade e a dignidade, a solidariedade e a reciprocidade, a interculturalidade e outros modelos de relações de produção e cooperação (ALCÂNTARA; GRIMM, 2017).

Propõem a mobilização de novas formas de “saber, poder, ser e viver que busquem garantir a convivência de todos os seres humanos com a natureza e consigo, desconstruindo dispositivos e estruturas de dominação sociocultural e de destruição sistemática da natureza” (FLEURI; AZIBEIRO; COPPETE, 2010, p. 43) em que se assegurem coletivamente e democraticamente os direitos humanos individuais, mas também coletivos, bem como a todos os direitos constitucionais e os acréscimos do direito à natureza por meio de políticas sociais mais includentes e éticas que possibilitem o acesso de todos igualmente (ACOSTA, 2016) para a construção do BV.

É neste contexto que a concepção do BV dá indícios de que pode ser um conceito chave para pensar o futuro, de compreensão relacional das maneiras como as diferentes sociedades entram em um processo de transformação. Trata-se de uma tentativa de formulação do modelo de um desenvolvimento local que respeita as características próprias do território, que se expressa nas dimensões culturais, religiosas, sociais, educacionais e políticas próprias de cada território (MONNI;

PALLOTTINO, 2015), e também de sua capacidade de carga ambiental, desde que tal desenvolvimento esteja construído em bases, onde se entenda que “o bem-estar de uma pessoa não se constrói sobre os demais, mas sim baseado no respeito aos outros, isto é, meu bem-estar pessoal depende do bem-estar dos demais” (SBARDELOTTO, 2010, p. 7).

Partindo do princípio da diversidade, valorização e respeito pelos “outros”, se passa de uma alternativa produtivista para uma construção coletiva de formas de vida com novas estruturas políticas, econômicas e sociais. Esta proposta passa pela necessidade de respeito à natureza e pela equidade entre homens e mulheres, em um complexo processo de desconstrução e de superação de velhas categorias coloniais e patriarcais (ALCÂNTARA, Sampaio, 2019, p. 37).

Desta forma, o BV pode ser entendido, dentre seus múltiplos significados possíveis, como espaço para o debate político sobre as alternativas ao desenvolvimento capitalista, disposto ao encontro, ao diálogo e a interações entre diferentes saberes, conhecimentos e afetos (ALCÂNTARA; GRIMM, 2017), que ganha força em outras propostas latinas, como do Desenvolvimento à Escala Humana proposto por Max-Neef (2012), que busca a “criação de uma ordem política que possa representar as necessidades e interesses de uma população heterogênea” em que as decisões que se concentrem na “satisfação das necessidades humanas fundamentais” e possam fluir de baixo para cima, em um espaço político-democrático, composto por pessoas-sujeito que são protagonistas do seu próprio futuro (p. 24).

Alguns outros países latino-americanos têm se apropriado do termo Bem Viver (*Buen Vivir*). O Equador foi o primeiro país a incorporar em sua política de Estado, na Constituição de 2008, o Sumak Kawsay enquanto os “*derechos del buen vivir*” que se traduz em “um modo de vida harmônico coletivo com o meio ambiente” (EQUADOR, 2008, p. 15). A seguir, na Bolívia, a Constituição de 2009, reconheceu o termo ‘vivir bien’ em seu artigo 306 como o “modelo econômico boliviano que é plural e está orientado a melhorar a qualidade de vida e de viver bem” (BOLÍVIA, 2009).

Embora a determinação constitucional não seja em si uma garantia de mudança de paradigma e transformação social, a inclusão do BV no texto constitucional que rege as sociedades em questão assegura na “práxis política contribuir com a ampliação dos espaços políticos do indivíduo e das comunidades em razão dos seus parâmetros processuais e metodológicos” (SBARDELOTTO, 2010, p. 7), o significa dizer que sua presença institucional produz a abertura espaços de

diálogo político participativo tanto na formação quanto na execução da agenda de governo.

Ao longo da história, cada ampliação de direitos foi anteriormente impensável. A emancipação dos escravos ou o estabelecimento de direitos civis aos negros e às mulheres, por exemplo, foram um dia considerados absurdos. Foi necessário que ao longo da história se reconhecesse “o direito a ter direitos”, e isso se obteve sempre com esforço político para mudar as visões, os costumes e as leis que negavam esses direitos (ACOSTA, 2016, p. 123).

O estudo da temática do BV avança no sentido de sua associação à QV, em que se afirma “*El Buen Vivir pone el acento en la calidad de vida, pero no la reduce al consumo o la propiedad*” (GUDYNAS, 2011, p. 2). Trata-se da proposta de repensar os atuais modelos de sociedade contemporâneos construídos, em partes, pela tradição do patriarcado e do colonialismo, onde “a economia ortodoxa e o capitalismo global se fundem na exploração e invisibilidade da natureza e das mulheres”²⁵ (MOSANGINI, 2011, p. 2). Apesar de serem conceitos que podem se complementar, como afirma Gudynas (2011), a objetividade e subjetividade de suas concepções sugerem um esforço teórico-metodológico-empírico no sentido conceber a correlação entre ambos no campo das políticas públicas para a QV da mulher em Curitiba.

Deste modo, para dar início a esta etapa da pesquisa tomam-se os resultados obtidos nos projetos de iniciação científica (Tabela 1), realizados entre os anos de 2016-2019, a fim de demonstrar as aproximações entre os temas da QV e BV no campo da ciência.

A produção científica publicada no Portal de Periódicos Capes sobre o tema do BV na pesquisa de 2017 revelou em 47% das publicações que o termo da QV aparece associado ao BV no campo da saúde, e que se inter-relacionam entre si de modo a se complementarem (SENTONE; SAMPAIO; GARCIA, 2017).

Concluiu-se no estudo citado que o BV é a percepção subjetiva do indivíduo quanto ao nível de sua QV que por sua vez é resultado do atendimento das necessidades individuais (físicas, sociais, econômicas). Deste modo quanto mais necessidades individuais são atendidas maior a qualidade de vida e na medida que a QV aumenta, a felicidade e a autorrealização também aumentam na mesma

²⁵ Tradução de: “*La economía ortodoxa y el capitalismo global se fundamentan en la explotación e invisibilización de la naturaleza y de las mujeres*” (MOSANGINI, 2011, p. 2).

proporção (SENTONE; SAMPAIO; GARCIA, 2017). Deste modo, pressupõem-se que a QV diz respeito às necessidades individuais, a exemplo a predominância de sua associação a área da saúde, enquanto o BV atenderia às necessidades coletivas.

No que tange as possíveis correlações do BV com outros movimentos, a pesquisa sobre os movimento do *good living* e *well being* (Estados Unidos), bem viver (Itália), felicidade (Butão) e bem-estar e qualidade de vida (Brasil) sugerem a reflexão sobre o sentido do Bem Viver também em outros territórios, remetendo a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida, consumo, política e ética.

Os resultados para a correlação do BV à QV, nas pesquisas de iniciação científica, demonstraram que o BV é o resultado da percepção subjetiva da QV e pode-se dizer que quanto mais (quantidade) QV maior (qualidade) o BV. Constatou-se que a QV está intrínseca ao BV nos aspectos individuais do ser humano, inter-relacionam-se nas áreas mais restritas do indivíduo, em especial na área da saúde e das necessidades básicas. Verificou-se que a autorrealização do indivíduo e seu estado de felicidade são condições para BV.

O próximo passo de análise das correlações tratou de revisar a construção histórica de ambos os conceitos a fim identificar suas similitudes. Na pesquisa bibliográfica apresentada inicialmente verificou-se que a QV teve sua história construída, tanto no Brasil como na Alemanha, França e Inglaterra, a partir do século XVIII, com a presença de relações de poder, dominação e controle do Estado (autoritário e soberano) sobre a saúde biológica da população de classe pobre em detrimento da classe rica. Já o BV se apresentou a partir das tradições ancestrais dos povos indígenas, e nas relações de poder e autoridade impostas pelo extrativismo e dominação do capitalismo, colonialismo e patriarcalismo sobre a natureza.

A partir destes dois contextos demonstrados na pesquisa, é possível afirmar que tanto o BV quanto a QV têm suas raízes em meio a relações de poder e conflito. De um lado a ideia de qualidade de vida, oriunda do individualismo característico do paradigma desenvolvimentista, foi calcada a partir de uma abordagem racionalista (1889-1930), positivista (década de 1960-1970) e progressista (a partir de 1988) (CF/1988; LUZ, 1991) em que se efetivam em ações, ou não ações do Estado, por meio de suas políticas públicas sociais “voltadas, em princípios, para a distribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p. 31) com destaque “aos projetos nacionais homogêneos, orientados para uma modernização rápida, porém,

segura [...]” que não traduzem a heterogeneidade da população e seus problemas sociais que se traduzem em relações de poder que se sustentam em “mecanismos burocráticos e paternalistas que acabam por fortalecer as relações sociais verticais e a concentração de poder” (MAX-NEEF, 2012, p. 23).

E de outro o BV aponta para uma abordagem filosófica:

O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, 2016, p. 29).

Nessa perspectiva da construção de novas sociedades democráticas oferecida por Acosta (2016) é que tem lugar a utilização dos instrumentos de mensuração de QV como um instrumento subjetivo de averiguação da presença ou não do BV. Em que pese a quantificação da QV estar inserida em um contexto de prática do biopoder e da biopolítica como instrumentos da sociedade capitalista tradicional, com todos os seus impactos sobre as relações de poder entre os homens e do homem sobre o meio ambiente, os índices obtidos, na medida em que sirvam para identificar a situação atual de bem-estar da população, expondo as desigualdades e contradições que pesam sob os mais desfavorecidos na economia de poder da sociedade capitalista, pode servir para instrumentalizar e dotar de informações aqueles que agirem para promover e perseguir o BV por parte das populações.

A tentativa de aproximação do QV ao uso de indicadores de BV não demonstrou que seja possível a utilização de modelos universais para sua avaliação, propondo que para mensurar o BV, dando indícios que os indicadores de sustentabilidade, o de Felicidade Interna Bruta em Butão e o de Desenvolvimento a Escala Humana no Chile (MAX-NEEF, 2012) são exemplos, que podem contribuir com a mensuração do BV (ACOSTA, 2016), fazendo convergir, na comparação entre BV e QV no que tange a parâmetros coletivos (GUDMUNDSSON; HÖJER, 1996).

Ainda assim, tal convergência metodológica aos indicadores de sustentabilidade, no entanto, aproximar-se-ia de uma avaliação, ainda que não atendesse a subjetividades, intangibilidades e complexidades das mais diversas que estão presentes em outros contextos de comunidades e coletividades (LEAL;

SAMPAIO; GARCIA, 2018; SENTONE; SAMPAIO; GARCIA, 2017; WIPPEL et al., 2018).

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte (ACOSTA, 2016, p. 15).

Sugere-se modelos metodológicos que contemplem categorias de análise estratificada onde se possa auferir em “pequena escala, sustentável e equilibrada”, a harmonia subjetiva das relações sociais entre o homem, entre sujeitos em que a natureza e a cultura fundem em Cultura Viva” (ACOSTA, 2016, p. 15). Como visto até aqui, faz-se necessário avaliar mais do que condições materiais, socioeducacionais e de saúde, que são dimensões de análise de QV, por definição dos indicadores nacionais e globais existentes, em que por sua individualidade e estratificação a partir do eixo das desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade, não atenderiam aos princípios e conceitos do BV em no que tange à coletividade, à pluralidade e à multiculturalidade próprias de cada território em seus diferentes ‘saberes, conhecimentos e afetos’.

4.3.4.1 Matriz indicadores de BV

Por fim, a última fase desta etapa de pesquisa buscou realizar a análise das políticas públicas para a QV da mulher em Curitiba a partir da Matriz de indicadores de Bem Viver (Anexo C) aplicado a experiências de ecossocioeconomia (ALCÂNTARA, Sampaio, 2019) para identificar quais as dimensões do BV se correlacionam com políticas públicas de QV para a mulher. Esta etapa irá apresentar como resultado: (i) quais são as correlações entre BV e QV, no campo das políticas públicas; (ii) quais as políticas públicas que mais se relacionam com o BV; (iii) quais as limitações das políticas públicas para o BV; e, (iv) uma adaptação da utilização da proposta de matriz de indicadores de BV neste campo.

Para tanto é relevante compreender esclarecer os dois lados das políticas públicas, de um lado tem-se como expressão práticas de biopoder e biopolítica, se compreendidas como mecanismos de administração da vida (AGAMBEN, 2002; FOUCAULT, 2008a). Porém, de outra forma, também podem ser entendidas como uma ação do Estado, e do governo, como resposta mitigadora às patologias da sociedade para a satisfação das necessidades²⁶ de promoção para a QV e BV (SAMPAIO, 2010; ALCÂNTARA; GRIMM, 2017).

Para compreender melhor a questão do bem viver associado ao urbano, é importante considerar que cada sistema econômico, social e político adota métodos diferentes para a satisfação das necessidades humanas e a escolha de satisfatores. Essa escolha tem relação direta com o tipo de desenvolvimento adotado localmente, servindo como influenciador direto na criação e formulação de políticas públicas para a satisfação das diversas necessidades da população (ALCÂNTARA; GRIMM, 2017, p. 122).

Nesse sentido sugere-se, para aplicação da matriz de indicadores do BV, constituir as políticas públicas para a QV da mulher como experiências de ecossocioeconomia para a promoção do BV, em que a partir dos princípios da ecossocioeconomia das organizações, as ações e decisões do Estado e governo (interorganizacionalidade), são guiadas para a solução de problemas sociais de seu território (extraorganizacionalidade) com o intuito de satisfazer as necessidades da sua população feminina (ALCÂNTARA; GRIMM, 2017; SAMPAIO, 2010).

Desse modo, passa-se a identificação de forma interpretativa das políticas públicas, quais as dimensões específicas dos indicadores e BV da Matriz de Indicadores de BV que se relacionam com as políticas públicas levantadas nesta pesquisa. A partir desta análise foi montada um quadro para demonstrar quais políticas podem ser analisadas, ou não, por cada um destes indicadores. A ausência de correlação das dimensões dos indicadores aplicados as políticas públicas foram consideradas nesta pesquisa como critérios do BV que não se aplicam (N.A.) e excluídos da proposta de matriz de indicadores de BV para políticas públicas de BV da mulher.

Na dimensão habitação; em que se avalia a satisfação com a moradia e as condições de infraestrutura, como acesso a água potável, energia elétrica e

²⁶ Adota-se aqui a definição de Max-Neef (2012) para necessidades e satisfatores ou agentes de satisfação dessas necessidades.

alimentação (segurança alimentar), tem-se as políticas associadas a cada dimensão conforme se apresenta no Quadro 15. Para tanto, foram consideradas aqui as condições de moradia, aqui entendidos como instalação para hospedagem nos serviços que estão intrínsecos esta condição para prestação de serviços da política pública, como é o caso das casas de passagem, pousadas e hospitais e maternidades que atendem na rede pública.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Habitação	Condições da moradia	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba
		Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesianos	N.A.
		Rede de esgoto	N.A.
		Superlotação (nº de pessoas por m ²)	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba
		Acesso a saneamento básico	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba
		Espaço para dormir	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba
		Segurança alimentar	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba
		Alimentação diária consumida	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
			Casa da Mulher Brasileira em Curitiba
		Acesso à eletricidade	Programa Nascer em Curitiba Rede Mãe Curitibana Pousada de Maria Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba

Quadro 15 – Dimensão habitação

Fonte: Elaborado pela autora (2019) a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

A dimensão trabalho; aqui entendidos como a satisfação com o trabalho/ocupação exercida, acesso a segurança social e satisfação financeira; se correlacionou somente com uma política, atendendo todos os seus indicadores, conforme demonstra O Quadro 16.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Trabalho	Trabalho/ocupação	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Acesso a segurança social	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Situação financeira	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Renda mensal recebida pela família	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Horas diárias dedicadas ao trabalho	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Quadro 16 – Dimensão trabalho

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Em relação ao indicador de tomada de decisão, que avalia o grau de satisfação com a tomada de decisão pessoal, foram identificadas as políticas públicas na perspectiva de que a partir do que é ofertado como serviço da política possibilita que a mulher possa tomar decisões, no caso da família não necessariamente com o esposo, podendo ser com quaisquer membros da família, de acordo com o Quadro 17.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Tomada de Decisão	Autonomia nas decisões pessoais	Programa Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Programa Busão sem abuso Casa da Mulher Brasileira Escritório social
		Tomada de decisão em família	Programa Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Casa da Mulher Brasileira Escritório social

Quadro 17 – Dimensão tomada de decisão

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Na dimensão de religião e crenças, que aborda o grau de satisfação com sua crença espiritual, não foi possível encontrar associações com as políticas públicas, conforme Quadro 18.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Religião e Crenças	Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas	N.A.
		Participação em instituições religiosas	N.A.

Quadro 18 – Dimensão religião e crenças

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Também para a dimensão tempo livre e cultura; em que se avalia a satisfação com o tempo livre, jogos e atividades comunitárias; não foram identificadas associações com as políticas públicas, como se apresenta no Quadro 19.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Tempo Livre e Cultura	Uso do tempo livre	N.A.
		Espaços para a recreação e cultura	N.A.
		Jogos e atividades ao ar livre	N.A.

Quadro 19 – Dimensão tempo livre e cultura

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Para a dimensão recursos materiais; onde é verificado a satisfação financeira, renda mensal recebida, financiamentos e ajuda de custo; também não foi verificada políticas públicas que possam estar associadas, como demonstra no Quadro 20.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Recursos Materiais	Ajuda econômica (financiamento)	N.A.
		Venda da produção (ganhos efetivos/mensal)	N.A.

Quadro 20 – Dimensão recursos materiais

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Na dimensão emoções foram identificadas as políticas públicas que podem vir a proporcionar a satisfação pessoal (consigo mesmo, com a comunidade e com o meio ambiente), conforme Quadro 21.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Emoções	Felicidade	<p>Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Mãe Curitibaana Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Secretaria Municipal das Mulheres Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social</p>
		Disposição	<p>Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Mãe Curitibaana Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Secretaria Municipal das Mulheres Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social</p>

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
		Motivação	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Mãe Curitibana Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Secretaria Municipal das Mulheres Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social

Quadro 21 – Dimensão emoções

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

A dimensão educação; em que se avalia a satisfação com elementos de formação, acesso à uma educação de qualidade, infraestrutura da escola, formação de professores; foram encontradas as seguintes políticas apresentadas no Quadro 22.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Educação	Nível de educação cursada	Mulheres Mil
		Aprendizado adquirido	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Programa Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto: mulheres da Paz Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Casa de Passagem Feminina

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
			Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Distância da escola	Mulheres Mil
		Infraestrutura da escola	Mulheres Mil
		Capacitação dos professores	Mulheres Mil
		Acesso ao ensino fundamental	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Acesso ao ensino médio	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Acesso ao ensino superior	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Continuidade dos estudos	Mulheres Mil
		Troca de saberes e aprendizados tradicionais entre a comunidade	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Programa Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto: mulheres da Paz Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social

Quadro 22 – Dimensão educação

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Para o indicador tecnologias de Informação e Comunicação, que diz respeito ao acesso à informação e comunicação, foram levantadas correlações das políticas considerando as disponibilidades de acesso às informações das políticas nas redes sociais, internet e também, que disponibilizam serviços que podem ser utilizados via internet e até com uso de *smartphone* como é o caso do programa Mãe Curitibana, conforme se apresenta no Quadro 23.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Tecnologias de Informação e Comunicação	Disponibilidade de Internet	<p>Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Atendimento agressores violência contra mulheres Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Conselho Municipal da Condição Feminina Secretaria Extraordinária da Mulher Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Programa – Busão sem abuso Comissão Municipal de Direitos Humanos Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social</p>
		Disponibilidade de telefone convencional	<p>Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Atendimento agressores violência contra mulheres Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Conselho Municipal da condição feminina Secretaria Extraordinária da Mulher Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Programa – Busão sem abuso Comissão Municipal de Direitos Humanos Casa de Passagem Feminina</p>

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
			Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Disponibilidade de celular	N.A.

Quadro 23 – Dimensão tecnologia de informação e comunicação

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Na dimensão do indicador dos fatores produtivos, em que se avalia a satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização, não foi identificado correlação com os serviços prestados pelas políticas públicas, conforme se apresenta no Quadro 24.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Fatores Produtivos	Comercialização dos produtos agrícolas, pecuários, artesanatos, outros	N.A.
		Acesso a sistemas de irrigação	N.A.
		Capacitação recebida para exercer atividade econômica que realiza	N.A.
		Diversidade de culturas	N.A.
		Acesso a sementes	N.A.

Quadro 24 – Dimensão de fatores produtivos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Em relação a dimensão de participação, em que se considera a satisfação com a participação social; o poder de decisão e escolha, APLs (Arranjos Produtivos Locais), todas as políticas foram consideradas nestas dimensões visto que a participação social é um objetivo para uma sociedade mais igualitária e democrática para o BV. Para o caso de associação esta pesquisa não entende que a política possa ter associados e sim, parcerias público-privadas e envolvimento de atores sociais e do 3º setor na sua formulação e tomada de decisão. Os resultados encontram-se apresentados no Quadro 25.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Participação	Participação em Organizações Sociais	Todas as políticas públicas
		Poder de decisão	Todas as políticas públicas
		Participação em Organizações Sociais: Associações	N.A.
		Participação em reuniões comunitárias	Todas as políticas públicas
		Sistema de governança	Todas as políticas públicas

Quadro 25 – Dimensão participação

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Na dimensão família, satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens, foi identificado correspondência somente com o indicador de 'satisfação com sua situação familiar' e verificado que não se aplica à permanência dos jovens na comunidade, conforme Quadro 26.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Família	Satisfação com sua situação familiar	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Permanência dos jovens na comunidade	N.A.

Quadro 26 – Dimensão família, satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Para o indicador segurança, entendido como a satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade, foram associadas as políticas que possam tratar de combater a violência contra mulheres, conforme no Quadro 27.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Segurança	Segurança familiar	<p>Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibaana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM) Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social</p>
		Frequência de assaltos na comunidade	<p>Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibaana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM) Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social</p>

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
		Policiamento na comunidade	1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso
		Justiça com as próprias mãos	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Atendimento agressores violência contra mulheres Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM) Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social

Quadro 27 – Dimensão segurança

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Na dimensão relações de gênero e jovens, que aborda a participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas, trabalho e renda, participação nas decisões, as correlações encontram-se no Quadro 28.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Relações de Gênero e Jovens	Participação nas atividades econômicas	Programa Rede Mãe Curitibana Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Trabalho/ renda	Programa Rede Mãe Curitibana Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
		Empoderamento	Programa Rede Mãe Curitibana Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Acesso à crédito	N.A.
		Poder de decisão	Programa Rede Mãe Curitibana Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
		Taxa de matriculados no ensino (combinando educação primária, secundária e superior)	Programa Pró-equidade de Gênero e Raça
		Conciliação do aleitamento materno com o trabalho	Programa Rede Mãe Curitibana Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Quadro 28 – Dimensão relações de gênero e jovens

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Para a dimensão da saúde, que trata das variáveis como distância do posto de saúde ou hospital, infraestrutura de saúde, qualidade dos profissionais da saúde, somente não foi encontrado convergência com o indicador do uso de plantas medicinais visto que na rede de saúde pública ainda não há o emprego de medicinas alternativas, a que se considera o uso de plantas, nos protocolos de atendimentos. Os resultados estão no Quadro 29.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Saúde	Serviços de saúde (Posto de saúde/hospital)	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Ônibus Lilás 1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Tratamento Médico e enfermagem	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Ônibus Lilás 1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Condições de acesso a tratamento profissional	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Ônibus Lilás 1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Uso de plantas medicinais	N.A.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
		Satisfação com a saúde das pessoas	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Ônibus Lilás 1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Distância dos centros de saúde	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Ônibus Lilás 1ª Patrulha Maria da Penha Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social

Quadro 29 – Dimensão saúde

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

Em relação a dimensão meio ambiente; que aborda a satisfação com o meio ambiente, práticas ambientais; uso de agrotóxicos e preservação ambiental; foi considerado o local em que é prestado o serviço oferecido pela política. Verificou-se que para este caso não se aplica aos indicadores: uso de queimadas, uso de agrotóxicos e pesticidas, nascentes de água, preservação da mata nativa e emissão *per capita* de CO₂. Para o indicador práticas ecológicas foi considerado também a coleta de lixo seletiva. Os resultados se apresentam no Quadro 30.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Integral (harmonia com a natureza)	Meio Ambiente	Uso de queimadas	N.A.
		Qualidade do ar respirado	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Meio ambiente, entorno natural	N.A.
		Uso de agrotóxicos e pesticidas	N.A.
		Nascentes de água	N.A.
		Preservação da mata nativa	N.A.
		Emissão <i>per capita</i> de CO ₂	N.A.
		Práticas ecológicas com resíduos (reciclagem, compostagem, artesanato, outros)	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Ônibus Lilás Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social

Quadro 30 – Dimensão meio ambiente

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

E por fim, a dimensão pertencimento, que aborda a satisfação consigo mesmo, com os outros e com o ambiente, em relação à existência da política e com os serviços prestados, foi verificado que os indicadores que prestam serviço se aplicam ao quesito identidades com o lugar, e os demais indicadores se aplicam a todas as políticas desta dimensão, conforme se apresenta no Quadro 31.

Supra dimensões	Dimensões específicas	Indicadores/ Atributos	Política pública
Social (harmonia com a comunidade integral)	Pertencimento	Identidade com o lugar	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Programa Rede Mãe Curitibaana Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM) Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil 1ª Patrulha Maria da Penha Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME Programa – Busão sem abuso Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social
		Autoestima	Todas as políticas
		Sentimento de compromisso	Todas as políticas
		Tranquilidade	Todas as políticas

Quadro 31 – Dimensão pertencimento

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Alcântara e Sampaio, 2019.

A partir destas correlações, indicador a indicador em cada uma das dimensões, foi possível levantar quais as políticas em que se encontram mais correlação com o BV. A primeira análise foi identificar quais as políticas que se associaram as dimensões da educação e do meio ambiente, consideradas como sendo dimensões em se postulam a passagem da QV para o BV (ALCÂNTARA, Sampaio, 2019), em

que a educação tem o papel relevante para o desenvolvimento de novas formas de “convivência com a natureza e entre si” (FLEURI; AZIBEIRO; COPPETE, 2010, p. 31).

Supra dimensão: Integral (harmonia com a natureza)	Supra dimensão: Social (harmonia com a comunidade integral)
Dimensão: Meio Ambiente	Dimensão: Educação
Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto Mulheres da Paz em Curitiba Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida Pousada de Maria Programa Viva Mulher Programa Rede Mãe Curitibana Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente Programa Mulher de Verdade Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar Projeto: mulheres da Paz Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça Ônibus Lilás Programa Mulheres Mil Casa de Passagem Feminina Casa da Mulher Brasileira em Curitiba Escritório social

Quadro 32 – Indicadores de passagem ao BV e as políticas públicas

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Verifica-se que as mesmas políticas se aplicam às duas dimensões, o que se conclui serem políticas para o BV das mulheres.

A seguir foi elaborado um *ranking* das políticas que mais se associaram aos indicadores de BV com o propósito de, a partir destes dois quadros realizar uma análise das convergências e divergências da QV e BV, sob o aspecto das políticas públicas para mulheres. O cálculo levou em conta o número de indicadores que cada uma das políticas demonstrou associação, exceto os que não se aplicam (N.A.), e a partir deste valor foi calculado o percentual de correlação da política com os indicadores (Quadro 31).

Ano	Política	Total indicadores %
1999	Programa Mãe Curitibana	50%
2016	Casa da Mulher Brasileira em Curitiba	49%
2015	Casa de Passagem Feminina	41%
1993	Programa Nascer em Curitiba Vale a Vida	39%
2011	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça	39%
2014	Ônibus Lilás	39%
2014	Programa Mulheres Mil	39%
2017	Escritório social	36%
1993	Pousada de Maria	35%
2002	Mulher de Verdade	33%
1997	Programa Viva Mulher	31%
2002	Só Mulheres: promoção da saúde e do bem-estar	31%
2014	Programa – Busão sem abuso	29%
2000	Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente	29%
2014	1ª Patrulha Maria da Penha	25%
2010	Projeto Mulheres da Paz em Curitiba	24%
2010	Atendimento agressores violência contra mulheres	20%
2014	Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – Pnampe	19%
2013	Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher (SMEM)	15%
2013	Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher	15%
2015	Comissão Municipal de Direitos Humanos	11%
2011	Conferência da Mulher	10%
2013	Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF)	10%
1991	3º Congresso Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica	9%
1997	Declaração de Pequim	9%
2005	8ª Conferência Municipal de Saúde de Curitiba	9%
2006	Seminário Nacional de Experiências na Atenção à Violência Doméstica e Sexual – Conquistas, Desafios e Proposições	9%
2006	Conselho Municipal da Condição Feminina	9%
2007	1ª Conferência Municipal da Mulher	9%
2009	Seminário Violência de Gênero	9%
2015	Conferências regionais de política para mulheres	9%
2011	Conferência Municipal Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)	8%

Quadro 33 – *Ranking* de políticas para o BV

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A convergência encontrada a partir da análise destes dois quadros demonstrou que as mesmas políticas que promovem o BV também são as mesmas que se encontram no *ranking* de maior associação aos indicadores, considerando então toda a matriz. A seguir evidencia-se que as políticas que possuem uma maior rede integrada de serviços tendem a serem as que mais promovem o BV, como é o caso do 'Programa Mãe Curitibana' e a 'Casa da Mulher Brasileira em Curitiba' constituindo-se como modelos que buscaram interpretar a realidade do problema em todos os seus níveis, desde sua origem até suas consequências, e a partir disso oferecer serviços que possam atender ao máximo das necessidades da mulher, como bem postula Max-Neef no Desenvolvimento à Escala Humana (DeH) "as necessidades humanas precisam ser compreendidas como um sistema, isto é, todas são inter-relacionadas e interatuantes" (MAX-NEEF, 2012, p. 29), não se pode pensar em políticas para a QV que não se apliquem ao todo, ao conjunto de fatores desde sua estrutura e que se inter-relacionam simultaneamente. É preciso educar, ensinar, capacitar, mas também acolher e atender à necessidade, o que se evidencia nestes estes dois programas.

E é neste sentido que se evidencia a divergência entre a QV e o BV, no entendimento que as soluções devem buscar a desconstrução do problema para a solução, não é possível promover o BV com somente o atendimento da necessidade, é preciso contemplar o conjunto de necessidades e satisfatores que se inter-relacionam seja como causa ou efeito, mas que fazem parte do todo. É o caso da 'Casa de Passagem' e a 'Casa da Mulher Brasileira'. Ambos programas oferecem serviço de acolhimento a mulheres com serviço de hospedagem, porém a 'Casa de Passagem' tem à disposição tão somente este acolhimento enquanto a 'Casa da Mulher Brasileira' oferece os serviços necessários para que a mulher possa sair da situação de violência, sem ser revitimizada (AÇÃO SOCIAL..., 2015).

Por fim, conclui-se que para a promoção do BV é preciso que que incorporem satisfatores sinérgicos, novamente como bem postula Max-Neef (2012), é preciso que as políticas públicas possam "satisfazer a uma dada necessidade e ao mesmo tempo, estimulem e contribuam para a realização de outras" (MAX-NEEF, 2012, p. 43). Que sejam políticas formuladas coletivamente e democraticamente, que possam satisfazer as necessidades, resolvendo os problemas de forma estrutural, da causa ao efeito.

5 CONCLUSÃO

Este último capítulo se detém a apresentar sistematicamente as reflexões e conclusões com o propósito de responder ao problema deste estudo que deu origem à pergunta de pesquisa que, por sua vez, originou-se no objetivo geral e desdobrou-se em objetivos específicos. Apresentam-se, também, as limitações da pesquisa bem como as recomendações de estudos futuros.

Faz-se relevante retomar ao **problema** que deu origem a este estudo, o propósito de *compreender como as políticas públicas para a qualidade de vida e bem viver se desenvolveram ao longo do tempo em um panorama histórico, sociopolítico e de poder manifesto em discursos de diferentes atores sociopolíticos* e, a partir dessa compressão, responder à **pergunta de pesquisa** que serviu de norte durante a investigação de *como as políticas públicas para a qualidade de vida e bem viver têm se desenvolvido ao longo do tempo no panorama histórico da gestão urbana de Curitiba, considerando relações sociopolíticas e de poder manifestos em discursos de diferentes atores sociopolíticos que procuram viabilizar a qualidade de vida da mulher desde a Constituição de 1988?*

A partir da Constituição da República do Brasil em 1988, a QV passa por uma transição muito importante na sociedade, assume uma perspectiva mais ampliada, humanizada e democrática, deixando de ser apenas qualidade 'da' vida, aqui entendida em seu aspecto biológico, para se tornar qualidade 'de' vida, que engloba todo o resultado de um conjunto de condições necessárias para a existência do indivíduo que abrange muito mais que a ausência de patologias, mas incorpora a sua relação com o ambiente vivido; e salvaguarda o direito de equidade ao acesso aos bens e serviços públicos, à cidadania e à democracia.

Neste processo de transição e consolidação da QV, as políticas públicas desempenharam um papel importante na sociedade, enquanto ações de responsabilidade do Estado no sentido de atender às necessidades básicas da população, de promover a redução das desigualdades estruturais e a estabilização da sua ordem sociopolítica, em especial as políticas de saúde, para viabilizar o estabelecimento e efetivação desta nova ordem democrática brasileira a que se propõe a Constituição de 1988, que institui os direitos individuais e coletivos, direitos sociais e políticos. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que a instituição

constitucional dos direitos individuais – a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade – é um marco sociopolítico emancipatório da construção do sujeito e da cidadania do indivíduo brasileiro, e também para a QV que passa a ser promovida, de forma direta ou transversal, pelas políticas públicas de responsabilidade estatal.

Nesse panorama foi realizada a ***análise histórica das políticas públicas para a mulher de promoção à qualidade de vida urbana e ao bem viver em Curitiba entre 1988-2018*** que demonstrou que a construção histórica da mulher nesta capital ocorreu sob a sua condição de sujeição ao *habitus*, uma “subjetividade socializada” e, portanto, uma conformação social do comportamento individual, experimentado nas condições do agir cotidiano no campo das desigualdades de gênero, expresso por meio do sistema de poder simbólico em sua sociedade patriarcal, evidenciados sob forma de micropoderes e de dominação masculina tradicional do patriarcado.

Neste contexto verificou-se que as políticas públicas nacionais na sua maioria – pós-constituição de 1988 – são entendidas sob dois aspectos concomitantes; no aspecto sociopolítico como processos contra-hegemônicos de reversão do processo histórico e ideológico da sociedade patriarcal, caracterizado por discursos de sujeição e dominação do papel da mulher enquanto mãe, esposa, filha e avó, que busca a inserção equitativa e igualitária da mulher na esfera pública por meio das conferências, seminários e congressos promovidos entre a sociedade civil e o poder público neste período e que se constituem em um espaço de fala por elas conquistado; e sob o aspecto socioeconômico as políticas de enfrentamento ao exercício dos micropoderes (tradicionais e ideológicos) podem ser entendidos como elementos para o processo de transição no âmbito das relações de poder, a mulher começa a deixar a condição de sujeição à dominação patriarcal e passa à campo da dominação econômica capitalista tradicional, onde a sua emancipação pautada na equidade, profissional, combatida pelo patriarcado, foi percebida como um meio para a apropriação de seu trabalho e aproveitamento de sua mão de obra pelo modelo econômico vigente.

A partir desta perspectiva, pode-se indicar que a emancipação da mulher por meio das políticas públicas acontece concomitantemente ao processo de transição da sociedade patriarcal para a sociedade capitalista, que se justifica pela verificação de que ao papel de mãe (determinado biologicamente), esposa, filha e avó acrescentou-se o papel de trabalhadora e agente econômica.

Neste sentido é possível que as contribuições do movimento do BV, dentre os seus múltiplos significados, pode ser entendido como uma contribuição para a QV, na medida que possibilita outras formas de pensar o desenvolvimento, em que seus princípios e objetivos podem trazer contribuições para a elaboração de propostas construídas com a participação democrática das mulheres para a superação, ou mitigação ao menos, dos modelos impostos pelas relações de poder, micropoderes e dominação do atual modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista, sobre a natureza, as minorias, pluralidade de etnias, e também, sobre a mulher.

A construção desta análise se deu pela interpretação dos resultados do conjunto de objetivos específicos que foram propostos neste estudo com início a partir da ***identificação na literatura da construção teórica de políticas públicas, qualidade de vida urbana, bem viver e mulher (gênero)***.

As políticas públicas de QV tiveram sua origem em dois eixos principais, a saúde e a violência. A saúde teve sua origem no final do século XVIII e início do século XIX, com as práticas higienistas adotadas no Brasil, a partir da Primeira República, mas é na década de 1930 que a disciplina QV é constituída no campo de estudo dos resultados de políticas sociais e, sua relação com o ambiente. Já a violência contra mulheres, tema que integra as lutas dos movimentos feministas, passa a ser pauta de agenda efetivamente a partir dos indicadores de violência que se apresentam e da Constituição da República de 1988.

Estes dois temas – saúde pública e violência – integram-se diante do crescimento dos homicídios de mulheres e dos impactos que as violências, em todas as suas formas, ocasionam na vida, e conseqüentemente na qualidade de vida, das mulheres, crianças, adolescentes e das famílias em diversos aspectos, dentre eles o que diz respeito aos direitos humanos, questões psicológicas e socioeconômicas, o campo da saúde pública incorporou o tema em sua agenda de atuação.

Os temas das relações de poder assumem então a parte central deste trabalho dada a sua relevância sob os seguintes aspectos, o primeiro de que políticas públicas são a ação, ou inação do Estado que por seu intermédio busca manter a ordem para a sua estabilidade utilizando-se de suas instituições e assim se constitui autoridade soberana no campo das decisões políticas; o segundo de que toda violência e abuso, que causa dano e impactos à QV da mulher, é uma relação de poder para manter o controle e manipulação dos dominantes sobre os dominados, do homem e da sociedade patriarcal e capitalista sobre a mulher.

O **levantamento histórico sócio-político da mulher em Curitiba** demonstrou que a história sociopolítica das mulheres em Curitiba revelou uma trajetória de sujeição ao domínio do patriarcado, em que lhes cabia o papel de mãe, esposa, filha e avó, reforçado constantemente pelo discurso hegemônico da sociedade patriarcal e civilizatória. Além da Revolução Industrial, a Proclamação da República significou um marco para a mudança no curso da história do município com a inclusão das mulheres no espaço público, no campo do trabalho e da sociedade urbana.

A educação foi o campo em que as mulheres tiveram seus maiores avanços, como foi o caso de Julia Wanderley, que em 1892 liderou o movimento que veio a permitir que as mulheres pudessem cursar o “normal” para formação no magistério, foi também a primeira mulher a exercer o magistério no município, nomeada pelo Poder Executivo do Paraná em 1894 quando assumiu a direção da Escola Tiradentes.

Apesar disso, a educação ainda representou um campo de atuação de micropoderes de sujeição das mulheres resignadas aos serviços domésticos, conjugais e familiares. Ainda que já tivessem conquistado o direito ao voto e a regulação das atividades profissionais pela primeira lei do trabalho feminino, os hábitos sociais da década de 40-50, do século XX, impunham regras para as mulheres no espaço público e normas de conduta e comportamento moral para viver em sociedade e no espaço privado, que reforçavam a sua sujeição à dominação masculina e a dicotomia espaço urbano do município, em público e privado.

O **panorama histórico, sociopolítico e legislativo das políticas públicas para a mulher de QV, no período entre 1988 e 2018 em Curitiba** evidenciou a predominância das políticas de âmbito nacional, sobre as municipais e internacionais, para tratar do tema de QV da mulher em Curitiba. Das políticas para a QV da mulher municipais, destaca-se a “Pousada de Maria” (1993), de iniciativa municipal, que pode vir a ser considerada como uma política de vanguarda, quando o tema violência contra mulheres ainda era incipiente na pauta da agenda política. Em menor escala os aspectos imateriais de prestação de serviços relacionados as questões associadas aos direitos da mulher, equidade, justiça e cidadania que por sua subjetividade encontram dificuldade em sua tradução em políticas públicas, mas se configuram no campo das discussões como elementos contra-hegemônicos, utopias que mostram as aspirações dos dominados em suas relações e lutas políticas, sociais e institucionais face aos dominantes, de difícil concretização material,

consequentemente mensuração logo, sem representatividade como no caso dos aspectos materiais (saúde e violência).

Na prevalência de políticas nacionais para a promoção de QV da mulher – em especial entre os anos de 2013 e 2016 quando foi implantado o maior número de políticas e ações de governo em muitos municípios, dentre eles Curitiba – verificou-se como destaque a Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher que, por seu papel de articulação, formação da rede e promoção de espaços de diálogo na esfera pública e também nos espaços da sociedade civil; configura-se como uma das ações contra-hegemônicas que deu visibilidade ao tema que passou a ser pauta na agenda municipal, pública e privada.

Na esfera legislativa, ocorreram a regulamentação e implementação de políticas nacionais e as leis aprovadas tratavam da adequação da legislação municipal aos ditames das políticas públicas da União. Neste ponto, cabe destacar a limitação de tempo desta pesquisa realizar um levantamento nos projetos de governo dos legisladores sobre a temática da mulher, em razão do acesso e da disponibilidade destes documentos no intervalo de 1988-2018, e confrontar com as proposições produzidas o que poderia justificar ou não a ausência de proposições, em especial das mulheres no legislativo. É provável que esta limitação, que também se constitui em uma sugestão de pesquisa futura, possa revelar as razões da ausência de legislação municipal e também a participação feminina ativa no poder público.

Em resumo, as políticas públicas de promoção a QV da mulher tiveram dois eixos temáticos, a saúde e a violência. Na saúde os serviços atendem as especificidades da mulher, aparelhos reprodutores e a maternidade biologicamente determinados. Apesar de expressarem práticas de biopolítica e biopoder no campo das relações de poder, também podem representar o cuidado para com as especificidades biológicas da mulher, que consequentemente as diferenciam do homem, que demandam atenção e cuidado diferenciado dos serviços rotineiros do sistema de saúde pública. Na área das políticas de enfrentamento da violência contra mulheres, a instituição de ministérios, secretarias, conselhos e cotas de representatividade contribuíram, como um processo contra-hegemônico, para emancipação e construção sociopolítica da mulher enquanto sujeito, mas também se revelaram subordinados às regras da sociedade capitalista no que tange a difícil concretização material que impacta, novamente, nas relações de poder que se constituem no âmbito da gestão orçamentária federal, estadual e municipal.

Para a **análise da correlação entre qualidade de vida urbana (QV) e bem viver (BV) da mulher em Curitiba** o estudo demonstrou que o BV é o resultado da amplitude da percepção subjetiva da QV, e pode-se dizer que quanto mais QV maior o BV. Logo, a QV está intrínseca ao BV, há uma correlação teórica que ainda não se evidencia na prática, porém verificou-se que no caso das políticas públicas para mulheres se inter-relacionam em especial nas políticas na área da saúde e das necessidades básicas da mulher e na prática na educação e meio ambiente como dimensões que postulam a passagem da QV para o BV.

Isto posto, o estudo demonstrou a relevância do BV para a temática das mulheres, a começar no processo participativo democrático da mulher como sujeito(a) político(a) capaz de contribuir na formulação, proposição e implementação de políticas públicas de QV para mulheres e despertou, por sua vez, a elaboração de políticas públicas que promovam uma alternativa para o desenvolvimento social com base em um outro modelo de sociedade para a redução das desigualdades socioeconômicas, equidade e dignidade, solidariedade e reciprocidade, interculturalidade e outros modelos de relações de produção e cooperação, em harmonia com a natureza.

Destaca-se neste sentido a contribuição dos movimentos feministas como agente de promoção ao BV ao longo de sua construção histórica, que culminaram no atual movimento feminista da 4ª onda, que luta por um modelo de sociedade mais incluyente e equitativo, ambientalmente responsável e sustentado, e economicamente viável, pautados nos princípios da ética, equidade e igualdade, e, acima de tudo, com participação feminina nos espaços de poder e processos políticos mais efetivos.

Por fim, resta concluir que a promoção para a QV da mulher está relacionada primordialmente aos aspectos materiais de prestação de serviços para atendimento às necessidades básicas, com destaque para as políticas de atenção à saúde da mulher que incorpora a temática da violência e por conseguinte a segurança, que se justifica pela tangibilidade e mensuração; e consequentemente pela visibilidade nos indicadores nacionais e globais que servem como instrumento de tomada de decisão para a definição de políticas públicas e subsídios condicionantes para o repasse de verbas públicas e para a execução orçamentária. Assim, a QV versa como objeto no campo das relações de biopoder e biopolítica de Estado, com políticas “*top-down*” e o município trata da adequação da legislação municipal aos ditames das políticas públicas da União em silêncio.

REFERÊNCIAS

2 ANOS DE TRABALHO: Casa da Mulher Brasileira faz 26 mil atendimentos a vítimas da violência. Prefeitura Municipal de Curitiba, 23.12.2018. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-faz-26-mil-atendimentos-a-vitimas-da-violencia/48784>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

AÇÃO SOCIAL: Curitiba terá 1ª Conferência Municipal da Mulher. Prefeitura Municipal de Curitiba, 15.03.2007. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-tera-1-conferencia-municipal-da-mulher/8559>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

AÇÃO SOCIAL: Prefeitura inaugura unidade de atendimento para mulheres e LBTs em situação de rua. Prefeitura Municipal de Curitiba, 31.03.2015. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-inaugura-unidade-de-atendimento-para-mulheres-e-lbts-em-situacao-de-rua/36005>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer I**, O poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer I**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer II**, 2, O Reino e a Glória, Uma Genealogia Teológica da economia e do Governo. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGER, Alastair. 'Quality of life' assessment in critical context. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, v. 15, n. 4, p. 369-376, 2002. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1468-3148.2002.00133.x>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ALCÂNTARA, Liliâne Cristine Schlemmer; GRIMM, Isabel Jurema. A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 121-144, out. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/450>>. Acesso em: 07 set. 2019.
<http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i2.450>.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem viver e Ecosocioeconomias**. Cuiabá: EdUFMT, 2019a.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANIVERSÁRIO: IPPUC celebra 52 anos com retomada do planejamento urbano de Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, 01.12.2017. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/ippuc-celebra-52-anos-com-retomada-do-planejamento-urbano-de-curitiba/44337>>. Acesso em: 31 maio 2019.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. São Paulo: Forense-Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

AVISO DE PAUTA: Conferência da Mulher nesta segunda no Barigui. Prefeitura Municipal de Curitiba, 29.09.2011. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/conferencia-da-mulher-nesta-segunda-no-barigui/24412>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

AWARE. **Childcare aware of America**. Disponível em: <<https://usa.childcareaware.org>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. As duas faces do poder. Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão de Renato Monseff Perissinotto. **Revista Sociologia Política**, v. 19, n. 40, p. 149-157, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300011&script=sci_abstract&tIng=pt>. Acesso em: 18 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTOS, Ruben Araújo de. Sobre política (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). In: BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTOS, Ruben Araújo de. **Caminhos para análise de políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Miliet. 3. ed. (Original de 1967). São Paulo: Nova Fronteira, 2016.

BEM PARANÁ. **IPPUC traça o perfil do idoso em Curitiba**. 07.10.2006. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/ippuc-traca-o-perfil-do-idoso-em-curitiba-3652#.XW6LPShKi00>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BÍBLIA. **1 Coríntios 6**. Versão online. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/1co/6/12+>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia e as lições dos clássicos**. Organizado por Michelangelo Bovero; Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. Tradução de VARRIALE, Carmem C. et al.; Tradução de João Ferreira; ver. João Ferreira e Luiz Guerreiro Pinto Cascais. 674 p (total 1.330), 11. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BOLÍVIA. **Nueva Constitución Política Del Estado**. 2009. Disponível em: <<https://bolivia.justia.com/nacionales/nueva-constitucion-politica-del-estado/>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BONDI, Liz. Gender, Class, and Urban Space: Public and Private Space in Contemporary Urban Landscapes. **Urban Geography**, v. 19, n. 2, p. 160-185, 1998. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2747/0272-3638.19.2.160>> e <<https://www.researchgate.net/publication/250171161>>. Acesso em: 15 maio 2018. <https://doi.org/10.2747/0272-3638.19.2.160>

BOSCHILIA, Roseli T. **Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 1996. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24632/D%20-%20BOSCHILIA,%20ROSELI%20T..pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 maio 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.417**, de 20 de junho de 2018. Transfere a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9417.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.121**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.452**, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [Lei Maria da Penha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 09 de março de 2015. Altera o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. [Lei do Feminicídio]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.515**, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. [Lei do Divórcio]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015**, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. Brasília: SEDH/PR, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de periódicos CAPES/MEC**. [201-]. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/A-Cidade.-Ana-Fani-Alessandri-Carlos.pdf> Acesso em: 18 maio 2018.

CARVALHO, Sonia Nahas. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASA DA MEMÓRIA. Pesquisa física, 2019.

CELEPAR – Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná. **Acessar a Agência de Notícias do Paraná**. Comunicação: Meios de comunicação. CELEPAR, [20--]. Disponível em: <http://www.celepar.pr.gov.br/servicos/Comunicacao/Meios-de-comunicacao/Acessar-a-Agencia-de-Noticias-do-Parana-Ok3b6P3b>. Acesso em: 31 maio 2019.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.); LIMA, Renato Sergio de; BUENO; Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; COELHO, Danilo; ALVES, Paloma Palmieri; PINHEIRO, Marina; ASTOLFI, Roberta; MARQUES, David; REIS, Milena; MERIAN, Filipe. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8398>. Acesso em 17 jun. 2019.

CEVID – Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. **Conheça a Patrulha Maria da Penha**. Curitiba: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 06.03.2018. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/conheca-a-patrolha-maria-da-penha/18319?inheritRedirect=false. Acesso em: 12 jun. 2019.

CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Saúde sim, violência não: Programa Mulher de Verdade. **Coleção Femea**, n. 117, out. 2002. Disponível em: <http://www.cfmea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/101-numero-117-outubro-de-2002/757-saude-sim-violencia-nao-programa-mulher-de-verdade>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CIDADES terão políticas e benefícios da mulher. Folha de Londrina, 17.07.1997. Disponível no acervo da Casa da Memória de Curitiba. [Consulta em 2019].

CMC – Câmara municipal de Curitiba. **VETO05.00096.2012** – Violência doméstica. Sistema Proposição Legislativas, 23.08.2012. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=215299&PESQUISA>. Acesso em: 14 dez. 2018.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Programa “Mulher, Viver sem Violência” irá reforçar a rede de atendimento e promover campanhas educativas e de conscientização em todo o país.** 10.12.2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/governo-federal-investira-r-265-milhoes-em-servicos-integrados-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia-spm-pr-13032013/>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CONSTITUIÇÃO faz aumentar a violência contra as mulheres. Gazeta do Povo, 23.02.1992. Casa da Memória. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa.** Tradução de Magda França Lopes. Consultoria, supervisão e revisão técnica de Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki I. **Pesquisa de métodos mistos.** Tradução de Magda França Lopes; revisão técnica Dirceu da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CURITIBA. **Decreto nº 393**, de 10 de dezembro de 1984. Cria o conselho municipal da condição feminina. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/plkjb>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 6.662**, de 11 de junho de 1985. Dispõe sobre a utilização dos veículos do Transporte Coletivo, por parte de gestantes e de pessoas obesas. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/pjlmc>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 7.393**, de 05 de dezembro de 1989. Dispõe sobre o Conselho Municipal da Condição Feminina e dá outras providências. [Revogada pela Lei nº 14362/2013]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/mpjil>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 7.855**, de 04 de março de 1992. Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher Banco da Mulher – Seção do Paraná. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/mklpd>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 8.137**, de 02 de abril de 1993. Dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nos estabelecimentos bancários situados no Município. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/plmfk>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 8.655**, de 06 de junho de 1995. Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nas filas de caixas dos supermercados no Município de Curitiba. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/mjkpl>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 9.000**, de 27 de dezembro de 1996. Institui o Código de Saúde de Curitiba, dispõe sobre a proteção à saúde no âmbito do Município e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/amcpb>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 10.574**, de 12 de novembro de 2002. Assegura à mulher curitibana o acesso gratuito ao exame preventivo de câncer do colo de útero e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ncpdf>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 12.220**, 17 de maio de 2007. Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas instaladas no Município de Curitiba com pelo menos 30 funcionárias mulheres, com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, disponibilizarem instituição de ensino aos filhos das mulheres empregadas em idade pré-escolar Disponível em: <<http://leismunicipa.is/gndpe>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 13.127**, de 2 de abril de 2009. Altera dispositivo da Lei Ordinária nº 8.137 de 02 de abril de 1993, que dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nos estabelecimentos bancários situados no Município. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/phcbn>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 13.128**, de 2 de abril de 2009. Altera dispositivo da Lei Ordinária nº 8.655 de 06 de junho de 1995, que dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças ao colo nas filas de caixas dos supermercados no Município de Curitiba. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hpcb>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 14.362**, de 26 de novembro de 2013. Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba – CMDM, revoga a Lei nº 7.393, de 5 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/rlntp>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 14.777**, de 22 de dezembro de 2015. Altera os arts. 3º e 4º da Lei 14.598/2015 que “Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal”, visando, principalmente, a proteção destas contra a violência obstétrica no município de Curitiba. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/mdqpu>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 14.790**, de 09 de março de 2016. Estabelece as diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha no Município de Curitiba e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/prbeu>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 14.797**, de 01 de abril de 2016. Estabelece multa ao estabelecimento público ou privado que proibir ou constranger mulher durante o aleitamento. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/roubi>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 15.025**, de 30 de maio de 2017. Dispõe sobre prioridade de vagas em creches e escolas municipais e conveniadas para crianças vítimas de violência e crianças filhas de vítimas de violência doméstica. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/fhrav>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Lei nº 15.271**, de 15 de agosto de 2018. Altera dispositivos da Lei nº 7.631, de 17 de abril de 1991, que autoriza a constituição da Conferência Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ijwpa>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA. **Resolução nº 1**, de 15 de maio de 2002. Altera a redação do inciso VI, do Artigo 47, e do inciso VI, do artigo 52, da Resolução nº 04, de 28 de junho de 1990, – Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba. [Revogada pela Resolução nº 8/2012]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hflpa>>. Acesso em: 31 maio 2019.

CURITIBA 323 ANOS: No aniversário de dois anos, Patrulha Maria da Penha vira lei e recebe duas novas viaturas. Prefeitura Municipal de Curitiba, 08.03.2016. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/no-aniversario-de-dois-anos-patrolha-maria-da-penha-vira-lei-e-recebe-duas-novas-viaturas/39107>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CURITIBA HUMANITÁRIA: Pousada de Maria já acolheu 7 mil mulheres vítimas de violência. Prefeitura Municipal de Curitiba, 26.04.2018. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pousada-de-maria-ja-acolheu-7-mil-mulheres-vitimas-de-violencia/45891>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CURITIBA. **Apresentação CMCF**. Secretaria do Governo Municipal. [201-]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/apresentacao-cmcf/185>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DEBATES: Curitiba debate política de saúde. Prefeitura Municipal de Curitiba, 26.08.2005. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-debate-politica-de-saude/2127>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DEFESA SOCIAL: Campanha Busão sem Abuso multiplica denúncias de violência contra mulheres. Prefeitura Municipal de Curitiba, 20.08.2015b. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/campanha-busao-sem-abuso-multiplica-denuncias-de-violencia-contra-mulheres/37333>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

DEFESA SOCIAL: Medidas tomadas pela Prefeitura aumentam segurança no transporte coletivo. Prefeitura Municipal de Curitiba, 03.06.2015a. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/medidas-tomadas-pela-prefeitura-aumentam-seguranca-no-transporte-coletivo/36635>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

DEFESA SOCIAL: Pronasci: Mulheres vão transformar Sítio Cercado em Território da Paz. Prefeitura Municipal de Curitiba, 12.01.2010. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pronasci-mulheres-vo-transformar-sitio-cercado-em-territorio-da-paz/18357>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional. **Mulheres e diversidades**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, [201-]. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/mulheres-e-diversidades/mulheres-e-diversidades>>. Acesso em 19 de jul. 2019.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Prefeitura instala primeira Comissão Municipal de Direitos Humanos. Prefeitura Municipal de Curitiba, 15.09.2015. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-instala-primeira-comissao-municipal-de-direitos-humanos/37560>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

DIA DA MULHER: Patrulha Maria da Penha vai ajudar no combate à violência contra a mulher. Prefeitura Municipal de Curitiba, 08.03.2014. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/patrulha-maria-da-penha-vai-ajudar-no-combate-a-violencia-contra-a-mulher/32227>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

DIVERSIDADE: Curitiba prepara conferência LGBT. Prefeitura Municipal de Curitiba, 29.07.2011. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-prepara-conferencia-lgbt/23723>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

DIREITOS DA MULHER: Pesquisa vai mapear a violência contra a mulher em Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, 11.09.2009a. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/seminario-sobre-violencia-contra-a-mulher-no-clube-da-gente/18014>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DIREITOS DA MULHER: Seminário sobre violência contra a mulher no Clube da Gente. Prefeitura Municipal de Curitiba, 23.11.2009b. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/seminario-sobre-violencia-contra-a-mulher-no-clube-da-gente/18014>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

DISSART, J.-C., DELLER, Steven C. Quality of Life in the Planning Literature. **Journal of Planning Literature**, v. 15, n. 1, p. 135-161, 2000. <https://doi.org/10.1177/08854120022092962>.

DOWBOR, Ladislau. **Inovação social e sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/2007/05/inovacao-social-e-sustentabilidade-doc.html/>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Direitos Humanos**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-11/brasil-concentrou-40-dos-feminicidios-na-america-latina-em-2017>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**, 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoDoEquador.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ERIKSSON, Monica; LINDSTRÖM, Bengt. Validity of Antonovsky's sense of coherence scale: a systematic review. **Journal of Epidemiology & Community Health**, v. 59, n. 6, p. 460-466, 2005. Disponível em: <<http://jech.bmj.com/content/59/6/460>>. Acesso em: 04 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1136/jech.2003.018085>.

EVANS, D. R. Enhancing quality of life in the population at large. **Social Indicators Research**, v. 33, n. 1-3, p. 47-88, 1994. doi:10.1007/bf01078958.

FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 22, n. 3, p. 502-8, 1995. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1365-2648.1995.22030502.x?sid=nlm%3Apubmed>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FIFCJ – Fédération Internationale des Femmes des Carrières Juridiques. [201-]. Disponível em: <<http://fifcj-ifwlc.com>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

FLEURI, Reinaldo Matias; AZIBEIRO, Nadir Esperança; COPPETE, Maria Conceição. Pesquisas Interculturais: Descolonizar o Saber, o Poder, o Ser e o Viver. In: OLIVEIRA, Lilian Blank; CECCHETTI, Elcio; CEZARO, Rosa Assunta; RISKE-KOCH, Simone. (Org.). **Culturas e diversidade religiosa na América Latina: pesquisas e perspectivas pedagógicas**. Blumenau: São Leopoldo: EDIFURB; Nova Harmonia, 2009, p. 30-46.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. What Can Economists Learn from Happiness Research? **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 402-435, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2698383?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GAE – Grupo Ânima Educação. **Manual revisão bibliográfica sistemática integrativa**: a pesquisa baseada em evidências. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.

GALINDO, Rogerio Waldrigues; CAMARGO, Isadora. Greca e Ducci duelam pelo Mãe Curitibana. "Candidato do PMDB reclama a paternidade do programa, que é considerado a menina dos olhos da atual gestão municipal". Gazeta do Povo, 24 de ago. 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/greca-e-ducci-duelam-pelo-mae-curitibana-3nezibvb4pl93evlx750velhq>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GALLOWAY, Susan. **Quality of life and well-being**: measuring the benefits of culture and sport. A literature review. University of Glasgow: Center for Cultural Policy Research, 2007, p. 6-26.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GAZETA DO POVO. **“Mulher de Verdade” como exemplo**. 29.08.2003. Casa da Memória. 2019.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas psicologia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 43-50, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2018.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**: diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDENS, Antonio. **Sociologia**. Tradução de Maria Alexandra Figueiredo; Catarina Lorga da Silva; Vasco Gil. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Tradução de Carlos Diegues. Rio de Janeiro: Estaleiro, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Notas sobre Maquiavelo, sobre la política e sobre El Estado moderno**. Tradução de José Aricó. Madri: Nueva Vision, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUDMUNDSSON, Henrik; HÖJER, Mattias. Sustainable development principles and their implications for transport. **Ecological Economics**, v. 19, n. 3, p. 269-282, 1996. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/eee/ecolect/v19y1996i3p269-282.html>>. Acesso em: 31 maio 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. In: JÁCOME, Márcia Laranjeira; VILLELA, Shirley. **Orçamentos sensíveis a gênero**: conceitos. Brasília: ONU Mulheres, 2012, p. 287-323. Disponível em: <<https://bolivia.justia.com/nacionales/nueva-constitucion-politica-del-estado/>>. Acesso em: 31 maio 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Agencia Latinoamericana de Información, Quito, n. 462, p. 1-20, feb. 2011. Disponível em: <http://www.ecominga.uqam.ca/PDF/BIBLIOGRAPHIE/GUIDE_LECTURE_1/Gudynas-Buen-vivir-Germinando-alternativas.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

HAAS, Barbara K. A Multidisciplinary Concept Analysis of Quality of Life. **Western Journal of Nursing Research**, v. 21, n. 6, p. 728-742, 1999.

HAGERTY, Michael R.; CUMMINS, Robert A.; FERRISS, Abbott L.; LAND, Kenneth; MICHALOS, Alex C.; PETERSON, Mark; SHARPE, Andrew; SIRGY, Joseph; VOGEL, Joachim. Quality of Life Indexes for National Policy: Review and Agenda for Research. **Social Indicators Research**, v. 55, n. 1, p. 1-96. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1010811312332>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C. et al. (Org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**. Niterói: Eduff, 2000. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/127930980/HERCULANO-A-Qualidade-de-Vida-e-Seus-Indicadores>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, v. XXI, n. 55, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

HOMENAGEM: Servidoras são homenageadas com programa Só Mulheres. Prefeitura Municipal de Curitiba, 06.03.2006. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/servidoras-sao-homenageadas-com-programa-so-mulheres/3866>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População**. [20--]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais**: Relatório 1979. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8120.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS**. [201-]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

INCA – Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Viva mulher 20 anos**: história e memória do controle do câncer do colo do útero e de mama no Brasil: catálogo de documentos. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/programa_viva_mullher_2018_completo.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Homicídios Mulheres**. [Atlas da Violência]. 2018. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/40>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa Pró-equidade de Gênero e Raça**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/proequidade/o-que-e>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor de Curitiba 2014**. Informativo. Curitiba: IPPUC, 2014. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/planodiretor2014/arquivos/INFORMATIVO%20PLANO%20DIRETOR%20ODE%20CURITIBA%202014%20COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun., 2005. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alinea, 2009.

JORNADA MULHER sem violência: Prefeito reafirma compromisso de ampliar políticas de defesa dos direitos das mulheres. Prefeitura Municipal de Curitiba, 24.11.2015. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeito-reafirma-compromisso-de-ampliar-politicas-de-defesa-dos-direitos-das-mulheres/38299>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

KEITH, Kenneth D. (2001). International quality of life: Current conceptual, measurement, and implementation issues. **International Review of Research in Mental Retardation**, p. 49-74. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0074775001800057>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

LABRONICI, Liliana Maria; FERRAZ, Maria Isabel Raimondo; TRIGUEIRO, Tatiane Herreira; FEGADOLI, Débora. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 1, p. 126-133, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0080-62342010000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000100018>.

LBE – Lar Batista Esperança. Site Institucional. 1988. Disponível em: <<http://www.lbe.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LEAL, Fernando Duarte; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GARCIA, Manon. Indicadores de “buen vivir” como alternativa de mensuração do desenvolvimento. 2018. Disponível em: <<https://www.up.edu.br/pesquisa-e-inovacao/programa-de-3678-iniciacao-cientifica>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LEBRUN, Gérard. **O que é o poder?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Patricia. **A história do perdedor pleno**. A história do vencedor vazio. Resenha do livro “A polaquinha”, de Dalton Trevisan. Duas histórias (blog) 2013. Disponível em: <<http://duashistorias.blogspot.com/2013/08/resenha-do-livro-polaquinha-de-dalton.html>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

LINDBLOM, Charles E. **El proceso de elaboración de políticas públicas**. Traducción de Eduardo Zapico Goñi. México: Miguel Ángel Porrúa, 1991.

LUZ, Madhel Therezinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição Democrática”: anos 80. In: *Physis: revista de Saúde Coletiva*. v. 1, n. 1, p. 77-96, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/physis/v1n1/04.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MÃE CURITIBANA: Pré-Natal, Parto e Puerpério. Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal da Saúde, [20--]. Disponível em: <<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/programas.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MAFIOLETTI, Terezinha Maria; PERES, Aida Maris; LAROCCA, Liliana Muller; FONTOURA, Mariana Purcote. Violence against women: historical trajectory of a care program (Curitiba – 1997-2014). **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 6, p. 2907-2915, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000602907&lng=en&nrm=iso>. Acesso 12 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0583>.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; PHILIPPI JR., Arlindo. Indicadores de sustentabilidade: uma abordagem conceitual. In: MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo. (Org.). **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental**. v. 01. Barueri, SP: Manole, 2012, p. 31-76.

MAPA DA VIOLÊNCIA: Cai o número de mulheres assassinadas em Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, 10.11.2015 [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/cai-o-numero-de-mulheres-assassinadas-em-curitiba/38142>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667-686, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000300667&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942016000300006>

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil** (versão preliminar). Nota Técnica n. 13 (Diést.). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5711>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MASSAM, Bryan H. Quality of life: public planning and private living. **Progress in planning**, v. 58, n. 3, p. 141-227, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305900602000235>. Acesso em: 03 mar. 2019. doi:10.1016/s0305-9006(02)00023-5.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010, pp. 67-92. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/238/23816091006.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento a escala humana: concepções, aplicação e reflexões posteriores**. [Contribuições de Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn]. Tradução Rede Viva. Blumenau: Edifurb, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, 2000, p. 7-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>.

MJ LANÇA EDITAL para projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/mj-lanca-edital-para-projetos-mulheres-da-paz-e-protecao-de-jovens>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. [20--]. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/quemequem>>. Acesso em: 4 de jun. 2019.

MMM – Marcha Mundial das Mulheres. Blog da Marcha Mundial das Mulheres. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

MONNI, Salvatore; PALLOTTINO, Massimo. (2015). Beyond growth and development: Buen Vivir as an alternative to current paradigms. **International Journal of Environmental Policy and Decision Making**, v. 1, n. 3, p. 184-204, DOI: 10.1504/IJEPDM.2015.074300.

MOSANGINI, Giorgio. Feminismos y decrecimiento: desarmando la economía. Col·lectiu d'Estudis sobre Cooperació i Desenvolupament, 2011. Disponível em: <<https://decrecimentoybuenvivir2012.files.wordpress.com/2011/02/decrecimentoyfeminismo-giorgiomonsanginiabril09.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MT – Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. [20--]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MULHER CURITIBANA. Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é aprovada na Câmara. Prefeitura Municipal de Curitiba, 06.11.2013. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/criacao-do-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-e-aprovada-na-camara/31221>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MULHER DE VERDADE. Programa Mulher de Verdade. Prefeitura Municipal de Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, [201-]. Disponível em: <<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/programas/pessoa-em-situacao-de-violencia/mulher-de-verdade.html>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

MULHER: CASA da Mulher Brasileira completa um mês com média de 14 atendimentos por dia. Prefeitura Municipal de Curitiba, 13.07.2016. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-completa-um-mes-com-media-de-14-atendimentos-por-dia/40159>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

MULHER: CURITIBA AVANÇA em políticas de proteção a mulheres vítimas de violência. Prefeitura Municipal de Curitiba, 27.06.2016. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-avanca-em-politicas-de-protecao-a-mulheres-vitimas-de-violencia/40083>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MULHER: PREFEITURA define o funcionamento dos serviços integrados à Casa da Mulher Brasileira. Prefeitura Municipal de Curitiba, 22.03.2016. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeitura-define-o-funcionamento-dos-servicos-integrados-a-casa-da-mulher-brasileira/39247>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

MULHER: SECRETARIA da Mulher organiza campanha dos 16 Dias de Ativismo. Prefeitura Municipal de Curitiba, 06.11.2014. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/secretaria-da-mulher-organiza-campanha-dos-16-dias-de-ativismo/34668>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

MULHER: SECRETARIA lança cartilha didática sobre a Lei Maria da Penha. Prefeitura Municipal de Curitiba, 08.10.2015. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/secretaria-da-mulher-organiza-campanha-dos-16-dias-de-ativismo/34668>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

MURARO, Hedi Martha Soeder (Org.). **Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, 2008.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica. In: NAHAS, Maria Inês Pedrosa. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 123-153.

NESP – Núcleo de Estudos em Saúde Pública. **Perfil do município de Curitiba/PR**. Análise do acesso e da qualidade da Atenção Integral à Saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Curitiba.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

O VETO DE FRUET ao projeto que previa atendimento ao autor de violência doméstica. Gazeta do Povo, 02.04.2013. Disponível em: <<https://www.gazeta.dopovo.com.br/vozes/mulherio/o-veto-de-fruet-ao-projeto-que-previa-atendimento-ao-autor-de-violencia-domestica/>>. Acesso em: 27 maio 2019.

OAB/PR – Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná. 2018. Disponível em: <<https://www.oabpr.org.br>>. Acesso em: 15 maio 2019.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Promoción de la salud**: glosario. Genebra: OMS, 1998.

ÔNIBUS LILÁS atende mulheres em dez municípios em março. Paraná, 19.02.2019. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101204&tit=Onibus-Lilas-atende-mulheres-em-dez-municipios-em-marco>>. Acesso em: 29 maio 2019.

ÔNIBUS LILÁS orienta sobre direitos das mulheres em seis municípios. Paraná, 15.10.2018. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=99164&tit=Onibus-Lilas-orienta-sobre-direitos-das-mulheres-em-seis-municipios>>. Acesso em: 19 maio 2019.

ONU MULHERES, 1995. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PARANÁ. **Escritório social**. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Departamento Penitenciário – DEPEN. 2017. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=301>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PARANÁ. **Um pouco de História**: História do Paraná. Secretaria da Cultura. [20--]. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1.html>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PAIXÃO, Mácio Petrocelli. **O problema da felicidade em Aristóteles**: a passagem da ética a dianoética aristotélica no problema da felicidade. Rio de Janeiro: Pós-moderno, 2002.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. Madrid: Alianza, 1982.

PATRULHA MARIA DA PENHA: Guarda amplia capacitação para atendimento de violência contra mulher. Prefeitura Municipal de Curitiba, 23.11.2018. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/guarda-amplia-capacitacao-para-atendimento-de-violencia-contra-mulher/48390>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense / São Paulo: Método, 2015.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: PIORI, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX. **Revista de História regional**, Departamento de História – Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/37/0>>. Acesso em: 31 maio 2019.

PFEIFFER, Luci Miranda; ROSÁRIO, Nelson Augusto; CAT, Monica Nunes L. Violência contra crianças e adolescentes – proposta de classificação dos níveis de gravidade. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 477-482, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822011000400002>. Acesso em: 10 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822011000400002>.

PNHD-3 – Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos. **O que é o PNDH-3**. 2013. Disponível em: <<https://pndh3.sdh.gov.br/portal/sistema/sobre-o-pndh3>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS: Conferência da Mulher mobiliza Grande Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, 04.10.2011. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/conferencia-da-mulher-mobiliza-grande-curitiba/24480>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS: Curitiba terá centro integrado de atenção à mulher. Prefeitura Municipal de Curitiba, 09.03.2013. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-tera-centro-integrado-de-atencao-a-mulher/28792>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, Controladoria Geral da União. **Programa Mulher, viver sem violência – Ano 2015**. [201-]. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo/36-mulher--viver-sem-violencia?ano=2015>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PORTAL DOS CONSELHOS Municipais de Curitiba. Direitos da Mulher – CMDM. [201-]. Disponível em: <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-social/>>. Acesso em 14 dez. 2018.

RIBEIRO, Carmen Regina; PEREIRA, Lígia Silva; PFEIFFER, Luci Miranda; MOYSÉS, Simone Tetu; OLIVEIRA, Vera Lídia Alves de. **Violência na Infância e Adolescência**. Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência. Volume I – Manual de Atendimento. Curitiba: Prefeitura Municipal, 2002. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/pmc/rede_de_protecao_de_ctba.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

ROCHA, Alby Duarte; OKABE, Irene; MARTINS, Marcelo Edmundo Alves; MACHADO, Paulo Henrique Bataglian; MELLO, Terezana Carvalho de. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232000000100007>.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1. ed. 4. reimpressão de 1988. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau, SC: EDIFURB, 2010.

SANSONE, Margarita. **Mãe Curitibana, o verdadeiro DNA**. 23 de ago. 2010. Disponível em: <<http://margaritasemcensura.com.br/home/mae-curitibana-o-verdadeiro-dna>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SANTOS, Luís Delfim; MARTINS, Isabel. **A Qualidade de Vida Urbana – O caso da cidade do Porto**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Economia do Porto, Working Papers da FEP, Investigação – Trabalhos em curso nº 116, maio 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24111502_A_Qualidade_de_Vida_Urbana_-_O_caso_da_cidade_do_Porto>. Acesso em: 14 maio 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional** 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012. 504p. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a_eficacia_dos_direitos_fundamentais_2012.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SAÚDE: Seminário debaterá violência doméstica e sexual. Prefeitura Municipal de Curitiba, 23.05.2006. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/seminario-debatera-violencia-domestica-e-sexual/5094>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SBARDELOTTO, Moisés. O bem-viver como perspectiva ecobiótica e cosmogônica. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, v. X, n. 340, p. 19-21, 2010. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3446-simon-yampara>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SECRETARIA DA MULHER: Campanha combate violência contra a mulher. Prefeitura Municipal de Curitiba, 15.06.2014b. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/campanha-combate-violencia-contra-a-mulher/33276>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SECRETARIA DA MULHER: Campanha em táxis estimula denúncia de violência contra mulheres e crianças. Prefeitura Municipal de Curitiba, 20.06.2013c. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-assina-pacto-de-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher/30102>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SECRETARIA DA MULHER: Curitiba assina pacto de enfrentamento da violência contra a mulher. Prefeitura Municipal de Curitiba, 18.07.2013a. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-assina-pacto-de-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher/30102>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SECRETARIA DA MULHER: Lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é sancionada. Prefeitura Municipal de Curitiba, 25.11.2013d. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/lei-que-cria-o-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-e-sancionada/31409>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SECRETARIA DA MULHER: Secretária discute criação do Conselho da Mulher com vereadoras. Prefeitura Municipal de Curitiba, 16.08.2013e. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/secretaria-discute-criacao-do-conselho-da-mulher-com-vereadoras/30387>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SECRETARIA DA MULHER: Pesquisa mostra percepção de violência contra a mulher em Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba, 06.03.2014a. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pesquisa-mostra-percepcao-de-violencia-contra-a-mulher-em-curitiba/32207>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SECRETARIA DA MULHER: Secretaria da Mulher integra Objetivos do Milênio. Prefeitura Municipal de Curitiba, 10.09.2013b. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/secretaria-da-mulher-integra-objetivos-do-milenio/30616>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016>. Acesso em: 16 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>.

SENTONE, Daniel Tourinho; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GARCIA, Manon. **Bem viver para a próxima geração**: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia – adaptação e mitigação às mudanças climáticas. 2017. Disponível em: <<https://www.up.edu.br/pesquisa-e-inovacao/programa-de-iniciacao-cientifica>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SESI – Serviço Social da Indústria (Paraná). Centro de inovação: longevidade e produtividade. Saúde: indicadores de mortalidade infantil e materna, por causa externa e doenças, Curitiba-PR. [2018]. Disponível em: <<http://relatoriosdinamicos.com.br/longevidade/saude/BRA004041095/curitiba---pr>>. Acesso em 4 jan.2018.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 20 – Maio/Jun./Jul./Ago. 2002

SILVA JR, Jarbas Barbosa da. et al. (Ed.). Vigilância de violência doméstica, sexual e/ou outras violências: Viva/Sinan – Brasil, 2011. **Boletim Epidemiológico**, Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde, v. 44, n. 9, 2013. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/junho/11/BE-2013-44--9---VIVA-SINAN.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SLIWIANY, Regina Maria (Coord.). **Análise espacial intraurbana da qualidade de vida em Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2008.

SMS – Secretaria Municipal da Saúde. **Apresentação Programa Mãe Curitibana em Joinville**. 2018a. 52 slides.

SMS – Secretaria Municipal da Saúde. **Assistência ao pré-natal, parto, puerpério**. Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, 2019. Disponível em: <http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/images/REDE%20M%C3%83E%20CURITIBANA%20-%20ASSIST%C3%8ANCIA%20AO%20PR%C3%89_NATAL-PARTO-PERP%C3%89RIO%2019.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SMS – Secretaria Municipal da Saúde. **Atenção à mulher em situação de violência**. Curitiba, saúde levada a sério. 2008. Disponível em: <http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/images/programas/arquivos/centro_educacao/saude_da_mulher/mulher_005.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SMS – Secretaria Municipal da Saúde. **Programas**. Protocolos, programas e procedimentos operacionais padrão. 2018b. Disponível em: <<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/programas.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Casa da Memória**. 25.05.2017. Disponível em: <<http://bibliotecas.cultura.gov.br/espaco/202048/>>. Acesso em: 31 maio 2019.

SÓ MULHERES: Em 10 anos, promoção da saúde e do bem-estar. Prefeitura Municipal de Curitiba. 09.05.2012. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/criacao-do-conselho-municipal-dos-direitos-da-mulher-e-aprovada-na-camara/31221>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SUPERAÇÃO. Casa da Mulher cria programa para melhorar empregabilidade de vítimas de violência. Prefeitura Municipal de Curitiba, 29.11.2017. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/casa-da-mulher-cria-programa-para-melhorar-empregabilidade-de-vitimas-de-violencia/44301>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à Diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. 2015. 231 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TJPR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **História do Poder Judiciário Paranaense**. Os Portugal e os Macedo. [Desembargador Robson Marques Cury]. 10.08.2017. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2Fhome&_101_assetEntryId=11654817&_101_type=content&_101_groupId=18319&_101_urlTitle=historia-do-poder-judiciario-paranaense&inheritRedirect=true>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TJPR – Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Comarca Juizado de Violência Doméstica de Curitiba. **Projeto Guia**. 2018. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/12054912/12392126/Projeto+-+Grupo+Guia+-+CURITIBA+.pdf/cc7cde63-695e-fde7-e1b4-868041a45886?version=1.0>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

TRABALHO DECENTE: Curitiba no programa de igualdade de gênero e raça. Prefeitura Municipal de Curitiba, 25.08.2011. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-no-programa-de-igualdade-de-genero-e-raca/24043>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

TRABALHO E EMPREGO: Curitiba recebe selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Prefeitura Municipal de Curitiba, 25.11.2015. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-recebe-selo-do-programa-pro-equidade-de-genero-e-raca/38319>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

TRANSPORTE COLETIVO: Lei mais rigorosa pune assédio sexual com até cinco anos de prisão. Prefeitura Municipal de Curitiba, 01.10.2018. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/lei-mais-rigorosa-pune-assedio-sexual-com-ate-cinco-anos-de-prisao/47768>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba: 1996. (Coleção Farol do Saber).

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Relatório: Estudo sobre a Violência contra Crianças: Brasil; 2005**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UNIDADE ADMINISTRATIVA: **Assessoria de Políticas de Igualdade Racial**. Prefeitura Municipal de Curitiba, locais de atendimento. [201-]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/locais/assessoria-de-politicas-de-igualdade-racial/2133>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UP – Universidade Positivo. **Programa de Iniciação Científica**. [201-]. Disponível em: <<https://www.up.edu.br/pesquisa-e-inovacao/programa-de-iniciacao-cientifica>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

VANHULST, Julien; BELING, Adrian E. Buen vivir: Emergent discourse within or beyond sustainable development? **Ecological Economics**, v. 101, p. 54-63, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.02.017>.

VEENHOVEN, Ruut. Medidas de la felicidad nacional bruta. **Intervención Psicosocial, Revista sobre Igualdad y Calidad de Vida**, v. 18, n. 3, p. 279-299, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/241860969_Medidas_de_la_felicidad_nacional_bruta. Acesso em: 27 set. 2019.

VEENHOVEN, Ruut. Subjective Measures of Well-being. In: MCGILLIVRAY, Mark. (Eds.). **Human well-being**. Studies in Development Economics and Policy. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 214-239. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230625600_9>. Acesso em: 19 mar. 2019. https://doi.org/10.1057/9780230625600_9.

VIOLENCIA: Em cinco anos, Curitiba registrou 239 casos de abuso sexual em ônibus. Prefeitura Municipal de Curitiba, 17.04.2017. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/em-cinco-anos-curitiba-registrou-239-casos-de-abuso-sexual-em-onibus-#.XXUoGyhKi01>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

VIOLENCIA CONTRA MULHER: Curitiba terá uma rede ecumênica de apoio às mulheres. Prefeitura Municipal de Curitiba, 21.06.2013. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-tera-uma-rede-ecumenica-de-apoio-as-mulheres/29816>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

VIVA MULHER: Preventivo de Câncer. Prefeitura Municipal de Curitiba, [201-]. [Agência de Notícias]. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/guarda-amplia-capacidade-para-atendimento-de-violencia-contra-mulher/48390>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

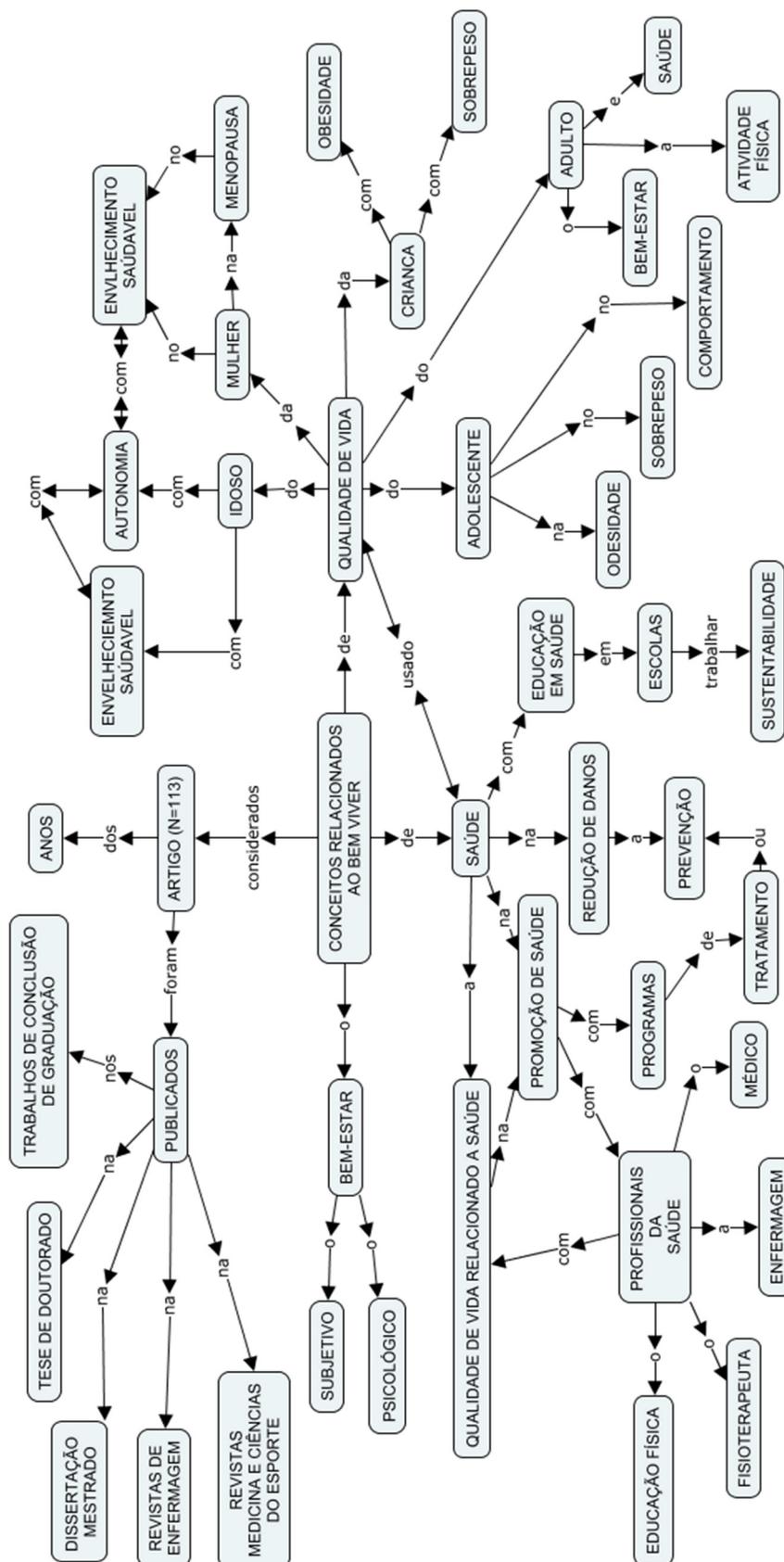
WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Leônidas Hegenberge e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WIPPEL, Ivan Trevisan; GARCIA, Manon; ZDEPSKI, Fabíola; ROMANO, Roberta; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Indicadores de Bem viver como alternativa de mensuração do desenvolvimento**. IX Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Positivo EPIC 2018. 2018. Disponível em: <https://www.up.edu.br/CmsPositivo/uploads/imagens/file/ANAIS_2018.pdf#page=398>. Acesso em: 18 dez. 2018.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANEXO A – MAPA CONCEITUAL DO BEM VIVER



Fonte: Sentone; Sampaio; Garcia, 2017.

ANEXO B – MAPA CONCEITUAL BEM VIVER II



Fonte: Leal; Sampaio; Garcia, 2018.

ANEXO C – MATRIZ DE INDICADORES DE BEM VIVER

Supra Dimensões	Dimensões Específicas	Indicadores/Atributos	Conceitos
Pessoal (harmonia consigo mesmo)	Habitação	Condições da moradia Acesso à água segura: potável, nascentes ou poços artesianos Rede de esgoto Superlotação (nº de pessoas por m²) Acesso a saneamento básico Espaço para dormir Segurança alimentar Alimentação diária consumida Acesso à eletricidade	Satisfação com a moradia e as condições de infraestrutura, como acesso a água potável, energia elétrica e alimentação (segurança alimentar)
	Trabalho	Trabalho/ocupação Acesso a segurança social Situação financeira Renda mensal recebida pela família Horas diárias dedicadas ao trabalho	Satisfação com o trabalho/ocupação exercida; Acesso a segurança social; Satisfação financeira
	Tomada de Decisão	Autonomia nas decisões pessoais Tomada de decisão em família	Grau de satisfação com a tomada de decisão pessoal
	Religião e Crenças	Crenças espirituais, religiosas ou filosóficas Participação em instituições religiosas	Grau de satisfação com sua crença espiritual
	Tempo Livre e Cultura	Uso do tempo livre Espaços para a recreação e cultura Jogos e atividades ao ar livre	Satisfação com o tempo livre, jogos e atividades comunitárias
	Recursos Materiais	Ajuda econômica (financiamento) Venda da produção (ganhos efetivos/mensal)	Satisfação financeira; renda mensal recebida. Financiamentos e ajuda de custo
	Emoções	Felicidade Disposição Motivação	Satisfação pessoal (consigo mesmo, comunidade e meio ambiente)
Social (harmonia com a comunidade integral)	Educação	Nível de educação cursada Aprendizado adquirido Distância da escola Infraestrutura da escola Capacitação dos professores Acesso ao ensino fundamental Acesso ao ensino médio Acesso ao ensino superior Continuidade dos estudos Troca de saberes e aprendizados tradicionais entre a comunidade	Elementos de formação, acesso à uma educação de qualidade, infraestrutura da escola, formação de professores

Supra Dimensões	Dimensões Específicas	Indicadores/Atributos	Conceitos
	Tecnologias de Informação e Comunicação	Disponibilidade de Internet Disponibilidade de telefone convencional Disponibilidade de celular	Acesso à informação e comunicação
	Fatores Produtivos	Comercialização dos produtos agrícolas/pecuários/artesanatos/outras Acesso a sistemas de irrigação Capacitação recebida para exercer atividade econômica que realiza Diversidade de culturas Acesso a sementes	Satisfação com os fatores produtivos, como diversidade de culturas e comercialização
	Participação	Participação em Organizações Sociais Poder de decisão Participação em Organizações Sociais: Associações Participação em reuniões comunitárias Sistema de governança	Participação social; Poder de decisão e escolha, APLs (Arranjos Produtivos Locais)
	Família	Satisfação com sua situação familiar Permanência dos jovens na comunidade	Satisfação com a vida familiar e o êxodo dos jovens
	Segurança	Segurança familiar Frequência de assaltos na comunidade Policimento na comunidade Justiça com as próprias mãos	Satisfação com a segurança individual e familiar na comunidade
	Relações de Gênero e Jovens	Participação nas atividades econômicas Trabalho/renda Empoderamento Acesso à crédito Poder de decisão Taxa de matriculados no ensino (combinando educação primária, secundária e superior) Conciliação do aleitamento materno com o trabalho	Participação da mulher e dos jovens nas atividades produtivas, trabalho e renda, participação nas decisões.
	Saúde	Serviços de saúde (Posto de Saúde/Hospital) Tratamento Médico e enfermagem Condições de acesso a tratamento profissional Uso de plantas medicinais Satisfação com a saúde das pessoas Distância dos centros de saúde	Variáveis como distância do Posto de Saúde ou Hospital, infraestrutura de saúde, qualidade dos profissionais da saúde

Supra Dimensões	Dimensões Específicas	Indicadores/Atributos	Conceitos
Integral (harmonia com a natureza)	Meio Ambiente	Uso de queimadas Qualidade do ar respirado Meio ambiente, entorno natural Uso de agrotóxicos e pesticidas Nascentes de água Preservação da mata nativa Emissão per capita de CO ₂ Práticas ecológicas com resíduos (reciclagem, compostagem, artesanato, outros)	Satisfação com o meio ambiente; Práticas ambientais; Uso de agrotóxicos; Preservação ambiental.
	Pertencimento	Identidade com o lugar Autoestima Sentimento de compromisso Tranquilidade	Satisfação consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.

Fonte: Alcântara e Sampaio, 2019.